

ADUF **INFORMA**

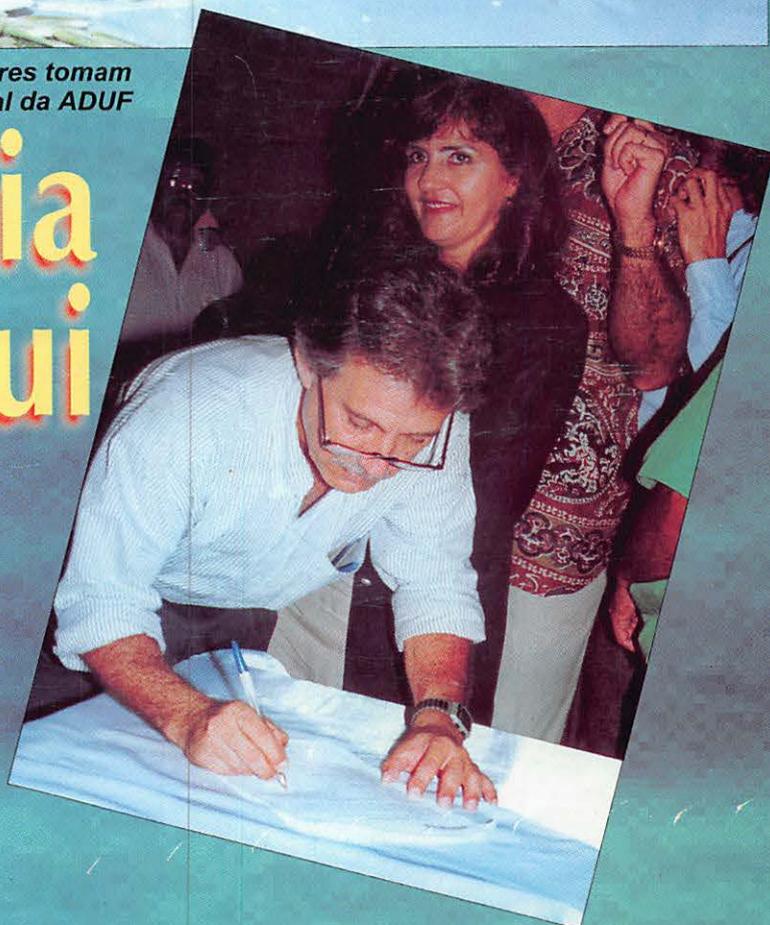
Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das
Instituições de Ensino Superior - Filiada à CUT
João Pessoa /PB - UFPB/Campus I - Janeiro de 1999 - nº 68



O Presidente Wojciech Kulesza (Tek) e diretores tomam posse em evento na Sede Social da ADUF

A autonomia começa aqui

A Chapa 1 - Autonomia Começa Aqui- foi eleita para a gestão 98/99 da ADUFPB/JP. A nova diretoria tomou posse no dia 18 de dezembro respaldada pela mais expressiva eleição da história da Entidade: 50% dos sócios participaram do pleito e os votos nulos e brancos não somaram mais que 2% do total. Os diretores já se esforçam para cumprir todo o programa de campanha e a "ouvidoria" da Entidade já está funcionando. Veja Editorial e discurso da posse na **Página 2**.



DIA 14 DE JANEIRO ADUF dá posse ao Conselho de Representantes, reabre Bar "Aula Extra" e homenageia Silvio Frank Alem

Páginas 2 e 8

Início de ano é sempre tempo de muitas dúvidas e esperanças no porvir. 1999, no entanto, já nasceu com uma certeza: vai ser um ano difícil. Isto não nos assusta pois para enfrentar dificuldades já temos experiência e desesperança não é e jamais será uma de nossas bandeiras.

A Diretoria da ADUFPB/JP inicia o seu trabalho consciente das dificuldades que terá que enfrentar mas, respaldada que está por uma eleição que lhe deu absoluta legitimidade, buscará a aglutinação do Movimento Docente em função de todas as batalhas que virão com o novo ano.

A autonomia começa aqui e se efetivará com uma participação maior e mais qualitativa dos sócios junto à Entidade. Para isto estamos criando instrumentos como a ouvidoria (que consta do nosso programa de campanha) que, junto com os instrumentos que já dispomos, será um canal através do qual a opinião e o desejo dos sócios, democraticamente, possam traçar os caminhos a serem seguidos pelo Sindicato. Isto, caro professor, porque sua participação é fundamental neste nosso projeto. Suas críticas, sugestões, solicitações e elogios serão sempre bem-vindos; sua ausência, no entanto, nos é indesejável.

Esta edição do ADUF Informa traz, entre outros assuntos, relatórios de alguns dos diretores que compuseram a Diretoria anterior. Nela também você encontrará informações sobre os processos que, demandados pela ADUFPB/JP, tramitam na justiça. Também é notícia a reabertura do "Aula Extra", desejo auscultado na categoria durante a campanha, que também será uma justa homenagem ao inesquecível Silvío Frank Alem. Estas, entre outras notícias, compõem este informativo que marca a transição em nosso Sindicato e o início de um novo tempo que, esperamos, seja um feliz 1999.

Posse de Conselheiros

Os 44 membros, entre titulares e suplentes, do Conselho de Representantes eleitos no último dia 16 de dezembro, tomarão posse em solenidade que acontecerá na sede da ADUFPB/JP, às 16:00h da próxima quinta-feira, 14 de janeiro. Em seguida haverá a reabertura do Bar "Aula Extra" e inauguração do Terraço Silvío Frank Alem.

Leia mais sobre o Bar "Aula Extra" na página 8



Grande número de professores prestigia posse da nova Diretoria da ADUF

Autonomia começa aqui

Discurso do professor Wojciech Andrzej Kulesza (Tek), presidente da ADUFPB/JP, proferido no evento de posse da nova Diretoria Executiva

Companheiros e companheiras,
Ao evocar minhas palavras no dia do lançamento de nossa chapa, quando os conclamei a estendermos nossa bandeira para podermos hoje dizer, como o fazemos neste momento, que a *Autonomia começa aqui e agora*, me vem logo à lembrança o célebre sermão do Padre Vieira no qual ele dizia que "os discursos de quem não viu, são discursos; os discursos de quem viu, são profecias". Se pude profetizar a nossa vitória naquele dia é porque vi a mesma coisa que todos que nos sufragaram vê: a nossa condição de docentes. Docentes que fazem, aqui e agora, a Universidade Federal da Paraíba. Docentes que, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão sabem o que significa autonomia.

AUTONOMIA QUE, mais do que liberdade, implica necessariamente em solidão. Solidão do professor que prepara suas aulas e não encontra nos livros a didática que deseja imprimir à sua disciplina mas que, com a autonomia que seu conhecimento lhe confere, cria novas metodologias para uma aprendizagem significativa. Solidão do pesquisador que, tal como o artista, insatisfeito com o estado de sua área de conhecimento, produz novas idéias, explicações, novas interpretações. Solidão essa magistralmente expressa no único livro de Augusto dos Anjos: *EU*. Solidão do autor. A mesma solidão que, nas práticas de extensão, conduziu Paulo Freire a estabelecer o enorme valor da humildade como princípio educativo. Humildade que também só é possível a partir do reconhecimento da autonomia dos sujeitos envolvidos no processo de aquisição do saber. Autonomia do eu, mas também do outro.

POIS BEM, foi essa solidão, imposta a nós pelas contingências docentes,

que forjou nosso desejo comum de também fazer vigorar a autonomia em nosso sindicato. Solidão que foi negada por nós durante o processo eleitoral e que hoje, aqui e agora, se transmutou nesta grande comunhão que ora experimentamos. O mesmo tipo de comunhão que, mais do que pelas proximidades do Natal, do que pelas contingências do calendário, expressão exata de nossa inserção cósmica, leva homens e mulheres a confraternizarem neste ponto de mutação que é o solstício de verão. Confraternização que nada mais é do que o reconhecimento do eu no outro e a afirmação de nossa humanidade comum. Humanidade hoje manchada por aqueles que, vergonhosamente, transformaram a maravilhosa estrela cadente do poeta, no horroroso míssil balístico da guerra.

COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS, estudantes e funcionários, representantes dos diversos coletivos aqui presentes, sindicatos, partidos, associações. Autoridades. É assim que se dá a transformação de desejos individuais em vontade coletiva. Se transpusermos com cuidado o raciocínio até aqui desenvolvido para o conjunto da sociedade, obteremos, nada mais, nada menos, do que a descrição do processo de construção da cidadania em nosso país. Cidadania que tem como pressuposto fundamental a existência de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade onde vigore a autonomia plena. E a nossa convicção é que este é o desejo de todos. Mas, antes de tudo, cabe a nós, docentes, empunhar firmes a bandeira da autonomia. Como entoávamos em estribilho, com a pureza do improvisado, durante as comemorações da vitória:

O PROFESSOR tem que assumir.
A autonomia começa aqui !

Ex-diretores prestam contas

Greve e comemorações dos 20 anos da ADUF são destaques da gestão passada

Atendendo a solicitações da diretoria da ADUFPB/JP que encerrou os seus trabalhos em 18 de dezembro, publicamos a seguir alguns relatórios das atividades desenvolvidas no período 97/98. A ordem de publicação atende apenas a critérios de diagramação, de acordo com o tamanho dos respectivos relatórios.

Atividades Desenvolvidas Pela Diretoria de Política Social

- Audiências com a Reitoria em defesa da não-redução salarial dos professores aposentados

- Reunião com professores aposentados (Durante a greve) visando organizá-los para enfrentar a proposta do Governo de excluí-los dos benefícios da GED. A reunião colocou os professores em alerta que, articulados com os professores grevistas da ativa, forçaram o Governo a estender-lhes a GED.

- Participação em todas as assembleias e mobilizações preparativas da greve

- Representante da Diretoria na Comissão de Mobilização durante toda a Greve.

- Representante da Diretoria no Comando Local de Greve.

- Organização do Lançamento do Livro "Opção Brasileira" com a presença de um de seus autores Walter Bejamim e do Líder Nacional do MST Zé Rainha (final de maio)

- Participação na Caminhada dos Sem Terra em protesto contra os vários assassinatos aos trabalhadores Rurais sem terra (abril)

- Participação no evento "Grito dos Excluídos" (7 de setembro)

- Representante da Diretoria em vários movimentos de mulheres organizados pelo Centro da Mulher 8 de Março.

- Organização e participação do evento "15 anos sem Margarida Alves" (agosto).

- Realização da Festa em Comemoração das conquistas históricas das mulheres trabalhadoras com a participação de diversas representantes da Paraíba, reconhecidamente defensoras dos direitos das mulheres. (06 de Março).

- Representante da ADUF, juntamente com os professores Antonio Luís e Edônio Nascimento respectivamente Secretário Geral e Diretor de Imprensa e Divulgação da ADUF, no Encontro de Solidariedade à Cuba em Recife - PE (Abril/98)

- Realização, em João Pessoa, de um Encontro de Solidariedade à Cuba com a participação do professor e jornalista da Universidade de Havana Eddy Jiménez proferindo a palestra "Neoliberalismo e os Partidos de Esquerda Na América Latina" (Abril).

- Idealização, organização e rea-



Coordenadores comemoram sucesso do III Encontro de Movimentos Sociais

lização, juntamente com Célia Lopes (Secretária da ADUF), das comemorações dos 20 ANOS da ADUF, proposta constante na carta programa da atual Diretoria e que foi desenvolvida obedecendo a seguinte programação:

- ★ Palestra com o professor doutor Rufino sobre os 150 anos do Manifesto Comunista tendo como debatedor o professor mestre José Jonas Duarte. (Outubro)

- ★ Palestra proferida pelo maior líder estudantil dos anos 60 Wladimir Palmeira, sobre os 30 anos dos Movimentos Estudantis, Sociais e Culturais de 68, tendo como debatedor o professor doutor da UFPB Arturo Gouveia.

- ★ Vídeo feito pelo professor da Departamento de Comunicação Social João de Lima, contendo flashes relevantes da história da ADUFPB-JB.

- ★ Livro contendo textos de ex-presidentes da ADUFPB-JP sobre a história de Sindicato e com fotos de eventos importantes vivenciados por professores desde a criação da ADUFPB-JP. No referido livro encontra-se a ata de fundação do Sindicato, bem como a lista de presença dos professores participantes.

- ★ Exposição de Cartazes "ADUF EM CARTAZ" no HALL da Reitoria, com cartazes reveladores da história da ADUF e do Sindicato a que está filiada ANDES-SN, além das demais instituições estaduais, nacionais e internacionais parcei-

ras da ADUF na defesa da classe trabalhadora brasileira empregada e desempregada, rural e urbana.

- Festa dos 20 ANOS na Sede do BNB animada pela banda Mistura Fina.

- Reativação coordenação do GT de Seguridade Social (setembro)

- Representante da ADUF na organização, coordenação e realização do III Encontro dos Movimentos sociais, idealizado pelo Mestrado da UFPB Educação e Movimentos Sociais, que teve a participação dos seguintes setores organizados da Sociedade paraibana: Meninos e Meninas de Rua; MST; Pescadores; Homossexuais; Organização de Mulheres; Negros; Índios; Organização de Homens (Reitoria UFPB) (11, 12 e 13 de Dezembro)

- Realização de Reunião Geral e setorial com os professores de 1º e 2º graus da UFPB - campus I, sobre as bolsas da CAPES, exclusão dos mesmos dos benefícios da GED, carreira única dos docentes de 1º, 2º e 3º graus, em especial a transposição dos 1º e 2º graus para o 3º grau, além do empenho em manter os professores de 1º e 2º graus informados das atividades e lutas da ADUFPB-JP e ANDES-SN.

Nilsamira da Silva Oliveira
Professora de 1º e 2º graus da UFPB
Diretora de Política Social 97/98

➤ **Continua nas páginas 4 e 5**

Educação, Cultura e Imprensa: mais visibilidade

Atividades Desenvolvidas Pela Diretoria Educacional e Científica

"Se muito vale o já feito
Mais vale o que será
E o que foi feito é preciso conhecer
Para melhor prosseguir"
(Milton Nascimento/F.Brant)

Devo dizer, em primeiro lugar, que um balanço pontual de uma Diretoria ou Secretaria não pode ser feito sem levar em consideração o coletivo, isto é, o conjunto das ações dos diretores que em suas tarefas específicas deram o suporte estratégico para que eventos individualizados tivessem sucesso ou não sofressem solução de continuidade. Portanto, aos companheiros de Diretoria expresso de público os meus agradecimentos.

Uma Segunda questão importante que deve ser lembrada é que o ano de 98 foi marcado por uma das maiores greves da história do movimento docente. Neste sentido, a maioria das ações levadas a cabo pela ADUF esteve intrinsecamente ligada às mobilizações da greve.

A Diretoria que tive a honra de coordenar participou ativamente desse processo. Quero destacar, sobretudo, o trabalho em torno do Plano Nacional de Educação - PNE da sociedade brasileira. Com efeito, a partir da aprovação do nosso PNE no II CONED (Congresso Nacional de Educação) ocorrido em 1997 e o início de sua tramitação no Congresso Nacional em fevereiro de 98, deliberou-se nas reuniões do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP)



que a principal tarefa seria a coleta de 1 milhão de assinaturas em defesa do PNE da sociedade civil.

Na greve foi desencadeado este processo, que contou com o apoio de várias entidades educacionais de nosso Estado. Produzimos *folders* que, inclusive, foram adotados como material nacional de propaganda do Plano e realizamos debates de divulgação com ampla repercussão, um deles na Assembleia Legislativa. Conseguimos coletar cerca de mil assinaturas somente no *campus I* da UFPB.

Foi importante também a retomada da participação da ADUFPB-JP nas reuniões nacionais do FNDEP, dando uma excelente contribuição na discussão da política educacional. Destaco a partici-

pação na constituição de um documento crítico sobre o PNE do Executivo e mais recentemente nas discussões que resultaram na Carta de Florianópolis, na qual se analisa os impactos do pacote sobre a educação, a ciência e a tecnologia de nosso país. Todo esse material encontra-se à disposição dos interessados na sede da ADUFPB-JP.

Além dessa atividade, a Diretoria de Política Educacional participou da construção de um estatuto democrático para a Rádio Comunitária FM da UFPB; deu sua contribuição para o debate sobre a autonomia universitária em conjunto com o Fórum Universitário; contribuiu para a formulação da posição da nossa entidade sobre a reforma dos estatutos da UFPB; participou junto aos centros e CONSEPE na discussão dos critérios de pontuação da GED.

Já na condição de representante eleito por Assembleia da categoria, participei ainda como Delegado no Congresso do ABDES, ocorrido em Porto Alegre, e representante da ADUFPB-JP no Comando Nacional, em Brasília, nas duas últimas semanas de nossa greve.

98 foi, de fato, um ano difícil. Mas chegamos ao seu fim na certeza de que nossa luta dará, em 1999, flores e frutos.

Luiz de Sousa Júnior

Professor do Depto. de Habilitações
Pedagógicas do CE
Diretor de Política Educacional e Científica 97/98

Atividades Desenvolvidas Pela Diretoria Cultural

ADMINISTRAÇÃO

- Licitação e contratação de prestadora de serviços de manutenção e limpeza, **acarretando significativa economia para o sindicato** (R\$ 8.000 por trimestre).
- Licitação e aluguel das dependências do bar.
- Licitação e compra do Salão de Jogos.
- Instalação de bloqueador de chamadas telefônicas.
- Instalação e execução do Registro Interno da Sede Social.
- **Diminuição do valor do aluguel da sede** aos professores de R\$ 200,00 para R\$ 65,00 (1/2 salário mínimo).

SERVIÇOS

- Instalação de 5 cursos de caráter permanente: hidroginástica, biodança na

melhor idade, dança de salão, massagem terapêutica e tai chi chuam.

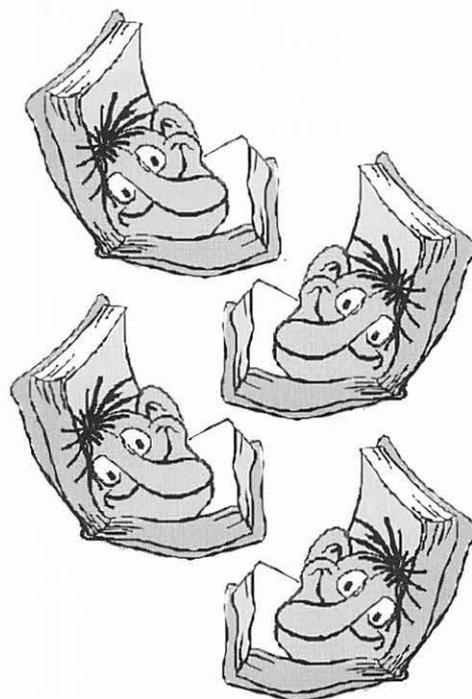
- Abertura da Sede **todos os dias da semana**, das 06h00 às 18h00 (aumento de seis para sete dias).
- Instalação de um salão de jogos: sinuca, pombolim e tênis de mesa.

EVENTOS CULTURAIS

- Criação e execução do **Projeto Sede Leitura** com 04 lançamentos até o momento (26/08, 29/09, 30/10 e 18/12/98), totalizando 16 livros, 4 exposições de artes plásticas e 2 vídeos lançados.
- Comemoração do dia da criança, na manhã de lazer (12/10/98).

Marcello Fernando Bulhões Martins

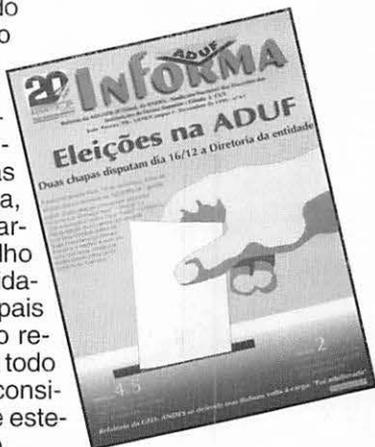
Professor do Depto. de Educação Física
Diretor de Política Cultural 97/98



abilidade ao sindicato

Atividades Desenvolvidas Pela Diretoria de Imprensa e Divulgação

Devo iniciar este relato dando conta da minha satisfação em ter aceito o convite para participar da diretoria que hora encerra os seus trabalhos, no cargo de Diretor de Imprensa e Divulgação. Foi um ano de muitas realizações e produção coletiva, quando tive oportunidade de participar de um grupo de trabalho que teve na seriedade e sinceridade de propósitos as suas principais virtudes. Estou certo de que o resultado deste trabalho foi, para todos os professores do Campus I - considerando o contexto em que ele esteve inserido - de ótimo proveito.



Desde o início do nosso trabalho buscamos colocar os nossos esforços de comunicação em um patamar adequado à nossa realidade, buscando aliar objetividade e rapidez e atender às necessidades de comunicação interna e externa do nosso Sindicato. Demos um novo padrão estético ao nosso informativo transformando-o em um periódico de fácil leitura, com impressão e diagramação modernas e de qualidade. Participamos em todos os momentos das discussões em torno da fundação da Rádio Comunitária Universidade FM - ligada a ADUFPB/JP; DCE E SintesPB - que, por sua vez, encontra-se em sua fase final de implantação e atingirá com o seu sinal uma raio de aproximadamente 3 quilômetros a partir da UFPB. A propósito, participamos do II Congresso Brasileiro de Rádios Comunitárias, no mês de julho, em Teresina PI, onde integramos o Movimento Pela Democratização da Comunicação que, neste primeiro momento, tem as rádios comunitárias como um de seus instrumentos propulsores. Coordenamos toda a mídia eletrônica e impressa realizada em função da greve em que estivemos empenhados durante três meses de 1998, além do trabalho convencional de envio de *releases* e outras comunicações convencionais.

A home-page da ADUFPB/JP também já é realidade e está, ainda, em fase de conclusão, de forma a transformar-se num importante meio de comunicação como veículo ágil e absolutamente confiável.

A agenda 99 dos professores da UFPB já está em processo de impressão gráfica e junto com um livro sobre os 20 anos de história da ADUF, será distribuída ainda no mês de janeiro com todos os sindicalizados.

Estou certo que dentro de nossas possibilidades mantivemos uma interlocução de bom nível com os meios de comunicação e, através deles, com a sociedade. Aproveitamos os espaços que foram abertos e também forçamos a abertura de outros espaços em função das necessidades de comunicação do nosso Sindicato. Mesmo conscientes de não termos sido perfeitos, o que, infelizmente, nunca é possível, estamos certos de que cumprimos o nosso papel e que o fizemos com prazer, dedicação e muito trabalho. Nos resta a disposição de continuarmos contribuindo com o Sindicato sempre que for necessário e a certeza de que a luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade é fundamental e deve ser de todos nós professores pois, só assim, a sociedade será sensibilizada em função do que para nós já é claro, absoluto e vital.

Edônio Alves do Nascimento

Professor do Depto. de Comunicação da UFPB
Diretor de Imprensa e Divulgação 97/98

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 20ª DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB-JP

Acumulado de 01 de janeiro a 30 de novembro de 1998

Devido ao fato de que até o fechamento deste informativo não tínhamos recebido os extratos bancários referentes ao mês de dezembro, apresentamos a prestação de contas referentes ao período janeiro / novembro de 1998. Na próxima edição apresentaremos o fechamento total do exercício 1998. Os documentos relativos às contas que apresentamos, encontram-se à disposição dos sócios na sede da ADUFPB/JP.

1. PATRIMÔNIO SOCIAL

● Reserva de Sobras Acumuladas	477.699,21
● Reserva do Reav. do Ativo Permanente	72.418,80
TOTAL	550.118,01

2. RECEITAS

● Contribuição dos Sócios	649.523,29
● Rendimentos de Aplic. Financeiros	13.015,64
● Receita Máq. Copiadora	6.814,00
● Receita Sede Sócio-Cultural	5.045,84
● Receitas Diversas	5.065,91
TOTAL	679.464,68

3. OBRIGAÇÃO

● Sociais	11.012,64
● Tributárias	386,66
● Cheques A Compensar	638,00
TOTAL	12.037,30

4. DESPESAS

● Administrativos	145.718,05
● Com Pessoal	157.274,13
● Financeiras	1.769,75
● Repasse Estatutários	133.967,59
● Sede Sócio-Cultural	34.261,25
● Com Eventos (Palestra/Seminários)	4.665,20
● Com Greve	141.474,95
TOTAL	619.130,92

5. PERMANENTE

● Investimentos (Ações Telebrás)	3.995,39
● Imobilizado	457.457,81
● Depreciação Acumulada	(44.654,54)
TOTAL	416.798,66
Saldo(1+2+3) - (4 + 5)	205.690,41

DETALHAMENTO DO SALDO

A - Disponibilidades

● Em Caixa	128,86
● Em Bancos	130.968,34
● Aplicações Financeiras	60.878,63
SUB-TOTAL	191.975,83

B - Contas A Receber

● Empréstimos Inter-Sindicais	
● Adiantamento Salarial	5.356,03
● Valor a Recuperar	8.358,11
● Depósito Vinculado(RALP)	0,44
SUB-TOTAL	13.714,58
TOTAL	205.690,41

Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa

Professor do Depto. de Matemática
Tesoureiro - 97/98, reeleito para gestão 98/99

Decisão judicial garante abono pecuniário para professores da UFPB

Tem direito ao abono docentes na ativa e sindicalizados em janeiro de 1997

POR DECISÃO judicial, todos os professores sindicalizados que se encontravam na ativa em janeiro de 1997, estão recebendo o abono pecuniário relativo às férias daquele ano.

ESTÃO SENDO beneficiados os docentes sindicalizados naquela época, que requereram a conversão de 1/3 das férias gozadas naquele mês, em abono pecuniário.

SOBRE esse valor está incidindo um desconto de 10% sendo 7,5% correspondente a honorários advocatícios e 2,5% para a ADUFPB/JP, conforme deliberação de Assembléia Geral



NÃO PERCA

Se você está entre os que têm direito ao abono e por algum motivo não o recebeu, procure a ADUF imediatamente.

e previsão contida no contrato de prestação de serviços firmado entre a assessoria jurídica e o sindicato.

O DIREITO ao abono pecuniário havia sido suprimido por medida provisória do Governo Federal, que foi transformada em lei em dezembro de 1997.

CONFORME orientação de nossa assessoria jurídica, estamos reclamando na justiça o mesmo direito para as férias referentes ao ano de 1998, ação esta que se encontra, no momento, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, uma vez que esse direito nos foi negado pela Justiça Federal local.

RELATÓRIO DOS PROCESSOS AJUIZADOS PELA ADUFPB-JP

PROCESSO Nº 1155/91 - 4ª JCJ

(PLANO COLLOR - 84,32%)

Em fase de execução. O processo encontra-se na 4ª JCJ com a execução suspensa face o julgamento da Ação Rescisória (ROAR - 105.570/94.0), que anulou o julgamento do processo principal. Os cálculos já foram apresentados em 10.06.94. A assessoria jurídica em Brasília, interpôs Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, o qual foi obstado pelo TST. Foi interposto o Agravo de Instrumento cabível. O andamento da execução dependerá do julgamento final da Ação Rescisória com a apreciação do REExt. Aguarda-se o julgamento do agravo de instrumento.

PROCESSO Nº 974/91 - 1ª JCJ

(PLANO BRESSER - 26,06%)

Em fase de execução, já tendo sido enviado o devido precatório. A UFPB entrou com Ação Rescisória perante o TRT da 13ª Região e paralelamente, com uma Medida Cautelar Inominada, requerendo a suspensão da execução até o julgamento final da Rescisória. O Juiz Paulo Montenegro Pires do TRT da 13ª Região concedeu liminar na Medida Cautelar intentada e determinou a suspensão da execução do feito. Entramos com um agravo regimental contra o ato do Juiz do TRT, o qual foi rejeitado pelo Pleno do Tribunal. A Ação Rescisória foi julgada pelo pleno do Tribunal, tendo havido sustentação oral da assessoria jurídica da ADUFPB-JP, no entanto, perdemos por 3

votos contra 2 a favor. Interpusemos o devido Recurso Ordinário para o TST (ROAR 237.927/1995), o qual foi rejeitado. Opusemos Embargos Declaratórios, a fim de que fosse apreciada a matéria constitucional ventilada no processo. Os embargos foram rejeitados e imediatamente apresentamos Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. Aguardamos o despacho do Presidente do TST acerca da admissibilidade do recurso final.

PROCESSO Nº 2630/91 - 1ª JCJ

(URP - abril e maio/88 - 16,19%)

O Processo transitou em julgado e a UFPB ajuizou uma ação rescisória, com o intuito de desconstituir o julgado. A rescisória foi julgada pelo TRT da 13ª Região, que rejeitou o pedido vestibular. A UFPB interpôs recurso ordinário para o TST, o qual encontra-se aguardando distribuição naquele Tribunal desde junho/97 (ROAR 347.810/1997). Paralelamente foi ajuizada uma medida cautelar, que foi concedida para suspender o curso da execução até o resultado final da rescisória.

PROCESSO Nº94.00555-5

(ISONOMIA MILITARES - 28,86%)

Ação Ordinária ajuizada perante a 3ª Vara da Justiça Federal visando a incorporação do percentual de 28,87%, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação e seus reflexos. Processo foi contestado. Em seguida, nos foi conce-

dido prazo para impugnar a contestação. Feita a impugnação, foi julgado improcedente o pedido. Interpusemos Apelação para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife-PE). A apelação interposta (Processo n. AC 95515/PB - 96.05.05835-9) foi julgada no mês de abril/96, e publicada no DJU de 24.05.96. Interpusemos Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. O RE foi obstado pelo TRF. Foi interposto Agravo de Instrumento a fim de que O Supremo Tribunal Federal conhecesse o nosso RE. O Agravo chegou ao STF em 22.04.97 e imediatamente foi provido. O STF expediu ofício ao TRF da 5ª Região, solicitando a remessa dos autos para aquela Corte. O TRF da 5ª Região remeteu os autos em 18.09.97. O processo encontra-se nas mãos do Ministro Relator (Nelson Jobim). Aguarda-se o julgamento.

PROCESSO Nº94.006193-5

(ISONOMIA MILITARES - 28,86%)

Ação Ordinária ajuizada perante a 2ª Vara da Justiça Federal visando a incorporação do percentual de 28,87%, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação. Foi julgado improcedente pelo Juízo de 1ª Instância. Interpusemos Apelação para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife-PE), a qual foi acolhida. Após a publicação do Acórdão, a UFPB interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário para o Superior Tri-

bunal de Justiça e para o Supremo Tribunal Federal respectivamente. Apresentamos contra-razões aos recursos interpostos. O Processo baixou para a 2a. Vara e requeremos a execução da sentença. A UFPB ingressou com uma Ação Rescisória perante o TRF da 5ª Região (AR 1714-PB - 9805038009), a qual foi acolhida parcialmente para admitir a compensação do percentual recebido pelos substituídos a partir da Lei n. 8.627/93. Aguardamos a publicação do acórdão da ação rescisória para interpor o recurso cabível. Paralelamente foi ajuizada uma ação cautelar, que foi parcialmente provida para determinar que seja procedida a compensação na execução do julgado.

PROCESSO Nº 95.4372-6

(FGTS - DIFERENÇAS)

Ação Ordinária ajuizada perante a 1ª Vara da Justiça Federal, cobrando diferenças de FGTS decorrentes de não aplicação de índices corretos de atualização pelos bancos gestores das contas vinculadas. O Juiz da 1ª Vara Federal determinou a suspensão do processo até o julgamento do Processo 95.1859-4 que é uma ação civil pública com o mesmo objeto do processo em destaque, a todos os trabalhadores. A Ação Civil Pública já foi julgada pelo Juízo de primeira Instância, que reconheceu o direito pretendido nesta ação e determinou que a CEF procedesse o crédito de percentuais nas contas vinculadas do FGTS existentes no Estado da Paraíba. Esta decisão foi reformada pelo TRF - 5ª Região, que reconheceu a ilegitimidade ativa do MPF. Apesar do posicionamento do STF reconhecendo a legitimidade do Ministério Público, decidimos requerer o prosseguimento do nosso processo face a demora no andamento da Ação Civil Pública. O Juiz da 1a. Vara decidiu que a CEF não teria legitimidade para figurar como ré no processo, mas sim os bancos depositários do FGTS à época em que foram procedidos os depósitos. Interpusemos agravo de instrumento desta decisão e o TRF da 5ª. Região acolheu nosso recurso, reconhecendo a legitimidade da CEF. conseguimos a retratação do Juiz da 1ª. Vara Federal, a fim de que o processo ande com maior rapidez. O Juiz da 1a. Vara Federal reconsiderou o despacho acima mencionado, e determinou a citação das partes promovidas. As partes promovidas apresentaram contestação e logo em seguida nós impugnamos as mesmas. Aguarda-se o julgamento em 1ª Instância desde 06.11.98.

PROCESSO N. 96.6922-0

(DESCONTO PREVIDENCIÁRIO DOS APOSENTADOS)

Mandado de segurança coletivo, impetrado com a finalidade de suspender a cobrança do desconto previdenciário sobre os proventos dos aposentados. Processo já foi julgado pelo Juiz da 3a. Vara Federal, acolhendo o pedido. A UFPB apresentou sua apelação (AMS 58860-PB - 9705079633), a qual foi devidamente respondida. A apelação foi rejeitada pelo TRF da 5a. Região e a UFPB interpôs recurso especial e recurso extraordinário para o STJ e STF respectivamente. Apenas o RE foi admitido. Os autos se encontram no Supremo Tribunal aguardando o julgamento do recurso.

nário para o STJ e STF respectivamente. Apenas o RE foi admitido. Os autos se encontram no Supremo Tribunal aguardando o julgamento do recurso.

PROCESSO N. 96.7755-0

(DESCONTO PREVIDENCIÁRIO DOS APOSENTADOS)

Mandado de Segurança Coletivo, impetrado com a mesma finalidade que o processo anterior. Foi concedida a liminar requerida para sustar imediatamente o desconto dos professores relacionados, todavia o TRF da 5a. Região concedeu outra liminar para cassar a liminar concedida. Face o retardamento na entrega da documentação para ajuizamento desta demanda, entramos com um pedido de inclusão de novos substituídos, o qual foi indeferido pelo Juiz da 2ª. Vara. Ingressamos com um agravo de instrumento, visando modificar a decisão do Juiz da 2ª. Vara, entretanto, o TRF da 5ª. Região rejeitou o nosso agravo. Decidimos então, requerer o desentranhamento da documentação relativa àqueles professores retardatários para que o processo ande com maior rapidez. Foi deferido o desentranhamento. O processo foi julgado, e concedida a segurança requerida. A UFPB recorreu da decisão. Apresentamos as Contra-Razões. Aguarda-se o julgamento pelo TRF da 5ª Região.

PROCESSO N. 97.2390-7

(DESCONTO PREVIDENCIÁRIO DOS APOSENTADOS)

3a. Vara Federal. Caso idêntico aos dois anteriores. Foi negada a liminar requerida. O processo foi julgado tendo sido concedida a segurança pleiteada para isentar os substituídos da contribuição previdenciária. A UFPB e a União Federal recorreram para o TRF da 5a. Região (AMS 62797-PB - 9805055230). Apresentamos as Contra-Razões. O TRF da 5a. Região rejeitou os recursos interpostos pela UFPB e pela União, o que ensejou a interposição dos recursos especiais e extraordinários. Aguarda-se despacho do Presidente do TRF da 5ª Região acerca da admissibilidade dos recursos.

PROCESSO N. 97.2391-5

(ISONOMIA MILITARES - 28,86%)

Trata-se de uma ação ordinária com pedido de antecipação da tutela distribuída para a 2a. Vara Federal, visando o reajuste de 28,86% a um grupo que não estava envolvido nas ações anteriormente ajuizadas. A antecipação da tutela foi concedida pelo presidente do TRF da 5ª. Região, entretanto a UFPB não dispõe de recursos para o pagamento imediato. A UFPB requereu ao MEC, a concessão de verba suplementar para o referido pagamento. A UFPB já apresentou a sua Contestação ao processo e em seguida, apresentamos a impugnação à Contestação. Aguardamos o julgamento final da demanda.

PROCESSO N. 97.2630-2

(ABONO PECUNIÁRIO 1997)

1a. Vara Federal. Trata-se de um

mandado de segurança com pedido liminar, visando assegurar aos professores o direito à conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário. A liminar requerida foi concedida, assegurando aos professores que não gozaram férias relativas ao ano de 1997 e requereram a conversão de 1/3 em abono pecuniário. Apresentamos requerimento ao Juiz da 1ª. Vara, no sentido de que nos fosse assegurado o direito à conversão de 1/3 das férias de 1998, em abono pecuniário. O processo foi julgado, tendo sido concedida a segurança, entretanto, opusemos embargos de declaração, a fim de que fosse esclarecido ponto omitido na sentença. Os embargos foram acolhidos A UFPB interpôs apelação para o TRF da 5ª Região. Apresentamos nossas Contra-Razões e ao mesmo tempo, Recurso Adesivo. Aguardamos julgamento pelo TRF da 5ª Região.

PROCESSO N. 97.11810-0

(ABONO PECUNIÁRIO 1998)

2a. Vara Federal. Trata-se de mandado de segurança com pedido liminar, visando assegurar aos professores o direito à conversão de 1/3 das férias do ano de 1998, em abono pecuniário. O Juiz substituído da Vara determinou que nós juntássemos a escala de férias da UFPB. Foi cumprida a determinação judicial, e em seguida foi concedida a liminar requerida, assegurando aos associados, o direito de converter 1/3 das férias em abono pecuniário. A liminar foi cassada com o julgamento do mérito da demanda, que denegou a segurança. Apresentamos apelação para o TRF da 5ª Região. Aguardamos o julgamento.

PROCESSO N. 97.11461 - 9

(APOSENTADOS)

2a. Vara Federal. Trata-se de mandado de segurança com pedido liminar, visando assegurar aos docentes aposentados com o benefício do art. 192, letra "b" da Lei n. 8.112/90, a irredutibilidade no valor deste benefício. O Juiz substituído da Vara, determinou que fossem juntados os contracheques de todos os substituídos que foram atingidos pelo ato impugnado na ação mandamental. Solicitamos por contato telefônico, que os professores trouxessem os contracheques. Apenas 21 professores atenderam o chamamento da entidade sindical. Aguardamos o despacho concessivo da liminar. A liminar foi negada, o que ocasionou a interposição de agravo de instrumento para o TRF da 5a. Região. Aguardamos o julgamento do agravo interposto, bem como a decisão do mérito em 1ª Instância.

PROCESSO N. 98.8451-7

(3,17% - DIFERENÇA SALARIAL - URV)

1ª Vara Federal. Trata-se de ação Ordinária ajuizada com a finalidade de alcançar diferenças salariais decorrentes da transformação dos vencimentos de URV para REAL.

João Pessoa, 04 de janeiro de 1999
ASSESSORIA JURÍDICA DA ADUF

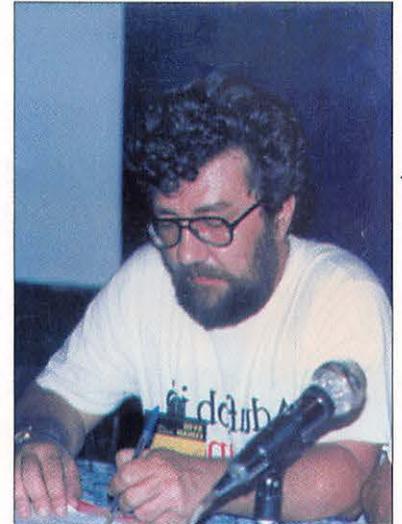
"Aula Extra" será reaberto na próxima 5ª feira

No dia 14 de janeiro próximo, dando seqüência à reunião do Conselho de Representantes que dará posse aos eleitos no último dia 16 de dezembro, será reaberto o Bar "Aula-Extra" no seu local tradicional que, a partir dessa data, passará a se chamar de "Terraço Silvio Frank Alem". Esta atividade cultural e de conagração dos sindicalizados, vem agregar-se às demais atividades dessa natureza desenvolvidas pela nossa entidade.

A iniciativa da atual diretoria de denominar o espaço do Bar "Aula Extra" de Silvio Frank Alem decorre do reconhecimento pela inestimável contribuição prestada por este companheiro à construção e à consolidação do nosso Sindicato - local e nacional - bem como à própria importância por ele atribuída ao "Aula Extra" como momento de companheirismo na

acepção ampla do termo. Sentimento expressado por ele mesmo no texto que apresentou nas comemorações dos 15 anos de nossa AD e reeditado no livro que recentemente marcou a passagem dos 20 anos da ADUFPB-JP:

"Um pedido aos que vierem, nos próximos quinze anos, a dirigir a nossa AD: que o Aula Extra se mantenha, espaço também político, onde velhas amizades se refazem e novas acontecem. Sobretudo, quando a lua cheia surge atrás do bosque que separa o Centro de Vivência da Reitoria, e nos lembrarmos que para ensinar, pesquisar, sonhar e lutar pela utopia, há que jamais deixar de nos mantermos, mais que colegas, neste espaço de diversidade que é e deve ser a Universidade e seu Sindicato, sempre fraternos, comrades, továritchs, compagni, compagnes, compañeros, companheiros".



Silvio Frank Alem durante o XVIII CONAD em João Pessoa. Sua participação foi fundamental na criação da ADUFPB/JP e do ANDES-SN

Ex-presidente da ADUF morre em BH

Faleceu no final de 1998, em Belo Horizonte, de ataque cardíaco, o Professor José Chasin, ex-presidente da ADUFPB-JP (1980-1981, Chapa *Construção Democrática*). José Chasin (ou J. Chasin, como gostava de assinar os textos de combate) integrou a geração de professores da UFPB que, no último quartel dos anos setenta, permitiu a maturidade acadêmica de nossa Universidade, no seu caso contribuindo com a fundação do curso de Mestrado em Filosofia da UFPB.

Mas não só isso. Chasin pertenceu a uma geração de intelectuais que renovou para melhor a tradição do pensamento marxista, introduzindo no país o pensamento de Lukács, referência que jamais denegou ao longo da vida. Egresso do PCB, partido que abandonou quando dava sinais de senilidade, Chasin escreveu seu primeiro ensaio

importante ainda estudante de graduação de filosofia em São Paulo - um ensaio criticando a sociologia dos intelectuais de Mannheim a partir da démarche lukacsiana. Foi diretor de uma revista muito importante para o debate político-intelectual dos anos setenta - *Temas de Ciências Humanas*.

Nos anos oitenta, dirigiu a *Ensaio*, outra revista que marcou época - principalmente por seus afiados e polêmicos editoriais. Deixou-nos uma obra-prima, na melhor tradição da ensaística marxista de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes: *O Integralismo de Plínio Salgado - Forma de Regressividade no Capitalismo Híper-Tardio*, publicado em 1978. O Brasil e o pensamento progressista ficam mais pobres sem o professor J. Chasin entre nós. Mas sua obra permanece viva.

INFORMES

Carteira Social

A ADUFPB/JP está confeccionando novas carteiras funcionais dos seus sócios. Se você ainda não solicitou a sua ou ainda não apresentou os documentos necessários, faça-o imediatamente.

Seu E-mail

Caro professor, se você é sindicalizado e possui E-mail (correio eletrônico), pedimos que envie o seu endereço para a ADUF, afim de que possamos lhe fornecer informações de forma mais rápida e de menor custo. Para nos enviar o seu endereço, utilize o nosso E-mail que consta do expediente, no rodapé desta página.

ADUF INFORMA

Edição número 68, Janeiro/99
é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufpbjp.com.br>
E-mail:
adufpbjp@openline.com.br

Diretoria - Gestão "Autonomia Começa Aqui"

Presidente:
Wojciech Andrzej Kulesza (Tek)
Vice-presidente:
Romberg Rodrigues Gondim
Secretária-Geral:
Maria Benardete da Nóbrega
Tesoureiro:
Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa
Diretora de Política Sindical:
Maria Elisabete B. de Almeida
Diretor de Política Educacional e Científica:

Alexandre Antônio Gili Náder
Diretora de Política Social:
Simone Helena dos S. Oliveira
Diretora Cultural:
Nadilza Martins de B. Moreira
Diretora de Imprensa e Divulgação:
Mariza de Oliveira Pinheiro
Suplente de Tesouraria:
Augusto Antonio Pinheiro Neto
Suplente de Secretária:
Elisa Bezerra Mineiros

Criart

Associação de Comunicação e Marketing
Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-7183/9332-1573

Jornalista Responsável:
Gilson Renato - DRT/PB 821
Projeto gráfico e editoração Eletrônica:
Ricardo Araújo - DRT/PB 631
(Meios - Com. Visual. 083/241-2695)

Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das
Instituições de Ensino Superior - Filiada à CUT
João Pessoa /PB - UFPB/Campus I - Fevereiro de 1999 - nº 69

Cinco anos de Ilusão

O Real se desestabiliza e a farsa de FHC, depois de 5 anos, começa a castigar todo o país. Artigo do professor Jonas Duarte e Editorial abordam a crise.

Páginas 2 e 7



18º CONGRESSO DA ANDES

O 18º Congresso da Andes acontecerá de 25 de fevereiro a 1º de março de 1998, em Fortaleza (CE), com o seguinte temário:

- 1) Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional;
 - 2) Trabalho Docente: Política Educacional, Política Sindical, Política de Ciência e Tecnologia, Carreira e Qualificação, Salários;
 - 3) Questões Organizativas e Financeiras.
- A representação da ADUFPB-JP no Congresso será de 10 delegados: 1 será indicado pela Diretoria e 9 serão escolhidos em Assembléia Geral.

ASSEMBLÉIA GERAL

A primeira Assembléia Geral de 1999 acontecerá no próximo dia 9 de fevereiro (terça-feira), às 9 horas no Auditório da Reitoria. A Pauta discutirá temas como o Fundo de Greve, deliberação acerca do ingresso de ações judiciais e participação da Entidade no Congresso da ANDES.

FGTS: DECISÃO JUDICIAL BENEFICIA 840 PROFESSORES DA UFPB

Página 7

GT's: anteprojeto aponta para unificação do magistério nas IFES

Páginas 4 e 5

Lá vai o Brasil, descendo a ladeira...

Como repercutíamos neste mesmo espaço, na edição anterior, e, com exceção dos incautos, todos sabíamos, a economia brasileira começa a despencar ladeira abaixo numa velocidade incontrolável. Os analistas da história recente do Brasil, nem os mais pessimistas, não chegaram a prever algo tão macabro quanto a realidade que se configura. Tragicômicos, os telejornais anunciam: **o FMI vem aí para nos salvar. São Stanley Fischer vai nos redimir. A situação a que chegamos, caros professores, nos faz imaginar um rato que, carregado por uma enxurrada gigantesca, é "salvo", de repente, pelas garras de um gato faminto.**

Mas ridículo é termos que ler e ouvir as "recomendações" e conselhos dos técnicos do FMI, enquanto lustram os seus sabres de ouro antes do golpe de misericórdia.

O fato é que podemos muito bem ficar discutindo e conjecturando enquanto o telhado cai nas nossas cabeças. Como não há surpresas e portanto não há razões para pasmaceira, nos resta a capacidade de exercitarmos a nossa cidadania e, da forma que pudermos, usarmos todo o nosso potencial de reação em função de um enfrentamento a este Governo que coloca o país e suas instituições numa situação ridícula e desnecessariamente vulnerável.

Nesta edição divulgamos, ao lado de um texto de análise de conjuntura, o posicionamento tirado na recente reunião dos GT's, que aponta para a unificação da carreira do magistério, a ser analisada na Assembléia Geral do próximo dia 9 de fevereiro e que será um dos assuntos em discussão no 18º Congresso da ANDES- SN.

Vindo um pouco mais para o nosso microcosmo, a ADUFPB-JP já colocou em funcionamento a sua Ouvidoria, instituto que vai lhe permitir, caro associado, uma aproximação maior com o seu Sindicato, e marca definitivamente o início da gestão Autonomia Começa Aqui. Do jurídico, a boa nova de mais uma vitória que beneficia cerca de 800 professores.

Apesar de tudo, caro professor, veja que ainda é possível acabarmos alguma coisa com uma boa notícia; basta um pouco de esforço.

Vestibular privilegia ensino privado

Não tiveram êxito as gestões feitas pela ADUFPB/JP para que o CONSEPE incorporasse nas discussões sobre o processo seletivo setores diretamente ligados ao ensino médio. Transcrevemos abaixo parte do documento enviado ao CONSEPE para tentar sensibilizar seus membros para a gravidade e a importância da matéria em questão para o sistema público de ensino. No entanto, a exemplo das medidas regimentais tomadas pelo Congresso Nacional para aprovar em urgência urgentíssima matérias contrárias aos interesses da população, o CONSEPE aprovou a toque de caixa a adaptação do vestibular à legislação em vigor, favorecendo o ensino particular em detrimento do ensino público. Quando o MEC, como já declarou o Ministro Paulo Renato, voltar-se contra o ensino público na UFPB, terá o nosso órgão superior de pesquisa, ensino e extensão condições de impedir a privatização da Universidade? Ou seus membros já foram cooptados para aprová-la?

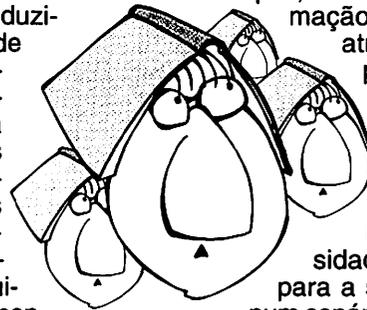
"Não se pode negar a influência do processo seletivo para o ingresso de estudantes na Universidade sobre o grau de ensino imediatamente anterior. É notória a ação induzida pela Universidade de Harvard, ainda no século passado, sobre o desenvolvimento da ciência moderna nos Estados Unidos ao passar a avaliar habilidades práticas de laboratório dos candidatos que procuravam ingressar naquela instituição. No Brasil, é amplamente reconhecido o papel desempenhado pelo CESCEN, antecedente na década de 60 das atuais Comissões Permanentes de Vestibular, na consolidação da qualidade de ensino nas Faculdades de Medicina do Estado de São Paulo. Por outro lado, estudos empíricos realizados no âmbito das chamadas teorias reprodutivistas, demonstraram cabalmente o caráter funcional do sistema nacional de ensino na manutenção da estratificação social prevalente num determinado país. No Brasil, onde apenas cerca de 10% dos jovens entre 18 e 25 anos conseguem acesso ao ensino superior, é evidente a função do vestibular na legitimação da injusta e desigual distribuição de renda vigente, servindo geralmente apenas para confirmar uma seleção que já foi feita com base na situação sócio-econômica dos candidatos. Desta forma, o vestibular é peça vital para a reprodução da dualidade de nosso sistema de ensino que faz com que os alunos das escolas privadas de elite ingressem nas universidades públicas, enquanto aos

alunos das escolas públicas ficam reservadas as vagas das faculdades particulares, em geral, de qualidade duvidosa.

No momento em que, face ao que dispõe a nova LDB, discute-se na UFPB novas formas para o ingresso de estudantes na Universidade a partir do ano 2000, esta dupla potencialidade da influência do processo seletivo, seja sobre a qualidade do ensino médio, seja sobre a democratização do ensino, precisa ser levada em conta. Não se trata, em absoluto, de meramente adaptar o vestibular atualmente em vigor ao disposto na lei. Como já foi mostrado por vários analistas da nova LDB, a lei nº 9394/96 foi promulgada para respaldar a política educacional privatizante do atual governo. No caso do vestibular, é flagrante a adequação do processo seletivo seriado proposto no anteprojeto à realidade da transformação dos cursos particulares em colégios seriados. Na mesma linha, mas de maior gravidade, é a manutenção no processo seletivo de grupos de cursos para os quais serão exigidos exames discursivos somente para as disciplinas afins aos grupos, avaliando-se as matérias de formação geral preferencialmente através de provas de múltipla escolha. Esta deformação, ao favorecer a especialização ao nível do ensino médio, além de ser contrária à orientação pedagógica moderna que preconiza a necessidade de uma formação geral para a socialização do indivíduo num cenário de permanente transformação dos processos produtivos, também estimula o ensino privado em detrimento do ensino público.

De outra sorte, são inegáveis as possibilidades abertas pela nova LDB para que a Universidade cumpra sua responsabilidade social para com o ensino médio e, por extensão, para todo o sistema de ensino. A própria lei nº 9394, em seu artigo 51, recomenda que as Universidades, "ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio". Ora, se privilegiarmos no ensino médio citado no artigo o ensino público – e não o ensino privado como quer o atual governo – a nosso ver, como consequência ética inexorável de uma Universidade pública, muito poderemos fazer pelo nosso sistema educacional."

Wojciech Andrzej Kulesza (Tek),
presidente da ADUFPB/JP



Comunidade universitária debaterá mudanças no

REGIMENTO DO HU

O anteprojeto de Regimento do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HU) da UFPB, aprovado pelo seu Conselho Deliberativo, em dezembro de 1997, foi submetido à apreciação, durante o ano de 1998, pelo Conselho Universitário da UFPB e teve o parecer da Professora Vilma Lúcia Fonseca Mendoza.

Os representantes do DCE, com base na polêmica suscitada pelos itens da Minuta que tratam da questão referente aos convênios com terceiros, pediram vistas ao processo. Como o processo seria votado no dia 28/01/99, os representantes do DCE-UFPB, no CONSUNI, preocupados com as repercussões deste Regimento, levantaram as seguintes questões para a comunidade universitária:

"(...) será que uma instituição que visa lucro e ganha por produção terá tempo de dedicar-se ao ensino, pesquisa e extensão? Formará profissionais competentes para uma sociedade cada vez mais exigente? Haveria igualdade no atendimento entre os pacientes do SUS e dos planos de saúde? Os pacientes destes planos submeteriam-se aos exames que devem ser realizados por estudantes?" (Folder da Secretaria de Biomedica DCE-UFPB).

Considerando a importância do HULW nos seus vários aspectos (hospital escola, de referência assistencial para a população paraibana etc.), a relevância do problema e a situação dos HUs frente à política de privatização do setor saúde, por parte do Governo Federal, a ADUFPB-JP encaminhou uma proposta para o CONSUNI em 28/01/99, reforçando a posição do DCE. A proposta da ADUF foi aprovada por unanimidade pelo CONSUNI, e abriu espaço para uma agenda que permitirá um amplo debate com a comunidade universitária sobre o Regimento do HU. Veja, na íntegra, o documento enviado ao CONSUNI pela ADUF.

A questão da Minuta do Regimento do Hospital Universitário Lauro Wanderley, traz à tona a discussão do papel dos Hospitais-Escola das Universidades Federais, na formação de recursos humanos para o setor saúde, na pesquisa e na assistência à saúde da população; atribuições que envolvem responsabilidades do Estado em suas várias instâncias: Ministérios da Educação, Saúde, Ciência e da Tecnologia, no nível federal e da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências da Saúde, HULW e das Secretarias Estadual e Municipais de saúde, em particular a da capital, enquanto gestora plena do sistema municipal de saúde.

No atual contexto de tendência de privatização dos setores públicos, inclusive de setores essenciais como Educação e Saúde, visualizam-se, neste último setor:

- carência de leitos hospitalares públicos e aumento de leitos privados;
- concentração de recursos repassados pelos estados e municípios para a rede hospitalar privada;
- diminuição de recursos repassados para a rede pública;
- diminuição de recursos repassados pelo MEC;
- valores insuficientes para procedimentos pagos pelo SUS.

Estes problemas têm repercutido na situação financeira da maioria dos HUs, trazendo, portanto, para a ordem do dia um amplo debate em muitas universidades públicas, em torno da questão das alternativas de arrecadação de recursos. O HULW, não foge à regra, na medida em que se amplia o seu papel na assistência à saúde da população de muitos municípios paraibanos, alguns dos quais têm se desincumbido dessa atribuição.

No momento em que está em discussão a minuta do Regimento do HULW, a atual diretoria da ADUFPB-JP/Seção Sindical da ANDES-SN não poderia deixar de externar sua opinião, inclusive em atendimento às deliberações do último Congresso de nosso Sindicato Nacional, realizado



em fevereiro de 1998, em Porto Alegre/RS, tecendo algumas considerações e recomendações.

Consoante com o que consta na Minuta:

a) o "Artigo 2 (- O HULW tem por finalidade:

(...) VII- servir como hospital de referência e contra-referência dentro do programa do sistema Único de Saúde;

Parágrafo Único - O HULW prestará assistência às pessoas matriculadas na instituição sem discriminação de raça, credo, política ou condição social"

Entende-se que estes aspectos buscam consonância com o que preceitua a Lei Orgânica de Saúde:

Capítulo II. Dos princípios e Diretrizes

Art. 7 - As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o sistema Único de Saúde -SUS são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no Artigo 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

I. universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos níveis de assistência;

II. integralidade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos níveis de complexidade do sistema; (...)

IV. igualdade de assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de

qualquer espécie"

Neste sentido, a minuta no seu "Artigo 3(- O HULW será mantido por : (...) III. Renda própria por ele diretamente arrecadada, através de convênios celebrados para prestação de serviços" tem sua redação dúbia, merecendo alguns questionamentos:

a) o artigo refere-se ao convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) ?

b) o artigo refere-se ao convênio com o SUS e a abertura para outros convênios?

Caso a intenção seja a de abertura para outros convênios, é relevante lembrar as possíveis distorções apresentadas em palestra proferida pelo Prof. José Lúcio Machado, em outubro de 1998, em Seminário promovido pela ANDES-Sindicato Nacional:

1) o "espírito de Robin Hood" de cobrar dos ricos para dar aos pobres vem transformando a clientela atendida por hospitais como o INCOR que inicialmente reservava 80% de seus leitos para o SUS, numa acentuada diminuição para cerca de apenas 30%, com inversão favorável para a clientela privada;

2) a "fila dupla" ou "portas diferenciadas de entrada" para a clientela do HULW, trazem repercussões graves para o ensino e a pesquisa na medida em que interfere no perfil epidemiológico regional da demanda, necessário ao processo de formação de recursos humanos para a saúde.

3) contraria os:

a) Artigo 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

b) Artigo 43, da Lei Orgânica de Saúde: "a gratuidade das ações e serviços de saúde fica preservada nos serviços públicos e privados contratados, ressalvando-se as cláusulas dos contratos ou convênios estabelecidos com as entidades privadas";

c) Incisos I e IV do Artigo 7, da Lei Orgânica de Saúde (acima citados)

Considerando ainda, a necessidade de alternativas de saída para a questão do financiamento do HULW e a necessária discussão nos Departamentos do CCS e nos diversos segmentos, propomos:

a) Que se tome conhecimento do conteúdo e se analise as repercussões da recente portaria interministerial nº 22/99 de 11/01/99 que dispõe sobre a efetivação de créditos do SUS a Hospitais Universitários vinculados ao Ministério da Educação;

b) Que se interrompa imediatamente a discussão e votação pelo CONSUNI da proposta de Regimento do HULW e promova-se um amplo debate com a comunidade universitária nos próximos 02 meses;

c) Que a votação pelo CONSUNI da referida matéria se dê em maio de 1999, com amplo respaldo das instâncias interessadas.

GT's indicam Carreira Única alternativa contra manobras d

Os Grupos de Trabalho (GT's) de Carreira, Verbas, Seguridade Social, Política e Formação Sindical reuniram-se em Brasília no último dia 21 de janeiro. A Pauta do encontro foi a elaboração de um Anteprojeto de Lei referente à unificação das carreiras de Magistério Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus das IFES. Os GT's consideraram a necessidade urgente da implementação da Carreira Única de forma a resolver a crítica situação atual dos docentes de 1º e 2º Graus das IFES e atender à aspiração do Movimento Docente neste sentido, que vem sendo reforçada ao longo de sua história.

O Anteprojeto, após ser discutido e aprimorado nas Assembléias Gerais, será encaminhado para apreciação no 18º Congresso da ANDES-SN que acontecerá em Fortaleza de 24 de fevereiro a 01 de março. O texto apresentado ao lado, elaborado pelos GT's, reflete as considerações tiradas como resultado da reunião do último dia 21.

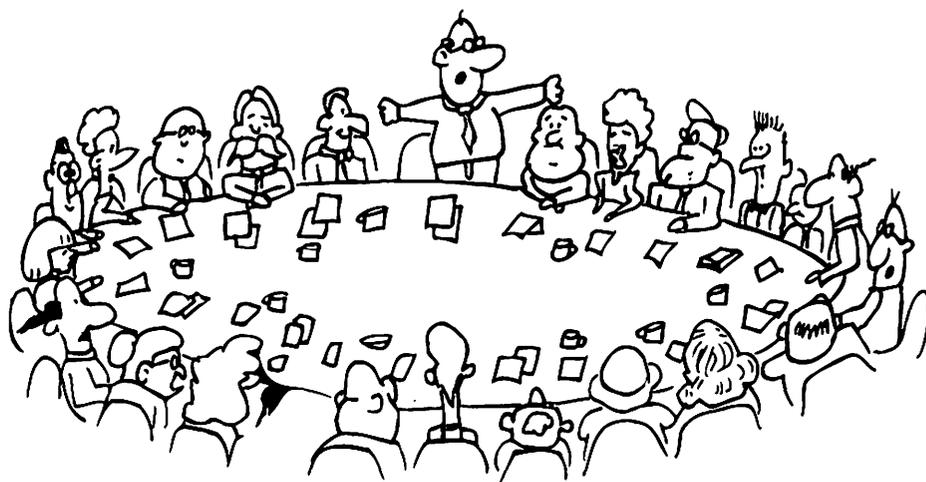
A cópia da minuta do anteprojeto encontra-se na sede da ADUFPB-JP e será distribuída com os docentes por ocasião da Assembléia Geral no próximo dia 9 de fevereiro.

O exame da reforma do Estado e das políticas educacionais vigentes no Brasil indicam que a política governamental está acelerada no processo de pulverização do Sistema Federal de Ensino. Ao invés de buscar a unificação das carreiras dos SPF's, como definido pelo RJU, o projeto do governo, evidenciado pelas reformas em curso, promove a fragmentação e desregulamentação das carreiras. Este objetivo está subjacente à Reforma Administrativa advinda da Emenda Constitucional nº 19 e de suas leis complementares atualmente em votação no Congresso Nacional. A redefinição do status jurídico das universidades, de autarquias à organizações sociais, é uma das conseqüências possíveis dessas reformas.

Vale enfatizar que as IFES já estão sofrendo os efeitos dessa política de desregulamentação e descentralização. O propósito do MEC de criar uma carreira para os docentes de 1º e 2º Graus em suas modalidades técnica e tecnológica desvinculada da carreira de magistério superior é uma demonstração desta tendência. Também a redefinição do lugar da formação de professores das universidades para os Institutos Superiores de Educação pode ser compreendido no mesmo escopo. Deste modo, não é um exagero afirmar que o governo deliberadamente quer excluir os docentes de 1º e 2º Graus das IFES. A mesma tendência pode ser verificada nos CEFET's. Com a sua transformação em universidades tecnológicas (com uma formação acentuadamente instrumental) os docentes que atuam no ensino propedéutico básico terão sua atuação prejudicada correndo risco até mesmo de perderem sua função institucional.

A discussão de um novo projeto de carreira que incorpore os professores de 1º e 2º graus e, ao mesmo tempo, resgate a discussão já acumulada e consolidada na proposta da ANDES, explícita no Caderno nº 2, poderá pois contribuir para a definição de um importante instrumento da luta unificada dos docentes das IFES, no embate que ora se avizinha, em defesa de nossa proposta de universidade.

Este embate se dará, muito provavelmente, no futuro imediato, posto que o governo tem reiteradamente anunciado



sua intenção de encaminhar a regulamentação do Art.207 da Constituição, de maneira a implementar seu conceito de autonomia universitária, que passa pela pulverização da atual carreira única, pela instituição de um modelo de distribuição de verbas orçamentárias entre as IFES em função de sua 'produtividade' e pelo conseqüente fracionamento e destruição do sistema público federal de ensino superior, que passaria a compreender, muitas vezes convivendo no interior de uma mesma IFES, 'Centros de Excelência' e 'de Ensino', configurando deste modo numa única estrutura educacional o desempenho funcionalmente competente de sua atuação dual.

Demonstração concreta está na proposta do interventor da UFRJ/MEC: de um lado, a carreira dos "docentes profissionais", configurada como uma carreira temporária, cujo ingresso não requer o concurso público, sem DE e estabilidade; de outro lado, a "carreira de docente acadêmico", voltada para a pesquisa, com DE, estabilidade etc. Face a esta situação, é tarefa do sindicato oferecer alternativas capazes de congregar a maioria dos docentes, para impedir a concretização do projeto de universidade nos moldes pretendidos pelo governo/ organismos internacionais.

Em função dessas considerações, o Encontro de GT's propõe o redimensionamento da questão da carreira docente. Ao invés de limitá-la ao 1º e 2º Graus, a

discussão deverá abranger também o magistério superior. Tal ampliação se justifica politicamente, pois, com o avanço das reformas neoliberais, também a carreira do magistério superior está sendo precarizada.

É importante que o movimento docente discuta, com a seriedade que o momento exige, a urgência da implantação da Carreira Unificada já referendada nas instâncias máximas do sindicato. Isto decorre do fato de que a atual carreira está cada vez mais defasada. Em várias IFES já se contratam apenas professores com o doutorado e, portanto, os ingressantes já entram praticamente em fim de carreira, dado que a passagem para titular depende da existência de vaga. Assim, nessas universidades, a proposta de quebra da carreira unificada nacional e adoção de outra, local, com salários maiores, contemplando suas especificidades, sua 'excelência', permitindo progressão de docentes doutores para cargos do tipo 'livre docente', 'associado' ou similares, encontra eco em segmentos significativos dos respectivos quadros. É vital, pois, que possamos contrapor a essa alternativa uma outra, alinhada com os princípios que historicamente defendemos. Do contrário poderá haver uma adesão progressiva de IFES às ilusórias e fragmentárias propostas de melhoria de salário e condições de trabalho pela via da aceitação do conceito e

a como o Governo

da prática de autonomia preconizada pelo governo, com todas as suas decorrências.

Esta transposição, nos termos das discussões ocorridas, adquiriu uma nova forma jurídica, tendo em vista que se trata não de uma simples transposição, mas de uma nova carreira, de acordo com as análises apresentadas pelas assessorias jurídicas nacional e de várias Seções Sindicais.

O fato de se tratar de uma nova carreira tem implicações políticas importantes. Uma nova carreira pressupõe novos cargos e uma malha salarial, por isso, nos termos da Constituição Federal, a prerrogativa de encaminhá-lo ao Congresso é do Presidente da República.

Parece-nos, portanto, que a tática de conjugar os esforços dos docentes da carreira do magistério superior, do 1º e do 2º graus, considerada a emergência de equacionar a dramática situação deste últimos e a situação de iminente esfacelamento que pode vir a afetar a todos, maximizará as chances de sucesso do conjunto dos professores das IFES. É necessário pontuar que a inclusão da classe de professor associado (principal diferença entre a proposta de carreira unificada e a vigente) avança no sentido da implantação da Carreira Única da ANDES.

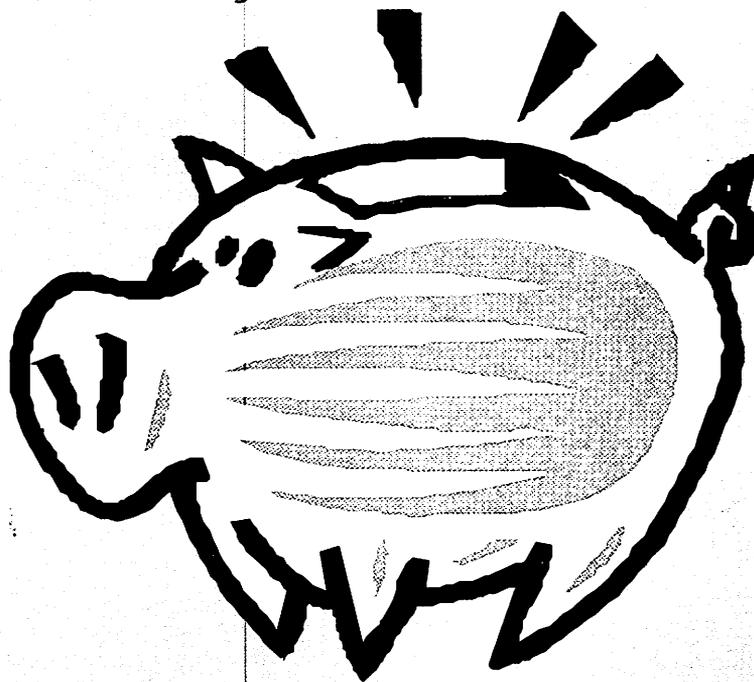
Portanto, as dificuldades que enfrentaremos para aprovação de um projeto contemplando apenas a inclusão dos professores de 1º e 2º graus na nova carreira não seriam significativamente menores do que a luta por uma nova Carreira Unificada, dado que ambas estão na contramão do que pretende o governo, e, do ponto de vista de recursos, a diferença seria muito pequena.

Por outro lado, taticamente, teríamos potencialmente a adesão da totalidade dos docentes das IFES, no segundo caso, o que certamente traria à reivindicação maior força e logo nos conferiria mais poder de negociação e de articulação com os demais setores que pudessem vir a apoiá-la.

Dando cumprimento às deliberações do 38º Conad, os Grupos de Trabalho de Política Educacional, Carreira, Verbais, Política e Formação Sindical, e Saúde e Seguridade Social, reunidos em Brasília, no dia 21 de janeiro de 1999, elaboraram, em conjunto com a Diretoria do Sindicato, o anteprojeto de Carreira Unificada para os docentes das IFES, da Educação Básica, Técnica e Tecnológica e do Ensino Superior. Tal ação, decorrente de discussões em diversos espaços do sindicato teve como resultado final a minuta apresentada adiante.

É importante salientar que essa sugestão deve pautar ampla discussão no seio do movimento docente, não só no sentido de aprimorá-la como também no de se definirem estratégias que permitam organizar a luta necessária para sua implementação.

CONTRIBUIÇÃO



Assembléia Geral decidirá sobre Fundo de Greve

Na AG de 06 de julho de 1998 que contou com a presença de 230 professores e deliberou pelo fim da greve, foi deliberada também uma contribuição extra de 2,5% para a recomposição do Fundo de Greve. Essa contribuição deveria ser recolhida em três parcelas mensais (1%, 1% e 0,5%) nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1998. As duas primeiras parcelas foram recolhidas, conforme a decisão da AG, nos meses de outubro e novembro de 1998. O recolhimento da terceira e última parcela, de ½% (meio por cento), não foi realizado em dezembro próximo passado devido a problemas técnicos na geração do disquete enviado pela ADUF ao SIAPÉ. Cabe salientar que o Conselho de Representantes da ADUFPB-JP, se reuniu para analisar a proposta da chapa AUTONOMIA COMEÇA AQUI que, naquela oportunidade, manifestou a preocupação de uma possível sobretaxação, uma vez que o mês de dezembro é atípico, devido à existência de receitas não fixas nos contracheques dos docentes, como férias, por exemplo. O presidente da entidade, à época, comprometeu-se em tomar todas as precauções para que o problema não acontecesse. O Conselho de Representantes acatou o compromisso assumido por aquela diretoria da ADUFPB-JP deixando ao encargo dela as providências cabíveis, o que foi feito. Cabe, agora, a atual Diretoria Executiva implementar a decisão da referida AG ou, por decisão de nova Assembléia Geral, discutir essa implementação.

Um fato novo surgiu. Como é do conhecimento de todos os colegas, em janeiro do corrente ano recebemos o abono de férias referente a 1997, por decisão judicial decorrente de ação impetrada na justiça pela diretoria do nosso Sindicato à época. Do montante referente à essa ação, coube à assessoria jurídica da nossa sessão sindical o percentual de 7,5%, conforme cláusula contratual. À ADUFPB-JP coube 2,5% do valor da causa, o que equivale a R\$ 54.459,00.

O total a ser recolhido pela entidade com a última parcela da contribuição extra equivaleria a, aproximadamente, R\$ 24.500,00. Em vista do exposto, a Diretoria Executiva propõe para a categoria o seguinte:

- depositar, na conta-poupança FUNDO DE GREVE da ADUFPB/JP, o valor correspondente aos 2,5% que coube à ADUFPB-JP, decorrente da ação judicial acima citada;

- suspender definitivamente a cobrança da última parcela da contribuição extra aprovada na AG de 06 de julho de 1998.

Essa proposta deverá ser discutida na próxima Assembléia Geral da categoria que se realizará em 09.02.1999.

Cinco anos de ilusão

José Jonas Duarte da Costa

Em novembro de 1997, escrevi e a diretoria da ADUFPB-JP, que eu presidia, aprovou e publicou, uma nota analisando o Pacote de FHC de 10 de novembro daquele ano. Em suma, afirmávamos

na nota, que as medidas adotadas à época pelo governo eram inócuas e não conseguiriam solucionar a crise em andamento.

Afirmávamos ainda que, num período mais longo ou mais curto, como uma bomba de efeito retardado, a crise estouraria.

Alertávamos para o agravamento da situação e a insustentabilidade do modelo adotado em junho/julho de 94, no nascimento do real e ratificado no seu aperfeiçoamento em meados de 95.

Criticados por muitos, por estarmos pregando o caos e torcendo para que as manobras do governo não dessem certo, tivemos que aguardar os acontecimentos, tristes da forma como transcorreram, mas com a convicção do que havíamos afirmado. Hoje, necessário se faz, reafirmar alguns elementos que estão na superfície, à vista de todos. O meu raciocínio (renuncio agora a 1ª pessoa do plural) é simples e claro, diria até mesmo, óbvio. Não precisa ser economista ou qualquer cientista da academia para perceber o rombo que o governo colocou o nosso país nestes últimos quatro anos, caminhando para cinco longos anos. Um breve olhar para o estrago, vemos uma economia dilapidada, com a indústria nacional mais dependente que nunca da tecnologia e das finanças internacionais; a agricultura numa crise pior do que a do início dos anos oitenta, com a previsão de produzirmos menos grãos em 99, do que no ano passado. O desemprego bate o recorde histórico e a brutal internacionalização da economia deixa o país, em alguns setores estratégicos como energia e comunicação, à mercê de monopólios internacionais de reconhecida reputação duvidosa.

Num conluio armado com o Capital Financeiro (nacional e internacional), o governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso transformou o Brasil num centro de pilhagem internacional. Nunca o capital, em sua história recente, na sua forma parasitária foi tão bem remunerado, ganhou tanto, com tamanha facilidade, chegando mesmo a possibilidade de transformar seus papéis (dinheiro podre e fictício), em riquezas materializadas. Tudo isso ocorreu com o beneplácito de nossa elite política, da grande imprensa nacional e da maioria dos nossos intelectuais, sempre de prontidão para justificar, em nome de uma tal modernidade, a trapaça armada contra nossa pátria e o nosso povo. Foram raríssimas e honrosas as exceções. O Brasil hoje é um país mais pobre, mais dependente tecnológica e financeiramente, com uma dívida astronômica, impagável, e com os problemas sociais acentuados.

As medidas recentes do governo (liberação do câmbio) já demonstram

ineficiência. A fuga de capitais é uma constante e não existe mais remédio em seu repositório. Finalmente, a farsa parece esgotar-se. Quem gosta da farsa, mais uma vez vai nos acusar de estar torcendo contra o Brasil e contra o governo. Não é isso. Claro que não é isso. É que a economia não funciona com ilusões, desejos, ou mentiras propagandeadas que parecem verdades. A economia é dura como a realidade, ela é a realidade, imposta, máxima, crua e cruel contra os farsantes e ilusores e contra os pobres e iludidos.

A liberação do câmbio, praticada há duas semanas, evidenciou o que dissemos em 97, da sobrevalorização do Real, isto é, o preço do Real era fictício, sustentado por fortes entradas de capitais, atraídos por juros elevadíssimos e ansiosos para praticarem lucros vultuosos, para, em seguida, se retirarem e aplicar em praças mais seguras. Com a paridade real/dólar, conseguia-se inundar o mercado nacional de produtos importados, manter a inflação a níveis muito baixos, provocar um enorme rombo na balança comercial, além de destruir centenas de milhares de pequenas e médias empresas agrícolas, industriais e comerciais que pagando os juros mais altos do mundo, não tinham como concorrerem com os produtos subsidiados da China, Coréia do Sul e principalmente dos Estados Unidos. Com a quebra de emprego foi às alturas. Enquanto o governo justificava o desemprego, como consequência da reestruturação produtiva, assistimos a fusões e mais fusões de grandes empresas, engolindo os tacos de mercados restantes das pequenas, que quebravam como os ramos da caatinga, ressequidos pela estiagem. Realizou-se a máxima do capital, ou seja, um intenso e corrosivo processo de concentração da produção e de capitais, os dados estatísticos mostram também, a drástica concentração de rendas no período.

Em paralelo, estados e municípios caminharam juntos para o buraco de dimensões imprevisíveis. As mazelas sociais aprofundaram-se. O sistema de saúde pública praticamente foi inviabilizado, a estrutura escolar pública caminhou no mesmo sentido, per-

deu-se quaisquer perspectiva de minorar o déficit habitacional do país. A ausência de escola e de emprego, empurrou levas de jovens à violência de gangues e coisas do gênero. O consumo de drogas pesadas entre os jovens aumentou terrivelmente.

Em paralelo, as camadas mais pobres da sociedade, que nunca tiveram acesso a praticamente nada; nunca frequentaram ou viram seus filhos frequentarem uma escola, que nunca foram assistidos por qualquer sistema de saúde pública, nem nunca tiveram direito a casa própria ou qualquer benefício social, atualizaram seus sonhos de consumo, fazendo a festa das financeiras, que ganharam até cem por cento de juros nos financiamentos infundáveis, levando a sucessivos recordes de cheques sem provimentos de créditos no comércio.

Muitos foram os depoimentos de que os pobres finalmente transformaram-se em cidadãos. Mentira. Novamente, a população brasileira foi iludida numa lógica de consumo irracional, pagando duas, três e até quatro vezes o valor do produto, que levaria para o seu barraco sem qualquer sistema de saneamento de água potável e de esgoto. De fato, os ganhos das financeiras foram incalculáveis, cobrando juros mortais; as indústrias de bens de consumo duráveis nunca venderam e ganharam tanto. Esconde-se por trás da festa, que os lucros fabulosos dessas indústrias foram e são todos investidos nos seus países de origem e que não deixaram, ao longo do período, nenhum restinho de sua tecnologia para o Brasil. A nossa indústria, de bens de consumo duráveis, incipiente, quebrou ou capenga por aí, rolando dívidas nos bancos.

Ilusão, tudo ilusão. Cheirou a fanatismo, a certeza e a arrogância que os intelectuais de prontidão e a mídia arrotaram como sendo os feitos do Plano Real. Diariamente, ainda neste momento, que parece findar-se este ciclo da história econômica brasileira, assistimos a insistência do governo e da mídia em defender esse modelo. Alguns, muito bem pagos para isso, outros, por verdadeira ilusão.

Mas, penso, não há mais o que esperar. O país não suporta mais esse modelo corrosivo. Caso continue essa lógica criminosa, teremos grandes e desconcertadas convulsões sociais, perigosas até mesmo à estabilidade democrática (que diga-se de passagem também não acredito existir). A saída?! Só há uma, romper com o atual modelo econômico em que estamos inseridos. Se o atual governo não tem credibilidade, apoio e forças para tal, é necessário mudar o governo, precisamos ter a coragem e a responsabilidade para isso, pois não se pode mais aceitar o sacrifício da população do nosso país, em função desta insana acumulação de riquezas que o Capital Parasitário promove.

José Jonas Duarte da Costa
é professor do departamento
de História da UFPB, Campus I

JURÍDICOS

E • m F • o • C • o

FGTS: mais uma vitória na Justiça

O processo impetrado pela Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP reclamando complemento do FGTS de aproximadamente 820 professores da UFPB, teve decisão favorável em julgamento na 1ª Vara da Justiça Federal. A CEF foi condenada a aplicar os percentuais de 9,6490%; 42,72%; 7,87% e 14,6072% sobre o saldo das contas vinculadas e FGTS nos meses de junho de 1987; janeiro de 1989; maio de 1990 e março de 1991, respectivamente. A relação dos 820 professores beneficiados está na sede da ADUFPB-JP.



Para agilizar a apuração dos valores a serem recebidos pelos beneficiados, a Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP, solicita aos professores que providenciem cópias dos extratos de FGTS com o saldo das contas vinculadas nos meses acima apontados. Os extratos devem ser entregues na sede da ADUFPB-JP.

GED aposentados

A ADUFPB-JP decidiu ingressar com ação judicial com o objetivo de estender a integralidade da GED aos aposentados.

A próxima Assembléia Geral (09/02) deliberará acerca do ingresso da ação judicial na qual o Sindicato figurará como substituto processual. É necessário, portanto, a participação do maior número possível de aposentados na AG da próxima Terça-feira, 09 de fevereiro.

GED substitutos e visitantes

A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP concluiu que há possibilidade dos professores substitutos e visitantes ingressarem individualmente na justiça para receber a GED. Os interessados podem procurar a Assessoria Jurídica do Sindicato e obter maiores informações.

Ouvidoria da ADUF colocará caixas de coleta nos Centros

Já está em funcionamento a Ouvidoria da ADUFPB-JP. A iniciativa tem o objetivo de facilitar aos associados o exercício do direito e do dever de opinar, sugerir, criticar, solicitar, enfim, participar do dia a dia e das ações do Sindicato, fazendo valer a vontade da maioria e contribuindo para o pleno funcionamento da Entidade.

A Ouvidoria está ainda em fase de estruturação e, em breve tempo, poderá ser acionada por vários canais. Quadros de aviso com caixa de coleta serão colocados em cada centro (os antigos quadros de aviso da ADUFPB-JP estão sendo reaproveitados); a home-page da ADUFPB-JP terá um link exclusivo para a Ouvidoria e as manifestações já podem ser feitas, pessoalmente, através de formulário exclusivo.

A Ouvidoria, que não tem um ouvidor titular, está sendo coordenada pelo seu idealizador, professor Romberg Gondim, vice-presidente, e tem a participação de todos os diretores da entidade. A Diretoria pede que todas as comunicações sejam acompanhadas do nome e endereço do sócio para que todas possam ser respondidas no mais curto espaço de tempo possível.



PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 20ª DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB-JP

Referente ao exercício 1998

Conforme anunciamos no **ADUF Informa**, edição nº 68/janeiro de 1999, divulgamos agora o demonstrativo financeiro referente ao exercício 1998. Os documentos relativos às contas que hora apresentamos encontram-se a disposição dos sócios na sede da ADUFPB-JP.

1 - Patrimônio Social	477.699,21
Reservas de Sobras Acumuladas	72.418,80
Reservas de Reav. do Ativo Permanente	550.118,01
TOTAL	
2 - Receitas	
Contribuição do Socios	649.501,35
Rendimentos de Aplic. Financeira	13.625,66
Receita Maq. Copiadora	8.130,18
Receita Sede Socio Cultural	5.405,82
Receitas Diversas	5.065,91
TOTAL	681.728,92
3 - Obrigações	
Sociais	13.427,20
Tributárias	506,90
Cheques a Compensar	100,00
TOTAL	14.034,10
4 - Despesas	
Administrativas	177.914,78
Com Pessoal	181.216,26
Financeiras	2.018,99
Repasse Estatutários	148.343,95
Sede Socio Cultural	37.653,52
Com Eventos (Palestras, Seminários)	4.665,20
Com Greves	141.474,95
TOTAL	693.287,65
5 - Permanente	
Investimentos (Ações Telebrás)	3.995,39
Imobilizado	457.457,81
Depreciação Acumulada	(44.654,54)
TOTAL	416.798,66
Saldo (1+2+3) - (4+5)	135.794,72
Detalhamento Do Saldo	
A - Disponibilidades	
Em Caixa	0,41
Em Bancos	18.563,05
Aplicações Financeiras	107.572,71
SUB-TOTAL	126.136,17
B - Contas a Receber	
Emprestimos Inter-Sindicais	
Adiantamento Salarial	1.300,00
Valores a Recuperar	8.358,11
Deposito Vinculado (Ralp)	0,44
SUB-TOTAL	9.658,55
TOTAL	135.794,72

Antonio Joaquim Rodrigues Feltosa

Professor do Depto. de Matemática
Tesoureiro

POSSE E HOMENAGEM NA SEDE DA ADUF

Conselho de Representantes

Os 44 membros, entre titulares e suplentes, do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP, tomou posse no último dia 14 de janeiro. O Conselho de Representantes é o segundo mais importante órgão deliberativo da Entidade.

O clima de confraternização marcou a solenidade de posse na Sede da ADUFPB-JP.



Terraço Sílvio Frank Alem

Os professores da UFPB lotaram as dependências do **Terraço Sílvio Frank Alem** no dia de sua inauguração e da reabertura do **Bar Aula Extra**. Os amigos de Sílvio Frank Alem lhe renderam uma justa homenagem, usando de artifícios considerados fundamentais pelo homenageado: alegria, chopp e bar. Nesta quinta-feira, 4 de fevereiro é dia de mais uma edição do **Bar Aula Extra**.



Sede de Leitura

⊙ Projeto Sede de Leitura **terá continuidade na noite de 26 de fevereiro, uma sexta-feira, com a sua primeira edição em 1999. O evento acontecerá na Sede Social da ADUFPB-JP, à Rua Gilvan Muribeca, 88, no Cabo Branco. Os professores interessados em lançar as suas obras literárias e (ou) científicas devem procurar a ADUFPB-JP imediatamente. A Entidade oferece o coquetel e a infra-estrutura para o evento. Cabe ao professor inscrever a sua obra e participar do lançamento.**

ASSEMBLÉIA GERAL

09 de Janeiro, às 09 horas
Auditório da Reitoria/UFPB

PAUTA:

- Informes;
- Fundo de Greve;
- Deliberação acerca do ingresso de ações judiciais;
- Participação da ADUFPB-JP no 18º Congresso da ANDES-SN



Professor, participe!

ADUF INFORMA

Edição número 69, Fevereiro/99
é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufpbjp.com.br>
E-mail:
adufpbjp@openline.com.br

Diretoria - Gestão "Autonomia Começa Aqui"

Presidente:
Wojciech Andrzej Kulesza (Tek)
Vice-presidente:
Romberg Rodrigues Gondim
Secretária-Geral:
Maria Benardete da Nóbrega
Tesoureiro:
Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa
Diretora de Política Sindical:
Maria Elisabete B. de Almeida
Diretor de Política Educacional e Científica:

Alexandre Antônio Gili Náder
Diretora de Política Social:
Simone Helena dos S. Oliveira
Diretora Cultural:
Nadilza Martins de B. Moreira
Diretora de Imprensa e Divulgação:
Mariza de Oliveira Pinheiro
Suplente de Tesouraria:
Augusto Antonio Pinheiro Neto
Suplente de Secretaria:
Elisa Bezerra Mineiros

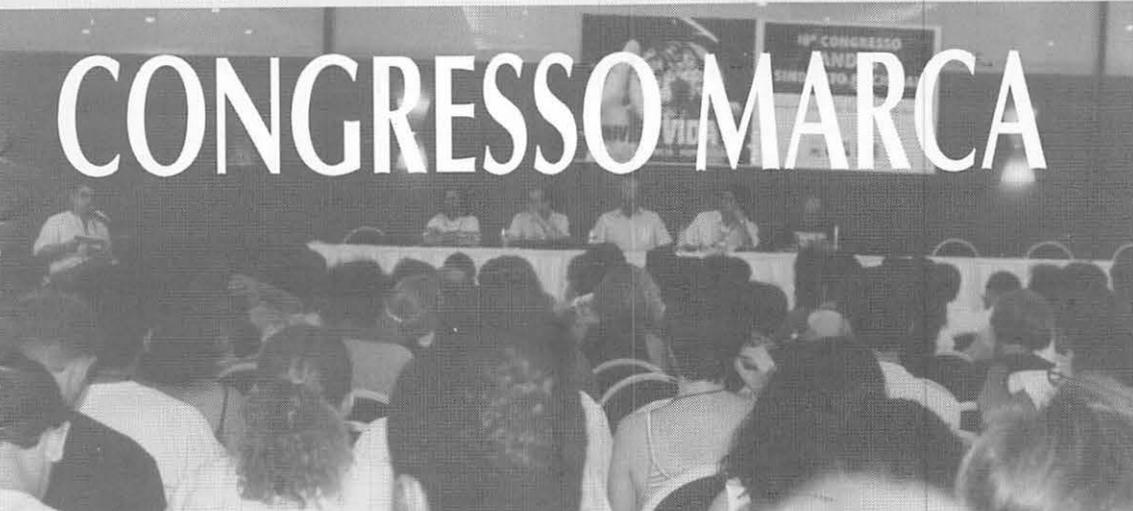
Criart

Assessoria de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-7183/9332-1573

Jornalista Responsável:
Gilson Renato - DRT/PB 821
Projeto gráfico e editoração Eletrônica:
Ricardo Araújo - DRT/PB 631
(Meios - Com. Visual, 083/241-2695)

CONGRESSO MARCA



*Delegados da
ADUF dão sua
impressão
sobre o evento*

PÁGINAS 2, 4 e 6

OPOSIÇÃO AO



XVIII

*Congresso
foi o maior na
história do MD*

PÁGINA 3

GOVERNO



Cerca de 500 professores estiveram em Fortaleza discutindo a conjuntura e o futuro do Movimento Docente, no XVIII Congresso da ANDES-SN, entre os dias 25 de fevereiro e 2 de março. De costas para o representante do MEC, Luis Roberto Cury (foto ao lado), no momento de sua fala, os professores deixaram claro, já na abertura do Congresso, a opção pelo enfrentamento ao governo federal e ao neoliberalismo. Cury, inclusive, prometeu aumentar a GED em 10%, dando ar de demagogia ao seu discurso. O evento também foi marcado pela insatisfação da maioria dos congressistas com a forma como a diretoria da ANDES-SN vem conduzindo a Entidade.

**Leia entrevistas com Edmundo Fernandes, Carlos Baldijão,
Dalton Macambira e Juarez Duarte sobre conjuntura e MD**

Páginas 5 a 9

Professores contra FHC

O 18º Congresso Nacional do Sindicato dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDES, teve início no dia 25 de fevereiro e encerrou às 8:30h do dia 2 de março, no Ponta Mar Hotel, em Fortaleza CE. O Congresso reuniu aproximadamente 500 professores, entre delegados e observadores, e discutiu a situação atual e rumos do ensino público superior, a conjuntura política nacional, as questões políticas internas do Sindicato e o enfrentamento ao Governo Federal, em sua postura política, e como forma de defesa do ensino público.

O 18º Congresso do ANDES ficou marcado pela crítica contundente ao governo federal e deliberou, entre outros assuntos, por um plano de lutas e mobilização nacional que objetiva combater, parar e reverter as ações do governo federal e suas consequências que têm significado perdas importantes para o ensino em particular e o país como um todo. A palavra de ordem "Fora FHC, Fora FMI", também deliberada pelo Congresso, sintetiza a disposição de luta que foi (além do medo da dengue e da cólera), a única unanimidade do Congresso em Fortaleza.

A oposição a atual diretoria da ANDES SN deu o tom ao 18º Congresso do Sindicato. Acusações sérias como as de manter discussões e decisões no âmbito da cúpula, ignorando a vontade da base da Entidade; tentar direcionar tendenciosamente o próprio evento; omitir-se na questão da UFRJ e corroborar com a adulteração do relatório da GED – em relação a estes dois últimos pontos foi aprovada, por absoluta maioria e depois de uma tensa votação, uma retratação à categoria pela Diretoria-mantiveram o Congresso polarizado entre a Diretoria e a ANDES AD Oposição, tendência majoritária no Congresso.

Nesta edição do Aduf Informa, o 18º Congresso da ANDES SN é o destaque principal. Sobre o evento publicamos textos analíticos de alguns dos delegados ao Congresso pela ADUFPB-JP, entrevistas com nomes de destaque do Movimento Docente em nível nacional – dentre as quais destacam-se depoimentos contrários e em defesa da Diretoria da ANDES SN, e a Carta de Fortaleza, tirada pela plenária de encerramento do 18º Congresso da ANDES SN.

Uma estratégia repudiada

Anunciada pelo presidente no *InformANDES* de jan/fev e incluída no *Caderno de Textos* do XVIII Congresso, a proposta da atual diretoria nacional de nosso Sindicato para a questão da autonomia universitária foi rejeitada pela categoria. Formulada em consonância com a orientação que tem norteado as ações da diretoria da ANDES-SN desde sua posse, a proposta consistia na elaboração pelo movimento docente de um projeto de lei regulamentando a autonomia consagrada no artigo 207 da Constituição, negando assim, formalmente, a tese de sua autoaplicabilidade.

Alfinetada pelas fortes críticas de delegados ao Congresso à estratégia do Sindicato em episódios recentes, dentre os quais se destacam a atuação de membros da diretoria no processo de regulamentação da GED e de seu comportamento na crise da UFRJ, a proposta, ainda no calor dos debates, foi retirada para não ser fragorosamente derrotada pelo voto.

Em vez da elaboração de um projeto de lei, foi aprovada uma ampla discussão da autonomia – tal como consta da *Proposta das Ads e da ANDES para a Universidade Brasileira* elaborada pelo movimento docente – com todos os setores sociais e em conjunto com alunos e funcionários, com o objetivo de construir mecanismos institucionais que garantam a implantação da autonomia prevista na Constituição.

É isto que ficou para ser encaminhado pela diretoria executiva de nosso Sindicato e já foi por ela explicitamente assumido. Eventualmente até, como fruto desta discussão e em função da conjuntura, a luta dos docentes do ensino superior poderá se estender ao Congresso Nacional, arena privilegiada pelo atual governo para tentar nos impor o seu projeto de autonomia calcado nas teses neoliberais impostas pelo capital internacional.

Tomar para si a tarefa de elaboração de um projeto de lei de autonomia, significaria para o movimento docente aceitar logo de início o encaminhamento de suas ações para um terreno que nos tem sido amplamente desfavorável e que, ainda por cima, tem sido considerado como arena ideal pelo MEC para nos impor sua política. Desta armadilha nos escapamos. Vamos então à luta!

Mais do que revelar os equívocos de uma estratégia que privilegia as ações institucionais, o embate ocorri-

do no XVIII Congresso desvelou o confronto entre concepções sindicais opostas. As divergências foram colocadas claramente em torno do relacionamento institucional do Sindicato, mormente com os órgãos governamentais, incluindo aí o Parlamento no sentido lato que o conceito de sociedade política proporciona.

Para uns, a diretoria e seus aliados, o Sindicato representa seus associados em qualquer negociação com estes órgãos governamentais *in totum*, isto é, ela os substitui inteiramente. Cabe aos dirigentes pensar a todo momento pelos sindicalizados, negociando o que eles consideram que seja melhor para a categoria, uma vez que esta já foi consultada com antecedência, tendo expressado suas reivindicações básicas.

Os resultados deste processo, por exemplo, as consequências acadêmicas e econômicas da implantação da GED, tem que ser assumidos pelo Sindicato como um todo, isto é, diretoria, Ads e sindicalizados e, como tais, eles sempre significam ganhos, ainda que aqueles possíveis no interior de uma dada correlação de forças. Ainda nesta concepção, cabe às instâncias deliberativas do Sindicato, como o Congresso, elaborar um plano de lutas a partir do pensamento dos delegados de base eleitos.

Para outros, expressiva maioria dos delegados presentes no XVIII Congresso, é o pensamento da base que eles representam que deve nortear as ações do Sindicato. Numa negociação, os dirigentes têm de se ater exclusivamente ao que lhes foi delegado pelas assembléias. Do mesmo modo que os funcionários do governo têm de consultar os seus chefes frente a novas possibilidades de negociação, também os dirigentes sindicais têm de remeter às bases quaisquer mudanças nas propostas colocadas na mesa.

Os desdobramentos do plano de lutas aprovado no XVIII Congresso, ainda que seus delegados tenham sido indicados por menos de 3% dos sindicalizados, mostrará se a concepção vitoriosa está de fato presente de forma orgânica na ANDES-SN, o que será perceptível se os encaminhamentos feitos levarem à eclosão de um movimento capaz de mobilizar a sociedade para a construção da autonomia que queremos.

Wojciech Andrzej Kulesza (Tek),
presidente da ADUFPB/JP e Delegado de
Diretoria no XVIII Congresso da ANDES

CARTA DE FORTALEZA

XVIII CONGRESSO DA ANDES

O 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional, realizado na cidade de Fortaleza, foi o maior dentre todos os realizados até hoje. O grande fluxo de professores de todo o país à capital do Ceará reflete a preocupação existente no corpo docente com a grave crise por que passam a sociedade e a universidade brasileira.

Depois de quatro anos aplicando a cartilha neoliberal – abertura comercial e financeira, desmonte do Estado, desregulamentação do mercado de trabalho e desnacionalização da economia –, o governo de Fernando Henrique Cardoso lançou o país na maior crise econômica e social de sua história. As condições gerais do país, hoje, são muito piores do que aquelas de quatro anos atrás. O desemprego, a concentração de renda e a exclusão social cresceram vertiginosamente.

O crescente endividamento externo e interno deixou o país totalmente vulnerável à sanha especuladora do capital internacional. Para não prejudicar seu projeto eleitoral, FHC permitiu que houvesse uma grande fuga de divisas, deixando o país sem as condições mínimas para executar uma política econômica própria. Sem respaldo interno e externo, entregou o país à administração direta do FMI. Sem apresentar resistência, dobrou-se às imposições que lhe foram feitas pelo centro do capitalismo internacional, negociando acordos danosos aos interesses nacionais.

Os pilares que davam sustentação, apoio popular e legitimidade social a FHC, em seu primeiro mandato, foram a moeda forte e a inflação baixa. Um pilar já ruuiu, o outro está ruindo.

Com a desvalorização do Real e a volta da inflação, as diferenças sociais aumentarão ainda mais. Sem ter a dignidade de reconhecer seus fracassos, FHC quer que o conjunto da sociedade pague pelos seus erros.

O governo já pensa em não reajustar plenamente o salário mínimo em maio, assim como pretende manter congelado o salário dos servidores públicos pelo quinto ano consecutivo. A luta contra o arrocho salarial e o desemprego é, portanto, comum a todos aqueles que dependem do trabalho para dar uma vida digna a suas famílias.

Um elemento central da atual conjuntura é o ataque à Universidade. O governo procura desmontar a Universidade, cortando recursos e não repondo as vagas de docentes. Além disso, ataca a Autonomia Universitária. A PEC 370 aparece como um golpe de morte na Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade. Lutamos contra essa Emenda Constitucional, por ela representar a destruição do sistema federal de ensino superior e ser totalmente

contrária à concepção de Universidade que sempre foi defendida pelo Movimento Docente. Paralelamente, o governo tem criado toda uma legislação que afronta a Autonomia Universitária. O principal exemplo é a lei que trata da eleição dos dirigentes universitários. Precisamos fazer valer o conceito de auto-aplicabilidade consagrado no artigo 207 da Constituição Federal.

Para o ano em curso, impõe-se a luta por políticas educacionais e de Ciência e Tecnologia que contemplem a recomposição de seu orçamento de acordo com prioridades, democrática e participativamente estabelecidas pela sociedade. Queremos uma política de C&T autônoma, que promova a emancipação da maioria da população brasileira na perspectiva do trabalhador e da justiça social, visando a plena satisfação das necessidades básicas e o melhor aproveitamento de nossas riquezas naturais e do nosso mercado interno.

O Congresso da ANDES, frente a essa grave conjuntura, aponta para o Movimento Docente a necessidade de reagir energeticamente contra a continuidade da política de FHC. Precisamos construir uma Greve Geral, que catalise o crescente descontentamento popular com o quadro que se desenha. Na Greve Geral, vai se dar a unidade dos setores progressistas contra o projeto neoliberal. Essa unidade, construída na luta, será fundamental para que construamos um programa de transformações sociais e econômicas no campo democrático e popular, suficiente para atender às necessidades básicas da maioria da população brasileira.

Para tanto, é fundamental a consolidação de nosso arco de alianças.

A luta que se apresenta é das mais agudas. Precisamos reunir todas as forças progressistas para derrotar o projeto de FHC e do FMI. Temos que dizer não ao pacto social, que só serve para socializar os prejuízos e os custos de uma política subserviente promotora de ajustes fiscais sucessivos para pagar altas taxas de juros.

Por tudo isto, a ANDES conclama os professores e a sociedade a se engajarem em um amplo movimento para dar um fim a estas políticas de destruição da universidade e da sociedade e que só aumentam a ignorância, a fome e a miséria.

As resoluções aprovadas neste 18º Congresso representam o amadurecimento da nossa elaboração teórica. E a unidade construída na práxis será a gestora de uma universidade pública, gratuita, democrática, de qualidade e de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Basta das políticas neoliberais do governo FHC! Fora o FMI!

Fortaleza, 2 de março de 1999

Fortaleza é palco de batalha em defesa da UNIVERSIDADE PÚBLICA, Gratuita e de Qualidade

*Professores de frente para o mar
e de frente para o Brasil*

Marcos Montenegro
Observador do XVIII Congresso da ANDES

Os docentes das universidades brasileiras mostraram que estão de olho no Brasil e preocupados com os rumos que vão tomando as universidades públicas, com a atual política do Sr. FH e seu ministro da educação, Paulo Renato.

Quase 450 professores das universidades públicas federais e estaduais e das particulares estiveram presentes no XVIII Congresso da ANDES – SN- UNIVERSIDADE, EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, HUMANIDADE, em Fortaleza/CE, de 25/02 a 02/03, realizado no Ponta Mar Hotel, discutindo uma pauta composta de conjuntura nacional, autonomia universitária, plano de carreira única dos docentes de 1º, 2º e 3º graus das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), plano de lutas, política educacional, política de ciência e tecnologia, salário, qualificação, estrutura sindical, questões organizativas e financeiras entre outros assuntos de interesse da categoria e mais de quebra, problemas: Rubens Pinto Lyra e UFRJ.

O mar serviu de inspiração para desenvolver e demarcar os interesses da classe em oposição às políticas neoliberais em curso no país, que desmonta e fere os direitos de milhões de brasileiros. Parece que o tempo fechou para os brasileiros e brasileiras pobres.

Importante lembrar a merecida homenagem aos 90 anos do poeta popular cearense Patativa do Assaré realizada pelo 18º Congresso da ANDES-SN. Uma justa lembrança ao Brasil de "Baxo".

Os educadores brasileiros do ensino superior saem do congresso fortalecidos e armados, feito um dragão do mar, prontos para enfrentar o desmonte da universidade brasileira levada a cabo pelas políticas do almirante de plantão no Palácio do Planalto. O "rei" está nú! Mergulhou o país numa crise sem precedentes na história brasileira. A recessão, o



desemprego, a fome e a miséria são os pratos do dia nesse "rancho do Brasil central". Para espanto de todos, embora o capitalismo já tenha alguns séculos, esse filme é novo: uma dívida saltar de 52 para 363 bilhões em 4 anos, na mesma quantidade de anos os servidores federais não têm aumento salarial e banqueiros ganharem só no mês de janeiro/99 mais do que ganharam no ano todo de 1998. O que estamos esperando para levantar o FORA FHC? Constatou-se ainda, numa análise do quadro conjuntural, a retomada do processo de mobilização, a ascendente luta dos setores populares contra as políticas das classes dominantes, o retorno às grandes manifestações de massa, ocupação de fábricas, etc.

O congresso foi precedido da reunião dos setores particulares, estaduais e federais do sindicato e de importantes, mas chatos e prolongados seminários com variadas temáticas, exigindo dos docentes uma permanência de pelo menos 8 dias na capital cearense.

As resoluções do congresso

foram resultados de intensos e muitas vezes acirrados debates, entre os defensores da (situação) atual diretoria do ANDES-SN e da Oposição, reunidos na articulação ANDES/AD Autônoma e Democrática, tendência majoritária no XVIII Congresso e no movimento docente brasileiro. Debates muitas vezes prolongados por mais de 10 horas, com variadas intervenções, num processo coletivo democrático de construção da política a ser implementada pelo ANDES-SN em 1999 até a realização do próximo congresso, em fevereiro de 2000 em Juiz de Fora-MG. O alvo dos debates foram as políticas de ajuste estrutural e as reformas neoliberais da educação brasileira. Dentre muitas das resoluções importantes estão a palavra de ordem: FORA FHC!, FORA FMI!, um plano de lutas que contempla questões específicas da universidade e questões de política mais gerais, contra as propostas neoliberais de reforma da constituição brasileira, pelo não-pagamento da dívida externa, greve geral, reajuste salarial emergencial de 49,37%, incorporação da GED aos salários, transformar as bolsas do 1º e 2º graus em salário, não ao pacto social, pelo pagamento da dívida social, minuta de ante-projeto de lei do 1º e 2º graus, combate a PEC da reforma sindical e trabalhista do governo e finalmente a censura pública à diretoria da ANDES-SN pelas questões da Comissão de Avaliação do MEC (adulteração de relatório) envolvendo Rubens Pinto Lyra e o outro episódio recente da UFRJ.

Para encerrar, ficou decidido o próximo CONAD para o Rio de Janeiro, tendo já proposta para o 2º CONAD do ano, ser realizado na cidade de Natal e como foi citado acima o próximo congresso da ANDES, no ano 2000, será em Juiz de Fora-MG.

Marcos Montenegro é professor do quadro docente de 2º grau da UFPB, atualmente cursando mestrado em Educação Popular na UFPB.

“ANDES busca negociação em detrimento da mobilização

O professor Edmundo Fernandes é um dos principais nomes da tendência “ANDES AD”, que faz oposição à atual diretoria da Entidade. Em entrevista ao Aduf Informa, Edmundo justifica a sua postura e diz porquê acredita numa reação positiva do MD em relação à conjuntura atual.

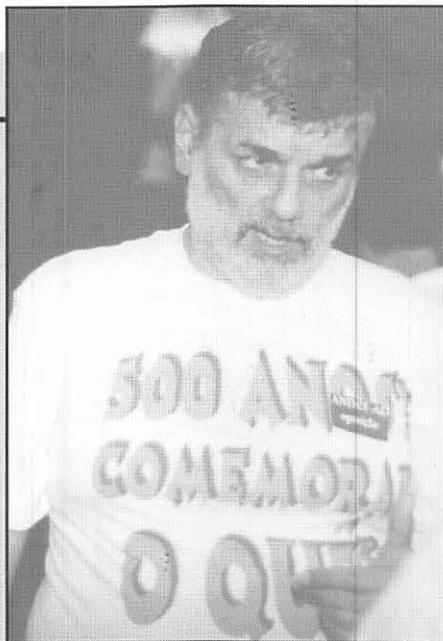
Qual a análise que você faz do tratamento que vem sendo dado a educação como um todo e especificamente às universidades federais públicas pelo governo FHC?

O governo FHC tem reproduzido, sem nenhuma criatividade, os documentos do Banco Mundial a pretexto até de fazer justiça social. Ele diz que enfatiza o 1º e o 2º grau, o ensino fundamental por ser mais importante para o conjunto da sociedade. Na realidade, ele está destruindo um sistema nacional de ensino e de pesquisa e extensão que alcançou um nível elevado. É claro que críticas deverão ser feitas aqui ou ali, mas ele está destruindo este sistema a troco de nada porque ele tem uma concepção de que efetivamente não há mais autonomia possível para o Brasil no quadro internacional. Resta então o que para a gente? Formar tecnólogos de ensino médio e, às vezes, até mesmo constituir universitários sem aprofundar o nível de pesquisa na universidade, o que ele faz é destruir bibliotecas, destruir também as condições de trabalho do professorado dos técnicos administrativos. Ele pretende uma universidade inútil até mesmo no sentido da mera reprodução. Neste sentido eu vejo como destruidor da universidade.

Você acredita no surgimento de um movimento, a partir deste Congresso, que possa reverter ou pelo menos dar um basta ao que vem acontecendo neste sentido?

O congresso sai armado para dar esse enfrentamento não só em relação às políticas gerais do governo FHC para a sociedade brasileira. Não só na questão política geral mas, também, na luta para dar condições efetivas ao funcionamento das escolas de 1º e 2º grau nas universidades federais. Armado também para a luta contra a descaracterização da nossa proposta educacional para a sociedade brasileira. Temos condições de examinar as propostas de cursos sequenciais que a pretexto de se adequarem a formação de quadros para o mercado, simplesmente caminham para a destruição, se implementados, de toda e qualquer possibilidade de um pensamento crítico. Lutar também contra a destruição de todo o sistema de ensino, pesquisa e extensão no Brasil.

Mas como se coloca a questão dos cursos sequenciais?



Edmundo Fernandes, da Unicamp/SP

Ele pretendem substituir o que chamamos de padrão unitário de qualidade no ensino secundário e no lugar disso colocar cursos que não formarão nem quatro turmas porque o chamado mercado é volúvel no sentido de que depende dos interesses das grandes empresas multinacionais preferir este ou aquele profissional. O papel da escola não é apenas o de formar professores e pesquisadores no sentido do conhecimento mas também é em grande medida a construção de pessoas inteiras para a vida social, a construção das futuras gerações. Se permitirmos que destruam a vida inteligente do país só nos restará a subserviência ao mercado internacional onde você não poder criar condições de elaboração, restará a cópia. Eu acho que exatamente este congresso sai com uma crítica pesada sobre as modificações que foram introduzidas pela LDB, sai com uma crítica pesada a destruição do sistema universitário e portanto nós temos clareza de que damos um passo importante no sentido da reversão do que está posto. Agora nós sabemos também que face a relação de forças brutal que está imposta neste país, isso só será possível com a mobilização de amplíssimos setores da sociedade e aí vem uma questão que eu acho que é relevante. Quer dizer, nós professor(a)es universitária(o)s precisamos ter clareza de que fora do movimento das classes trabalhadoras, não há

perspectiva de construir um novo tipo de conhecimento. Estamos caminhando simplesmente para uma pseudo qualificação, para vender nossa capacidade de trabalho em um mercado que cada vez mais expulsa os técnicos já qualificados, porque ele precisa de muito pouca gente, ainda assim é uma forma perversa de gastar recursos públicos tão duramente criados porque as custas cada vez mais da destruição tanto das classes trabalhadoras quanto da parca classe média.

Você acha que já existe ou é possível construir o necessário respaldo, no âmbito da universidade e da sociedade como um todo, para que haja de fato esse enfrentamento de uma forma positiva?

A atual conjuntura é volátil. Há um mês; dois meses atrás, quando falávamos que o governo estava encurralado, enfrentando crises sobre crises, éramos criticados e chamados de golpistas. A idéia de que a crise estrutural do capitalismo está dominando o Brasil e aprofunda a crise social, em um primeiro momento, provavelmente, pode chocar àqueles que pensam “bom, mas eu poderei me salvar, eu poderei escapar a isso”. Só que as condições para escapar são cada vez menores e o professor está cada vez mais vulnerável neste processo que vem desde os anos 80 e vem se degradando salarialmente, vem se degradando enquanto possibilidade de acesso a bens culturais, formando portanto, pessoas com mais dificuldade, apesar do esforço generoso da nossa categoria. Estamos vendo que, progressivamente, tem que se criar as condições de mobilização e isso não vai ser resolvido por um passe de mágica. Veja o caso dos professores aposentados, que agora dependem apenas do seu salário e que irão descontar até 25% dele. O aposentado vai ter que voltar a trabalhar. Está colocado que por mais preconceitos de classe que ele teria, por mais que ele ache que é um ser superior, não é um trabalhador qualquer, ele é tratado por esse governo como um trabalhador qualquer.

Trazendo o papo um pouco para o âmbito do ANDES, está caracterizado neste congresso uma oposição forte à atual diretoria. Qual é a razão desta oposição?

Isso já é uma matéria do conhecimento dos companheiros universitários. Poderíamos dizer que, na realidade, houve um processo de constituição de uma nova direção, um processo legítimo de escolher uma determinada chapa. Mas no processo de formação de saída da greve, foram sendo tomadas uma série de medidas, a par-

E • N • T • R • E • V • I • S • T • A

Continuação: Edmundo Fernandes Dias

*"O que eu vejo é a absoluta
necessidade de uma redefinição da
sintonia entre direção e movimento.
Como ninguém faz oposição por
fazer, então é necessário que os
companheiros de direção busquem
uma sintonia mais viva."*

tir da atual diretoria, que tem privilegiado a negociação por cima, sem tocar profundamente na mobilização. Então o que acontece é que cada vez mais o sindicato toma consciência de que essa política de negociação é suicida. O governo federal na abertura do nosso Congresso, anuncia que vai enviar um projeto de 10% de reajuste. Já anteriormente, na saída da greve, o governo falou coisa semelhante. Não é uma proposta séria. Provavelmente o Congresso rejeitará essa proposta em nome do ajuste estrutural. E o Congresso tem sido extremamente subserviente ao governo, apesar da existência de um grupo de oposição que faz um trabalho sério. Como o ajuste está na ordem do dia da negociação com o FMI isso não deverá ocorrer. Isto não vai passar, mas ele usa do expediente de vir ao congresso também para tentar influenciar nossos trabalhos. O governo tem interesse em esfacelar a unidade do movimento e acena com falsas questões porque se é possível conseguir uma negociação por cima tão facilmente evidentemente a desmobilização será generalizada.

Nesta perspectiva que caminhos você acha que o movimento docente pode tomar a partir daí?

A revitalização do processo da democracia interna do sindicato ou seja, o fortalecimento às instâncias dos sindicatos, o seu conselho, as suas sessões sindicais, o seu congresso. Isso exige do nosso campo político de oposição o máximo de clareza, mais propostas e formas de mobilização da categoria. O que eu vejo é a absoluta necessidade de uma redefinição da sintonia entre direção e movimento. Como ninguém faz oposição por fazer, então é necessário que os companheiros de direção busquem uma sintonia mais viva com um movimento que está cada vez mais exigindo uma mobilização por estar absolutamente insuportável a situação dos trabalhadores universitários.

O que o 18º Congresso apontou neste sentido?

Em um congresso polarizado é possível que este movimento de aproximação da diretoria em relação

ao movimento neste primeiro momento seja dificultado em função de que evidentemente, quem perdeu a linha política do congresso, quem perdeu o convite de proposta comunitária do congresso necessariamente não deve estar de muito bom humor, mas acredito que a gente pode, desenvolvendo a vida do nosso sindicato, reconstruir esta relação e é um convite histórico de unidade que nós fazemos aos companheiros da direção, unidade na luta e não através de meros expedientes políticos. É absolutamente necessário reconstruir um patamar de confiança da categoria no seu sindicato e isso exigirá maturidade e uma profunda autocrítica da direção. E isso é relevante na medida em que o pior que pode acontecer aos trabalhadores é a queda das organizações de defesa, enfim, de articulação.

Edmundo, como você estabelece um paralelo entre o projeto de autonomia apresentado pelo governo e o projeto de autonomia que você e os seus colegas consideram ideal?

O projeto de autonomia do governo implica na destruição do sistema nacional de universidades públicas, quebra a isonomia, redefine salários, tudo isso dependendo da correlação de forças no interior de cada universidade. Hierarquiza as universidades e reproduz as diferenças entre elas, ampliando-as. É como diz a Parábola dos Talentos: "aquele que tem mais lhe será dado, a quem não tem, ainda esse pouco será retirado". Em última instância visa quebrar a espinha dorsal do movimento docente. Nosso projeto, construído democraticamente, encontra-se claramente colocado no Caderno 2 do nosso Sindicato. Afirma a necessidade de um sistema nacional de educação, o padrão unitário de qualidade, implica na gestão democrática da Universidade. Implica sobretudo no reconhecimento de que a autonomia é condição de liberdade de criação e expressão e não, como no projeto governamental, um mecanismo de descomprometimento, de recusa do financiamento público e do privilégio diferenciado de setores dentro das IES. No fundamental não é um projeto administrativista, privatizante.

P No Congresso da ANDES
Os temas mais candentes
Mobilizam corações e mentes
Muitas falas com paixão
Dilaceram a emoção

O
• A GED maquiavélica
Transforma a universidade
Em instituição esquelética
E
• Destrói a unidade
Divide o corpo docente
• Esfacela a solidariedade
M
• Desperta a competição
Na lógica da contabilidade

A
• O princípio da autonomia
Gênese da universidade
Agora está ameaçada
& Conduzindo esta entidade
Para o jogo do mercado
Privatizando a educação
Provocando a seletividade
C Aumentando a desigualdade

• **Ensino**, pesquisa e extensão
Perdem a indissociabilidade
O ensino fica sem base
• A pesquisa longe da realidade
• E quem perde é a sociedade
Especialmente os excluídos
N Que ficam sem possibilidade
• De receber os serviços
Prestados pela universidade

G
• É por isso caros docentes
Que não podemos ser inocentes
R Entrar no jogo do governo
E sermos subservientes
• Agora nós precisamos
Defender a autonomia
E Deixar de ser coniventes
• Só assim poderemos ter
Uma universidade independente

S
• Não podemos esquecer
Das lutas mais gerais
Defender a terra e a moradia
• A saúde e a educação
S Elementos da cidadania
• Unindo todos os trabalhadores
O Uma sociedade justa e igualitária
Haveremos de ter um dia

Fora FHC e o FMI
São os temas do momento
Pois suas políticas de ajuste
Só tem causado sofrimento
Desorganizando a economia
Desprezando o movimento social
Aumentando o desemprego
Favorecendo o capital internacional

O pagamento da dívida
Não podemos aceitar
Pois a dívida social
Há urgência em pagar
As políticas sociais
Deve-se implementar
E a nossa riqueza socializar

No movimento docente
Há várias concepções
Diversas são as maneiras
De os problemas encarar
Apesar das divergências
É preciso a luta unificar
Com toda a sociedade
Temos que nos juntar
Esse governo derrubar
E a sociedade modificar

Só assim os excluídos
Poderão vivenciar
Uma plena cidadania
Pela qual vem a lutar

Socorro Xavier
Delegada do Congresso da ANDES

“Para FHC autonomia é liberdade para demitir”

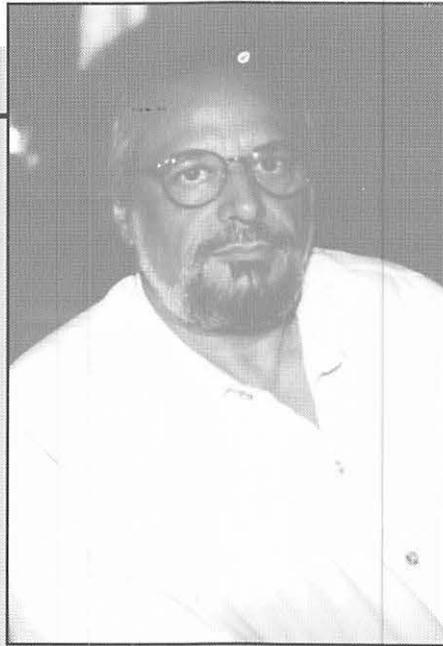
O ex-presidente da ANDES-SN, Carlos Baldijão, acredita na retomada da atividade sindical e considera que o governo, em relação a educação, quer apenas desobrigar-se. Para ele a falta de regulamentação do regime jurídico é um canal aberto para a transformação das universidades em organizações sociais.

Qual a análise que você faz do ensino no Brasil no Governo Fernando Henrique Cardoso?

O Governo Fernando Henrique Cardoso fez modificações profundas na área educacional, a começar pela emenda constitucional nº 14 que cria fundos de desenvolvimento de ensino fundamental e de valorização do magistério. Este fundo seqüestra 60% dos recursos dos estados e municípios vinculados à educação e tem que ser utilizado exclusivamente no ensino fundamental. Com este fundo o Governo quer tratar o problema da educação no Brasil sem considerar as particularidades de cada região, o que é errado que precisam ser tratados de formas diferentes em um mesmo estado. Alguns municípios ganham e outros perdem com isto. Uma outra coisa importante que foi feita é que o governo federal, primeiro propôs um projeto de lei relativo ao ensino profissional. Este projeto foi bombardeado pelas audiências públicas que aconteceram e assim que foi regulamentada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a título de regulamentar a Lei, eles retiraram o projeto e através de decreto estabeleceram as novas regras para o ensino fundamental que desmantelaram as nossas escolas técnicas, agrotécnicas e cefets. Uma verdadeira calamidade. Este são algumas das questões importantes que estão colocadas pelo governo FHC

O sr considera isso apenas um erro técnico ou uma manobra política?

É uma perspectiva embasada na orientação mundial que este governo absorve. Na verdade, a grande preocupação deles não é com a educação mas com a instrução; com adestramento. Desta forma eles investem um valor mínimo por aluno. Cerca de trezentos e quinze reais por ano. Aí, formalmente, eles conseguem au-



Carlos Baldijão, aposentado da USP

mentar o número de matrículas decerto, mas não conseguem melhorar a qualidade do ensino. Separando o ensino técnico do ensino propedêutico o governo também deixa grande parcela de alunos sem condições de ter acesso ao ensino ideal, pois não têm condições financeiras e nem tempo de realizar os dois cursos (técnico e propedêutico) em escolas diferentes.

Você acha que a questão da autonomia poderia contemplar também problemas como estes?

Com relação a universidade, o que o governo FHC quer é, fundamentalmente, se desobrigar. A preocupação da autonomia, do ponto de vista do governo, está ligada fundamentalmente, pelo menos nas propostas apresentadas, na liberdade de contratar e demitir, simplesmente isso. Querem

desvincular os professores e funcionários da universidade, das leis do funcionalismo. Outro ponto também importante, é que eles deixaram em aberto a questão do regime jurídico, de tal maneira que abre a possibilidade de transformação das universidades em organizações sociais. Na verdade, você privatiza a gestão. Assim você também liquida a questão da democracia nas universidades. É neste sentido que as coisas estão caminhando. Neste ano esta questão deve voltar à discussão novamente e vamos ver de que maneira vai se comportar o governo federal.

Qual a sua expectativa em relação ao movimento docente a partir deste congresso?

O lha, eu tenho a impressão de que como a situação do país tende a se agravar muito, como toda a farsa de FHC já está às claras, como o desemprego e toda a crise social são problemas graves e que afetam diretamente uma parcela significativa da população e, indiretamente, toda a sociedade, acredito que seja possível e necessário, agora, uma retomada da atividade sindical.

Você considera que os sindicatos são fortes, apenas, quando o governo está fraco, vai aí alguma crítica aos sindicatos?

Não é assim uma coisa linear, eu nunca ví um governo com tanto apoio da mídia quanto o governo FHC. Então a ilusão foi cantada durante todos estes anos e com muito poder de convencimento. Isso por um lado, por outro lado a repressão sob os sindicatos foi muito forte. Acho que nem a ditadura militar teria feito o que o governo FHC fez no caso dos petroleiros, por exemplo, foi uma coisa assim a “la Margareth Thatcher”. Este governo se esforçou em desmantelar os sindicatos e qualquer coisa que pudesse esboçar alguma reação contra ele. Num país deste tamanho, fica difícil você levar um movimento em nível nacional indo de encontro a um aparato destes.

“Na verdade, a grande preocupação deles não é com a educação mas com a instrução; com adestramento. Desta forma eles investem um valor mínimo por aluno. Cerca de trezentos e quinze reais por ano. Aí, formalmente, eles conseguem aumentar o número de matrículas decerto, mas não conseguem melhorar a qualidade do ensino”.

“Nosso projeto vai de Itamar a Olívio, contra FHC”

O vice-presidentes da ANDES-SN, Dalton Macambira, presidiu o 18º Congresso da Entidade em substituição ao presidente Renato Oliveira, que convalescia de dengue hemorrágica. Dalton lamenta as acusações a diretoria, reconhece falhas, mas rebate as críticas

Qual a análise que você faz da postura do governo FHC em relação ao ensino superior e ao ensino como um todo.

A postura do governo FHC, de um modo geral, é de tentativa de destruir o serviço público em nosso país. Acho que o movimento social organizado tem resistido muito a implementação do neoliberalismo no nosso país. O Brasil é um dos poucos países da América Latina que têm conseguido resistir a este processo. Em relação a educação, particularmente a universidade pública, nós entendemos que ele quer transformar poucas universidades em centros de excelência que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão e transformar a maioria das universidades, principalmente as universidades norte, nordeste e centro-oeste em escolas de terceiro grau; universidades que não desenvolvam pesquisa e extensão. É nessa perspectiva que se dá o nosso enfrentamento com o governo.

A partir deste congresso qual a perspectiva desta luta do movimento docente?

A nossa luta é pela perspectiva de sair daqui com uma proposta que unifique o movimento docente que nos permita juntamente com a ANDES, com a FASUBRA, com a UNE e com a ANDIFES, uma unidade entre as chamadas entidades universitárias. Estas entidades unidas construindo com a sociedade um amplo leque de alianças capaz de enfrentar as crises que estão colocadas para o país e enfrentar, sobretudo, a tentativa de desmonte do sistema público e de destruição da universidade pública. Este é o grande desafio deste congresso e a diretoria confia que esse congresso terá seriedade, tranquilidade e amadurecimento político suficiente para nortear estas questões que nós consideramos fundamentais para a luta do movimento universitário neste momento.

O projeto neoliberal é tão perverso que pra que ele seja consolidado precisa liquidar a democracia. Por isso a diretoria acha que neste momento três questões são centrais pra enfrentar o que está colocado. Em primeiro lugar a defesa da soberania nacional, em segundo lugar a defesa da democracia porque a crise econômica em que nós estamos envolvidos é de uma gravidade tamanha que ninguém sabe onde é que ela vai dar. Há a possibilidade clara, inclusive, da crise econômica se transformar em crise política institucional. Pra



Dalton Macambira, da UFPI

quem conhece um pouco da história do país sabe que um desdobramento possível é uma solução da crise pela via autoritária, pela via da quebra do estado democrático de direito. Eu acho que os setores progressistas, democráticos e populares da sociedade precisam buscar uma solução democrática da crise. Em terceiro lugar, a defesa da cidadania e dos direitos sociais. Estes três aspectos conjugados, no nosso entender, se constituem na plataforma central que deve ter não a ANDES apenas, mas o conjunto do movimento popular e democrático no enfrentamento com o governo neste momento.

Ficou claro neste congresso que existe dentro da ANDES um segmento majoritário que demonstra insatisfação com a condução que a diretoria da ANDES vem dando ao Movimento Docente. Inclusive algumas alternativas buscadas pela atual diretoria não estão de acordo com o que a maioria dos associa-

“A universidade produz conhecimentos, produz ciência e não pode ter como pressuposto da sua organização dogmas, princípios cujas fronteiras são absolutamente rígidas”.

dos quer. O que você tem a dizer em relação a isto?

É uma pena que isso seja colocado. A diretoria da ANDES é uma diretoria nova, muitos companheiros jamais dirigiram um sindicato nacional da magnitude da ANDES, num país continental como é o Brasil. Por essa inexperiência a diretoria tem cometido alguns erros e reconhece esses erros. Reconhecer os erros e fazer autocrítica não é pra nós nenhum problema. Entretanto, é preciso lembrar que essa diretoria tem apenas poucos meses de mandato. Os companheiros que hoje compõem a oposição ficaram doze anos à frente do sindicato, conseguiram construir uma militância sólida, construir proposições sólidas pra universidade. Nós representamos o novo.

Na nossa opinião, toda crise nasce grávida, toda crise é parteira de alternativas. Se ficarmos diante da crise, apenas amarrados em questões corporativas, na defesa do que já existe construído pelo movimento docente, nós vamos perder a oportunidade de nesse processo de abertura de alternativas construir algo que dê ao movimento docente e ao movimento social de um modo geral, a perspectiva de avançar. Essa é que é a questão, esse é que é o problema colocado. Nós não podemos nos acerrar de princípios como se eles fossem dogmas. É preciso ir além disso e esse é o desafio que a diretoria está colocando. Nós queremos discutir o novo, as novas possibilidades. É pra esse debate que nós estamos chamando o nosso corpo docente.

A universidade produz conhecimentos, produz ciência e não pode ter como pressuposto da sua organização dogmas, princípios cujas fronteiras são absolutamente rígidas. É preciso ter princípios mas estes princípios, eles se constituem numa referência não em dogmas. Eu acho que esse é o embate que a diretoria trava com os companheiros da oposição. É isso que a gente quer fraternalmente fazer, um debate com os companheiros. Acho que este congresso começou a demonstrar isso.

No seu início, prevaleceu a irracionalidade, o fundamentalismo, o embaite dogmático contra a diretoria e parece que agora, no meio do congresso, começa a aparecer, digamos assim, lideranças mais amadurecidas que entendem que diante de uma crise brutal que ameaça o nosso país, diante das ameaças contra a universidade pública, as questões menores devem ser tratadas como questões menores. O nosso projeto é muito mais amplo. Ele vai de Itamar Franco a Olívio Dutra no sentido do enfrentamento pra derrotar FHC e o neoliberalismo, esse é o verdadeiro desafio.

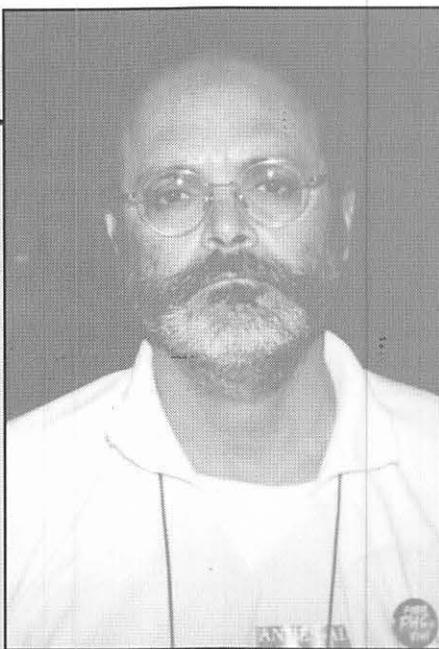
“FHC desmonta a universidade e ANDES busca entendimento”

O professor Juarez Duarte, ex-diretor da ADUFPB-JP, hoje professor da UFF, afirma que o MD precisa lutar em dois flancos: oposição rigorosa à atual diretoria da ANDES e união das forças sociais e populares para o enfrentamento a FHC

Neste momento que há essa derrocada do plano real e do governo FHC qual é a perspectiva que você tem em relação ao Movimento Docente?

Eu acho que o movimento docente só tem uma alternativa. Ele precisa imediatamente fazer dois tipos de luta. No plano interno, fazer uma oposição rigorosa a atual direção da ANDES que na realidade estabeleceu um tipo de postura de entendimento e avaliação da conjuntura que, efetivamente, não é a nossa nem da maioria dos professores. A atual diretoria privilegia muito mais uma política de entendimento, de relacionamento com o governo FHC do que uma política de enfrentamento a este governo. Acho que está provado que não há possibilidade de entendimento com o governo. Sistemáticamente, na prática, o governo tem implantado o desmonte da universidade pública.

No plano externo, precisamos buscar a união das forças do movimento social e popular organizado com as forças que efetivamente estão interessadas no enfrentamento com FHC. A partir desta união de forças, partir para a luta. Neste Congresso nós aprovamos algumas palavras de ordem contra o governo -isto porque a oposição à postura da atual diretoria da ANDES é majoritária. Acho que a partir desse entendimento, buscaremos alianças do movimento docente com o conjunto da sociedade, principalmente os setores mais atingidos pelas políticas neoliberais de FHC. Acho que a partir daí a gente pode vislumbrar uma possibilidade de enfrentamento que não é só contra o governo FHC, mas uma luta a qual subordinamos única possibilidade de



Juarez Duarte, da UFF

defesa da universidade pública. Precisamos assumir esta postura, pois a defesa da universidade pública, na forma que acreditamos ser ideal para o país, passa, necessariamente, por este enfrentamento.

Você acha que já existe, na sociedade e no âmbito do movimento docente, respaldo para uma luta realmente profícua, ou pelo menos você acha que num curto espaço de tempo é possível construir este respaldo?

Eu acho que já existe. Observamos as questões, o agravamento das condições sociais do país, a questão

do desemprego, a desestruturação da economia, o aumento da exclusão social, o nível da violência urbana, a violência no campo com os trabalhadores. Percebemos que há, efetivamente, condições e necessidade de que esta luta se inicie. Há um descontentamento muito grande e isso permite que você possa canalizar este descontentamento pra uma mobilização e um acentuamento dos movimentos na direção correta, que passe, necessariamente, por uma política de enfrentamento ao governo pelo conjunto dos trabalhadores. Seja, principalmente, dentro da Central Única dos Trabalhadores, como também através de outros aglomerados sociais organizados. Para iniciar esta luta acredito, de imediato, na possibilidade de uma greve geral pelos trabalhadores brasileiros.

Você acha que os prejuízos que já teve a universidade, a partir desta mobilização, possam ser revertidos ou, ao menos, paralisados?

Eu acho que o movimento docente, desde o início do governo FHC, já tinha uma avaliação sobre os problemas que estariam colocados na universidade brasileira de uma forma geral. Os documentos do consenso de Washington de 88 e o próprio projeto do banco mundial para a educação em geral eram claros. Nós já deslumbrávamos as perspectivas e as políticas que seriam implantadas por FHC e seu governo.

Eu acho que nós temos uma questão concreta: nós precisamos não só reverter como avançar em direção à universidade brasileira como entendemos ser necessária. Por esta razão é preciso, por um lado, nos juntarmos à sociedade na luta que é comum para o conjunto dos trabalhadores brasileiros e, de outro lado, fazer barrar esta ofensiva de FHC contra a universidade brasileira.

“Neste Congresso nós aprovamos algumas palavras de ordem contra o governo -isto porque a oposição à postura da atual diretoria da ANDES é majoritária. Acho que a partir desse entendimento, buscaremos alianças do movimento docente com o conjunto da sociedade”



Professores votam em plenária do XVIII Congresso da ANDES, realizado em Fortaleza

Composição dos GTs da ADUFPB-JP

Ciência e Tecnologia - GTC&T

Carlos Augusto Amorim Cardoso	DME/CE
Givanildo Alves de Azeredo	DTCC/CT
Jaime Araújo de Lima	DTQA/CT
Luiz Renato de A. Pontes	DTM/CT
Antônio Justino Filho	Química/CCEN
Rubens Freire Ribeiro	Física/CCEN
Romberg Rodrigues Gondim	DTM/CT

Política e Formação Sindical - GTPFS

Maria do Socorro Xavier Batista	DPE/CE
Maria da Salete Barboza	DHP/CE
Vera Lúcia do Amaral B. Silva	DN/CCS
Antônio Justino Filho	Química/CCEN

Política Educacional e Científica - GTPE

Maria do Socorro Xavier Batista	DPE/CE
Maria Helena Ribeiro	DHP/CE
Maria da Salete Barboza	DHP/CE
Maria Aparecida R. Meneses	DSS/CCHLA
Marileide Maria de Melo	DHP/CE
Alexandre Lacerda	DA/CT
Antônio Justino Filho	Química/CCEN
Rita de Cássia Cavalcanti	DHP/CE
Alexandre Antônio Gili Náder	DHP/CE
	Diretor da ADUFPB-JP
Aldenira Maria de Arruda	DSS/CCHLA

Comunicação e Arte – GTCA

Mariza de O Pinheiro	Creche – Diretora da ADUFPB-JP
José Nilton	Artes

Política Financeira e Verbas - GT Verbas

Laércio Losano	Física/CCEN
----------------	-------------

Seguridade Social e Aposentadoria

Maria das Neves Cartaxo	DMCA/CCS
Antônio Sérgio C. de Menezes	DTM/CT
Gláucia Maia de Lima Ieno	DPS/CCS
Simone Elisabeth Duarte Coutinho	DESPP/CCS
Francisco de Assis F. Carvalho	DSE/CCEN
Tereza Mitsunaga Kulesza	DPS/CCS
Lenilma Bento de Araújo	DEMCA/CCS
Vera Amaral	DN/CCS
Evanizio Roque de Arruda Júnior	DPS/CCS
Simone Helena dos S. Oliveira	EENMédio/CCS
	Diretora da ADUFPB-JP

Política Agrária - GTPA

Marcos Montenegro Batista	COEX/PRAC
---------------------------	-----------

Carreira Docente – GT Carreira

Nilsamira da Silva Oliveira	PRAC/NUPPO
Nadilza M. de B. Moreira	DLEM/CCHLA – Diretora da ADUFPB-JP
Terezinha Cavalcanti Diniz	Aposentada
Mariza de O Pinheiro	Creche Diretora da ADUFPB-JP



Filme mostra 20 anos de luta dos docentes da UFPB

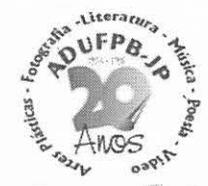
VÍDEO DOCUMENTÁRIO

Filme faz síntese dos vinte anos da ADUF

O vídeo **Aduf-20 Anos**, realizado pelo documentarista e professor João de Lima, será uma das atrações da 1ª edição do Projeto Sede de Leitura em 1999. O vídeo faz uma síntese das lutas da nossa entidade desde a sua fundação até a última grande greve nacional da categoria, em 1998, com base em acervo de trinta e duas fitas de vídeo arquivadas na entidade e aproximadamente duzentas fotos do movimento na Paraíba.

A síntese foi possível graças à qualidade do arquivo icográfico da entidade, e o recurso de edição não-linear, operado sobre os materiais.

O autor do vídeo é coordenador do NUDOC e professor de cinema no Departamento de Comunicação. João de Lima conquistou recentemente a terceira colocação no Festival Nacional de Vídeo de Teresina com **A Bagaceira**, em parceria com Manuel Clemente, também professor no Departamento de Comunicação da UFPB.



Projeto Sede de Leitura

Edição 1999

Dia 26 de março

às 20 horas, na Sede Social da ADUFPB-JP

Lançamentos de trabalhos dos professores:

Anildomá Willians, Antonio Souto Coutinho, Cosmo Severiano, João de Lima Gomes (**Vídeo ADUF 20 Anos**), João Vianey Pereira, Monique Cittadino, Rolando Lazarte, Saeculum - Revista de História, Severina Ilza do Nascimento e Vanda Camboim Soares

Rua Gilvan Muribeca, 88 - Cabo Branco (ao lado do Jangada Clube)

O . P . I . N . I . ã . O

Violência e Subjetividade

*"Mesmo assim, algum tempo depois (...) ele praticou o assalto com um outro grupo. E um deles matou meu irmão com um tiro no coração."
(Socorro Nobre)*

A história de Central do Brasil traz consigo um pouco da história verdadeira de Socorro Nobre, a ex-presidiária que se envolveu amorosamente com uma "pessoa" que "era um marginal". Ela, o namorado, além de outros, planejavam assaltar as jóias da casa do irmão. Posteriormente, ela desistiu do plano e o namoro acabou. O assalto, entretanto, foi efetivado e resultou na morte do irmão. Socorro desconfiou de que, naquela ocorrência, tinha havido a participação do seu ex-namorado. Ao procurá-lo, descobriu a verdade, viu que sua "vida tinha acabado". Foi entregá-lo à polícia, em Salvador.

Esta história revelou-se ao cineasta Walter Salles Jr. por um meio dos mais prosaicos: a carta. Já cumprindo pena na prisão, Socorro Nobre resolveu escrever para Frans Krajcberg quando viu uma reportagem na revista *Veja*, em que o mesmo passeava na praia com sua cadela, apelidada de Peroba: "Senhor Frans, sei que você não vai me responder quando lhe disser onde estou, mas como senti vontade de te escrever, estou aqui exatamente fazendo isso." E continua: "Pois eu fecho os olhos e vivo de recordações, e sempre me pego pensando em uma praia tão bonita quanto esta que é a sua. Meu paraíso é imaginário, mas tem me ajudado muito a manter a calma e esperar o tempo passar. (...) mande para mim uma fotografia da praia e de Peroba."

Recentemente (quando **Central do Brasil** foi premiado com o Globo de Ouro), Socorro Nobre declarou, emocionada, que sua vida tinha sido recuperada pelo Walter. Foram feitos dois filmes a partir de sua história: **Socorro Nobre e Central do Brasil**.

Também pela letra sobre o papel, revelaram-se as histórias de centenas de policiais de São Paulo, que participaram do concurso de redação "Gandhi e a não-violência". O primeiro-sargento, Luiz Antonio Teixeira escreveu a seguinte redação: "Hoje estava eu pensando na vida..." Ainda: "Comecei a lembrar de como atuei em minhas atividades, de como foi que prestei meu serviço à sociedade. E cheguei a uma conclusão: Não sei se sou um homem ou um bicho." Luiz Antonio diz ter se inspirado no caso da Favela Naval: "Descobri que perdi toda uma vida,

na qual a violência fez o meu caminho (...) Espero que vocês, meus companheiros de farda, não cometam os mesmos erros (...) pois a vida de um PM acaba e você volta a ser apenas mais um homem comum do mundo".

A consciência de que a sociedade brasileira deve discutir a violência não somente pela norma e generalidade da lei e mas também, como fazem os antropólogos, através dos casos específicos, parece ser exemplificada nestas duas situações. Este olhar não desperta para a punição, como o velho debate da "pena de morte, sim ou não", mas para a escuta daqueles que estão diretamente envolvidos em histórias e acontecimentos violentos, ou até criminais. A voz dessas pessoas pode nos colocar diante de problemas específicos, mais exatamente, defronte do trágico das vidas implicadas em tais eventos.

O que espanta jornalistas, intelectuais e até superiores das corporações militares, é que essas pessoas tem uma experiência forte a ser contada. Elas são portadoras de um mundo muito peculiar pela forma como sua própria vida acabou sendo conduzida, mas podem ser tão ou mais verdadeiras quanto qualquer cidadão comum. Peculiaridade que se torna, portanto, diálogo com a sociedade, a qual busca cada vez mais compreender sua incivilização e saber das soluções possíveis.

Vale lembrar a cadeia de Bragança Paulista, onde a comunidade é co-partícipe na manutenção do presídio e mudou um ambiente de celas sujas e descaso humano ao transformá-lo num lugar de reabilitação. Diz uma moradora: "Durante anos cansamos de fazer abaixo-assinados pedindo a retirada da prisão, nunca fomos ouvidos". O entendimento do juiz confirma a necessidade da cooperação comunitária: "Afinal, os presos fazem parte da sociedade, são aquela sua face que ninguém quer reconhecer."

Tais histórias recuperam a dor que antes não saía no jornal (como diz uma antiga letra do Chico Buarque) mas que agora começa a por a nu o desafio da sociedade brasileira diante do crime e da violência. Esse desafio é o de encarar a situação-problema como algo nosso, humano e não somente de uma determinada categoria coletiva. Ódio e violência são características humanas.

José Ernesto Pimentel Filho
Professor do Departamento de História

Ciência e Tecnologia no XVIII Congresso

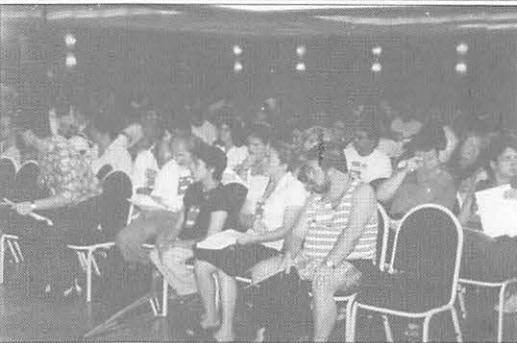
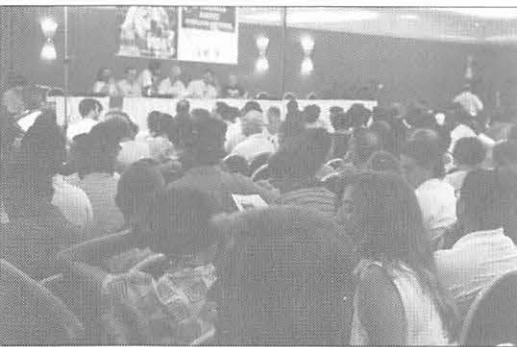
O texto abaixo foi distribuído pelos participantes da reunião da Frente Nacional de Defesa da Ciência e Tecnologia, por ocasião do 18º Congresso da ANDES SN, e subscrito por Renato Dagnino (Encarregado de Política de C&T da ANDES-SN); Adão Villaverde (Presidente do Fórum dos Secretários Estaduais de C&T) e Tarcísio Pequeno (Secretário Regional da SBPC)

É imprescindível que se faça uma crítica do modelo institucional da ciência e tecnologia (C&T) vigente no Brasil e se discuta a adoção de um modelo alternativo coerente com os interesses nacionais e da maioria da população. Esta foi a principal conclusão do encontro que reuniu representantes do ANDES-SN, da SBPC e do Fórum de Secretários Estaduais de C&T, realizada em Fortaleza, no dia 26 de fevereiro, por ocasião do 18º Congresso da ANDES-SN.

Na avaliação dos participantes da reunião, a redução dos recursos destinados ao complexo de Ensino Superior e pesquisa públicas do país pelo governo federal, visa o seu "enxugamento" e representa uma ameaça a um projeto de reforço da soberania nacional e atendimento das necessidades da maioria dos brasileiros.

Os participantes da reunião consideraram que é necessário retomar urgentemente o trabalho da Frente Nacional em Defesa da Ciência e Tecnologia, organizada em 1997, aglutinando os três principais atores políticos — os que "são" pesquisadores e professores e os que "estão" exercendo um mandato político. Decidiram, também, adotar, como objetivo estratégico da Frente, a gestação de uma dinâmica de exploração da fronteira do conhecimento científico e tecnológico coerente com o projeto pretendido. No plano imediato, de modo a lograr a ampliação e fortalecimento da Frente e sem prejuízo de ações de natureza emergencial, deverá ser promovida uma ampla e substantiva discussão sobre os desafios e obstáculos que se antepõem ao objetivo estratégico.

De modo a ampliar e aprofundar a discussão realizada e programar ações futuras, decidiu-se convidar instituições como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino (AN-DIFES), para a nova reunião que acontecerá na SBPC-SP



As principais decisões do XVIII Congresso

● **Conjuntura:** O Movimento Docente se contrapõe ao neoliberalismo e ao governo FHC. As principais bandeiras para o enfrentamento são: Fora FHC, Fora FMI; não Pagamento das Dívidas Interna e Externa; Pagamento da Dívida Social

● **Reposição Salarial:** Repúdio à GED; Luta por Recomposição Efetiva e Digna com base no ICV - Dícese.

● **Autonomia Universitária:** Mobilização do conjunto das forças políticas democráticas em favor da Autonomia Universitária; auto-aplicabilidade do Artigo 207 da Constituição Federal e rejeição a qualquer iniciativa que vise a sua regulamentação por quaisquer instrumentos legais.

● **1º e 2º Graus:** Elaboração de um Projeto de Lei com o objetivo de estabelecer uma carreira unificada para todos os professores das Instituições Federais de Ensino Superior, com base na Proposta de Carreira Única para os docentes das Instituições de Ensino Superior - IES. O Congresso estabeleceu também que este Projeto será aprovado no próximo Conad.

● **Mudanças nas IFES:** Combater a implantação dos Cursos Sequenciais e dos Institutos Superiores de Educação (previstos pela LDB)

● **PNE da Sociedade Brasileira:** Lutar pela aprovação do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, aprovado em 1997, no II Coned.



ADUF INFORMA

Edição número 70, Março/99
é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufpbjp.com.br>
E-mail:
adufpbjp@openline.com.br

Diretoria - Gestão "Autonomia Começa Aqui"

Presidente:
Wojciech Andrzej Kulesza (Tek)
Vice-presidente:
Romberg Rodrigues Gondim
Secretária-Geral:
Maria Benardete da Nóbrega
Tesoureiro:
Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa
Diretora de Política Sindical:
Maria Elisabete B. de Almeida
**Diretor de Política Educacional
e Científica:**

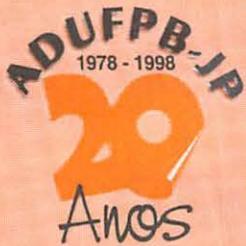
Alexandre Antônio Gili Náder
Diretora de Política Social:
Simone Helena dos S. Oliveira
Diretora Cultural:
Nadilza Martins de B. Moreira
**Diretora de Imprensa e
Divulgação:**
Mariza de Oliveira Pinheiro
Suplente de Tesouraria:
Augusto Antonio Pinheiro Neto
Suplente de Secretária:
Elisa Bezerra Mineiros

Criart

Assessoria de Comunicação e Marketing

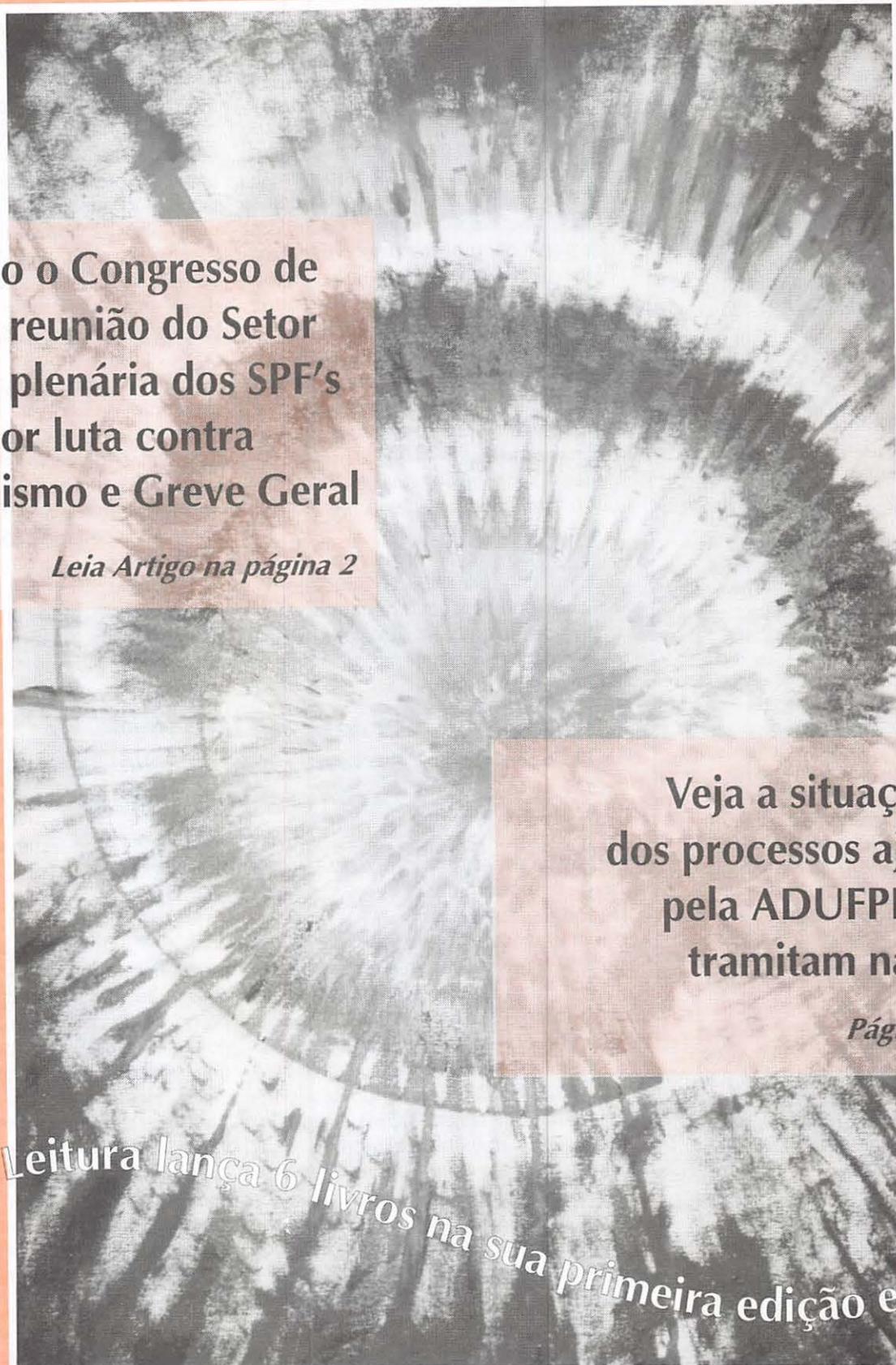
Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-7183/9332-1573

Jornalista Responsável:
Gilson Renato - DRT/PB 821
**Projeto Gráfico e
Editoração Eletrônica:**
Ricardo Araújo - DRT/PB 631
(Meios - Com. Visual. 083/241-2695)



ADUF INFORMA

Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das
Instituições de Ensino Superior - Filiada à CUT
João Pessoa /PB - UFPB/Campus I - Maio de 1999 - nº 71



Ratificando o Congresso de Fortaleza, reunião do Setor das IFES e plenária dos SPF's delibera por luta contra neoliberalismo e Greve Geral

Leia Artigo na página 2

Veja a situação atual dos processos ajuizados pela ADUFPB-JP que tramitam na Justiça

Páginas 5,6 e 7

Sede de Leitura lança 6 livros na sua primeira edição em 1999

Óleo sobre tela de Rolando Lazarte, durante exposição no Sede de Leitura, edição março/99.

Reunião do Setor das IFES, plenária dos SPF's e proposta de paralisação são alguns dos temas da pauta para a Assembléia Geral no dia 13/05

E • D • I • T • O • R • I • A • L

O • P • I • N • I • Ā • O

*Tchau, tchau...
Oi, oi!!!!*

Há pouco mais de uma semana, um certo "cidadão" foi preso —e logo depois solto ao pagar uma fiança de valor bem menor que o jantar comemorativo que se seguiu— por se negar a assinar um documento onde se comprometia a falar a verdade para uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Uma atitude destas, para o senso comum, é uma confissão de culpa. Para o advogado do caso e o seu raciocínio necessariamente frio, no entanto, trata-se de uma estratégia válida que vai, certamente, no futuro, inocentar ou, no mínimo, atenuar a culpa do seu constituído. Para as vítimas do réu o caso foi apenas mais uma atração televisiva.

Em outra CPI, uma rixa familiar coloca as claras o que todos sabíamos: há sacanagem, roubo e nepotismo na justiça brasileira. Nas principais e sagradas instituições, por este Brasil afora, se futurar, a podridão aparece. O desmando administrativo, este sim, é hoje a mais forte instituição do país. As vítimas, meu caro leitor, permita-me lhe informar pela enésima vez: somos todos os que trabalham, pagam impostos e têm seus sigilos bancários explicitados pelos contra-cheques mirrados e mensais.

Por outro lado, na direção inversa, cresce a pasmacreira de um povo que assiste a tudo isto na mesma TV onde também brilham os teletubbies, o Mister M e o Ratinho, entre outros. É tudo brincadeira, ficção, magia. A dor que se sente é apenas ilusão e esta cessará no primeiro acorde do Mastruz com Leite ou no primeiro Tssssssss. Todas as energias agora estão voltadas para a defesa ou o ataque ao vizinho, ao colega da sala de aula, ao motorista do carro ao lado. A nossa força não nos serve mais para enfrentarmos os que verdadeiramente nos oprimem?

No Brasil não há crises. Há crise; apenas uma: de cidadania.

A propósito, a ADUFPB-JP está convocando os seus sócios para mais uma Assembléia Geral onde serão discutidos problemas importantes para este coletivo. A AG acontecerá às 9h00 da próxima Quinta-feira, 13 de maio, no Auditório do CT, concorrendo, além das aulas e outros compromissos importantes, com o Teletubbies. Dará quorum?

Preparar a Greve Geral

Por ampla maioria, a reunião do setor das federais da ANDES-SN realizada no dia 19 de abril em Belo Horizonte deliberou pela implementação, ainda neste primeiro semestre, da estratégia definida no Congresso de Fortaleza para enfrentar a investida neoliberal do atual governo. No dia seguinte, a plenária dos servidores públicos federais também decidiu abreviar o calendário de lutas, apontando para a construção urgente da greve geral como único caminho para evitar o desmonte dos serviços públicos pretendido pelo FMI via FHC. Nas Minas Gerais de Itamar Franco, a maioria dos dirigentes da CUT se convenceu do caráter inadivável da greve geral de todos os trabalhadores no presente momento histórico para barrar a política entreguista e antisocial que está minando a soberania nacional e destruindo as possibilidades da população brasileira de alcançar a sua cidadania plena num futuro próximo.

É compreensível que parta do serviço público federal, alvo imediato da política reformista governamental, a iniciativa desse embate. Atingidos diretamente pelo congelamento de seus salários desde o primeiro governo FHC e ainda sob a ameaça iminente do confisco que representa o aumento das contribuições para a previdência social, os servidores têm razões econômicas de sobra para empreender um movimento

paredista reivindicando a reposição de suas perdas salariais. Mas não se trata só disso. A ânsia privatista neoliberal corrói diuturnamente as condições de trabalho no serviço público, inviabilizando a própria atividade do servidor, seja pela falta de condições materiais mínimas no ambiente de trabalho, seja pela deterioração da relações de trabalho no interior das repartições públicas. Assim, a luta salarial, em conjunção com a defesa intransigente do serviço público, constitui a motivação primordial do movimento grevista cuja construção ora se pauta nas entidades de servidores públicos federais.

No entanto, se o movimento parte das entidades de servidores, ele só se

realizará plenamente se se alastrar por toda a classe trabalhadora, consolidando-se numa greve geral pela conquista de reivindicações políticas maiores que podem ser radicalmente resumidas na palavra de ordem **FORA FHC!** Esta motivação política está assentada nas condições objetivas dadas pela crise econômica e institucional, cuja saída, tal como anunciada pelo atual governo, implicará no agravamento da crise social com a conseqüente degradação das condições de vida da maioria dos brasileiros. Daí o caráter pedagógico de que se reveste, para o servidor público federal, esta mobilização de todos os setores organizados da sociedade em prol do povo brasileiro. A tomada de consciência por parte da sociedade de que a solução da crise passa necessariamente por uma transformação do quadro político-institucional vigente é o objetivo maior dos servidores neste início de mobilização. Seu sucesso será a garantia da deflagração da greve geral.

A articulação deste quadro geral com as reivindicações específicas do movimento docente constitui nosso desafio presente. As ameaças do MEC à nossa luta pela autonomia universitária, o sucateamento da Universidade, a privatização dos serviços de saúde do HU, são realidades que se inserem organicamente no projeto político que o governo nos quer incutir a qualquer

preço. Por outro lado, os ataques ao ensino público, a perspectiva de desemprego que se oferece aos nossos alunos, o corte de verbas para pesquisa e pós-graduação, são motivações intrínsecas que denunciam as conseqüências para a Universidade das ações do governo. Não podemos perder de vista estas e outras questões quando nos mobilizarmos nesta campanha salarial, mesmo porque, os limites de nossas conquistas econômicas serão configurados pelo desdobramento da luta política mais geral.

Wojciech Andrzej Kulesza (Tek)

Presidente da ADUFPB-JP e professor do Centro de Educação da UFPB

ADUF não recomenda acordo sobre pagamento parcelado dos

28,86%

A Superintendência de Recursos Humanos, através do Ofício Circular nº 006, encaminhou aos servidores da UFPB instruções sobre a decisão do governo relativa aos 28,86%. Juntamente com esse ofício estão sendo encaminhados dois documentos, um para os servidores que não ingressaram na justiça com qualquer ação referente aos 28,86% e outro para aqueles que entraram com ação judicial relativa aos mesmos 28,86%. Está incluída, nesse último caso, a maioria dos professores sindicalizados à ADUFPB/JP. Sempre ressalvando que a decisão é individual, a diretoria da ADUFPB/JP recomenda aos seus associados que não assinem nenhum desses termos, pelas seguintes razões:

1 A última Assembléia Geral da entidade, realizada em 18/03/99, deliberou pela manutenção/reafirmção das ações judiciais impetradas pela ADUFPB-JP/SSind, caracterizando, desse modo, o entendimento de que a proposta do governo - que toma como base para cálculo o desconto das "compensações" já concedidas (rearranjos de tabela, por exemplo) - não atende o nosso pleito, pautado na inconstitucionalidade de REAJUSTES DIFERENCIADOS para servidores militares e civis;

2 O parecer da assessoria jurídica da ADUFPB-JP/SSind, relativo à matéria, é de que o direito contido nas ações ajuizadas pela ADUFPB-JP é bom e, especialmente na ação que está no STF, na qual o argumento das "compensações" não foi arrolado em nenhuma das instâncias inferiores. Neste caso há jurisprudência pacífica do STF, no sentido de inadmitir a argüição de compensação, embora não líquida e certa (é prática e não norma) naquele momento processual.

3 Os valores calculados pelo governo disponíveis na internet, muitos deles negativos, não resistem a nenhuma análise lógica sobre quem efetivamente teria algum direito sobre uma eventual diferença relativa aos 28,86%. Tanto é que, no próprio ofício da SRH, acima citado, afirma-se que "os valores consignados ... estão sujeitos à correção". Além de que não há nenhuma garantia do cumprimento pelo governo do calendário de pagamento proposto.

4 Confirmadas as decisões judiciais que asseguram o direito dos 28,86% dos sindicalizados, os docentes poderão receber as diferenças retroativas, na sua integralidade, no prazo máximo de 3 anos, período muito inferior ao tempo que o governo "promete" cumprir com sua obrigação.

5 Os acordos firmados por docentes que estão com ações judiciais patrocinadas pelo Sindicato prejudicarão o andamento de tais ações, haja vista que os acordos terão que ser homologados pelo judiciário.



Primeira Assembléia Indígena da Nação

POTIGUARA

MARIA ELISABETE B. DE ALMEIDA

A Primeira Assembléia Indígena da Nação Potiguara aconteceu na Aldeia de Estiva Velha, no município de Marcação. Nesta Assembléia, o cacique da Nação Potiguara, caciques e representantes de 15 das 23 aldeias de índios Potiguaras discutiram sua organização interna e a política indigenista atual.

O índio Caboquinho Potiguara traçou um panorama da história dos Potiguaras desde a época da chegada dos portugueses, enfatizando que a história desse povo precisa ser reconstruída, já que ao longo dos cinco séculos de colonização e aculturação a língua e grande parte da cultura Potiguara foi perdida.

O evento contou com a presença de José de Santa, xucuru de Pernambuco, de José Adalberto, macuxi de Roraima e de Marcos Terena, do Mato Grosso do Sul, que relataram suas experiências em educação, na formação de Distritos Sanitários e na implantação de atividades produtivas. Foram assinados documentos a serem encaminhados ao presidente da FUNAI, ao presidente da Câmara dos deputados, aos secretários do estado, ao coordenador da FNS/MS, prefeitos de municípios da região, reitores de universidades e dirigentes de ONGs reivindicando a implantação de projetos de desenvolvimento, de atividades produtivas, saúde e educação. Como as demais Sociedades indígenas do país, os Potiguaras reivindicam a aprovação do novo Estatuto das Sociedades Indígenas, da Convenção 169 da OIT e a rejeição do Projeto de Mineração em Áreas Indígenas.

Localmente, os Potiguaras reivindicam a demarcação da área indígena de Monte Mor, cuja comunidade corre o risco de ser despejada pela Companhia de Tecidos Rio Tinto de uma área que é atualmente reivindicada também pela Usina Miriri. Os Potiguaras também querem a desintrusão da área indígena de Jacaré de São Domingos, já demarcada, mas ainda ocupada por posseiros. Na Assembléia formou-se uma Comissão com o intuito de criar-se um Conselho Indígena formado pelos caciques das aldeias e pelo cacique da Nação Potiguara.

A Nação Potiguara, que é o conjunto de todas as al-

deias, tem um Cacique geral, e cada aldeia tem um Cacique. Os caciques podem ser destituídos se sua atuação não agrada à comunidade. Na aldeia de Estiva Velha, após destituições e renúncias, não existe um cacique de fato. Um neto do antigo cacique, já falecido, representa a aldeia quando necessário. A aldeia de Estiva Velha tem 44 casas, algumas de alvenaria, a maioria de taipa, e 270 habitantes. A aldeia dispõe de energia elétrica, água corrente e as casas possuem sanitários construídos pela Fundação Nacional de Saúde. Há posto de saúde e escola. Os professores da escola são índios Potiguaras. As crianças mais adiantadas freqüentam a escola em Mamanguape ou Rio Tinto.

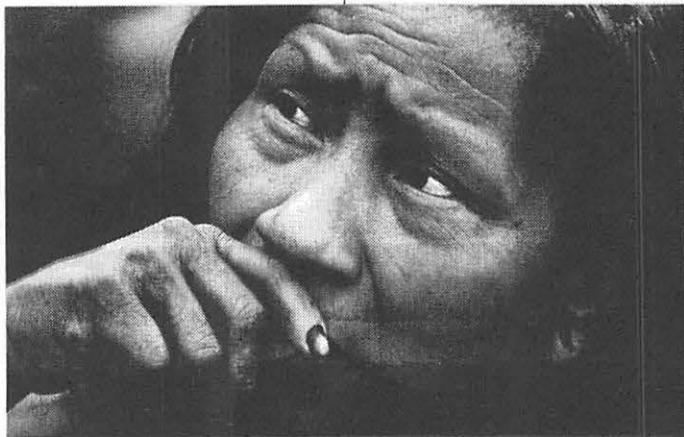
Os Potiguaras, que vêm sendo duramente atingidos pelo desemprego, têm como atividade principal a agricultura. Trabalham em geral como assalariados para proprietários da região, ou arrendam suas terras para agricultores, inclusive para plantadores de cana-de-açúcar, que pagam por tonelada de cana cortada. Seus produtos, como a farinha e o beiju são vendidos nas feiras de Mamanguape e Rio Tinto. A pesca é praticada artesanalmente.

Os Potiguaras reivindicam políticas públicas que os ajudem a implementar projetos agrícolas e a montar um viveiro de camarões. A aldeia

Estiva Velha é um lugar aprazível, cercado por vegetação formada em parte por árvores frutíferas, irrigado por um riacho onde as mulheres e os homens banham-se em locais separados, e as crianças vivem em liberdade.

À noite, as televisões coloridas costumam ser ligadas na maioria das casas, mas durante a Assembléia dançou-se ciranda e coco-de roda até a madrugada. O toré, a dança ritual dos Potiguaras, ficou para as comemorações do dia dezoito de abril. A ADUFPB-JP foi representada na 1ª Assembléia da Nação Indígena Potiguara por sua diretora de Política Sindical, Maria Elisabete de Almeida, que em sua locução lembrou que a luta dos índios unidos e organizados é o único meio de fazer valer seus direitos e que os trabalhadores que lutam em seus sindicatos são solidários com os índios.

*Diretora de Política Sindical da ADUFPB
e professora do Departamento de Química/CCEN*



JURÍDICOS

E • m F • o • C • o

Saiba qual a situação atual dos processos ajuizados pela ADUFPB-JP

A ADUFPB-JP, de acordo com a sua Assessoria Jurídica, demanda na justiça 18 processos em favor dos seus associados. Leia nas páginas 5, 6 e 7 a situação atual destes processos em 30 de abril de 1999.

PROCESSO Nº 1155/91 - 4ª JCJ**PLANO COLLOR - 84,32%**

Em fase de execução o processo encontra-se na 4ª JCJ com a execução suspensa face ao julgamento da Ação Rescisória (ROAR - 105.570/94.0), que anulou o julgamento do processo principal. Os cálculos já foram apresentados em 10.06.94. A assessoria jurídica, em Brasília, interpôs Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, o qual foi obstado pelo TST. Foi interposto o Agravo de Instrumento cabível. O andamento da execução dependerá do julgamento final da Ação Rescisória com a apreciação do REExt. Aguarda-se o julgamento do agravo de instrumento.

PROCESSO Nº 974/91 - 1ª JCJ**PLANO BRESSER - 26,06%**

Em fase de execução, já tendo sido enviado o devido precatório. A UFPB entrou com Ação Rescisória perante o TRT da 13ª Região e paralelamente, com uma Medida Cautelar Inominada, requerendo a suspensão da execução até o julgamento final da Rescisória. O Juiz Paulo Montenegro Pires, do TRT da 13ª Região, concedeu liminar na Medida Cautelar intentada e determinou a suspensão da execução do feito. Entramos com um agravo regimental contra o ato do Juiz do TRT, o qual foi rejeitado pelo Pleno do Tribunal. A Ação Rescisória foi julgada pelo pleno do Tribunal, e houve sustentação oral da assessoria jurídica da ADUFPB-JP, no entanto, perdemos por 3 votos a 2. Interpusemos o devido Recurso Ordinário para o TST (ROAR 237.927/1995), o qual foi rejeitado. Opusemos Embargos Declaratórios, a fim de que fosse apreciada a matéria constitucional ventilada no processo. Os embargos foram rejeitados e imediatamente apresentamos Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. O Ministro Presidente do TST negou seguimento ao Recurso Extraordinário. Interpusemos Agravo de Instrumento para o STF. Aguardamos a remessa dos autos à Suprema Corte.

PROCESSO Nº 2630/91 - 1ª JCJ**URP - abril e maio/88 - 16,19%**

O Processo transitou em julgado e a UFPB ajuizou uma ação rescisória, com o intuito de desconstituir o julgado. A rescisória foi julgada pelo TRT da 13ª Região, que rejeitou o pedido vestibular. A UFPB interpôs recurso ordinário para o TST, o qual foi distribuído para o Ministro Thaumaturgo Cortizo. (ROAR 347.810/1997). Aguardamos o julgamento nos próximos dias. Paralelamente foi ajuizada uma medida cautelar, que foi concedida para suspender o curso da execução até o resultado final da rescisória.

PROCESSO Nº 94.00555-5**ISONOMIA MILITARES - 28,86%**

Ação Ordinária ajuizada perante a 3ª Vara da Justiça Federal visando a incorporação do percentual de 28,87%, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação e seus reflexos. Processo foi contestado. Em seguida, nos foi concedido prazo para impugnar a contestação. Feita a impugnação, foi julgado improcedente o pedido. Interpusemos Apelação para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife-PE). A apelação interposta (Processo n. AC 95515/PB - 96.05.05835-9) foi julgada no mês de abril/96, e publicada no DJU de 24.05.96. Interpusemos Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. O RE foi obstado pelo TRF. Foi interposto Agravo de Instrumento a fim de que O Supremo Tribunal Federal conhecesse o nosso RE. O Agravo chegou ao STF em 22.04.97 e imediatamente foi provido. O STF expediu ofício ao TRF da 5ª. Região, solicitando a remessa dos autos para aquela Corte. O TRF da 5ª. Região remeteu os autos em 18.09.97. O processo encontra-se com o Ministro Relator (Nelson Jobim). Aguarda-se o julgamento.

PROCESSO N. 96.6922-0**DESCONTO PREVIDENC. DOS APOSENTADOS**

Mandado de segurança coletivo, impetrado com a finalidade de suspender a cobrança do desconto previdenciário sobre os proventos dos aposentados. Processo já foi julgado pelo Juiz da 3ª. Vara Federal, acolhendo o pedido. A UFPB apresentou sua apelação (AMS 58860-PB - 9705079633), a qual foi devidamente respondida. A apelação foi rejeitada pelo TRF da 5ª. Região e a UFPB interpôs recurso especial e recurso extraordinário para o STJ e STF respectivamente. Apenas o RE foi admitido. Os autos se encontram no Supremo Tribunal aguardando o julgamento do recurso.

PROCESSO N. 97.2390-7**DESCONTO PREVIDENC. DOS APOSENTADOS**

3ª. Vara Federal. Caso idêntico aos dois anteriores. Foi negada a liminar requerida. O processo foi julgado tendo sido concedida a segurança pleiteada para isentar os substituídos da contribuição previdenciária. A UFPB e a União Federal recorreram para o TRF da 5ª. Região (AMS 62797-PB - 9805055230). Apresentamos as Contra-Razões. O TRF da 5ª. Região rejeitou os recursos interpostos pela UFPB e pela União, o que ensejou a interposição dos recursos especiais e extraordinários. Aguarda-se o julgamento pelo STJ e STF.

Continua na próxima página

PROCESSO Nº 95.4372-6**FGTS - DIFERENÇAS**

Ação Ordinária ajuizada perante a 1ª Vara da Justiça Federal, cobrando diferenças de FGTS decorrentes de não aplicação de índices corretos de atualização pelos bancos gestores das contas vinculadas. O Juiz da 1ª Vara Federal determinou a suspensão do processo até o julgamento do Processo 95.1859-4 que é uma ação civil pública com o mesmo objeto do processo em destaque, a todos os trabalhadores. A Ação Civil Pública já foi julgada pelo Juízo de primeira Instância, que reconheceu o direito pretendido nesta ação e determinou que a CEF procedesse o crédito de percentuais nas contas vinculadas do FGTS existentes no Estado da Paraíba. Esta decisão foi reformada pelo TRF - 5ª Região, que reconheceu a ilegitimidade ativa do MPF. Apesar do posicionamento do STF reconhecendo a legitimidade do Ministério Público, decidimos requerer o prosseguimento do nosso processo face a demora no andamento da Ação Civil Pública. O Juiz da 1ª Vara decidiu que a CEF não teria legitimidade para figurar como ré no processo, mas sim os bancos depositários do FGTS à época em que foram procedidos os depósitos. Interpussemos agravo de instrumento desta decisão e o TRF da 5ª. Região acolheu nosso recurso, reconhecendo a legitimidade da CEF, conseguimos a retratação do Juiz da 1ª. Vara Federal, a fim de que o processo ande com maior rapidez. O Juiz da 1ª. Vara Federal reconsiderou o despacho acima mencionado, e determinou a citação das partes promovidas. As partes promovidas apresentaram contestação e logo em seguida nós impugnamos as mesmas. Processo foi julgado procedente acolhendo a nossa pretensão. Entramos com Embargos de Declaração a fim de esclarecer ponto omissis da sentença. Aguarda-se o julgamento dos embargos.

PROCESSO Nº94.006193-5**ISONOMIA MILITARES - 28,86%**

Ação Ordinária ajuizada perante a 2ª Vara da Justiça Federal visando a incorporação do percentual de 28,87%, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação. Foi julgado improcedente pelo Juízo de 1ª Instância. Interpussemos Apelação para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife-PE), a qual foi acolhida. Após a publicação do Acórdão, a UFPB interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário para o Superior Tribunal de Justiça e para o Supremo Tribunal Federal respectivamente. Apresentamos contra-razões aos recursos interpostos. O Processo baixou para a 2ª. Vara e requeremos a execução da sentença. A UFPB ingressou com uma Ação Rescisória perante o TRF da 5ª Região (AR 1714-PB - 9805038009), a qual foi acolhida parcialmente para admitir a compensação do percentual recebido pelos substituídos a partir da Lei n. 8.627/93. Aguardamos a publicação do acórdão da ação rescisória para interpor o recurso cabível. Paralelamente foi ajuizada uma ação cautelar, que foi parcialmente provida para determinar que seja procedida a compensação na execução do julgado.

PROCESSO N. 97.2630-2**ABONO PECUNIÁRIO 1997**

1a. Vara Federal. Trata-se de um mandado de segurança com pedido liminar, visando assegurar aos professores o direito à conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário. A liminar requerida foi concedida, assegurando aos professores que não gozaram férias relativas ao ano de 1997 e requereram a conversão de 1/3 em abono pecuniário. Apresentamos requerimento ao Juiz da 1ª. Vara, no sentido de que nos fosse assegurado o direito à conversão de 1/3 das férias de 1998, em abono pecuniário. O processo foi julgado, tendo sido concedida a segurança, entretanto, opusemos embargos de declaração, a fim de que fosse esclarecido ponto omitido na sentença. Os embargos foram acolhidos A UFPB interpôs apelação para o TRF da 5ª Região. Apresentamos nossas Contra-Razões e ao mesmo tempo, Recurso Adesivo. Aguardamos julgamento pelo TRF da 5ª Região.

PROCESSO N. 96.7755-0**DESCONTO PREVIDENC. DOS APOSENTADOS**

Mandado de Segurança Coletivo, impetrado com a mesma finalidade que o processo anterior,. Foi concedida a liminar requerida para sustar imediatamente o desconto dos professores relacionados, todavia o TRF da 5a. Região concedeu outra liminar para cassar a liminar concedida. Face o retardamento na entrega da documentação para ajuizamento desta demanda, entramos com um pedido de inclusão de novos substituídos, o qual foi indeferido pelo Juiz da 2ª. Vara. Ingressamos com um agravo de instrumento, visando modificar a decisão do Juiz da 2ª. Vara, entretanto, o TRF da 5ª. Região rejeitou o nosso agravo. Decidimos então, requerer o desentranhamento da documentação relativa àqueles professores retardatários para que o processo ande com maior rapidez. Foi deferido o desentranhamento. O processo foi julgado, e concedida a segurança requerida. A UFPB recorreu da decisão. Apresentamos as Contra-Razões. Aguarda-se o julgamento pelo TRF da 5ª Região.

PROCESSO N. 97.2391-5**ISONOMIA MILITARES - 28,86%**

Trata-se de uma ação ordinária com pedido de antecipação da tutela distribuída para a 2a. Vara Federal, visando o reajuste de 28,86% a um grupo que não estava envolvido nas ações anteriormente ajuizadas. A antecipação da tutela foi concedida pelo presidente do TRF da 5ª. Região, entretanto a UFPB não dispõe de recursos para o pagamento imediato. A UFPB requereu ao MEC, a concessão de verba suplementar para o referido pagamento. A UFPB já apresentou a sua Contestação ao processo e em seguida, apresentamos a impugnação à Contestação. Aguardamos o julgamento final da demanda.

PROCESSO N. 97.11810-0**ABONO PECUNIÁRIO 1998**

2a. Vara Federal. Trata-se de mandado de segurança com pedido liminar, visando assegurar aos professores o direito à conversão de 1/3 das férias do ano de 1998, em abono pecuniário. O Juiz substituto da Vara determinou que nós juntássemos a escala de férias da UFPB. Foi cumprida a determinação judicial, e em seguida foi concedida a liminar requerida, assegurando aos associados, o direito de converter 1/3 das férias em abono pecuniário. A liminar foi cassada com o julgamento do mérito da demanda, que denegou a segurança. Apresentamos apelação para o TRF da 5ª Região. Aguardamos o julgamento.

PROCESSO N. 97.11461 - 9**APOSENTADOS**

2a. Vara Federal. Trata-se de mandado de segurança com pedido liminar, visando assegurar aos docentes aposentados com o benefício do art. 192, letra "b" da Lei n. 8.112/90, a irredutibilidade no valor deste benefício. O Juiz substituto da Vara, determinou que fossem juntados os contracheques de todos os substituídos que foram atingidos pelo ato impugnado na ação mandamental. Solicitamos por contato telefônico, que os professores trouxessem os contracheques. Apenas 21 professores atenderam o chamamento da entidade sindical. Aguardamos o despacho concessivo da liminar. A liminar foi negada, o que ocasionou a interposição de agravo de instrumento para o TRF da 5a. Região. Aguardamos o julgamento do agravo interposto, bem como a decisão do mérito em 1ª Instância.

OUTROS PROCESSOS**DIFERENÇA SALARIAL, GED'S, PSS INATIVOS, PSS ATIVOS...****PROCESSO N. 98.8451-7****(3,17% - DIFERENÇA SALARIAL - URV)**

1a. Vara Federal. Trata-se de ação Ordinária ajuizada com a finalidade de alcançar diferenças salariais decorrentes da transformação dos vencimentos de URV para REAL.

PROCESSO N. 99.1204-6**(GED - APOSENTADOS)**

3a. Vara Federal. Ação ordinária visando estender a integralidade da GED para os professores aposentados.

PROCESSO N. 99.3521-6**(PSS INATIVOS)**

1a. Vara Federal. Mandado de Segurança impetrado con-

tra potencial ato do Reitor da UFPB, visando livrar os docentes inativos da contribuição previdenciária.

PROCESSO N. 99.4175-5**(PSS ATIVOS)**

1a. Vara Federal. Mandado de Segurança impetrado contra potencial ato do Reitor da UFPB, visando livrar os docentes ativos, do aumento da contribuição previdenciária.

PROCESSO N. 99.1601-7**(GED PROFESSORES AFASTADOS)**

2a. Vara Federal. Mandado de Segurança impetrado contra a resolução n. 49/98 do CONSEPE, que estabeleceu critérios para avaliação dos docentes afastados, de forma diferente da previsão contida na Lei n. 9.678/98.

Ação Civil Pública beneficia servidores

A Juíza Substituta da 1ª Vara Federal de João Pessoa, Iolete Fialho, concedeu Medida Liminar em ação Civil pública intentada pelo representante do Ministério Público Federal no estado, Dr. Roberto Moreira, assegurando aos servidores públicos, inclusive docentes ativos e inativos da UFPB, o direito de não

sofrer a majoração na contribuição previdenciária, no caso dos ativos e, no caso dos inativos, não sofrerem qualquer desconto previdenciário.

Mesmo com liminar concedida, a ADUFPB possui duas ações com idêntico objeto da ação civil pública mencionada, em tramitação na mesma vara fe-

deral.

Segundo informações obtidas na Secretaria do Juízo, as liminares requeridas nas demandas movidas pela ADUF, deverão ser concedidas nos próximos dias, em conformidade com estratégia adotada pela Assessoria Jurídica da Entidade.

MP nº 560/94

A restituição da contribuição ao PSS

Em 29/07/94, o governo federal editou a MP nº 560/94, que dispunha sobre a majoração das alíquotas de contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor Público.

Tal MP foi convertida na Lei nº 9.630/98, que determinou o aumento das alíquotas retroativamente a 01/07/94.

Contra a Medida Provisória citada, foi ajuizada a ação direta de inconstitucionalidade nº 1.135-9/DF, na qual o STF decretou a inconstitucionalidade da mesma, em face do desrespeito ao prazo previsto no parágrafo 6º do Artigo 195 da Constituição Federal.

De acordo com a decisão do

STF, é inconstitucional a majoração das alíquotas operadas em face dos servidores públicos civis em atividade no período de julho a outubro/94, razão pela qual é devida a restituição da contribuição previdenciária cobrada a maior.

Há uma interpretação respaldada na Lei que vem sendo acolhida pela Secretaria da Receita Federal, de que este órgão tem competência para efetuar a restituição dos valores recolhidos a maior.

Os pedidos de restituição vem sendo disponibilizados na UFPB, sem a intermediação da ADUFPB/JP.

Diante desse quadro, a Assessoria Jurídica recomenda o seguinte:

1) Os pedidos de restituição

efetuados junto à Receita Federal, devem ser procedidos em 2 vias, sendo que a primeira deverá ficar em poder do requerente;

2) Caso a Receita Federal não efetive o pagamento até o fim do mês de maio, os docentes deverão trazer os originais dos pedidos de restituição, ou cópias autenticadas, à sede da ADUFPB/JP, a fim de instruir ação judicial a ser intentada no próximo mês de junho.

Será convocada uma Assembléia Geral no início do mês de junho, com a finalidade de aprovar o ingresso da Ação Judicial competente, em favor de todos os docentes sindicalizados.

SEMINÁRIO NO AUDITÓRIO DA REITORIA

“HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS”, SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

Dia 26 de Maio de 1999, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:30

INFORMAÇÕES:

Maiores informações
com a Diretoria de
Política Social da
ADUFPB-JP



A Face Oculta

da CPI do Judiciário

APARECIDA RAMOS

Passadas algumas semanas da polêmica em torno da chamada CPI do Judiciário, são poucos os comentaristas que conseguem enxergar o sentido profundo da iniciativa do Senador Antônio Carlos Magalhães. Uma análise superficial, embora não desprovida de verdade, em voga principalmente nos meios sindicais, aproxima a CPI do Judiciário de tentativas de intimidar a Justiça Trabalhista no arbítrio de uma hipotética escalada inflacionária.

Mas não é esse o verdadeiro ou o principal objetivo do senador. O que ele tem em mente é o desenvolvimento da luta política e da crise brasileira nos próximos anos, ou pelo menos até 2002. Efetivamente, os sinais de senilidade precoce do segundo mandato de FHC (vislumbrados na desastrosa operação de desvalorização do real face ao dólar e no movimento "suntentável" de queda de popularidade em pesquisas de opinião), fizeram afluir à figura do senador, até com certa naturalidade, um movimento de recomposição da "direita histórica" brasileira. Estes movimento de recomposição, atuam no sentido de hegemonizar a coligação conservadora, que desde 1994 e até agora tem FHC como *condontieri*, visando os próximos passos - inviáveis no âmbito da legalidade institucional atual - de implementação da programática de internacionalização da economia brasileira.

O programa já está bastante claro e pode ser resumido em três pontos, que denominaremos, aqui, de "Plano Real Dois": 1) transformar o Banco Central brasileiro em um "Currency Board" (Conselho da Moeda), abrindo

mão do controle sobre a moeda nacional; esvaziar o Mercosul e abrir caminho para a integração aos Estados Unidos sob a sigla da ALCA; privatizar as últimas estatais.

Estas modificações só são factíveis em um regime de bonapartismo regressivo, diverso, por exemplo, do bonapartismo progressivo de Getúlio ou Napoleão I. Seria o aprofundamento de um cesarismo que impõe a abertura de uma fenda no sistema político a favor de um líder já no poder (Fugimori) ou que para ele advenha em condições hegemônicas (De Gaulle, 1958). Este regime, além de chocar-se com os movimentos sociais, também é contrário ao sistema clássico e liberal, formulado por Montesquieu, de autonomia e interdependência dos poderes. O bonapartismo de uma figura carismática ou providencial, apoiado por forças econômicas e políticas poderosas, visando implementar o programa esboçado no "Plano Real Dois", tem que ter completo controle sobre o três poderes da República.

Dos três poderes constitucionais, para a ideação estratégica de ACM, faltam as condições de controle apenas do Judiciário. O executivo, uma vez o senador baiano chegando lá, apenas recrudescerá suas tendências atuais. O legislativo, de muito, dá mostras de um poder castrado. O único dos poderes com alguma veicidade de compromisso com a autonomia e interdependência dos poderes, no figurino liberal-clássico, é o Judiciário. Trata-se, assim, de antes da implementação estrita do "Plano Real Dois", por a canga no judiciário.

Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPB e doutoranda em Política Social - UFRJ

PROFESSOR, PARTICIPE DA

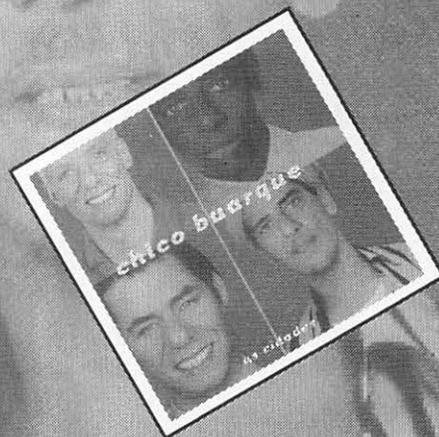
ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 13 de Maio, no Auditório do CT, às 09h00.

Chico

MELANCOLIAS E CELEBRAÇÕES

Buarque:



PAULO TARSO CABRAL DE MEDEIROS

O tom das resenhas críticas sobre o novo CD de Chico Buarque, "as cidades", é recorrente em sua louvação: é não só o melhor CD do ano que passou (tolo e inútil campeonato, esquecendo a riqueza dos recentes Cds de Gil, Djavan, Gal, Marina, Caetano) como o retrato do Brasil dos anos 90. A periferia degradada e violenta substitui o extinto subúrbio onde Rita, Pedro pedreiro, Carolina, e as gentes que viam a banda passar cantavam coisas de amor. Retrato melancólico, dizem todos, a violência imiscuindo-se no lirismo até manietá-lo, contaminando-o: a cidade que não mora mais no poeta é a cara do país que não vingou, e das grandes cidades hoje, insolventes e inviáveis: coro uníssonos.

Tudo bem, que se tente ler o Brasil através das canções do Chico/versão 98: estão lá os versos à beira do desencanto, fragmentos de sensações moduladas entre a tristeza e a alegria, notações sociológicas lúcidas, a bem-vinda empatia e adesão solidária aos que vivem abaixo da linha da cidadania, a mestria dos versos plenos de poesia, sonoridade e ritmo, a inconfundível voz do compositor-que-canta emanando sinceridade, imantado por belos arranjos e aquelas harmonias, com um quê de dissonância, que dão o timbre e a forma do belíssimo conjunto de canções.

O problema é que não precisamos das canções de Chico para confirmar o que já sabemos. Precisamos de suas canções porque elas nos dão o que não temos, o que sem elas não sentiríamos, sem as quais não ingressaríamos na dimensão estética em que ele, como poucos, se instala e a partir de onde produz lirismo, criando blocos de sensações e nos alçando a percepções e lugares que estão e não estão no real, que podem compor retratos do país, se se quiser, mas que, sobretudo, nos põem numa dimensão poética irreduzível a reducionismos desnecessários e

imobilizantes.

Se insistirmos em reiterar o já visto, perderemos o gesto afirmativo a ondular por entre as canções, o canto de celebração daquilo que insiste em erguer-se, vivo, na periferia, no baile funk, no samba no Flamengo, na evocação da força que provém do "povareu sonâmbulo / ambulando / que nem muamba": é a voltagem poética das assonâncias e aliterações dos versos que realça a dignidade de dentro do trágico dessas vidas em permanente luta entre a degradação e a celebração. É a dimensão estética que potencializa a beleza que as canções extraem da afirmação da alegria no interior da melancolia.

Simultânea, a melancolia dobra-se em provisórias afirmações da vida a pulsar, dos sonhos a batalhar, e se redobra em impotências e impossibilidades concretas que, por sua vez, se desdobram em novos desejos. A coexistência da beleza e da fealdade, em "Carioca", no vislumbre do poente que "quase arromba a retina / de quem vê de noite / meninas / peitinhos de pitomba / vendendo por Copacabana / as suas bugigangas / suas bugigangas /".

Assim conhecemos Iracema, que "voou pra América", "ambiciona estudar canto lírico" e "lava chão na casa de chá", que "não dá mole pra polícia / se puder, vai ficando por lá / tem saudade do Ceará / mas não muita" ("Iracema voou"). Vibramos na carência e na alegria escancaradas no "Xote de navegação" e na exaltação à Mangueira, escola "catavento a girar" por entre as dobras dos sonhos surreais e expressionistas de "sonhos sonhos são", aspiramos o esperado vento de "A ostra e o vento", e partilhemos da lúcida impotência poética do narrador diante da emoção de estar com "Cecília", com quem "na tua presença / palavras são brutas /".

A arte nos dá sempre mais do que pedimos: a presença do lirismo ímpar do Chico cantador das mulheres, singelas, belas, quase inacreditáveis em sua consistência e mistério ("Você, você"), a genial "Aquela mulher" com cuja amada "as nossas noites são / fei-

to oração na catedral / não cuidamos do mundo / um segundo sequer / que noites de alucinação / passo dentro daquela mulher /", aquela "que nunca soube, antes de mim / que o amor vai longe assim /".

De todo modo, os versos de "Assentamento" ecoam sem dúvida um tom presente em "as cidades" – assim, deliberadamente em minúsculas: "fim de feira / periferia afora / a cidade não mora mais em mim /": há uma dimensão de inocência e credulidade na vida urbana talvez irremediavelmente perdida, mas nada é totalmente trágico e sem-esperança nessas canções que encarnam, antes de tudo, lutas.

Nada é ingênuo nem apocalíptico neste Chico Buarque: sonho e drama, prazer e dor, alegria e terror, amores e horrores, encantamentos e tragédias coexistem, embatem-se por guindar-se à dignidade e à grandeza do que vive. Como o Drummond que, em deglutindo e incorporando a náusea para revertê-la, faz a flor (que também é o poema, a rosa do povo) nascer no asfalto, os negócios paralisados, Chico Buarque encara as gentes, e as cidades, sensível à multiplicidade dos campos de força que o social conforma, produzindo aí dimensões de pura beleza, no entre-meio das muitas lutas, derrotas e vitórias efêmeras, nas mil cidades que há em cada um de nós. Seu hímus poético é precisamente a mistura (com mestria) de campos em reversibilidade, a coexistência de universos díspares sustentados pela conjunção "e", e transmutados doravante para sempre como oferta, lúcida, lírica e generosa, para quem queira ouvir.

Como o Tão de Guimarães Rosa, cantado por Chico, reverência entre grandes, abrindo o "Assentamento": "quando eu morrer, que me enterrem na / beira do chapadão / - contente com minha terra / cansado de tanta guerra / "e, de todo modo e justamente apesar de tudo, a cada toada afirmativamente "crescido de coração".

Professor do Depto. de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba



Caminhos do neoliberalismo, movimentos sociais e teatro-educação

Cortinas nos ocultam isso e aquilo: é preciso arrancá-las! (B. Brecht)

MARCOS A. MONTENEGRO BATISTA

É importante compreender o momento que estamos vivendo. A velocidade das mudanças leva-nos a ter preocupação na compreensão desses fenômenos e de que forma interferem nos rumos da educação do povo brasileiro. Isso muda a educação brasileira? Em que sentido? Na educação popular, quais caminhos novos se trilharam? E na educação rural, como andam as coisas? O campo brasileiro segue tentando ser alternativa para sobreviver e produzir, fixando contingentes inteiros, que antes perambulavam pelas ruas e estradas desse Brasil. Graças ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outros, que retiram milhares da marginalidade social forçada.

Indo direto à questão, e com o objetivo de ajudar nesse processo, seria importante e necessário vivenciar a experiência do fazer artístico junto à população do campo. Trabalhar a linguagem do teatro com a educação do MST. Estou convencido que o teatro ajudará no processo educacional dos trabalhadores rurais.

Quanto ao componente neoliberal do processo de globalização, Pablo Gentili fala no livro ESCOLA S/A de "...se compreender o neoliberalismo como um complexo processo de construção hegemônica (...) em dois sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico (...) por outro, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas neoliberais" (páginas 9).

Do lado dos trabalhadores cresce a construção de alternativas de sobrevivência e a procura de novas estratégias para resistir à ofensiva neoliberal. Novas ações coletivas, ajuntamentos, reivindicações surgem no meio do povo. Hartmut Karner, no livro UMA REVOLUÇÃO NO COTIDIANO? OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL, de Ilse Sherer-Warren (org.), (página 24) define os movimentos sociais "...como um processo coletivo e comunicativo de protesto, conduzido por indivíduos, contra relações sociais existentes, e que afetam a um grande número de pessoas...".

É sempre bom lembrar que apesar de alguns autores cantarem a crise do marxismo e a insuficiência deste paradigma no atual estágio do capitalismo, quanto à compreensão dos novos movimentos sociais, Maria da Glória Gohn (não-marxista) no seu livro: TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS – PARADIGMAS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS dedica parte do seu estudo a este tema e

afirma (na pág. 171) que "A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sócio-política e cultural". Outro ponto importante, contido na obra é... "As teorias marxistas sobre os movimentos sociais não abandonaram a problemática das classes sociais" (pág. 173).

Mesmo com a grande diversidade de movimentos sociais e muitos desses situados nas cidades, quero abordar a questão agrária e me reportar à luta do MST – considerado um novo movimento social – surgido no final da década de 70. "O MST será uma das mostras da exclusão e da desigualdade social no continente" (Glória Gohn, pág. 238). É esse movimento que vai dar dignidade ao homem do campo, não se sujeitando nem contentando-se com as políticas oficiais vindas das classes dominantes, transformando-se no maior movimento social



do Brasil na atualidade. "A causa dos sem-terra passou a ser considerada justa nas pesquisas e enquetes de opinião pública..." (idem, pág. 305). E é com base neste prestígio, compreendendo a natureza do movimento em curso, que o MST volta-se para a educação de seus membros tendo com este gesto atribuído à educação um papel de destaque na luta pela terra.

Nos princípios filosóficos da educação do MST, o movimento fala de valores, colocando a pessoa humana no centro desse processo de transformação. O movimento acredita que alguns valores deveriam ser enfatizados na prática educativa, tais como: a solidariedade entre as pessoas, o respeito às diferenças culturais, a construção do ser coletivo, a sensibilidade ecológica, a busca de formação em todas as dimensões, a criatividade, a capacidade de sonhar e de partilhar o sonho. Nos princípios pedagógicos, há a compreensão de trabalhar a realidade como base da produção do conhecimento. Partir da prática social, da cultura dos trabalhadores do MST: da linguagem, dos costumes, tradições, artes, saberes para

trabalhar o ato educativo.

Partindo dessas reflexões, quero trabalhar com o teatro no processo educativo vivenciado nos assentamentos e acampamentos dos trabalhadores rurais sem-terra da Paraíba. Fernando Peixoto, no seu livro BRECHT – UMA INTRODUÇÃO AO TEATRO DIALÉTICO, diz que o "teatro é uma manifestação do homem em sua historicidade material e concreta. Pensar o significado do trabalho teatral implica em pensar as relações de produção, a questão nacional e a questão democrática, o momento atual da luta de classes, a defesa da soberania cultural e política" (orelha). É com essa preocupação – em ter um teatro na educação – como instrumento de intervenção nos processos sociais que quero-o dentro do processo educativo dos trabalhadores rurais sem-terra.

Tentar novos caminhos para a educação do povo, é utilizar a linguagem teatral como processo de educação do MST, é lançar o desafio de educar através do teatro. Será que o teatro ajudará o trabalhador rural no processo de sua formação? A proposta é juntar educação popular e teatro e comprovar a validade da linguagem teatral no processo educativo das populações rurais. Qual a linguagem do povo que a linguagem do teatro poderá falar? É esse o teatro que devemos colocar à disposição da educação do povo, da formação dos trabalhadores do MST.

O teatro não deixa de ser teatro, mesmo quando é didático... (B. Brecht)

ESCLARECIMENTO

No artigo "Fortaleza é palco de bata lha em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de qualidade", publicado no Aduf Informa nº 70, onde faço as seguintes citações "...e mais de quebra, problemas: Rubens Pinto Lyra..." e "...(adulteração de relatório) envolvendo Rubens...", esclareço que trata-se da questão referente à Comissão de Avaliação da GED/MEC, onde o professor Rubens era membro titular, representando o ANDES-SN. Em relação a Rubens eu quis dizer que foi ele o responsável pela denúncia de adulteração do relatório final do MEC. Adulteração essa que foi amplamente discutida no XVIII Congresso do ANDES-SN e teve o acordo da atual direção do Sindicato Nacional.

Marcos Montenegro

Professor do quadro docente de 2º grau da UFPB e mestrando em Educação Popular – CE/UFPB.

Resumo do artigo, de mesmo título, produzido para o Mestrado em Educação Popular.

Relatório de atividades do GT de Seguridade Social

O Grupo de Trabalho de Seguridade Social (GTSS) esteve reunido no dia 09 de abril, em Brasília, onde participaram representantes de 19 seções sindicais. A ADUFPB-JP foi representada pelo professor Antônio Sérgio C. de Menezes.

O Grupo de Trabalho de Seguridade Social - GTSS esteve reunido no dia 09 de abril, em Brasília. Do evento participaram representantes de 19 seções sindicais. A ADUFPB-JP foi representada pelo Prof. Antônio Sérgio C. de Menezes.

A reunião teve início às 9:30 h., com a Mesa Redonda "A Previdência Social no Brasil - Balanço e perspectiva", encerrando-se às 13:30 h. Reiniciaram-se as atividades às 14:30 h, com uma rodada de informes dos GT's locais e da Encarregatura Jurídica do ANDES-SN. Desta última constaram as ações referentes ao aumento no desconto previdenciário agendados por outras seções sindicais. A ADUFPB-JP ingressou com ações contra a mudança na alíquota previdenciária dos professores aposentados e da ativa nos dias 19 e 28 de abril, respectivamente. Os processos encontram-se na 1ª Vara Federal (vide



relatório dos processos ajuizados pela ADUFPB-JP).

O GTSS tem se reunido semanalmente, nas terças-feiras e dentre as atividades desenvolvidas constam:

● **ENVIO DE DOCUMENTOS** aos ministros de estado da previdência Social e Chefe da Casa Civil e Presidência da República, ao Ministro do Orçamento e Gestão, ao superintendentes do INSS na Paraíba e no Distrito Federal e à Sra. Ruth Cardoso e abaixo-assinados aos deputados federais e senadores, manifestando nosso repúdio a proposta do governo de extinguir o Serviço Social do INSS. Tal proposta já foi retirada de pauta pelo Congresso Nacional.

● **PARTICIPAÇÃO NA MANIFESTAÇÃO** pela soberania nacional, ocorrida no dia 20 de abril, organizada pelo MST e por outras entidades, através de pronunciamento e distribuição de panfletos.

● **ORGANIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO** previsto para o dia 26 de maio, com a participação de debatedores locais e de outros estados. O temário englobará questões referentes aos Hospitais Universitários.

Pretendemos com este seminário contar com a participação expressiva dos vários segmentos da comunidade universitária e do Hospital Universitário Lauro Wanderley, bem como representantes das secretarias estadual e municipal de saúde, dos conselhos estadual e municipal de saúde e de outras

instituições.

Convidamos, desde já, todos a participarem.

Simone Helena dos S. Oliveira

Diretora de Política Social da ADUFPB-JP
Coordenadora do GT de Seguridade Social

Informes

QUEM NÃO SE COMUNICA...

Solicitamos aos professores que se aposentaram ou estão para se aposentar, que informem à ADUF a sua situação. A Entidade precisa destas informações pois, no caso de demandas judiciais específicas e outros procedimentos em favor desta parcela de associados, muitos podem ficar de fora. Qualquer outro tipo de mudança em sua atividade profissional ou no seu cadastro (endereço por exemplo), também é importante que a Entidade seja avisada.

AUTONOMIA

A Diretoria da ADUF está preparando um debate sobre autonomia universitária que deverá acontecer no dia 19 de maio. A agenda do evento ainda não foi fechada mas dele deverão participar representantes da ADUF, Reitoria, MEC e ANDES SN.

GTPE

A Diretoria de Política Educacional e Científica da ADUFPB-JP está convidando os interessados para a reunião de reativação do Grupo de Trabalho de Política Educacional. A reunião acontecerá no próximo dia 19 de maio, às 8h30, na sede da ADUF. Destacamos a importância das atividades do GTPE para a sustentação das ações da ADUF e da ANDES na atual conjuntura. A Pauta da reunião será a seguinte: a) Informes, b) Encaminhamentos sobre política educacional deliberados no XVIII Congresso da ANDES-SN.

CONSELHO DE REPRESENTANTES

A ADUF convoca reunião para o Conselho de Representantes na próxima quarta-feira, dia 12, às 15h00, na Sede da Entidade. Participe.

AGENDA

Convidamos os professores que ainda não receberam a sua agenda 99 para que venham recebê-las na Sede da ADUF.

Projeto Sede de Leitura

A ADUFPB-JP promoveu a primeira edição do Sede de Leitura do ano de 1999 no último dia 26 de março. Desta vez foram lançados 6 livros, a revista do CCHLA, houve a exibição do vídeo "ADUF 20 ANOS" e a exposição de artes plásticas "Survivars". Desde o primeiro sede de leitura em 29 de agosto de 1998, mais de 30 edições, entre livros de literatura e científicos, já foram lançados pelo projeto que também é um espaço aberto a outras manifestações artísticas como música, cinema, vídeo e artes plásticas.



Professores do Campus I lançaram 6 obras literárias no último Sede de Leitura

Moção de apoio

O Conselho Consultivo das ADS/S. Sind, no âmbito da UFPB, reunido em 30/04/99, em João Pessoa, vem manifestar o seu mais irrestrito apoio ao movimento dos professores da rede particular de ensino.

O entendimento deste Conselho é o de que as conquistas sociais e trabalhistas na rede particular ampliam as possibilidades de revisão crítica deste modelo de ensino, sua existência e seus custos para a sociedade brasileira.

Pela ampliação das conquistas sociais e trabalhistas dos profissionais do ensino privado.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 13/05 (Quinta-feira), às 09 horas

AUDITÓRIO DO CT

1. Informes;
2. Reunião do Setor das IFES (15/05);
3. Plenária dos SPF's (16/05);
4. Proposta de Paralisação no dia 19/05.

PROFESSOR, PARTICIPE!

SeDE Social

Comunicamos aos associados que a sede social da Entidade, localizada à Rua Gilvan Muribeca, 88, no Cabo Branco, recebeu recentemente as seguintes melhorias:

Pintura total do prédio:
Mão de obra: R\$ 2000,00
Tinta: R\$ 900,00

Ampliação do sistema de som:
R\$ 1.600,00

Concerto da piscina e retelhamento:
R\$ 250,00

Informamos também que os cursos oferecidos aos sócios continuam acontecendo normalmente e o prédio da sede social continua a disposição dos interessados, através de locação, para eventos individuais.

Aula BAR Extra

Terraço Silvio Frank Alem

Dia 13 de maio, no Centro de Vivências

MÚSICA - BATE PAPO - BEBIDAS - DESCONTRAÇÃO

A partir das 17:30 horas

INFORMA

Edição número 71, Maio/99
é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufbjp.com.br>
E-mail:
adufbjp@openline.com.br

Diretoria - Gestão "Autonomia Começa Aqui"

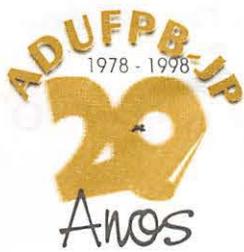
Presidente:
Wojciech Andrzej Kulesza (Tek)
Vice-presidente:
Romberg Rodrigues Gondim
Secretária-Geral:
Maria Benardete da Nóbrega
Tesoureiro:
Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa
Diretora de Política Sindical:
Maria Elisabete B. de Almeida
Diretor de Política Educacional e Científica:

Alexandre Antônio Gili Nader
Diretora de Política Social:
Simone Helena dos S. Oliveira
Diretora Cultural:
Nadilza Martins de B. Moreira
Diretora de Imprensa e Divulgação:
Mariza de Oliveira Pinheiro
Suplente de Tesouraria:
Augusto Antonio Pinheiro Neto
Suplente de Secretaria:
Elisa Bezerra Mineiros

Criart

Assessoria de Comunicação e Marketing
Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-7183/9332-1573

Jornalista Responsável:
Gilson Renato - DRT/PB 821
Projeto Gráfico e Edição Eletrônica:
Ricardo Araújo - DRT/PB 631
(Meios - Com. Visual. 083/241-2695)



ADUF INFORMA

Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Filiada à CUT
João Pessoa/PB - UFPB/Campus I - Maio de 1999 - nº 72 - EDIÇÃO ESPECIAL

VOLTE A LUTAR!

Mobilização maciça é alternativa para o MD

Comissão Nacional de Mobilização da ANDES-SN reúne-se para examinar agendas e programas para traçar o plano de atividades da semana. Na Comissão desta semana (10 a 15/05) estão representados Maranhão, Bahia e Paraíba. Há muito o que fazer: audiência pública do Plano Nacional de Educação, com a presença do ministro Paulo Renato, sobre crédito educativo, outras sem o ministro, sobre o Fundef, a IV Conferência Nacional dos Direitos Humanos, e a reforma administrativa do governo e o projeto 4811/98, projetos garantindo isenção de impostos para entidades filantrópicas mantenedoras de universidades privadas. A deputada Luiza Erundina abraça a causa dos estudantes das particulares. Reitores, presentes à reunião noturna no Hotel Nacional, declaram ter cortado bolsas de estudantes para pagar os impostos cobrados pelo governo. Os estudantes preparam uma manifestação numa escola particular de Brasília.

As tigelas de Niemeyer emocionam, do exterior. Por dentro, são um túnel opressivo, amarelado pela luz artificial, por onde enxameiam engravatados e *entailleuradas*, carregando pastas de couro e telefones celulares. Do largo túnel principal abrem-se saídas laterais, escadas e corredores que levam a gabinetes, lideranças, plenárias das comissões e ao fim da rampa, a descida para o plenário da Câmara, onde é preciso ser credenciado para ser admitido. Os deputados vão e vêm, impecáveis e recém-barbeados, as longas madeixas do deputado Babá, do PT do Pará e o verde e púrpura dos cabelos de Esther Grossi, do PT do Rio Grande do Sul destoando do grisalho geral.

O deputado José Genoíno, líder do PT é o único a chegar à Câmara às 8.30 da manhã, religiosa e comprovadamente. Professores sindicalistas, é bom frisar, nem sempre são *personae gratae* nas antesalas dos gabinetes. No da liderança do PSDB, o chá de cadeira foi determinado pela secretária, impossibilitada de interromper uma longa e importante conversa telefônica, que pelo teor, devia ser com a costureira ou fornecedora de tecidos. Os deputados dos partidos de oposição, como nosso Avenzoar Arruda, PT-PB, Agnelo Queiroz, PC do B-DF, Paulo Rocha, PT PA, Sérgio Miranda, PC do B-MG, atenciosos e acessíveis, oferecem seus préstimos e

números de telefones celulares, enquanto Jovair Arantes, do PSDB, concede poucas palavras enquanto anda apressado por um corredor. Já Wilson Braga, atualmente PFL-PB, garantiu votar a favor dos docentes.

A reforma administrativa define carreiras exclusivas do Estado. O projeto 4811/98 atribui apenas aos detentores dessas carreiras os *cargos públicos*, com estabilidade e aposentadoria integral. Aos demais estão destinados *empregos públicos*, regidos pela CLT. Ricardo Maranhão, PSB-RJ propõe emenda incluindo a carreira de professor como típica de estado. O deputado Nelson Pelegrino, da do PT da Bahia, conseguiu-nos uma audiência com Arnaldo Madeira, líder do governo na Câmara. Arnaldo Madeira cortêsmente afirma sua convicção de que o projeto não pode ser alterado, que o conceito governamental expresso na reforma administrativa não coloca a educação nem a saúde como assuntos de Estado - ao contrário, funcionarão perfeitamente bem nas mãos da iniciativa privada. De cujas fileiras, aliás, saiu o deputado, ex-professor universitário de uma escola particular. Como disse o deputado Jovair Arantes, carreira de Estado são só *as que não podem ser terceirizadas*.

Na opinião dos deputados de oposição, nossa única e poderosa arma seria a mobilização maciça dos professores. O projeto 4811/98 é para uma lei ordinária, que só precisa de maioria simples para ser aprovada. Nosso *lobby* na Câmara tem poucas possibilidades de funcionar, numa correlação de forças tão desfavorável no parlamento. Onde estarão os sindicalizados da ADUFPB-JP e da ANDES? Precisamos de sua presença maciça nas assembleias. Nossos deputados são lutadores, mas são poucos. A Comissão de Mobilização Nacional deve retomar sua verdadeira função. Professor, coloque-se à disposição do sindicato, dê seu nome para ir a Brasília, não negue sua contribuição. Precisamos falar alto, se quisermos defender o que conquistamos à custa de tantas lutas. **PROFESSOR, VOLTE A LUTAR.**

M^a Elisabete B. de Almeida

Diretora de Política Sindical da ADUF e Representante da ADUF na Comissão Nacional de Mobilização de 10 a 15 de Maio

Duas boas notícias na página 4:

1) STF derruba artigo que impedia a promoção automática;

2) TRF garante direito de conversão de 1/3 das Férias/98 em abono pecuniário

A ameaça dos transgênicos

Quem poderia imaginar uma batata com crise de identidade? deitada em um divã ela teria dúvidas se era o que lhe chamavam; uma cenoura; um rato ou o protótipo de uma espécie ainda desconhecida. É que corria em suas veias um sangue híbrido – batata com veias e sangue?!?

O que mais parece um enredo para clip de banda de rock poderá estar em nosso prato mais rápido do que imaginamos; os transgênicos estão aí querendo mostrar que o trabalho do divino não é tão perfeito e que por isto precisa ser “melhorado”. Prepare-se para pedir ao garçom: por favor, arroz sem orelhas!

No próximo dia 1º de junho a Paraíba entra oficialmente em um debate que já acontece nos principais países industrializados do mundo. A Assembléia Legislativa da Paraíba abre o seu plenário para uma discussão sobre a alteração genética de vegetais para consumo direto e para matéria prima de produtos da indústria alimentícia e farmacêutica.

Do debate participarão engenheiros, técnicos agrícolas, militantes ecológicos e demais interessados no assunto.

Desde o início da agricultura, em uma fase remota da civilização humana, já se manipulava sementes e produtos num processo conhecido como “seleção e melhoramento”. Até bem pouco tempo não se temia que esta manipulação pudesse, de alguma forma, prejudicar a saúde dos consumidores e o meio ambiente pois os processos utilizados usavam matrizes naturais. Depois da descoberta do ácido desoxirribonucleico – ADN e da sua função de comunicador das informações genéticas, na década de 40, surgiu, nos anos 50, com a descoberta da estrutura do ADN por Crick e Watson, a engenharia genética e suas vantagens e desvantagens até hoje polêmicas.

Recentemente a Comissão Técnica Nacional de Biosegurança – CTNBio, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, concedeu licença para o cultivo de uma soja transgênica resistente ao herbicida Roundap que, igualmente ao vegetal “beneficiado”, é produzido por uma das duas empresas multinacionais que dominam o seguimento, a Monsanto. O fato conseguiu fazer com que o assunto extrapolasse as salas herméticas da burocracia federal para o debate público.

O domínio deste mercado por duas empresas, a Monsanto e a Dupont, ambas norteamericanas, é um dado que aumenta a desconfiança a estes procedimentos. A história mostra que o critério destes empresários é ganhar dinheiro.

Ética, preocupações ecológicas e sociais compõem apenas o discurso que sempre redundam em engodo. As duas empresas dominam a metade do mercado dos dois grãos mais plantados nos Estados Unidos, a soja e o milho. As sementes da Monsanto estão sendo plantadas em 22,3 milhões de hectares no mundo inteiro. A guerra dos gigantes do setor disputa mercado para linhas de produção biotecnológica que vão da terra à mesa. A realidade se configura em um oligopólio de alto risco para a humanidade. Frankenstein poderá se tornar cada vez mais banal.

A única resistência que até agora se apresenta é do próprio mercado consumidor. Atendendo a uma ação movida pelo Instituto Brasileiro de proteção ao Consumidor – Idec, a 6ª Vara da Justiça

sumidores a estes produtos e seus derivados.

Para o presidente do CREA do Rio de Janeiro, José Chacon, “está em jogo o domínio comercial destes produtos, da biotecnologia e da engenharia genética. Para combater interesses tão poderosos é necessário uma articulação eficiente entre os setores representativos da sociedade que pressione o Governo e o leve a barrar o crescimento de um fenômeno do qual pouco se sabe em relação às suas vantagens, desvantagens e, principalmente, sobre as suas conseqüências”. Na opinião do engenheiro agrônomo, Airton Castagna, da Pesagro – Rio, “através da biotecnologia podemos inserir em plantas características que não podem ser transferidas por cruzamento normal. Pode-se incluir -em uma batata, por exemplo, características de outras espécies e até de microorganismos não vegetais, com o objetivo de adequá-la a determinada situação de clima ou de mercado. As vantagens de um processo

destes, as empresas produtoras podem divulgar e ostentar; os riscos, talvez elas mesmo não saibam”. Diz Airton e completa ponderado “Seria temerário e extemporâneo assumir categoricamente uma posição pela liberação incondicional dos novos seres. Mas também, de uma forma responsável, não poderíamos optar pela sua interdição pura e simples”.

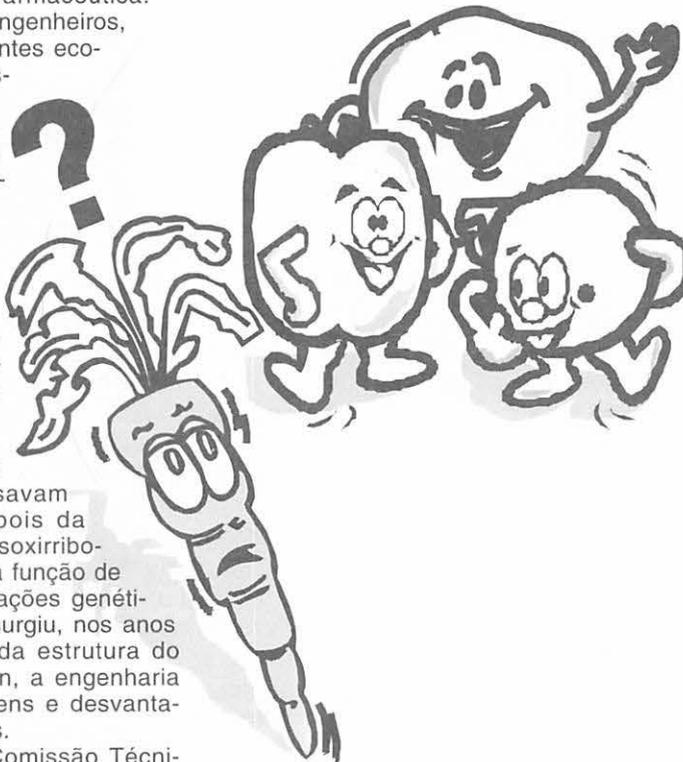
Nos anos 70 o Centro de Toxicologia de Pelotas – RS, experimentou inocular doses de um agrotóxico, considerado inócua pelo mercado, em camundongos. O resultado pode ser considerado ameaçador: os animais inoculados nada sofreram; a sua primeira geração apresentou o nível habitual de carcinomas (tumor maligno); a segunda geração apresentou 90% dos filhotes com carcinomas.

Na Paraíba, O Sindicato dos Engenheiros e a Associação dos Engenheiros Agrônomos estão a frente na mobilização para o debate sobre os transgênicos. O Assessor do Sindicato dos Engenheiros da Paraíba, Gilson Pereira, afirma que nós já estamos consumindo os transgênicos, “a Argentina já utiliza abertamente a soja modificada e ela está presente em boa parte do óleo vegetal e dos biscoitos que consumimos aqui na Paraíba”, informa Gilson.

Como a mutação genética é um fato e já faz parte do nosso cotidiano, é prudente, a partir de hoje, desconfiar do que pode estar por traz de encantadores olhos verdes: **pode ser um abacate.**

Gilson Renato

Assessor de Imprensa da ADUFPB-JP



Federal de Brasília determinou que todos os produtos que contenham soja transgênica, como biscoitos e óleos vegetais, informem em seu rótulo a presença do componente modificado geneticamente. Também já tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei que cria normas rígidas para a utilização de sementes e produtos transgênicos no país. Esta iniciativa política se deve à pressão popular e, principalmente, a restrição do governo japonês – importador de um 1/3 da soja brasileira exportada – em relação a decisão de produzir no país a soja “melhorada”. Em alguns países, principalmente da Europa, cresce a resistência dos con-

REUNIÃO DO SETOR DAS IFES

MD busca mobilização da classe

Rubens Freire

O último Encontro do Setor das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) do ANDES-SN aconteceu no último dia 15 de maio, em Brasília, e contou com a presença de 29 das 53 sessões sindicais que fazem parte desse setor do ANDES-SN.

O Encontro do Setor das IFES teve a seguinte pauta: a avaliação das manifestações dos dias 30 de abril e 01 de maio, o indicativo de Paralisação no dia 19/05, aprovado na Plenária dos SPFs de 20 de abril, a proposta de construção da Greve Geral dos Trabalhadores e/ou greve dos SPFs, a apreciação do Projeto de Lei de Carreira Docente elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Carreira Docente (GT - Carreira), a proposta de piso e malha salarial para os docentes do setor, elaborada pelo GT - Verbas e o quadro sobre a Autonomia Universitária após a divulgação, pelo MEC, das diretrizes para a regulamentação da Autonomia Universitária.

Além desses pontos, a partir dos

informes das sessões sindicais, foram destacados os seguintes pontos: a situação dos CEFETs que estão sendo transferidos da alçada da SESU para a SEMTEC e os pagamentos de honorários de sucumbência que estão sendo cobrados ao Sindicato por conta de derrotas em ações trabalhistas.

Nos informes prestados pelas Ssinds ficou claro um quadro de retrocesso, nesse momento, na mobilização dos SPFs e em particular dos docentes. Mesmo ressaltando os eventos singulares que foram a manifestação em Ouro-Preto no dia 21 de abril e o Tribunal da Dívida Externa no Rio de Janeiro nos dias 25, 26 e 27 de abril, as outras manifestações, a de 26 de março por exemplo,

não tiveram uma participação significativa.

Outros dados denotadores dessa situação são: poucas foram as SSinds que organizaram ou participaram de manifestações nos dias 30 de abril e 01 de maio; a Plenária dos SPFs que estava indicada para o dia 16/05 foi suspensa e mais: a grande maioria das Ssinds, presente no Encontro, não conseguiu realizar Assembléias para posicionar-se frente aos pontos da pauta.

Esse quadro de desmobilização esvaziou os debates no Encontro sobre a paralisação do dia 19/05 e sobre a construção da Greve Geral.

Toda esta situação tem que ser debatida a fundo no MD. Se por um lado estamos desmobilizados, por outro o governo FHC retoma a ofensiva com a regulamentação das Reformas Administrativa e da Previdência; com proposta de Reformas Partidária e Sindical, além da autonomia universitária nos moldes já apresentados pelo MEC.

CARREIRA, PISO E MALHA SALARIAL

A existência de um piso salarial para categoria é previsto na Constituição. Ao longo dos últimos anos o MD tem discutido essa questão, entretanto, até hoje, não foi estabelecida uma posição sobre o ponto. Recentemente, o GT - Verbas elaborou uma proposta de piso salarial a partir do salário mínimo do DIEESE e sua repercussão em uma malha salarial fundada na proposta de carreira docente do ANDES-SN.

A proposta de carreira docente do ANDES - SN está contida na Proposta do ANDES-SN Para a Universidade Brasileira (caderno 2 da Entidade). Por deliberação do XVIII Congresso do ANDES-SN, ocorrido em Fortaleza, o GT-Carreira elaborou uma proposta de ajuste à proposta original com o objetivo de contemplar a situação vivida pelos docentes de 1º e 2º graus das IFES.

O Encontro da IFES estabeleceu que esses pontos retornarão para apreciação das AGs, a partir dos encaminhamentos dos GTs, com o compromisso de que serão levados para deliberação no próximo CONAD que será realizado nos dias 25, 26 e 27 de junho no Rio de Janeiro. Convém lembrar que o Congresso de Fortaleza delegou ao próximo CONAD a prerrogativa de deliberar sobre a matéria.

Sobre carreira e salários, que desempenham papéis destacados nos embates sobre concepção e projeto de universidade, avaliamos que o momento exige um posicionamento do MD sobre esses pontos reafirmando o seu projeto de carreira com os ajustes propostos pelo GT-Carreira e propondo uma malha salarial que contemple as perspectivas profissionais dos docentes.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

No momento o debate sobre a autonomia universitária está estabelecido, no MD, a partir das posições representadas pelo ANDES-SN, pela ANDIFES e pelo MEC.

É importante destacar que a FASUBRA-Sindical elaborou uma Proposta para a Universidade Brasileira que ainda não foi suficientemente difundida no MD. Estados como Bahia e Paraná já promoveram reformas nas suas estruturas universitárias na direção da desobrigação do governo para com a universidade. No Paraná, algumas instituições, inclusive, já firmaram contrato de gestão, pedra de toque da proposta do MEC para as IFES.

A posição do ANDES-SN foi ratificada no Congresso de Fortaleza. Considerando a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, portanto não se faz necessária a sua regulamentação. É bom ressaltar que a leitura do artigo 207 deve ser concomitante as dos artigos 206 e 212, que tratam da isonomia salarial e da vinculação orçamentária dos recursos para a educação.

A ANDIFES está apresentando um projeto de Lei Orgânica para as Universidades Federais.

O MEC, a partir da aprovação da Reforma Administrativa e da Previdência, reformula a sua posição de defesa da PEC 370 - A e apresen-

tou, no dia 19/05/99, um documento cuja súmula é: "Fundamentos Para uma Lei que Regule a Autonomia das Universidades Federais, nos termos que estabelece a Lei de Diretrizes e base da educação nacional, assim como disponha sobre a possibilidade da ampliação da autonomia, mediante contrato de desenvolvimento institucional".

A Entidade está anunciando, pela imprensa, que enviará ao Congresso Nacional, ainda este mês, um anteprojeto de lei que atenda aos seus interesses.

O Encontro das IFES deliberou também pelo enfrentamento às propostas do MEC e da ANDIFES.

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET)

O governo federal tomou, recentemente, mais uma iniciativa na direção de desestruturação do sistema federal de ensino superior. A partir de convênios firmados entre Diretorias dos CEFETs, SESU e SEMTEC, os CEFETs estão sendo transferidos para a alçada da SEMTEC. Isso objetiva delimitar as suas atividades acadêmicas ao ensino médio e tecnológico quando alguns CEFETs já dispunham de pós-graduação em franca atividade. Mais uma vez o governo prefere apostar na ignorância e não na educação. Esse processo está em curso no CEFET-MG.

Diante desse quadro o Encontro do Setor encaminhou que a Direção Na-

cional do ANDES-SN junto com a AD-CEFET-MG devem participar das reuniões promovidas pela direção do CEFET com as entidades representativas da comunidade universitária e que a Direção Nacional avaliasse a possibilidade do próximo Encontro do Setor ocorrer em um CEFET (já indicando o do Paraná) com o intuito de demonstrar, de maneira efetiva, o acompanhamento do Sindicato à questão.

Ressaltamos que há também um aspecto estritamente sindical na questão: os CEFETs, deixando de serem IFES, para alguns, não serão mais bases do ANDES-SN. Talvez do SINASEF.

Convocação do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP

O quadro de crise política e social por que passa o país requer a participação de todos os comprometidos com mudanças que visem a melhoria das condições de vida da maioria do povo brasileiro.

Por conta disso, são muitas as demandas políticas que estão, no momento, se apresentando ao nosso Sindicato. Para ficarmos, apenas, no mais específico, há a organização de um plano de lutas, fundamentado nas deliberações do Congresso de Fortaleza, que contemple a nossa campanha pela pauta de reivindicações que a Direção Nacional do ANDES-SN protocolou no MEC no dia 05 de maio de 1999, Como também o debate sobre a Autonomia Universitária que retorna à cena principal no meio universitário com repercussões, por exemplo, no processo de escolha de reitor, na nossa Universidade, que está previsto para acontecer em maio do ano que vem.

Nos limites exclusivos da nossa Sessão Sindical temos questões tais como: a apreciação da prestação de contas da diretoria da ADUFPB-JP, exercí-

cio 97/98, a proposta orçamentária para 98/99, a revisão do regimento da ADUFPB-JP, a criação da Diretoria para Assuntos de Aposentadorias e a situação da Sede Social Da Entidade.

Esse conjunto de questões está requerendo o trabalho constante do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP. Entretanto, nas últimas reuniões do CR não tem havido "quorum" para deliberação por conta da ausência de dois ou três integrantes. Isso tem frustrado as expectativas dos que comparecem às reuniões. É provável que várias ausências sejam por razão de força maior, entretanto, lamentavelmente, essa situação, na maioria dos casos, não está sendo informada ao Conselho.

Estamos, assim, solicitando que os(as) Conselheiros(as) que estejam impossibilitados de participarem do CR, que comuniquem, com a maior brevidade, sua situação à Secretaria da ADUFPB-JP. Assim teremos a real dimensão do CR. Em segundo lugar, avaliem a possibilidade de realizarmos reuniões a partir das 19:00h, como alternativa para uma maior participação.

Conforme combinamos na última reunião do Conselho de Representantes, estamos convocando a próxima reunião para:

Dia 27 de Maio (quinta-feira), às 15:00h

PAUTA

1 - INFORMES

2 - CONSTITUIÇÃO de dois grupos de trabalho

2.1- **GRUPO de trabalho que irá elaborar proposta** de reforma do regimento da ADUFPB-JP a partir de um repertório de pontos que possamos elaborar e entre os quais já temos: a duração do mandato da Diretoria da ADUFPB-JP; a dimensão do CR; a criação de uma Diretoria de Assuntos de Aposentadoria; procedimentos para apreciação das prestações de contas da ADUFPB-JP.

2.2 - **GRUPO de trabalho para organizar** o debate sobre Autonomia Universitária no âmbito da ADUFPB-JP.

ÚLTIMAS e BOAS

1ª

Os ministros do Supremo Tribunal Federal derrubaram na última Segunda-feira o artigo do pacote fiscal da União que congelava a concessão automática de promoções e progressões funcionais com o objetivo de reduzir os gastos do Governo com a folha de pagamento. Por unanimidade os ministros do STF seguiram o voto do relator Sepúlveda Pertence, que considerou o congelamento inconstitucional. A liminar foi concedida a partir de ação movida pelo PT e devolve, por exemplo, o direito aos professores que concluíram doutorado (ou mestrado) de obter a promoção automática.

2ª

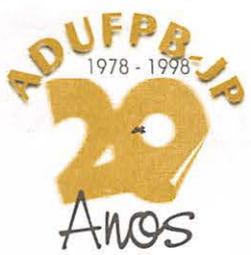
OTRF acolheu e deu provimento a apelação no sentido de assegurar aos docentes o direito de conversão de 1/3 das férias de 1998 em abono pecuniário. Aguarda-se agora a publicação do acórdão. A decisão do TRF aconteceu na última Terça-feira, 25 de maio de 1999.

Agenda/Aposentados

ADUF convoca os professores aposentados que ainda não receberam a agenda/99 para que se dirijam à Entidade e adquiram o seu exemplar.

Novas carteiras

ADUF está promovendo a troca de todas as carteiras dos seus sócios. Para isto é importante que os docentes se dirijam a Entidade para assinar e receber os novos documentos. A carteira anterior já estão perdendo a sua validade.



ADUF INFORMA

Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Filiada à CUT
João Pessoa /PB - UFPB/Campus I - Maio de 1999 - nº 72 - EDIÇÃO ESPECIAL

VOLTE A LUTAR!

Mobilização maciça é alternativa para o MD

Comissão Nacional de Mobilização da ANDES-SN reúne-se para examinar agendas e programas para traçar o plano de atividades da semana. Na Comissão desta semana (10 a 15/05) estão representados Maranhão, Bahia e Paraíba. Há muito o que fazer: audiência pública do Plano Nacional de Educação, com a presença do ministro Paulo Renato, sobre crédito educativo, outras sem o ministro, sobre o Fundef, a IV Conferência Nacional dos Direitos Humanos, e a reforma administrativa do governo e o projeto 4811/98, projetos garantindo isenção de impostos para entidades filantrópicas mantenedoras de universidades privadas. A deputada Luiza Erundina abraça a causa dos estudantes das particulares. Reitores, presentes à reunião noturna no Hotel Nacional, declaram ter cortado bolsas de estudantes para pagar os impostos cobrados pelo governo. Os estudantes preparam uma manifestação numa escola particular de Brasília.

As tigelas de Niemeyer emocionam, do exterior. Por dentro, são um túnel opressivo, amarelado pela luz artificial, por onde enxameiam engravatados e *entailleuradas*, carregando pastas de couro e telefones celulares. Do largo túnel principal abrem-se saídas laterais, escadas e corredores que levam a gabinetes, lideranças, plenárias das comissões e ao fim da rampa, a descida para o plenário da Câmara, onde é preciso ser credenciado para ser admitido. Os deputados vão e vêm, impecáveis e recém-barbeados, as longas madeixas do deputado Babá, do PT do Pará e o verde e púrpura dos cabelos de Esther Grossi, do PT do Rio Grande do Sul destoando do grisalho geral.

O deputado José Genoíno, líder do PT é o único a chegar à Câmara às 8.30 da manhã, religiosa e comprovadamente. Professores sindicalistas, é bom frisar, nem sempre são *personae gratae* nas antesalas dos gabinetes. No da liderança do PSDB, o chá de cadeira foi determinado pela secretária, impossibilitada de interromper uma longa e importante conversa telefônica, que pelo teor, devia ser com a costureira ou fornecedora de tecidos. Os deputados dos partidos de oposição, como nosso Avenzoar Arruda, PT-PB, Agnelo Queiroz, PC do B-DF, Paulo Rocha, PT PA, Sérgio Miranda, PC do B-MG, atenciosos e acessíveis, oferecem seus préstimos e

números de telefones celulares, enquanto Jovair Arantes, do PSDB, concede poucas palavras enquanto anda apressado por um corredor. Já Wilson Braga, atualmente PFL-PB, garantiu votar a favor dos docentes.

A reforma administrativa define carreiras exclusivas do Estado. O projeto 4811/98 atribui apenas aos detentores dessas carreiras os *cargos públicos*, com estabilidade e aposentadoria integral. Aos demais estão destinados *empregos públicos*, regidos pela CLT. Ricardo Maranhão, PSB-RJ propõe emenda incluindo a carreira de professor como típica de estado. O deputado Nelson Pelegrino, da do PT da Bahia, conseguiu-nos uma audiência com Arnaldo Madeira, líder do governo na Câmara. Arnaldo Madeira cortêsmente afirma sua convicção de que o projeto não pode ser alterado, que o conceito governamental expresso na reforma administrativa não coloca a educação nem a saúde como assuntos de Estado - ao contrário, funcionarão perfeitamente bem nas mãos da iniciativa privada. De cujas fileiras, aliás, saiu o deputado, ex-professor universitário de uma escola particular. Como disse o deputado Jovair Arantes, carreira de Estado são só *as que não podem ser terceirizadas*.

Na opinião dos deputados de oposição, nossa única e poderosa arma seria a mobilização maciça dos professores. O projeto 4811/98 é para uma lei ordinária, que só precisa de maioria simples para ser aprovada. Nosso *lobby* na Câmara tem poucas possibilidades de funcionar, numa correlação de forças tão desfavorável no parlamento. Onde estarão os sindicalizados da ADUFPB-JP e da ANDES? Precisamos de sua presença maciça nas assembleias. Nossos deputados são lutadores, mas são poucos. A Comissão de Mobilização Nacional deve retomar sua verdadeira função. Professor, coloque-se à disposição do sindicato, dê seu nome para ir a Brasília, não negue sua contribuição. Precisamos falar alto, se quisermos defender o que conquistamos à custa de tantas lutas. **PROFESSOR, VOLTE A LUTAR.**

M^a Elisabete B. de Almeida

Diretora de Política Sindical da ADUF e Representante da ADUF na Comissão Nacional de Mobilização de 10 a 15 de Maio

Duas boas notícias na página 4:

1) STF derruba artigo que impedia a promoção automática;

2) TRF garante direito de conversão de 1/3 das Férias/98 em abono pecuniário

A ameaça dos transgênicos

Quem poderia imaginar uma batata com crise de identidade? deitada em um divã ela teria dúvidas se era o que lhe chamavam; uma cenoura; um rato ou o protótipo de uma espécie ainda desconhecida. É que corria em suas veias um sangue híbrido – batata com veias e sangue?!?

O que mais parece um enredo para clip de banda de rock poderá estar em nosso prato mais rápido do que imaginamos; os transgênicos estão aí querendo mostrar que o trabalho do divino não é tão perfeito e que por isto precisa ser “melhorado”. Prepare-se para pedir ao garçom: por favor, arroz sem orelhas!

No próximo dia 1º de junho a Paraíba entra oficialmente em um debate que já acontece nos principais países industrializados do mundo. A Assembléia Legislativa da Paraíba abre o seu plenário para uma discussão sobre a alteração genética de vegetais para consumo direto e para matéria prima de produtos da indústria alimentícia e farmacêutica. Do debate participarão engenheiros, técnicos agrícolas, militantes ecológicos e demais interessados no assunto.

Desde o início da agricultura, em uma fase remota da civilização humana, já se manipulava sementes e produtos num processo conhecido como “seleção e melhoramento”. Até bem pouco tempo não se temia que esta manipulação pudesse, de alguma forma, prejudicar a saúde dos consumidores e o meio ambiente pois os processos utilizados usavam matrizes naturais. Depois da descoberta do ácido desoxirribonucleico – ADN e da sua função de comunicador das informações genéticas, na década de 40, surgiu, nos anos 50, com a descoberta da estrutura do ADN por Crick e Watson, a engenharia genética e suas vantagens e desvantagens até hoje polêmicas.

Recentemente a Comissão Técnica Nacional de Biosegurança – CTNBio, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, concedeu licença para o cultivo de uma soja transgênica resistente ao herbicida Roundap que, igualmente ao vegetal “beneficiado”, é produzido por uma das duas empresas multinacionais que dominam o seguimento, a Monsanto. O fato conseguiu fazer com que o assunto extrapolasse as salas herméticas da burocracia federal para o debate público.

O domínio deste mercado por duas empresas, a Monsanto e a Dupont, ambas norteamericanas, é um dado que aumenta a desconfiança a estes procedimentos. A história mostra que o critério destes empresários é ganhar dinheiro.

Ética, preocupações ecológicas e sociais compõem apenas o discurso que sempre redundam em engodo. As duas empresas dominam a metade do mercado dos dois grãos mais plantados nos Estados Unidos, a soja e o milho. As sementes da Monsanto estão sendo plantadas em 22,3 milhões de hectares no mundo inteiro. A guerra dos gigantes do setor disputa mercado para linhas de produção biotecnológica que vão da terra à mesa. A realidade se configura em um oligopólio de alto risco para a humanidade. Frankenstein poderá se tornar cada vez mais banal.

A única resistência que até agora se apresenta é do próprio mercado consumidor. Atendendo a uma ação movida pelo Instituto Brasileiro de proteção ao Consumidor – Idec, a 6ª Vara da Justiça

sumidores a estes produtos e seus derivados.

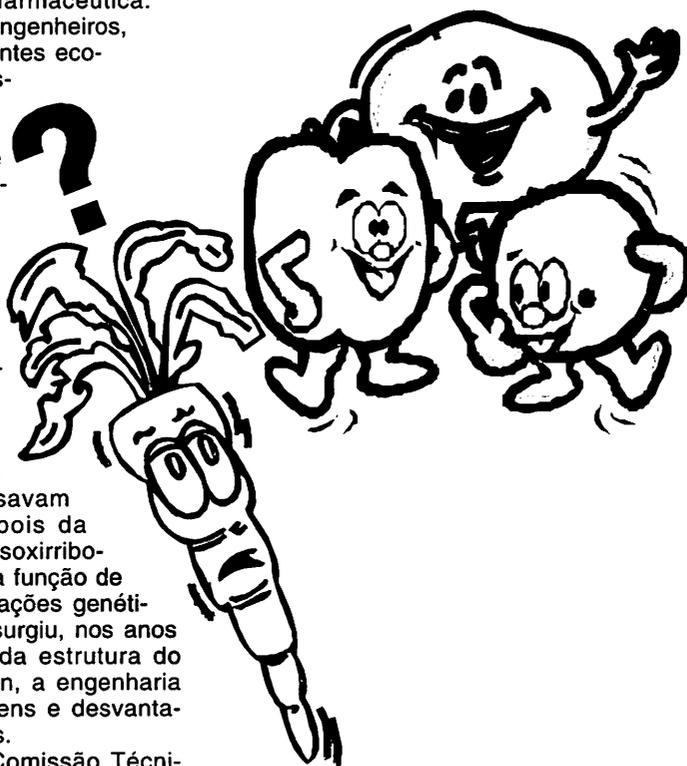
Para o presidente do CREA do Rio de Janeiro, José Chacon, “está em jogo o domínio comercial destes produtos, da biotecnologia e da engenharia genética. Para combater interesses tão poderosos é necessário uma articulação eficiente entre os setores representativos da sociedade que pressione o Governo e o leve a barrar o crescimento de um fenômeno do qual pouco se sabe em relação às suas vantagens, desvantagens e, principalmente, sobre as suas conseqüências”. Na opinião do engenheiro agrônomo, Ailton Castagna, da Pesagro – Rio, “através da biotecnologia podemos inserir em plantas características que não podem ser transferidas por cruzamento normal. Pode-se incluir -em uma batata, por exemplo, características de outras espécies e até de microorganismos não vegetais, com o objetivo de adequá-la a determinada situação de clima ou de mercado. As vantagens de um processo

destes, as empresas produtoras podem divulgar e ostentar; os riscos, talvez elas mesmo não saibam”. Diz Ailton e completa ponderado “Seria temerário e temporâneo assumir categoricamente uma posição pela liberação incondicional dos novos seres. Mas também, de uma forma responsável, não poderíamos optar pela sua interdição pura e simples”.

Nos anos 70 o Centro de Toxicologia de Pelotas – RS, experimentou inocular doses de um agrotóxico, considerado inócuo pelo mercado, em camundongos. O resultado pode ser considerado ameaçador: os animais inoculados nada sofreram; a sua primeira geração apresentou o nível habitual de carcinomas (tumor maligno); a segunda geração apresentou 90% dos filhotes com carcinomas.

Na Paraíba, O Sindicato dos Engenheiros e a Associação dos Engenheiros Agrônomos estão a frente na mobilização para o debate sobre os transgênicos. O Assessor do Sindicato dos Engenheiros da Paraíba, Gilson Pereira, afirma que nós já estamos consumindo os transgênicos, “a Argentina já utiliza abertamente a soja modificada e ela está presente em boa parte do óleo vegetal e dos biscoitos que consumimos aqui na Paraíba”, informa Gilson.

Como a mutação genética é um fato e já faz parte do nosso cotidiano, é prudente, a partir de hoje, desconfiar do que pode estar por traz de encantadores olhos verdes: **pode ser um abacate.**



Federal de Brasília determinou que todos os produtos que contenham soja transgênica, como biscoitos e óleos vegetais, informem em seu rótulo a presença do componente modificado geneticamente. Também já tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei que cria normas rígidas para a utilização de sementes e produtos transgênicos no país. Esta iniciativa política se deve à pressão popular e, principalmente, a restrição do governo japonês – importador de um 1/3 da soja brasileira exportada – em relação a decisão de produzir no país a soja “melhorada”. Em alguns países, principalmente da Europa, cresce a resistência dos con-

Gilson Renato

Assessor de Imprensa da ADUFPB-JP

REUNIÃO DO SETOR DAS IFES

MD busca mobilização da classe

Rubens Freire

O último Encontro do Setor das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) do ANDES-SN aconteceu no último dia 15 de maio, em Brasília, e contou com a presença de 29 das 53 sessões sindicais que fazem parte desse setor do ANDES-SN.

O Encontro do Setor das IFES teve a seguinte pauta: a avaliação das manifestações dos dias 30 de abril e 01 de maio, o indicativo de Paralisação no dia 19/05, aprovado na Plenária dos SPFs de 20 de abril, a proposta de construção da Greve Geral dos Trabalhadores e/ou greve dos SPFs, a apreciação do Projeto de Lei de Carreira Docente elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Carreira Docente (GT - Carreira), a proposta de piso e malha salariais para os docentes do setor, elaborada pelo GT - Verbas e o quadro sobre a Autonomia Universitária após a divulgação, pelo MEC, das diretrizes para a regulamentação da Autonomia Universitária.

Além desses pontos, a partir dos

informes das sessões sindicais, foram destacados os seguintes pontos: a situação dos CEFETs que estão sendo transferidos da alçada da SESU para a SEMTEC e os pagamentos de honorários de sucumbência que estão sendo cobrados ao Sindicato por conta de derrotas em ações trabalhistas.

Nos informes prestados pelas Ssinds ficou claro um quadro de retrocesso, nesse momento, na mobilização dos SPFs e em particular dos docentes. Mesmo ressaltando os eventos singulares que foram a manifestação em Ouro Preto no dia 21 de abril e o Tribunal da Dívida Externa no Rio de Janeiro nos dias 25, 26 e 27 de abril, as outras manifestações, a de 26 de março por exemplo,

não tiveram uma participação significativa.

Outros dados denotadores dessa situação são: poucas foram as SSinds que organizaram ou participaram de manifestações nos dias 30 de abril e 01 de maio; a Plenária dos SPFs que estava indicada para o dia 16/05 foi suspensa e mais: a grande maioria das Ssinds, presente no Encontro, não conseguiu realizar Assembléias para posicionar-se frente aos pontos da pauta.

Esse quadro de desmobilização esvaziou os debates no Encontro sobre a paralisação do dia 19/05 e sobre a construção da Greve Geral.

Toda esta situação tem que ser debatida a fundo no MD. Se por um lado estamos desmobilizados, por outro o governo FHC retoma a ofensiva com a regulamentação das Reformas Administrativa e da Previdência; com proposta de Reformas Partidária e Sindical, além da autonomia universitária nos moldes já apresentados pelo MEC.

CARREIRA, PISO E MALHA SALARIAL

A existência de um piso salarial para categoria é previsto na Constituição. Ao longo dos últimos anos o MD tem discutido essa questão, entretanto, até hoje, não foi estabelecida uma posição sobre o ponto. Recentemente, o GT - Verbas elaborou uma proposta de piso salarial a partir do salário mínimo do DIEESE e sua repercussão em uma malha salarial fundada na proposta de carreira docente do ANDES-SN.

A proposta de carreira docente do ANDES - SN está contida na Proposta do ANDES-SN Para a Universidade Brasileira (caderno 2 da Entidade). Por deliberação do XVIII Congresso do ANDES-SN, ocorrido em Fortaleza, o GT-Carreira elaborou uma proposta de ajuste à proposta original com o objetivo de contemplar a situação vivida pelos docentes de 1º e 2º graus das IFES.

O Encontro da IFES estabeleceu que esses pontos retornarão para apreciação das AGs, a partir dos encaminhamentos dos GTs, com o compromisso de que serão levados para deliberação no próximo CONAD que será realizado nos dias 25, 26 e 27 de junho no Rio de Janeiro. Convém lembrar que o Congresso de Fortaleza delegou ao próximo CONAD a prerrogativa de deliberar sobre a matéria.

Sobre carreira e salários, que desempenham papéis destacados nos embates sobre concepção e projeto de universidade, avaliamos que o momento exige um posicionamento do MD sobre esses pontos reafirmando o seu projeto de carreira com os ajustes propostos pelo GT-Carreira e propondo uma malha salarial que contemple as perspectivas profissionais dos docentes.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

No momento o debate sobre a autonomia universitária está estabelecido, no MD, a partir das posições representadas pelo ANDES-SN, pela ANDIFES e pelo MEC.

É importante destacar que a FASUBRA-Sindical elaborou uma Proposta para a Universidade Brasileira que ainda não foi suficientemente difundida no MD. Estados como Bahia e Paraná já promoveram reformas nas suas estruturas universitárias na direção da desobrigação do governo para com a universidade. No Paraná, algumas instituições, inclusive, já firmaram contrato de gestão, pedra de toque da proposta do MEC para as IFES.

A posição do ANDES-SN foi ratificada no Congresso de Fortaleza. Considerando a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, portanto não se faz necessária a sua regulamentação. É bom ressaltar que a leitura do artigo 207 deve ser concomitante as dos artigos 206 e 212, que tratam da isonomia salarial e da vinculação orçamentária dos recursos para a educação.

A ANDIFES está apresentando um projeto de Lei Orgânica para as Universidades Federais.

O MEC, a partir da aprovação da Reforma Administrativa e da Previdência, reformula a sua posição de defesa da PEC 370 - A e apresen-

tou, no dia 19/05/99, um documento cuja súmula é: "Fundamentos Para uma Lei que Regule a Autonomia das Universidades Federais, nos termos que estabelece a Lei de Diretrizes e base da educação nacional, assim como disponha sobre a possibilidade da ampliação da autonomia, mediante contrato de desenvolvimento institucional".

A Entidade está anunciando, pela imprensa, que enviará ao Congresso Nacional, ainda este mês, um anteprojeto de lei que atenda aos seus interesses.

O Encontro das IFES deliberou também pelo enfrentamento às propostas do MEC e da ANDIFES.

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET)

O governo federal tomou, recentemente, mais uma iniciativa na direção de desestruturação do sistema federal de ensino superior. A partir de convênios firmados entre Diretorias dos CEFETs, SESU e SEMTEC, os CEFETs estão sendo transferidos para a alçada da SEMTEC. Isso objetiva delimitar as suas atividades acadêmicas ao ensino médio e tecnológico quando alguns CEFETs já dispunham de pós-graduação em franca atividade. Mais uma vez o governo prefere apostar na ignorância e não na educação. Esse processo está em curso no CEFET-MG.

Diante desse quadro o Encontro do Setor encaminhou que a Direção Na-

cional do ANDES-SN junto com a AD-CEFET-MG devem participar das reuniões promovidas pela direção do CEFET com as entidades representativas da comunidade universitária e que a Direção Nacional avaliasse a possibilidade do próximo Encontro do Setor ocorrer em um CEFET (já indicando o do Paraná) com o intuito de demonstrar, de maneira efetiva, o acompanhamento do Sindicato à questão.

Ressaltamos que há também um aspecto estritamente sindical na questão: os CEFETs, deixando de serem IFES, para alguns, não serão mais bases do ANDES-SN. Talvez do SINASEF.

Convocação do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP

O quadro de crise política e social por que passa o país requer a participação de todos os comprometidos com mudanças que visem a melhoria das condições de vida da maioria do povo brasileiro.

Por conta disso, são muitas as demandas políticas que estão, no momento, se apresentando ao nosso Sindicato. Para ficarmos, apenas, no mais específico, há a organização de um plano de lutas, fundamentado nas deliberações do Congresso de Fortaleza, que contemple a nossa campanha pela pauta de reivindicações que a Direção Nacional do ANDES-SN protocolou no MEC no dia 05 de maio de 1999. Como também o debate sobre a Autonomia Universitária que retorna à cena principal no meio universitário com repercussões, por exemplo, no processo de escolha de reitor, na nossa Universidade, que está previsto para acontecer em maio do ano que vem.

Nos limites exclusivos da nossa Sessão Sindical temos questões tais como: a apreciação da prestação de contas da diretoria da ADUFPB-JP, exercí-

cio 97/98, a proposta orçamentária para 98/99, a revisão do regimento da ADUFPB-JP, a criação da Diretoria para Assuntos de Aposentadorias e a situação da Sede Social Da Entidade.

Esse conjunto de questões está requerendo o trabalho constante do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP. Entretanto, nas últimas reuniões do CR não tem havido "quorum" para deliberação por conta da ausência de dois ou três integrantes. Isso tem frustrado as expectativas dos que comparecem às reuniões. É provável que várias ausências sejam por razão de força maior, entretanto, lamentavelmente, essa situação, na maioria dos casos, não está sendo informada ao Conselho.

Estamos, assim, solicitando que os(as) Conselheiros(as) que estejam impossibilitados de participarem do CR, que comuniquem, com a maior brevidade, sua situação à Secretária da ADUFPB-JP. Assim teremos a real dimensão do CR. Em segundo lugar, avaliem a possibilidade de realizarmos reuniões a partir das 19:00h, como alternativa para uma maior participação.

Conforme combinamos na última reunião do Conselho de Representantes, estamos convocando a próxima reunião para:

Dia 27 de Maio (quinta-feira), às 15:00h

PAUTA

1 - INFORMES

2 - CONSTITUIÇÃO de dois grupos de trabalho

2.1- **GRUPO de trabalho que irá elaborar proposta** de reforma do regimento da ADUFPB-JP a partir de um repertório de pontos que possamos elaborar e entre os quais já temos: a duração do mandato da Diretoria da ADUFPB-JP; a dimensão do CR; a criação de uma Diretoria de Assuntos de Aposentadoria; procedimentos para apreciação das prestações de contas da ADUFPB-JP.

2.2 - **GRUPO de trabalho para organizar** o debate sobre Autonomia Universitária no âmbito da ADUFPB-JP.

ÚLTIMAS e BOAS

1ª

Os ministros do Supremo Tribunal Federal derrubaram na última Segunda-feira o artigo do pacote fiscal da União que congelava a concessão automática de promoções e progressões funcionais com o objetivo de reduzir os gastos do Governo com a folha de pagamento. Por unanimidade os ministros do STF seguiram o voto do relator Sepúlveda Pertence, que considerou o congelamento inconstitucional. A liminar foi concedida a partir de ação movida pelo PT e devolve, por exemplo, o direito aos professores que concluíram doutorado (ou mestrado) de obter a promoção automática.

2ª

OTRF acolheu e deu provimento a apelação no sentido de assegurar aos docentes o direito de conversão de 1/3 das férias de 1998 em abono pecuniário. Aguarda-se agora a publicação do acórdão. A decisão do TRF aconteceu na última Terça-feira, 25 de maio de 1999.

Agenda/Aposentados

ADUF convoca os professores aposentados que ainda não receberam a agenda/99 para que se dirijam à Entidade e adquiram o seu exemplar.

Novas carteiras

ADUF está promovendo a troca de todas as carteiras dos seus sócios. Para isto é importante que os docentes se dirijam a Entidade para assinar e receber os novos documentos. A carteira anterior já estão perdendo a sua validade.

AUTONOMIA



O Projeto de Lei que regulamenta a Autonomia nas universidades públicas, apresentado pelo MEC no final de julho, se for aprovado pelo Congresso Nacional, acabará com as principais conquistas do Movimento Docente em toda a sua história. Com uma manobra espúria batizada de "Autonomia", o MEC tenta confundir a sociedade e legalizar o processo de desmonte do sistema público de ensino superior iniciado com o primeiro governo FHC. As IFES nunca estiveram tão ameaçadas e só uma grande mobilização pode se contrapor ao projeto de privatização do MEC. A ADUFPB-JP

convida todos os professores a discutirem a Autonomia Universitária, entre outros pontos da pauta, na **Assembléia Geral da próxima quinta-feira (19/08)**.

O jogo está posto e as universidades públicas brasileiras estão em XEQUE.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 19 de agosto,
às 9 horas

No auditório da Reitoria

PAUTA

- 1 - Informes Sede Sócio-Cultural e outros
- 2 - Caminhada dos 100 mil
- 3 - Autonomia Universitária
- 4 - Plenária dos SPFs
- 5 - Ação Judicial Contra a CPMF

E • d • I • T • O • R • I • A • L

Sede Social em debate

Em matéria publicada no último boletim desta Entidade, esta Diretoria Executiva (DE), no cumprimento de suas atribuições e respaldada na legitimidade de que é portadora, propôs à categoria um debate relativo à situação da sede sócio-cultural.

Não temos dúvida da natureza polêmica do debate então proposto. No entanto, temos a firme convicção de que o tratamento dessa questão —sem a ilusão de se poder fugir de visões divergentes e mesmo antagônicas— pressupõe a democratização, a mais ampla possível, das informações relevantes para a abordagem aqui pretendida.

É com essa visão que propomos a leitura do artigo mencionado, bem como das informações adicionais que repassamos aos integrantes do Conselho de Representantes para serem socializadas junto aos docentes dos centros por eles representados.

Gostaríamos, ainda, mesmo que desnecessário, de enfatizar que não há nenhum partido prévio assumido por esta DE com relação aos destinos da sede sócio-cultural. O sentido de nossa ação, nesse caso, é o de garantir aos sindicalizados os elementos indispensáveis para uma deliberação fundamentada da categoria, imprescindível, tendo em vista que a mesma envolve um patrimônio coletivo cujo valor é significativo.

Ou seja, trocando em miúdos, nosso propósito é o de assegurar a opção assumida pelos sindicalizados em sua definição de uma relação custo/benefício para a sede sócio-cultural, seja efetivamente baseada em dados concretos.

Isso posto, reafirmamos nossa plena certeza de, com o procedimento adotado e o encaminhamento que propomos para o debate, estamos desempenhando o papel precípua de uma instância de direção de natureza executiva, de forma transparente e democrática.



Livre concorrência?

A questão dos Transportes

Por Sandro Meira Wanderley

Professor aposentado

A propaganda das empresas de transportes públicos e urbanos, têm apregoado que os pessoenses gozam de um ótimo serviço de transporte coletivo a um preço barato quando comparado com o preço de outras capitais.

Balela! Conversa para enganar os incautos. Verdade relativa, se imaginamos o usuário indo do centro para o bairro, ou do bairro para o centro.

Embora já haja melhorado, a verdade é que a integração entre os bairros é extremamente precária. Como consequência, o operário ou o estudante, normalmente, têm de pagar duas passagens de ida mais duas passagens de volta.

Não poderia ser diferente, posto que os empresários do setor nutrem e alimentam as campanhas eleitorais de vereadores e dos últimos prefeitos.

Greves de motoristas e cobradores são bem vindas pelos que usufruem os lucros da concessão dos serviços públicos: deste modo, faturando planilhas de custos obtêm majorações nos preços das passagens.

A insidiosa propaganda, vez por outra coloca como se fosse dádiva o passe livre do idoso, do deficiente, entre outros. Na verdade é o trabalhador que paga, e o lucro é que é responsável pela manutenção de uma frota sempre renovável.

Não há concorrência! o que existe é uma divisão cartelizada de feudos exploratórios.

Para cada bairro só existe uma empresa a explorar a linha.

Todos os prefeitos desde Damá-

sio Franca souberam disto. Nenhum fez nada para mudar.

A única iniciativa decente e honesta partiu justamente de um governador malquisto pelas forças armadas “esquerdistas”: Tarcísio de Miranda Buriti que criou a Setusa.

Setusa esta que foi sucateada e privatizada, quer dizer, vendida à preço de banana.

Os pessoenses estão à mercê de interesses mesquinhos de empresários e políticos.

Pergunta-se: até quando?

Responde-se: até que haja um prefeito eleito pelas bases populares que conte com o apoio de uma Câmara minimamente ética.

Um prefeito que cuide melhor de outras concessões do serviço público, como por exemplo, a da coleta do lixo.

Nasce no coração do povo, uma esperança. Entre os artistas, os intelectuais, e, sobretudo, nas favelas o nome de Ricardo Coutinho. A despeito da administração proficiente, honesta e incorrupta do construtor Cícero Lucena, cuja liderança e carisma são inegáveis.

Seja o que Deus quiser! Mas, depois da próxima eleição em João Pessoa o sol haverá de nascer mais cedo e de brilhar mais.

É caminhando que se aprende a caminhar. É amando que se aprende a amar, é orando que se aprende a orar e é trabalhando que se aprende a trabalhar.

Last, but not least: É votando que se aprende a votar.

Projeto Sede de Leitura

Próxima edição do evento será dia 27 de agosto

A ADUFPB-JP convida todos os sócios a participarem de mais uma edição do **SEDE DE LEITURA** que acontecerá no dia 27 de agosto, Sexta-feira, às 21 horas, na Sede Social da Entidade, à Rua Gilvan Muribeca, 88, no Cabo Branco. A programação será a seguinte:

LIVROS

■ **Aspectos da Nova Parte Geral do Código Penal Brasileiro**, da professora Onélia Setúbal Rocha de Queiroga

■ **Marketing, Comunicação e Vendas**: termos técnicos, verbetes, palavras e siglas, da professora Sônia Trigueiro de Almeida

■ **Educação Popular**: outros caminhos, organizado pelos professores, Afonso Celso Scocuglia e José Francisco de Melo Neto

■ **Os Amantes de Orfeu e Poemas de Rima Interior**, do professor Edônio Alves do Nascimento

EXPOSIÇÃO

■ **Individual – Marcas III**, trabalhos em litografia, xilogravura e monotípias, do professor Alfonso Bernal

MOSTRA DE VÍDEOS

■ **A Bagaceira – Engenho e Brejo**, dos professores João de Lima e Manoel Clemente

■ **Bororó 2000**: do Vale de Lágrimas à Utopia, do professor José Brendan Macdonald



Universidade em xeque!

O MEC divulgou no dia 29 de julho um Projeto de Lei que regulamenta a autonomia das universidades federais. O Projeto será enviado nos próximos dias ao Congresso Nacional. Em oposição ao artigo 207 da Constituição Federal, o Projeto legaliza o processo de desmonte do ensino superior público que teve início com o governo FHC. Além de tirar as garantias constitucionais de financiamento das universidades, o projeto desmonta o sistema federal de ensino superior, acaba com a isonomia salarial dos docentes e induz a instituição a procurar recursos no mercado para que suas atividades de pesquisa, ensino e extensão sejam realizadas.

Não há dúvida que o projeto se insere na política privatizante do ensino definida pelo Banco Mundial e, se aprovado, **fatalmente conduzirá, a médio prazo, à cobrança de anuidades nas universidades públicas**. O projeto regulamenta formas de intervenção do Governo Federal nas universidades, reedita medidas autoritárias tomadas na época do regime militar e ameaça a luta histórica da comunidade universitária pela democratização do poder que culmina com o processo de escolha de seus dirigentes. O Projeto também reforça a reforma do ensino técnico, que retirou os CEFETs da jurisdição da Secretaria de Ensino Superior do MEC, transferindo as escolas técnicas existentes nas universidades para as unidades que compõem o Sistema Federal de Ensino Tecnológico.

A definição da competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para regular a administração universitária, estabelecida no projeto, retira definitivamente do MEC suas atribuições constitucionais referentes ao ensino superior. **A retirada dos servidores aposentados e pensionistas da folha de pagamento da Universidade**, que será regulamentada caso o Projeto de Lei seja aprovado pelo Congresso, constitui um passo inequívoco em direção à quebra de paridade de seus vencimentos com os servidores em atividade.

Não há dúvidas quanto a necessidade urgente de mobilização da comunidade universitária e da sociedade como um todo em defesa do ensino público e gratuito agora, concretamente, ameaçado de morte. A Autonomia é um dos pontos da Pauta da Assembleia Geral da próxima Quinta-feira, 19 de agosto, o que torna imprescindível a participação maciça dos professores do Campus I da UFPB no evento.

REUNIÃO DO GTPE

■ **GTPE**- A Coordenação do Grupo de Trabalho de Política Educacional da ADUFPB-JP/SSind, convida os sindicalizados interessados a participarem de uma reunião do Grupo no próximo dia **23 DE AGOSTO, ÀS 9H00, NA SEDE DA ENTIDADE**. Propomos os seguintes pontos de pauta para a reunião: 1) Informes; 2) III CONED; 3) Plano Nacional de Educação (PNE); 4) Assuntos diversos e 5) Encaminhamentos.

INFORMES JURÍDICOS

Sim à progressão

Alguns professores têm questionado a Assessoria Jurídica do Sindicato, sobre a suspensão da concessão de promoções e progressões funcionais, no período de 8 de março de 1999 à 7 de março de 2000, em face

da Medida Provisória nº 1.815 de 05 de março de 1999. O STF – Supremo Tribunal Federal, concedeu Liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1975-9, suspendendo a eficácia do dispositivo que determinou a referida suspensão. Com isso, permanecem intactos os critérios para promoção e progressão funcional dos docentes da UFPB. Aqueles que atingiram o direito à progressão no período de 08/03/99 à 01/06/99 e não tiveram esta progressão, terão direito, inclusive, às diferenças retroativas decorrentes da mesma.

28,86%

O Governo reabriu a oportunidade de os servidores públicos firmarem acordo para o recebimento parcelado das diferenças salariais no percentual de 28,86%. A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP reitera o seu posicionamento no sentido de que os docentes não aceitem a proposta por razões já colocadas anteriormente. Maiores informações na Assessoria Jurídica.

EM DEFESA DA TERRA INDÍGENA

Potiguara

Maria Elisabete Barbosa de Almeida

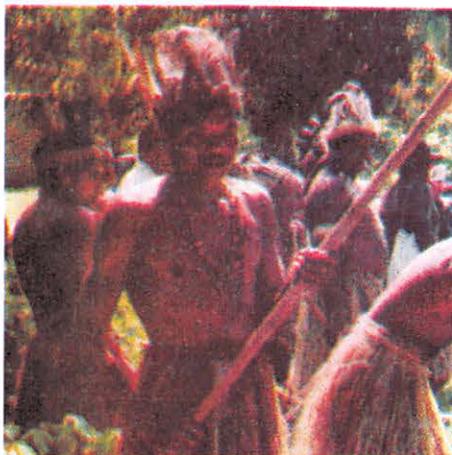
Diretora de Política Sindical da ADUFPB-JP

A nação brasileira, nascida da invasão, conquista e colonização de um território povoado prepara-se para comemorar quinhentos anos dessa conquista. Para outras nações que existiam na época da chegada de Pedro Álvares Cabral, a invasão e conquista continuam.

Na Paraíba existem 22 aldeias indígenas da nação Potiguara em reservas nos municípios de Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação. Nessas aldeias, além da extrema pobreza crônica, problemas como falta de saneamento, de acesso a cuidados médicos e à educação, além do desemprego estão presentes. Os Potiguara, depois de cinco séculos de dominação, querem recuperar sua identidade e sua cultura, praticamente perdidas na convivência forçada e sempre em condição subalterna, com uma cultura destruidora de seus valores. Em 10 e 11 de abril deste ano, foi realizada a Primeira Assembléia Indígena da Nação Potiguara. Nessa Assembléia os problemas dos índios foram discutidos e muitas decisões foram tomadas, como a criação de um Distrito Sanitário, de Escolas Indígenas reconhecidas pela Secretaria de Educação do Estado; reivindicar apoio a atividades produtivas e o fortalecimento de uma política indigenista que preserve direitos e permita a existência digna das nações indígenas.

Uma das características do modo de vida indígena é uso da terra, que não é apenas aproveitada para a agricultura como o fazem os ditos civilizados.

Para os índios, a terra faz parte de sua relação com a natureza e determina sua identidade e inserção no mundo. No Diário Oficial da União de junho de 1997 foi publicado que a nação Potiguara tinha direito a uma área de 5.300 hectares no município de Montemor, no estado da Paraíba. O trabalho de levantamento dessa área começou em 1995. Os Potiguara ganharam judicialmente a posse da terra, em todas as instâncias. Depois de esperar dois anos que a FUNAI demarcasse as terras, fizeram, em junho deste ano, a autodemarcação.



Ora, a Rio Vermelho Agropastoril Mercantil S. A., a Destilaria Miriri S. A., o Espólio de Arthur Hermann Lundgren, Luismar Melo, Emílio Celso Cavalcanti de Morais e Paulo Fernando Cavalcanti de Morais apresentaram Memoriais Contestatórios baseados no Aviso Imperial de 1862, que autorizou a extinção de aldeamentos em algumas províncias, entre eles o de Monte-Mor na Paraíba, reconhecendo a existência "de muitos aldeamentos formados por indivíduos que pela mór parte, somente de índios têm o nome".

Os indígenas que viviam no Brasil antes da chegada dos conquistadores foram impedidos de falar suas línguas, de cultivar suas divindades, de viver como sempre tinham vivido, ou até, simplesmente, de viver: o genocídio foi oficializado pela Carta Régia de 13 de maio de 1808 de João VI. O *Serviço Nacional de Proteção aos Trabalhadores da Amazônia*, criado no fim do império, também destinado a exterminar os índios, só acabou graças a Rondon. Esse mesmo império, no citado Aviso, invoca as consequências de sua própria política genocida para espoliar mais ainda os índios, extinguindo seus aldeamentos, sob o argumento da distribuição de "terreno suficiente" a famílias e "solteiros maiores de vinte e um anos", segundo critérios que ignoram, deliberadamente, as características e necessidades específicas ao modo de vida dos índios, acusados de abandonar a terra.

Na decisão do Ministério da Justiça, é

considerado o Aviso Imperial e o argumento de que os contestantes estão há longos anos "instalados na localidade, gerando riquezas" tendo sobre a terra "o domínio e a posse permanente, atual, mansa, pacífica, de boa-fé, e a justo título) em cadeia dominial de seus antecessores nunca inferior a oitenta anos, em decorrência de aforamentos e arrendamentos de 1867". Além disso, relata-se que a FUNAI reconhece que as terras dos índios estão invadidas por plantadores de cana. Considera ainda o Ministério da Justiça que a área "não é tradicionalmente ocupada e habitada, em caráter atual e permanente nem utilizada para atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e as necessárias à reprodução física e cultural, segundo os usos, costumes e tradições do Grupo Indígena Potiguara, que pelo Decreto nº 89 256 de 28 de dezembro de 1983 teve homologada a demarcação da Terra Indígena Potiguara".

Como fez o Império para extinguir os aldeamentos em 1862, o MJ invoca a própria espoliação de que os índios foram vítimas para espoliá-los ainda mais. Coloca um direito de oitenta anos acima de um direito de quinhentos anos e desaprova a identificação e a delimitação da Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor.

O Cacique Vicente José da Silva, da aldeia de Jaraguá, defensor dos direitos de seu povo, é agredido e desrespeitado com um atentado, dias atrás, à sua própria casa.

Assim, há quinhentos anos, invasores ocuparam terras e apropriaram-se de suas riquezas. O sangue dos índios fertilizou a terra do continente deles tomado, para que ali fosse construída a nação brasileira. Essa nação, herdeira, malgrado seu, dos invasores, mesmo tardiamente, deve tentar pagar sua dívida para com os índios e redimir-se dos crimes cometidos contra eles. O reconhecimento do direito da Nação Potiguara às terras de seus ancestrais representa um passo para chegar ao fim da opressão iniciada pelo que nunca foi descobrimento, mas ocupação e conquista dolorosa, sangrenta e genocida.

Diretoria - Gestão "Autonomia Começa Aqui"

Presidente:

Wojciech Andrzej Kulesza (Tek)

Vice-presidente:

Romberg Rodrigues Gondim

Secretária-Geral:

Maria Benardete da Nóbrega

Tesoureiro:

Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa

Diretora de Política Sindical:

Maria Elisabete B. de Almeida

Diretor de Política Educacional e Científica:

Alexandre Antônio Gili Nader

Diretora de Política Social:

Simone Helena dos S. Oliveira

Diretora Cultural:

Nadilza Martins de B. Moreira

Diretora de Imprensa e

Divulgação:

Mariza de Oliveira Pinheiro

Suplente de Tesouraria:

Augusto Antonio Pinheiro Neto

Suplente de Secretaria:

Elisa Bezerra Mineiros

ADUF
INFORMA

Edição número 76, Agosto/99
é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufpbjp.com.br>
E-mail:
adufpbjp@openline.com.br

Criart
Assessoria de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-7183/9332-1573

Jornalista Responsável:

Gilson Renato - DRT/PB 821

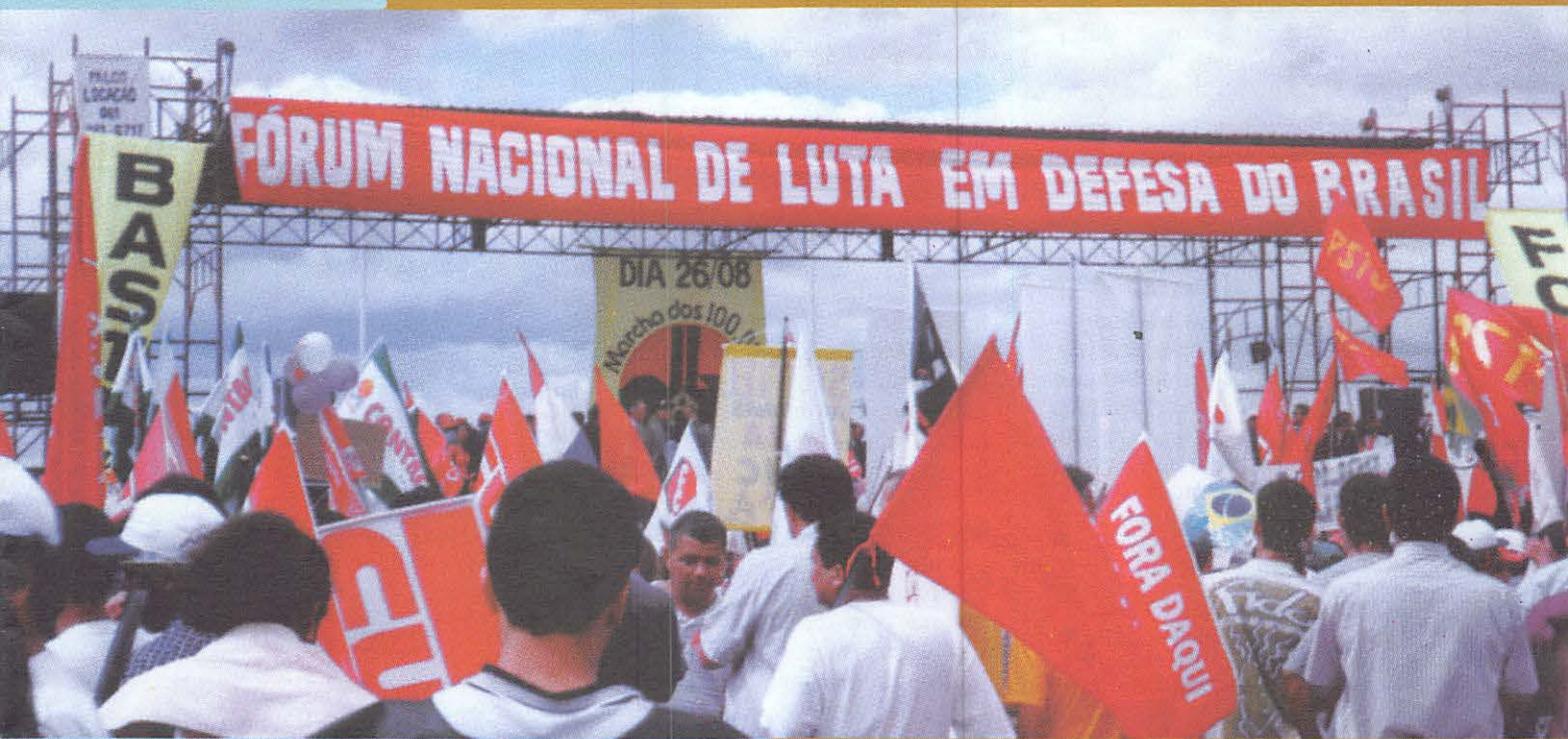
Projeto Gráfico e

Editoração Eletrônica:

Ricardo Araújo - DRT/PB 631

(Meios - Com. Visual. 083/241-2695)

Impressão: Gráfica Arpoador (241-2282)



Fotos: Tek



100 MIL

Manifestação comprova importância da mobilização de base

A **Marcha dos 100 Mil**, ao contrário do que a mídia quis transparecer, extrapolou as expectativas e o controle dos partidos, sindicatos e associações, se configurando em um gigantesco movimento popular de expressiva significação política. O Movimento, capitaneado pelo Fórum por Trabalho, Terra e Cidadania, deixou patente a insatisfação com o governo FHC e a capacidade de organização e mobilização da sociedade civil. A ADUFPB-JP participou da marcha dos 100 mil com os seus representantes e suas bandeiras.



Ao palco

O espetáculo - desde a marcada prosopopéia greco-romana e, antes mesmo, quando a força física determinava o poder nas aldeias pré-históricas - é a escada e lastro da política. Hoje, mais sofisticado, cruel e "globalizado" o espetáculo não só determina o controle do poder mas também, e de forma contundente, esmaece aos 5 sentidos dos incautos (aos cautos não??) os sintomas da podridão institucional, moral e social que o mau exercício do poder gera.

O povo, pela sua natureza lúdica, tem sido vulnerável aos "marketeiros" e bobos da corte. Claque ensandecida incentiva e alimenta o espetáculo. Os atores, estimulados, acabam por exagerar e aí (só aí) se dá a revolta, a mobilização e, às vezes, a revolução.

Só o exagero da dor, ao longo da história, tem promovido mudanças. O bicho-homem, capaz de abstrair ao macro e micro universos, quando se trata do tecido social é pura práxis: tirania, dor, paixão e espetáculo.

Imaginemos um revolucionário no Brasil tentando encaixar no calendário o cronograma de sua revolução: há que considerar todos os carnavais. A conclusão seria: impossível a revolução ante a possibilidade de um outro espetáculo.

FHC, tendo o real como palco, foi a nossa prima-dona (sem confusões de gênero), durante os últimos 6 anos. Nos últimos meses, às vezes esquece o texto, tropeça no palco, erra a marcação e cospe na platéia. O espetáculo perde o (falso) brilho. Como todo pop star, tenta dar a volta por cima. Em seu espartilho asfixiante, FHC rodopia sobre a ponta reforçada da sapatilha. Depois de não sei quantas voltas que dará: queda (muito provavelmente) ou ovação.

Na base, a dor já é quase absoluta, os carnavais de tristes enredos e os novos anos, infelizes. Metáforas à parte, é hora das entidades de classe e partidos de oposição tocarem a sua música e convidar ao baile.

A marcha sobre Brasília (espetáculo gigantesco) mudou a fala do Presidente. Do outro lado, Fernando Collor já dança um tango e, entre eles, Antonio Carlos Magalhães, há muito, segura o tchan.

Que tal um espetáculo de qualidade já que cidadania é a melhor cor para o circo e democracia o melhor tempero para o pão?

**Ao palco caríssimos atores,
ao palco.**

Um desvio na linha do gol

Preparada durante meses no seio da sociedade civil, explodiu no dia 26 de agosto a Marcha dos Cem Mil sobre Brasília. Fugindo das limitações institucionais das organizações da sociedade civil, a marcha expressou um amplo movimento nacional contra o governo FHC, cuja popularidade despenca a cada dia. Capitaneada pelo Forum por Trabalho, Terra e Cidadania, nos níveis local e nacional, este movimento extravasou as possibilidades de ação de partidos, sindicatos e associações, obrigando a direção destas organizações a levar em conta o clamor das bases. Estas, momentaneamente livres das amarras institucionais, dirigiram-se para a Esplanada dos Ministérios numa quantidade só comparável às grandes massas de torcedores presentes aos grandes clássicos do futebol brasileiro. A ADUFPB-JP/Ssind estava lá com suas bandeiras.

Um tanto quanto ansiosos, apesar da garantia de um esquema de segurança próprio, os mais de cem mil iam se identificando com os mais variados dizeres de dezenas de faixas portadas por blocos e torcidas organizadas, enquanto se armava o palco do espetáculo. Os excluídos, os explorados, os perseguidos, os enganados, manifestavam-se na grama e no asfalto, sem saber que a mídia ali presente captava som e imagem apenas para silenciá-los e ocultá-los daqueles milhões que não puderam vir. O testemunho da insatisfação e do inconformismo de uma época está guardado nos arquivos num video-tape cujo original está hoje espalhado em milhares de pedaços por este Brasil afora. A exibição destes fragmentos, como a que fazemos neste Boletim, mantém a certeza de que a marcha não foi em vão para aqueles que, sem poder assistir, só puderam torcer por ela.

Num misto de passividade e ação que, no futebol, é simbolizado pela camisa 12, a multidão no campo em frente

ao Congresso Nacional voltou-se pouco a pouco para o palanque onde os parlamentares faziam eco de suas palavras de ordem. Eco que repercutia também, embora surdamente, no Palácio do Planalto tão próximo quanto distante das reivindicações. A sociedade política subsumiu assim a variedade e diversidade dos movimentos sociais ali presentes. O ritual da entrega de mais de um milhão de assinaturas portadas pelos cem mil a favor de uma CPI capaz de interromper o governo de FHC, simbolizou a entrega pelas massas, aos parlamentares com elas comprometidos, da energia e disposição de luta pela mudança dos rumos que vêm sendo impostos pelo atual governo à sociedade brasileira. A política levada às ruas pelos cem mil foi desta forma restituída aos políticos de oposição.

O resultado já podia ser percebido nos dias seguintes nas reuniões plenárias de diversos setores de trabalhadores, inclusive em nosso Sindicato Nacional. Procurava-se enquadrar o desenvolvimento futuro dos movimentos sociais num calendário nacional de luta construído em função de demandas locais e setoriais, mas estritamente vinculado ao interesse dos partidos políticos. A estratégia da oposição na luta parlamentar conta com o apoio das massas em seu favor, nos momentos decisivos do embate no Congresso. Mas, por mais que os parlamentares nos representem, eles não são portadores de nossas reivindicações, desejos e sonhos. Como não o são os diretores do Sindicato. Para além da luta parlamentar - e até por causa dela - é preciso manter ativa nossa mobilização na base para o que der e vier, pois é a vitória que queremos.

Wojciech A. Kulesza
Presidente da ADUFPB-JP

É BOM SABER

EDIÇÃO ESPECIAL SOBRE SEDE SOCIAL

Os problemas da Sede Social da ADUFPB-JP, divulgados na nossa penúltima edição, suscitou muitas opiniões, críticas e sugestões por parte dos sindicalizados. Para atender a demanda de textos produzidos sobre o tema, lançaremos em breve uma edição especial sobre a Sede Social.

Reativação do GT de Ciência & Tecnologia

As descobertas científicas e tecnológicas da atualidade têm despertado a sociedade para "um mundo assombrado pelos cientistas". Para ficarmos em alguns exemplos, temos: a clonagem de animais superiores, as sementes transgênicas, o teletransporte de estados quânticos, as modificações genéticas em cérebros de animais superiores, o projeto Genoma, a comunicação à laser, as armas de destruição em massa etc. etc. etc.. O fascínio diante do 'maravilhoso' que estes fatos são capazes de causar tem feito com que Ciência e Tecnologia - C&T - passem a integrar o elenco de temas correntes de discussão pela sociedade. Percebe-se uma preocupação crescente com as repercussões das C&T, nas dimensões sociais, políticas e econômicas da sociedade, onde são destacados aspectos tais como a responsabilidade ética e moral frente à descoberta e a atitude governamental frente a uma política pública de C&T.

No Brasil, esse debate tem ocorrido longe do grande público, com uma participação incipiente dos chamados setores organizados da sociedade e mesmo no mundo da universidade a abordagem sistemática das questões inerentes às C&T tem sido feita por alguns poucos grupos de pesquisa.

Para o grande público o que assistimos é a popularização da C&T com a divulgação das descobertas pelos meios de comunicação de massa. Os jornais têm páginas e editores para assuntos de C&T; as empresas de comunicação têm revistas de divulgação científica e esses instrumentos têm como referência as fontes convencionais de divulgação científica. Tornou-se usual a citação de revistas como a Nature e a Scienc. Isso é positivo e importante. Entretanto essa divulgação tem se prendido mais aos aspectos sensacionais, maravilhosos ou, como para boa parte de todos nós, mágicos das C&T do que dado uma maior atenção às questões de fundo ati-

mentadas às C&T. Por exemplo, é gritante a pouca atenção que a imprensa tem dado a atual questão dos alimentos transgênicos. Situação que repete a vivida, a cerca de quatro anos atrás, durante a elaboração da Lei de Patentes e da Lei dos Cultivares.

Entre as instituições da sociedade civil a SBPC, ao longo dos seus já cinquenta anos, tem cumprido papel destacado como fórum aberto de debate sobre o papel da C&T na sociedade brasileira privilegiando sempre a perspectiva acadêmica da questão.

Com a retomada do movimento sindical combativo, classista, à partir dos anos oitenta, o tema C&T foi, ainda que de forma tímida, reintroduzido no mundo do trabalho. Com a constatação da necessária abordagem do tema, sob a perspectiva do trabalhador, o ANDES-SN criou e mantém, como um dos seus instrumentos de formulação e elaboração para o MD, um Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia - GT C&T. A pauta de trabalho do GT C&T tem sido, fundamentalmente, o debate sobre as políticas públicas de C&T e o engajamento nas mobilizações em favor de um desenvolvimento científico e tecnológico nacional, soberano e voltado para os interesses da maioria da sociedade brasileira. Merece menção, nesse ponto, a ativa participação do ANDES-SN, através das sessões sindicais, na criação das fundações de amparo à pesquisa - FAP - nos vários estados brasileiros a partir 1988.

Entretanto, o GT C&T tem como uma das suas dificuldades a baixa participação de militantes. Por esta razão é de extrema importância a reativação da atividade do GT C&T da ADUFPB-JP, espaço que permitirá, no âmbito da UFPB, a retomada, de maneira sistemática, do debate sobre C&T. A pauta deste GT certamente contemplará temas que envolvam questões mais gerais e àquelas específicas da Universidade e da Paraíba.

J · U · R · í · D · i · C · o

Abono Pecuniário 2000

A ADUFPB-JP encaminhou aos departamentos do Campus I, requerimento para conversão, em abono pecuniário, de 1/3 das férias do ano 2000.

Os sindicalizados que tiverem interesse em proceder tal conversão, deverão procurar os chefes dos seus respectivos departamentos e preencher o requerimento encaminhado pela ADUFPB-JP.

Na recente decisão do TRF da 5ª Região, foi assegurado aos sindicalizados o direito à conversão em abono pecuniário, de 1/3 das férias do ano de 1998. Com base nesta decisão a Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP pleiteou a conversão relativa ao ano 2000.

GRITO DOS SILENCIADOS

A Arquidiocese de João Pessoa (PB) e demais organizadores anteciparam para dia 3 de setembro o Grito dos Excluídos, normalmente também silenciados. Entre outros, ouvia-se o ditico que me ficou na memória:

**"Terra, água e pão,
contra a fome e a exclusão".**

Bem composto, apropriado ao ritmo da marcha: alternância de tempos fortes e fracos nas cinco sílabas métricas com que se enunciava a tripla reivindicação de "terra, água e pão". Bem marcado o repúdio, alargado em sete sílabas também cadenciadas: "contra a fome e a exclusão".

A reivindicação soava dura e explosiva nas consoantes fortes (tê, guê, pê) e no destaque da vogal (á) ampla, aberta, represada pela força da sonoridade do "guê", no entanto adoçado pelo ditongo, na palavra "água".

A força da palavra "contra" impõe-se como barreira para isolar o oco mastigado de "fome" e o vômito engasgado de "exclusão".

Na memória do militante, ecoa o tema da Aliança Nacional Libertadora, em 1935: "Terra, pão e liberdade". As palavras, fortes, compuseram os signos de comunhão, em **conterrâneo** (o que partilha a terra), **companheiro** (o que partilha o pão).

Agora, reivindica-se "água", no lugar de liberdade. Difícil saber se pela urgência da tática ou pela visão mais alongada da estratégia, "água" substituiu "liberdade". A seca prolongada pode explicar o imediatismo; a ameaça aos recursos hídricos, em escala planetária, justificaria a prevenção.

No entanto, fica uma suspeita, tão prosaica, que me envergonho de enunciar: estamos clamando por terra, sim, e é um forte, legítimo, histórico clamor, cuja tradução em economia política é a reforma agrária, o direito à propriedade da terra. Ao mesmo tempo, no mais, baixamos a reivindicação ao limite da caridade mais elementar, implorando **pão e água**. Novamente se pode explicar: reclama-se o direito à vida, anterior e superior a todos os demais.

A indagação ou a perplexidade que fica é: os movimentos sociais abdicaram da utopia, isto é, de forçar o limite do possível, de pedir o melhor, e se contentam, agora, em opor uma barreira contra degradação ainda pior?

Zenir Campos Reis
Professor aposentado da USP

É BOM SABER

Participe da Reunião do
Grupo de Trabalho de Ciência
e Tecnologia (GT C&T)

A próxima reunião acontecerá na quarta-feira, 06 de outubro de 1999, às 15h00, na Sede da ADUFPB-JP.

A Definição Central

Por José Francisco de Melo Neto

Professor do Departamento de Habilitações Pedagógicas - CE
Delegado eleito pela plenária da CUT/PB

A Central Única dos trabalhadores

CUT realizou recentemente a sua 9ª plenária nacional, na cidade de São Paulo, objetivando uma melhor organização das políticas dos trabalhadores, no sentido de definições de alternativas, diante das políticas encetadas pelo fundo monetário internacional, em particular, aquelas voltadas ao Brasil. Essas políticas são pouco diferentes das dos demais países com pendências econômicas com aquela instituição financeira internacional.

Como desenvolveu-se aquela plenária nacional² da Classe Trabalhadora? Participaram, aproximadamente, quinhentos delegados de todo país. A pauta esteve constituída dos seguintes temas: Uma análise de conjuntura (com vários textos a serem debatidos); estrutura sindical e relações de trabalho; políticas permanentes da Central – destacando a definição de sua política nacional de formação e a formação profissional em relação ao sistema público de emprego; ainda nas políticas permanentes debateram-se as políticas sociais bem como formas de combate ao racismo, política de gênero, política para juventude, para os aposentados, política de habitação, além de uma campanha de defesa do trabalhador e do servidor público, em especial. O objetivo é preparar o trabalhador/a brasileiro/a, independente de que central esteja vinculado, para a resistência propositiva às políticas sociais do FMI que vêm sendo implementadas pelo governo.

Na abertura, esteve marcante a emoção da classe ao se relatar a ação política do metalúrgico Santo Dias, sendo dedicado aquela plenária à memória do companheiro, assassinado pela ditadura militar, em suas lutas reivindicatórias.

Um aspecto marcante é a análise sobre a Reforma da Legislação Trabalhista. A previsão, caso seja aprovado e implementado tal ajuste fiscal, é de que haverá uma queda de pelo menos 1% do PIB neste ano, e que o desemprego supere os 10% (pelo índice do IBGE), como média do ano. Nesse contexto, a aprovação do pacote trabalhista do governo só ameaçará a organização e a mobilização de todos assalariados do País.

A CUT, por sua vez, defende uma ampla reforma na legislação sindical, porém pautada nos princípios da autonomia, liberdade e, assim, a ratificação da convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – liberdade sindical, e a 151 que trata da negociação coletiva na administração pública e plena vigência das convenções 98 (negociação coletiva e sindicalização), 135 (representação no local do trabalho).



As questões referentes ao imposto sindical ou à contribuição espontânea com filiação do indivíduo, algo que exige uma disposição para ação política do sindicalista, continuam em discussão na Central.

A estrutura sindical é, no entanto, o grande debate no interior do movimento sindical brasileiro. As diferenciadas correntes políticas que se expressam na CUT, como a *articulação sindical* (setor político hegemônico), ou correntes mais à esquerda como a *alternativa sindical socialista* (ASS) e mesmo o *PSTU* se degladiam nas formulações de reestruturação da organização sindical. A corrente majoritária vem defendendo um tipo de sindicato, o sindicato orgânico, tendo origem na base da categoria de trabalhadores e em dimensão nacional. Mas a questão não está nesse aspecto. Essa estrutura proposta possibilita, entre outros aspectos, a intervenção da cúpula nos sindicatos de base, caso estes não implementem as políticas deliberadas pelas direções nacionais. O modelo que parece substanciar essa estrutura é a proposta dos metalúrgicos, distribuída em plenária. Contudo, há forte rejeição ao modelo defendido pela Articulação Sindical. Entre os metalúrgicos, pelo menos quarenta e quatro sindicatos não compareceram ao evento promovido pela sua federação para ratificação daquela proposta.

A discordância, todavia, não se limita apenas aos metalúrgicos. Praticamente, a metade da plenária fez ouvido de mercador ao serem apresentados os encaminhamentos da discussão sobre a temática. Não votava, não discutia e nem se absteria das emendas várias apresentadas em plenárias pelas forças de esquerda na central. A *articulação* comportou-se, nesta questão, como se nada estivesse ocorrendo em discordância. Ignorou a ausência dos demais presentes quando das votações sobre a temática. A Central Única dos

Trabalhadores está rachada, praticamente ao meio, nesta discussão.

Convém destacar ainda as questões de gênero que estão sendo discutidas. As estatísticas apontam um movimento crescente da inserção das mulheres no campo do trabalho assalariado. Na década de 1985 a 1995 este percentual passou de 33,42% para 37,95%, havendo maior dinâmica nos setores do comércio, com 9,9% e a administração 12,98%. Se por um lado, essas taxas se tornam interessantes, por outro lado, mostram uma expressiva concentração em atividades como domésticas, rurais e comerciárias, profissionais de enfermagem, atendentes de saúde, têxteis, eletroeletrônico, vestuário, somando-se quase 80% das mulheres trabalhadoras ocupadas. Esses setores mostram também que aí estão aquelas com menores graus de escolaridade, sem experiência profissional e as migrantes da zona rural.

Entretanto, outras questões passam ao largo das discussões estabelecidas nessa plenária. Hoje, o movimento sindical carece de maior legitimidade política em suas próprias categorias. Há necessidade de novos estilos de deliberação no movimento. Em cada encontro de trabalhadores são externadas as práticas autoritárias de todas as correntes políticas. As diferentes visões se relacionam de forma doentia, até. Como sensibilizar o trabalhador para tantas lutas com exemplos nada motivadores? Há, no atual momento político, uma clara disputa de hegemonia quando se discutem os sujeitos sociais protagonistas das transformações e a elaboração de um outro projeto nacional. Aí insere-se, necessariamente, os movimentos sociais populares. São questões que ainda estão fora das discussões.

A conjuntura nacional, contudo, é que despertou maior atenção e em particular a definição da bandeira de luta do: FHC E FMI, FORA DAQUI! Esta bandeira norteará as políticas dos trabalhadores e se inserirá nas campanhas das marchas programadas para Brasília, durante este segundo semestre, como a dos cem mil, a do MST e a dos docentes.

Como uma categoria de servidores, bem estão conhecidas as políticas públicas atuais e o seu significado preciso. Nesse momento, em que o governo FHC atinge índices de intolerância popular nunca vistos, é preciso avançar com as lutas. O importante, agora, é o envolvimento de todos nas lutas gerais da sociedade.

Os servidores públicos têm um papel importante nos futuros encaminhamentos dessas lutas, se o desejo for a defesa intransigente pela educação pública, gratuita e de qualidade e por melhores condições de vida e de trabalho.

Avante! As políticas de FHC que são as do FMI, FORA DAQUI!

Nota: 1 - A Central Única dos Trabalhadores realiza seu congresso a cada 3 anos e, no intervalo congressual, têm-se as plenárias, que podem ser estaduais ou nacionais.

O Brasil descendo a ladeira...

(...E empurrando nós!)

Por Marcos Aurélio Montenegro Batista

Professor do Quadro Docente de 2º Grau da UFPB

O Brasil vive momento difícil. Para milhões de brasileiros a situação tem piorado. 66% desaprovam o governo FHC. Temos procurado nos documentos partidários e dos movimentos sociais alguma análise de conjuntura que dê conta desse quadro e temos encontrado algumas resoluções e tarefas, mas pouca análise do quadro dramático em que vive o nosso povo. E pergunta-se a todo instante: temos resistido a tudo isso? Como?

No mundo, como que sobrevivendo, o quadro neoliberal é também aterrorizante. Se vamos à Europa notadamente na França, vemos que os caminhoneiros, quando entram em greve põem em cheque as elites dominantes, com repercussões profundas em toda Europa. Os servidores públicos franceses vez em quando param Paris e outras localidades e mostram força. Na América, a do norte, sobretudo nos EUA não se ouve falar de resistência alguma dos trabalhadores, pelo menos não pela imprensa. E isso acontece em países que conseguiram de certa forma garantir certo padrão de vida a sua população.

E no Brasil? É verdade que no movimento docente temos análises que pontuam e acentuam o caráter de aprofundamento das reformas neoliberalizantes do governo FHC; temos análises que "pintam" um quadro dramático da vida do povo, do desespero de setores populacionais, do aumento do desemprego, da morte por inanição. Mas e o nosso povo resiste?

Temos o MST que resiste e mostra disposição em levar, como diz a "velha" frase comunista, "a luta de classes às últimas consequências". Combinam a luta na institucionalidade - com projetos e tudo mais, com o confronto, com as ocupações, procurando com isso avançar na luta pela reforma agrária. Esse recente episódio da greve dos caminhoneiros nas estradas brasileiras, embora alguns de

esquerda falem sobre isso meio que atravessados, desconfiados, foi um importante movimento que pôs em polvorosa as elites brasileiras. Falou-se até em Lei de Segurança Nacional, em botar a polícia federal e o exército na rua. Do outro lado temos setores da reserva das forças armadas que estão pregando a derrubada do governo de FHC, esses são os setores nacionalistas, do chamado movimento nativista que alguns, como a grande imprensa, insistem em denominá-los de direita. Para nós, da esquerda, não tem sido fácil aliançar com estes setores. O passado de confronto, ainda é muito recente em nossas cabeças e está muito presente nesta dificuldade. Parece que no momento não temos mais nada além disso a ser destacado no campo da resistência dos trabalhadores, ou melhor, fora isso parece que estamos amarrados, amordaçados, parados, fora do tempo, com os pés plantados no espaço. Embora nas primeiras crises do início do ano parecia que começava a se esboçar um movimento de oposição, de resistência com certa envergadura. Talvez no momento temos a falar da última pesquisa do Ibope que dá apenas 16% de aprovação a esse governo.

Mas visualizamos uma luz no fim do túnel. O PT e outras organizações populares vinham preparando já há algum tempo, a "Marcha dos 100 mil à Brasília" e esse dia 26 de agosto foi o início de um

movimento que representa a saída dessa paralisia que acomete a todos os brasileiros e brasileiras. Montamos as caravanas à Brasília e botamos 100, 130 ou até mesmo 60 ou 90 mil pessoas ocupando o eixo central, a esplanada dos ministérios, montando acampamento, enchendo os ouvidos dos ministros, incomodando o poder, manifestando descontentamento com essa política sanguessuga, dizendo basta, reclamando direitos, salários, condições de trabalho. Sem sombra de dúvidas levamos um alento à luta do povo, à resistência dos que tentam sobreviver nesse país.

A política nefasta desse governo aprofunda-se e empurra todos nós, os de baixo, de ladeira abaixo. A reforma

política dos de cima vem aí passando o trator nos de baixo. A reforma trabalhista e sindical também. O que põe em xeque a própria democracia e a liberdade de manifestação. As elites estão dispostas a tudo para atender às políticas ditadas no plano internacional na defesa dos seus interesses de classe. Com a popularidade

de do governo em queda livre não é à-toa que sua crises na base de "sustentação" do governo. ACM começa a querer aparecer como o paladino dos pobres, ouve-se parlamentares do PFL ameaçar não aprovar medidas impopulares do governo no congresso nacional, outros querendo a cabeça do ministro Malan etc. Em recente participação em um seminário em Brasília, o vice-presidente da república, Marco Maciel, numa discussão sobre clonagem, transgênicos, mostrou o que

pensam as elites, quando falava que, do seu ponto de vista e dos seus interesses de classe, já entramos no século XXI. Mas não alimentemos ilusão com certas brigas, desentendimentos nas forças de sustentação do governo, isso pode ser um jogo de cena para desmobilizar os de baixo e apenas mais uma disputa dos de cima, para ver quem fica com o pé no pescoço dos de baixo. Eles estão unidos quando se trata de pisar em nossas cabeças.

E agora, para os servidores públicos federais ele, o governo FHC, vem com o conhecido Programa de Demissão Voluntária procurando dar curso à "reforma" do setor público. Para as universidades, ele tenta dar o tiro de morte na autonomia, na sobrevivência do caráter público do ensino superior no Brasil, com esse tal Projeto de Lei da autonomia. O magistério está ameaçado de extinção, os professores chantageados por esse (des) governo de FHC. E isso num setor que mostra ainda certa capacidade de mobilização e de enfrentamento. Urge ganhar por dentro, das universidades, os nossos pares. Não subestimemos a capacidade de manobra do inimigo, inclusive nessa luta ideológica, para ver quem ganha quem.

Os SPF's - servidores públicos federais, acenam com uma greve ainda para este semestre que se inicia, talvez para setembro. Continuamos nós, o povo brasileiro, devendo outros movimentos de peso, de volume, de repercussão, de greve, mobilizações estas, contra essas políticas anti-povo que atolam o país na crise e no desespero. E devemos prepará-los como se tudo fosse para ontem!

Não esqueçamos do ano 2000, ano eleitoral, de disputa de base, momento importante da vida brasileira.

E como diz o MST: "A ordem é ninguém passar fome", "Progresso é o povo feliz".

Vamos à luta!

FORA FHC E O FMI!



Arquitetura: Para Quem?

Por Marcos A. R. de Barros

Ex-Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB - Campus I

Se formos direto à indagação, podemos dizer que Arquitetura é a criação do espaço de viver, onde o homem habita interagindo com o meio, com a cultura, com a sua história, espaço de conflito, de relações fraternas e aconchegantes. Quanto, ao profissional que modula esse espaço, humanizando-o, é um homem concreto, coerente com sua visão de mundo, articulado historicamente com as bases econômicas, sociais e políticas em que se insere.

Arquiteto, produtor e humanizador de espaços para o homem em sociedade, porém, impossibilitado pelas condições de produção capitalista, de gerar ou produzir espaços dignos para as camadas mais populares da sociedade. Na verdade, o caráter elitista da Arquitetura, é consequência da estrutura econômica do capitalismo inconseqüente.

Segundo o pesquisador Althusser, o sistema escolar, a cultura, os meios de comunicação etc., nada mais são, que Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e como tal, reproduzem os interesses da classe dominante no âmbito da cultura, das artes, das ciências, da comunicação, garantindo a manutenção da dominação, da discriminação, da exploração etc.

O exercício da Arquitetura bem como o seu ensino, logo estão sujeitos às mesmas leis do capitalismo, ela, a arte de criar espaços para o homem, é cultura e ciência aplicada, portanto, se constitui também nas mãos do sistema capitalista um aparelho ideológico de submissão dos mais



humildes. Dessa forma, tanto o ensino como a criação arquitetônica, atendem simplesmente aos interesses reprodutores do capitalismo, que se caracterizam por uma arquitetura para as elites, fomentando assim, cada vez mais, a exclusão social com relação a aquisição de espaços mais dignos para as categorias menos favorecidas.

Os órgãos promotores do Ensino de Arquitetura e Urbanismo, enquanto Aparelho Ideológico Escolar (AIE) reproduzem de forma perfeita, acabada, as relações de produção

capitalista, por conseguinte, os interesses da classe hegemônica elitizando o ensino e o exercício da arquitetura.

Pensar em reverter esse quadro, não significa simplesmente alterar currículos, colocando ou eliminando disciplinas ou informatizando o curso de Arquitetura, mas, criar uma equipe de pesquisadores munidos com seus instrumentos teóricos de luta, para empreenderem uma contra-ideologia que aponte uma proposta pedagógica, inserindo os futuros arquitetos num contexto de luta, oferecendo-lhes referenciais teóricos que permitam reflexões acerca de suas metodologias de trabalho, o que humanizaria em profundidade o trabalho arquitetural. Visualizar o espaço em seu sentido maior; espaço de luta, de conflitos, de sonhos e esperanças para que o espaço, passe a ser um bem social.

GRUPOS DE TRABALHO

Reunião propõe data para protocolar no MEC o Projeto de Carreira do ANDES

A reunião ocorreu na manhã do dia 06 de agosto no salão de conferência do Hotel Umuarama, em Goiânia-GO e teve como objetivo discutir e subsidiar o estudo feito pela Diretoria do ANDES-SN sobre a proposta de carreira única para os docentes das IFES, de acordo com as deliberações do último CONAD.

Iniciados os trabalhos, ficou patente a predominância de professores aposentados, entre os quais a maior preocupação orbitava em torno da transposição dos professores, sem titulação, que se aposentaram como adjuntos ou titulares. Tal inquietação se referia à manutenção do *status* social, uma vez que estas categorias funcionais, no novo projeto de carreira, fundamentam-se sobre os títulos acadêmicos adquiridos pelos docentes no desenrolar da sua vida profissional. A isso somava-se a dificuldade de quantificar futuros proventos dos professores aposentados. Objetivando sanar as inquietações, os docentes aposentados presentes sugeriram a inclusão de um artigo no já citado projeto de carreira, que estabelecesse, de forma clara e precisa, a perfeita correspondência, para fins de enquadramento, entre as classes que hoje ocupam e as previstas pelo novo projeto, independentemente da titulação.

Neste momento foram feitas críticas à diretoria do ANDES-SN por não ter apresentado um estudo sobre o projeto de carreira como fora deliberado no CONAD, limitando-se apenas em apresentar um parecer jurídico. Outra crítica se fez a data de realização da reunião, que deveria anteceder em dias o 6º Encontro de Seguridade Social e não apenas em horas, o que, por consequência, limitou sobremaneira a contribuição da reunião dos GTs à análise do estudo que deveria ter sido realizado pela diretoria do ANDES-SN.

A tais inquietações a diretoria do ANDES-SN argumentou que, de acordo com o parecer jurídico ali apresentado, o artigo 40, parágrafo 4, da Constituição Federal garante aos aposentados " ... quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei." Outra contra-argumentação foi a de que aquela reunião tinha caráter consultivo e não deliberativo, o que impedia quaisquer acréscimos ou alterações, além do que fora deliberado no Congresso e, posteriormente, no CONAD.

Ao final da reunião foram propostos os seguintes encaminhamentos:

1) Protocolar, junto ao MEC, o Projeto de Carreira para os Docentes da IFES, proposto pelo ANDES-SN, tal como fora deliberado no CONAD, no dia 25 de agosto, aproveitando o lançamento do III CONED que acontecerá em dezembro.

2) Encaminhar aos parlamentares a Carta de Protesto do ANDES-SN, posicionando-se contra o Projeto de Autonomia Universitária apresentado pelo governo como forma de reforçar a luta política de rejeição ao mesmo.

3) Remeter à Diretoria do ANDES-SN todas as propostas e recomendações de alteração do Projeto de Carreira Única, no que diz respeito à inclusão de um artigo que estabeleça a perfeita correspondência entre as classes onde hoje se enquadram os aposentados e os previstos no novo projeto.

Simone Oliveira

Coordenadora do GT de Seguridade Social

6º ENCONTRO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

Em defesa dos aposentados e dos HU's

O 6º Encontro Nacional de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria, realizado em Goiânia - GO, teve início na manhã do dia 07 de agosto, com a apresentação do tema "A Previdência Social no Brasil: atualização do debate", pelo Dr. Luiz Fernando da Silva, advogado da CUT e pelo Deputado Federal do PT de Goiás, Pedro Wilson. No período da tarde foram apresentados dois casos concretos sobre a crise previdenciária, abordando as situações específicas dos docentes da UNICAMP e dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Durante a exposição dos palestrantes foram abordados os seguintes aspectos:

1. Origem do déficit previdenciário - O atual déficit, de cerca de 18 bilhões de reais, decorreu, a princípio, da não contribuição previdenciária por parte dos servidores públicos até o final da década de 60, estratégia usada pelo governo para disputar bons funcionários com o mercado privado, fórmula compensatória aos baixos salários oferecidos, juntamente com a aposentadoria integral e a estabilidade no emprego. Situação semelhante repetiu-se a partir de 1990.

2. Responsável pelo déficit - Uma vez que foi do interesse do governo, àquela época, eximir os servidores da União da contribuição previdenciária, cabe a ele responder por este ônus, disponibilizando recursos equivalentes ao passivo previdenciário, viabilizando, assim, o sistema previdenciário atual.

3. Consequências para o servidor público - O governo pretende penalizar os servidores públicos, obrigando-os a responder pelo déficit, cobrando contribuição previdenciária aos aposentados e pensionistas e aumentando a alíquota contributiva para os servidores em atividade. Cogita o governo, ainda, a possibilidade de estabelecer alíquotas diferenciadas para aqueles que desejarem garantir vencimentos integrais na aposentadoria.

4. Soluções possíveis, sob a ótica governamental, para resolução do déficit - Estabelecimento de um teto para as aposentadorias dos servidores públicos, algo em torno de R\$ 1250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais), induzindo à constituição de fundos previdenciários privados, como alternativa para a complementação dessas aposentadorias, para aqueles que desejarem aposentar-se com vencimentos equiparáveis aos da ativa.

5. Inviabilidade atuarial do sistema previdenciário - O governo, através dos projetos de demissão voluntária, redução da jornada de trabalho com concomitante redução salarial, demissões, entre outros, agravará substancialmente a viabilidade do atual sistema previdenciário, visto que reduzirá o aporte de recursos financeiros ao referido sistema. Some-se a isso a crítica relação entre ativos/aposentados, que, segundo a CUT, já é de 1/1.

No último dia do encontro discutiu-se a grave situação financeira porque passam os HU's, constatando-se praticamente o mesmo quadro para todos aqueles hospitais-escola mantidos exclusivamente pelo MEC e Ministério da Saúde.

Os principais problemas apontados foram os seguintes:

1. Crise financeira - O governo mais uma vez se esquiva de suas responsabilidades, desta feita tenta eximir-se do financiamento adequado dos HU's, demonstrando explicitamente o seu descaso para com a educação e a saúde públicas. Outra vez procura soluções privatizantes como alternativa às suas obrigações constitucionais, induzindo à criação de organizações sociais, à celebração de convênios com grupos privados de saúde, o que implica na privatização de leitos públicos, atendimentos diferenciados e desvio de medicamentos adquiridos pelo SUS para clientes conveniados.

2. Paradigmas da formação dos futuros profissionais da área de saúde - Para quebrar resistências até mesmo internas (padrões tradicionais de assistência em consultório e hospitalar), concluiu-se que se faz necessária uma reforma curricular com vistas à formação dos futuros profissionais da saúde, privilegiando-se, nesse processo, a saúde ao invés da doença, as

práticas extra-hospitalares (atendimento ambulatorial e domiciliar) e a formação genérica em lugar da altamente especializada.

3. HU's como instituições públicas - Sendo os HU's instituições públicas devem, portanto, ser mantidos pelo Estado, não sendo aplicável a eles a lógica de mercado, devendo-se superar as infrutíferas tentativas de remuneração por procedimentos por um financiamento global, definido em um regulamento que não implique num jogo de empurra entre os níveis federal, estaduais e municipais e que contemple a totalidade das possibilidades de atuação dos HU's em suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Nesta perspectiva, cabe também resgatar o papel do Ministério de Ciência e Tecnologia, com o aporte de recursos que viabilizem a vertente das pesquisas, que lhes são inerentes. Ao MEC, além das responsabilidades com a manutenção do quadro de pessoal dos HU's, cabe, sem dúvida, a disponibilização de recursos não só para compartilhar com seu custeio, como também para permitir investimentos que garantam a sua constante atualização e aparelhamento.

Ao final do encontro, foram esses os principais encaminhamentos propostos:

- Manifestar-se contra a criação dos fundos de pensão, chamando a CUT a fazer o mesmo.

- Propor uma agenda permanente para discutir fundos de pensão, aposentadoria e outras questões relacionadas à previdência social.

- Lutar contra a transferência dos aposentados para a folha de pagamento do Tesouro Nacional.

- Mobilizar os setores jurídicos, nacional e local, para assessorarem a discussão da previdência, fundos de pensão e aposentadoria.

- Envolver o GT Carreira nos assuntos de aposentadoria.

- Promover amplo estudo acerca das políticas implementadas pelas agências internacionais de fomento - FMI, Banco Mundial etc., nos chamados "países periféricos"

- Realizar levantamento atualizado de dados da previdência (pública e privada), bem como estudos atuariais para demonstrar a viabilidade da previdência pública.

- Lutar contra a privatização dos HU's ou sua transformação em fundações, organizações sociais e congêneres, bem como pela sua permanência no âmbito do MEC, uma vez que sua natureza abrange não somente a assistência, mas igualmente o ensino e a pesquisa.

- Lutar contra o Projeto de Lei do Senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE), que disponibiliza 25% dos leitos dos HU's para pacientes oriundos de convênio com grupos privados de saúde.

- A ANDES deve manifestar-se contra qualquer forma de relação, cooperação, parceria ou esquema de gerência que implique no uso do patrimônio público em benefício de interesses privados, aí incluídas as fundações, organizações sociais, agências executivas, os contratos de gestão, os convênios e contratos de venda de serviços.

- A ANDES também deve se contrapor a qualquer processo de fragilização dos quadros funcionais dos HU's, por meio de esquemas de flexibilização das relações de trabalho que impliquem em terceirização de serviços, contratos temporários e na atuação de intermediários com vistas à diferenciação de salários, via suplementação ou pagamento por produtividade.

- Lutar pela criação de Conselhos Gestores junto aos HU's, com participação efetiva da comunidade.

- Reivindicar a observância do Art. 199 da Constituição Federal de 1988, que define a participação complementar da iniciativa privada nas atividades do SUS, segundo as diretrizes desse sistema.

Simone Oliveira
Diretora de Política Social

Assis Fernandes
Presidente da Comissão dos Aposentados

Sede de Leitura

Foto: Rose Gondim



Professores prestigiam a produção artística dos colegas no Sede de Leitura

A 2ª edição em 1999 do Projeto Sede de Leitura da ADUFPB-JP, aconteceu com sucesso no último dia 27 de agosto, na Sede Social da Entidade, localizada na Rua Gilvan Muribeca, 88, Cabo Branco. Mantendo a sua tradição, o evento serviu para o lançamento de quatro livros de professores do Campus I da UFPB, uma exposição individual de xilogravuras e a exibição de dois vídeos. Aproximadamente 150 professores prestigiaram o Sede de Leitura que, como sempre, foi palco de conagraçamento, discussões políticas, acadêmicas e muito bate-papo. As inscrições já estão abertas para o próximo Sede de Leitura que acontecerá em data a ser marcada posteriormente.

Os interessados devem procurar a Sede da ADUFPB-JP, apresentar o trabalho que pretendem lançar, com fotos para divulgação e proceder a inscrição. O Sede de Leitura oferece a infra-estrutura e o coquetel para o lançamento das obras. Escreva e inscreva-se.

O UNIVERSO DOS NÚMEROS

Idéia, proposição, noção, nascem com suas notações diferentes, unificando todas as representações existentes, na aritmética como definição.

Uma nova linhagem de complexos e imaginários, construída para o estudo dos inteiros, como os números primeiros, Agindo na formulação como intermediários.

Na distribuição dos números em mudança, Tudo interfere, até a série dos inteiros, particulariza. O direito da representação tematiza e o número complexo veste sua couraça,

O debate nos agoras dos imaginários, subsiste malgrado as realidades específicas, das diversas categorias científicas, promete combate por numerários.

Na escolha das contas em acordes, o canal dos tempos vigentes, reconhece o contínuo nas cadeias existentes, por harmonias tão concordes.

Os números irracionais como elemento Enriquecem o contínuo em insólitos enredos, Pela força da matemática nos arranjos dos segredos O número inteiro em acabamento.

João Luiz Fonseca dos Santos
Professor do Departamento de Economia - CCSA

AGRADECIMENTO

No momento em que desligo-me da ADUFPB-JP, a fim de acompanhar, juntamente com meus filhos, meu marido em doutoramento no exterior, gostaria de deixar registrado meus sinceros agradecimentos aos sócios desta entidade sindical, na qual ingressei, por concurso, há cerca de seis anos, pelo salutar e frutífero convívio ao longo deste período.

Tendo trabalhado com seis diferentes diretorias, posso testemunhar o contínuo esforço não apenas dos dirigentes mas também de expressiva parcela dos professores, que são a razão da existência e a finalidade desta Associação, em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade.

Parto com a certeza de ter conquistado novas e ternas amizades e de ter exercido minhas funções com seriedade, dedicação e amor.

Desejo a todos os professores associados e aos colegas de trabalho muito amor, saúde, alegria e, sobretudo, paz de espírito.

Liliane Belarmino Silva de Souza (Lili)

ADUF INFORMA

Edição número 77, Setembro/99
é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufbjp.com.br>
E-mail:
adufbjp@openline.com.br

Diretoria - Gestão "Autonomia Começa Aqui"

Presidente:
Wojciech Andrzej Kulesza (Tek)
Vice-presidente:
Romberg Rodrigues Gondim
Secretária-Geral:
Maria Benardete da Nóbrega
Tesoureiro:
Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa
Diretora de Política Sindical:
Maria Elisabete B. de Almeida
Diretor de Política Educacional e Científica:

Alexandre Antônio Gili Náder
Diretora de Política Social:
Simone Helena dos S. Oliveira
Diretora Cultural:
Nadilza Martins de B. Moreira
Diretora de Imprensa e Divulgação:
Mariza de Oliveira Pinheiro
Suplente de Tesouraria:
Augusto Antonio Pinheiro Neto
Suplente de Secretaria:
Elisa Bezerra Mineiros

Criart

Assessoria de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-7183/9332-1573

Jornalista Responsável:
Gilson Renato - DRT/PB 821
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:
Ricardo Araújo - DRT/PB 631
(Meios - Com. Visual, 083/241-2695)
Impressão: Gráfica Arpoador (241-2282)

ADUFPB-JP
1978 - 1998
20
ANOS

ADUF INFORMA

João Pessoa/PB - UFPB/Campus I
Outubro de 1999 - nº 78

Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da Andes - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Filiada à CUT

SEDE SOCIAL

Um patrimônio, mil problemas e
3 versões para um debate necessário

Páginas 3, 4 e 5



ASSEMBLÉIA GERAL

DIA 20 DE OUTUBRO
AUDITÓRIO da Reitoria, Às 9 HORAS

Informes, Ações Judiciais, Eleições da ADUFPB-JP,
Autonomia Universitária, Dia Nacional de
Paralisação (10/11) e Plenária dos SPF's

Professor, participe!

Edição especial com novo formato

Este número do ADU-FINFORMA, foi originalmente dedicado para a questão da Sede Social, devido a demanda de textos sobre o assunto. Aproveitamos também para testar um novo formato, com 6 páginas, que se apresenta como mais uma alternativa para o Boletim da Entidade que, normalmente, precisa variar de tamanho em função dos assuntos e matérias que necessitam de divulgação.

Encontro Regional NE II

O ANDES SN realizou em João Pessoa, no último dia 16 de outubro, o XVII Encontro Regional NE II. O Encontro aconteceu na Sede da ADUFPB-JP, no Centro de Vivência, com a seguinte pauta:

- Informes;
- Lançamento do III CONED nas AD's da Regional Nordeste II;
- Intensificação da discussão sobre autonomia e Outros assuntos.

Reunião dos professores de 1º e 2º graus

A ADUFPB-JP convida todos os professores de 1º e 2º graus do Campus I da UFPB a participarem da reunião que a Entidade promove com este segmento de associados no próximo dia 20 de outubro (Quarta-feira), às 16 horas, na Sede da ADUFPB-JP. O principal ponto de Pauta da reunião é a organização do **II Encontro de Professores de 1º e 2º graus.**

12 DE OUTUBRO

Crianças têm dia recreativo na Sede Social da ADUF

A ADUFPB-JP promoveu no último dia 12 de outubro - Dia das Crianças, uma grande festa para os filhos dos sócios da Entidade. Com o compromisso de "cuidar" da garotada entre 10 e 17 horas, os promotores do evento ofereceram várias alternativas para a felicidade da garotada que prestigiou o evento, saboreou guloseimas, tomou banho de piscina, dançou e, enfim, se divertiu como só as crianças sabem fazer.

Para os pais a alternativa foi muito boa pois puderam se dedicar a outros afazeres e deixaram a criança por conta dos animadores da festa.

Ao lado, cartaz distribuído para divulgação do Dia das Crianças este ano, na Sede Social da ADUF. Abaixo, crianças brincam durante a festa em 1998.

DIVERSÃO



Foto: Divulgação/ADUF

**DIA 12 A FESTA DAS CRIANÇAS É
NA SEDE SÓCIO-CULTURAL DA ADUF**

Brincadeiras, piscina, futebol, ping-pong, karacô,
palhaços, picolé, bolo de festa, refrigerante, bombons...
Traga sua criança para passar um dia recreativo e especial conosco!

LOCAL: SEDE SOCIAL DA ADUFPB-JP
Rua Gilvan Muribeca, 88 - Cabo Branco
Ao lado do Jangada Clube
Deixe as crianças às 10h00 e apanhe-as às 17h00

Foto: Arquivo/ADUF



Por mais sensatez e Coerência

Sandro Meira Wanderley

Professor aposentado

Dirijo-me a todos os professores sindicalizados, solicitando, contudo, atenção especial dos membros da atual diretoria e dos colegas Plauto Andrade e Helena Uema.

Quanta celeuma minha gente! Quanta emoção subaproveitada! Certa ocasião, em uma Assembléia que tratava da greve em pauta, reagindo à colocação de um colega prudente e sábio que lembrou ser a paixão má conselheira, pronunciei-me apaixonada e contudentemente em defesa da paixão até mais do que em defesa da greve.

Mais velho, mais apaixonado! Sem paixão nem eu nem o mundo nos movemos. Porém, nem só da paixão viverão a mulher e o homem.

Fatos são fatos. Contra fatos não valem argumentos. Mas os fatos são apenas os fatos. Não determinam, por si sós, as palavras e as ações das pessoas, dos grupos, das sociedades.

Variáveis mais significativas na determinação do comportamento humano, tornam-se amiúde, as interpretações (ou versões) dos fatos. Por causa das versões (percepções) se tornam mais fortes as atitudes precursoras dos comportamentos.

Dia 19, mesmo ocupado com outras obrigações, compareci ao Auditório da Reitoria, para a Assembléia que, entre outros pontos de pauta, abordaria o assunto, Aconteceu, - Freud explica que não havia levado meus óculos e tanto não pude ler os escritos de Helena e Plauto - dois oradores a que sempre prestei, além da atenção, o merecido carinho - quanto me impaciente com a falta de quorum, havendo me retirado às 10.30h.

Ontem (estou escrevendo no sábado seguinte) li os textos referidos e reli o ADUF-INFORMA nº 75, em que a Diretoria trata do assunto. Estudei o tema. Prescrutei as opiniões e posições da Diretoria e dos autores citados.

Nada vi, nada encontrei que pudesse ser referido como "má fé". Digo isto, em consideração às pessoas envolvidas.



Porém, percebi, claramente, o peso das versões sobre os fatos. Saltaram-me aos olhos cansados as divergências ideológicas em relação ao fazer sindicalista. Creio, data vênia, que as tendências (tomo o termo emprestado ao PT) jogaram um papel mais importante que os objetivos colimados pelas partes.

Certeza não é verdade! Há só uma verdade maior, com um único corolário. **Queremos a manutenção da Sede.** Mas, sua manutenção nos coloca **problemas de ordem econômico-financeira.**

Por causa do corolário, isto é, dos custos, alguns se perguntam se vale a pena manter o empreendimento. Não há ainda necessidade de recurso ao plebiscito.

Há sim, necessidade de enfrentar os problemas de forma criativa e objetiva. Nada impede que os saudosistas pretendam manter o "Bar Aula Extra". Saudosista ausente,

desde a defecção de Chianca e Sílvio Allen, desejo que aquele terraço, de acontecimentos memoráveis, inclusive, no plano de decisões políticas importantes, possa continuar a existir e crescer.

Nada impede, por outro lado, a realização de eventos no outro espaço,, mais adequado para promoções culturais, políticas e sociais menos intimistas.

Defendo a Sede, apesar de sua distância e de ser para mim, contramão. Aposentado, sem veículo próprio, raramente lá compareço à noite.

Tenho em vista os custos. Com boa vontade, será possível aproximá-los da receita. Sobre as multas referidas pela Diretoria e rebatidas pelo companheiro Plauto, há saída: que se firme no contrato de cessão do próprio, uma cláusula de responsabilização pela ocorrência. O locatário que cuide de evitar ou excessos sonoros e, em consequência, a multa. Não há advogados capazes de minutar a contratação adequada?

Prejuízo por prejuízo, vamos cancelar as viagens de nossos representantes aos diversos eventos. Vamos cancelar as publicações. As assembleias sem quorum, As contas telefônicas e as despesas postais.

Além isto, apesar da crise de "neoliberalite" que assola a classe média, porque não contratar, mediante comissão, um colega da área adequada (Relações Públicas, marketing) para o gerenciamento comercial da Sede?

Tal companheiro, atuaria em sintonia com a Diretoria Cultural, colega Nadilza, atualmente, que não tem obrigação alguma de ser ou se transformar em promotora de eventos, no que tange aos aspectos de retorno financeiro.

Aceitaria ser solicitado ou me sentir solicitado a atuar em causas mais difíceis e complicadas. Esta vele pelo significado subjacente: a conciliação dos objetivos, metas, táticas e estratégias do proceder sindical.

A coerência é como a pimenta. Arde, Mas dá um gosto...

MOVIMENTO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO NA UFPB

A Diretoria da ADUFPB-JP inicia campanha pela privatização de nossa sede sócio-cultural, o único patrimônio de todos os docentes. O argumento central invocado causa apreensão: a empresa não é lucrativa! Esse raciocínio tem amparo na lógica neoliberal, que orienta as mudanças que se operam na própria concepção do Estado e das organizações sociais e que redefine o seu papel e objetivos para liberar espaço cada vez maior às forças de mercado.

O diagnóstico preliminar sobre a situação atual, publicado no Boletim ADUF INFORMA Nº 75 (agosto/99) converge para seis "pontos negativos", tais como: barulho excessivo (não sabemos se proveniente do Clube Jangada), distância do Campus (a 50 metros da privilegiada praia do Cabo Branco), bar desativado etc. A relação custo/benefício referenciada no balancete do último semestre (que inclui custas processuais com demissão de servidores e aquisição de material permanente) ascende, em média a pouco mais de R\$ 5.000,00 mensais (cerca de R\$ 2,50 mensais por associado). Um diagnóstico contábil mais correto, eliminando despesas esporádicas aponta para uma relação custo/benefício inferior a R\$ 2,00 mês/ associado.

A sede social foi adquirida durante a primeira gestão ADUF PARATODOS e jamais houve a intenção de torná-la uma empresa lucrativa. Administrada com competência e racionalidade, os seus objetivos serão satisfatoriamente alcançados.

O grupo que hoje dirige a ADUFPB-JP sempre foi hostil à idéia de nossa sede própria. Hoje alçam a bandeira da privatização, apesar de demagogicamente terem colocado como plataforma mínima de ação a revitalização da sede.

É fundamental que a atual Diretoria da ADUF impiedosamente as promessas de campanha e elimine definitivamente toda forma de rancor, de espontaneísmo e ineficiência que predominam na atual gestão.

PROFESSOR DEFENDA SEU PATRIMÔNIO

NÃO A PRIVATIZAÇÃO DA SEDE SÓCIO-CULTURAL

IEDO FONTES - ANTONIO TADEU - JALDES MENEZES - ADEMIR ALVES.

Reprodução do panfleto distribuído anonimamente, a princípio, e assinado posteriormente por um grupo de sindicalizados

SEDE SÓCIO-CULTURAL: UM DEBATE NECESSÁRIO

Inicialmente, esta Diretoria Executiva manifesta sua estranheza com relação à forma como a proposta de debate sobre a situação da SEDE SOCIAL foi absorvida por setores da categoria. O teor das acusações contidas no documento intitulado: "Movimento contra a privatização na UFPB" – inicialmente divulgado anonimamente e, posteriormente, subscrito por um grupo de sindicalizados -, ora publicado neste Boletim, ao nosso ver, não contribui em nada para o aprofundamento indispensável do debate por nós proposto.

Assim, no sentido de reorientar a discussão na direção que consideramos pertinente, voltamos a nos posicionar por intermédio deste docu-

mento.

Reafirmamos a mais absoluta convicção de, ao apresentar a situação da sede para a categoria, estarmos desempenhando nossa função de direção política – e instância executiva – do Movimento Docente no Campus I da UFPB.

O que é preciso verificar é se as atividades que vêm sendo desenvolvidas na sede Sócio-Cultural, que justificaram sua aquisição, na atual situação de restrição financeira pela qual passa nossa entidade, preservam uma relação custo-benefício satisfatória para a categoria. Em nossa opinião isto não vem acontecendo. Muitas das atividades realizadas na sede poderiam, sem prejuízo algum, acontecer em

outros espaços. Outras, cuja conveniência exige que ocorram na sede, têm sido usufruídas por um número muito reduzido de sindicalizados. E tudo isso, como já foi apontado, anteriormente, acarretando elevadas despesas de manutenção.

Assim, buscamos apresentar à categoria os elementos que consideramos necessários a seu posicionamento sobre a questão.

Como não poderia deixar de ser, reafirmamos nosso compromisso com qualquer deliberação que venha a ser tomada pelos sindicalizados.

João Pessoa, 06 de outubro de 1999
Diretoria Executiva da
ADUFPB-JP/SSind

Em questão: a Sede Sócio-cultural da ADUFPB-JP

As atitudes divisionistas e hegemônicas de segmentos dirigentes que conduziram a ADUFPB-JP até 1994, provocaram o surgimento de movimento alternativo, amplo e plural, denominado ADUF PARATODOS.

No período precedente, ante o abandono a que foi relegada a categoria, o movimento se encontrava em franco arrefecimento. A distância entre dirigentes e sindicalizados no Campus era perceptível. O desânimo, o descrédito, o descontentamento eram fatos incontestáveis.

O movimento ADUF PARATODOS, preocupado com esta desmobilização propôs a implementação de ações que, sem descuidar das grandes questões gerais, concorressem para o fortalecimento do movimento sindical e conduzisse a uma melhor integração dos professores. Entre essas ações, foi decidida a aquisição de uma sede sócio-cultural, idéia esta rapidamente assimilada pela maioria dos professores.

A reivindicação legítima pela grande maioria dos Docentes do CAMPUS I, fez com que os dirigentes inserissem no edital de convocação da Assembléia Geral (22/9/94), como quarto ponto de pauta a "Autorização para aquisição do patrimônio" (jamais, em qualquer boletim, ou pauta de Assembléia, a proposta da sede sócio-cultural havia sido mencionada). Nesta Assembléia, os componentes do movimento ADUF PARATODOS, defenderam a aquisição de um imóvel para constituição da sede sócio-cultural dos docentes, o que foi aprovado por unanimidade.

Vitoriosa nas eleições de dezembro de 1994, a nova Diretoria iniciou, mediante um processo de consulta à comunidade docente, a compra de um imóvel, para a consecução de objetivo perseguido. Nota distribuída no Campus Universitário e publicada em edital nos principais jornais locais, (02/02/95 e 03/02/95) trataram do assunto em questão.

Várias opções foram apresentadas para a compra do imóvel, porém, poucas, poucas-símas atenderam aos requisitos exigidos de uma sede sócio-cultural, condizente com as expectativas dos professores.

A proposta da primeira compra foi apresentada através de publicações em boletim, com exposição de fotos no saguão da Reitoria, por ocasião da Assembléia Geral (01/03/95), além de terem sido proporcionadas várias visitas *in loco*.

Problema de ordem legal inviabilizaram tal aquisição. Foram publicados em boletins da época todos os "demarches" da aquisição. Abriu-se uma nova chance de escolha aos docentes.

No Boletim nº 7, de agosto/95, a Diretoria informou que "...está negociando uma casa na Rua Gilvan Muribeca, 88, no Cabo Branco, a menos de 100 metros da praia. O preço definido é de R\$ 240 mil. A compra é considerada por especialistas do mercado imobiliário um excelente negócio. ...Na sua entrada, situa-se a sede do Jangada Clube. Ele

está em bom estado de conservação, não sendo necessárias a realização de pinturas, nem reparos, e nem serviço de limpeza".

Somente em fins de agosto/99, após discussão em várias reuniões da Diretoria, inúmeras visitas, e uma longa negociação sempre noticiados nos boletins, e sem qualquer objeção sobre nenhum aspecto concretizou-se, *transparentemente*, com absoluto senso do "coletivo", a aquisição da atual SEDE SÓCIO-CULTURAL DA ADUFPB-JP/SSIND.

Anunciando a sua inauguração em 13/10/95, o Boletim nº 6, de Outubro/95, informou detalhadamente sobre a organização da festa, explicitando mais uma vez, a *transparência* da Diretoria gestão 94/95. E, com a preocupação em contemplar, ao máximo, a todos os associados, expressa no mesmo: "A Sede Sócio-Cultural combina duas qualidades básicas: excelente localização e boas acomodações... Possui 4 quartos, sendo 3 suítes, uma grande sala de estar. ...A subida para o primeiro andar é em forma de rampa, o que facilita o acesso de pessoas idosas ou deficientes. ...Além de permitir a realização de shows musicais, exposições de artes plásticas e lançamento de livros, o prédio pode servir como videoteca. ..." etc.

A compra do imóvel, se fez mais do que necessária e, portanto, acertada.

Imediatamente, após a aquisição, ali realizou-se no período de 1º à 7/9/95, o primeiro treinamento de medicina natural-oriental proporcionado por uma especialista com a participação de docentes das várias áreas da UFPB, principalmente, da área de saúde.

Retomaram-se com nova dinâmica e revitalização as atividades Bar Aula Extra, sempre precedidas de notas que se distribuíam, com um chamado airoso: "Pare, reflita e sinta: o que era bom na Quinta ficou melhor na Sexta. Venha a nossa Sede curtir "Aula Extra".

Além disso, inúmeras outras atividades foram realizadas nos últimos quatro anos: 1ª festa da criança, festas juninas, aberturas e encerramentos de períodos letivos gerais e dos departamentos, cursos de natação e hidro-ginástica, reuniões sindicais, exposições, lançamentos de produções (científicas, literárias e musicais), festividades sociais e familiares etc.

No boletim de maio/98 foi noticiada a "revitalização" da Sede Sócio-Cultural com modificações, especialmente, para melhorar o custo com pessoal e implementar novos programas tais como: sede de leitura, tai-chi-chuan, massagem terapêutica, biodança, musculação etc.

Até então, os problemas a contornar com alguns vizinhos eram mínimos. Parecia haver o entendimento do ambiente sócio-cultural naquela região praiana do Cabo Branco, com clubes, hotéis, barracas e praia, contrariamente ao que afirmam os diretores atuais da ADUFPB-JP.

Convém lembrar que a praia é "bem público" e, como tal, o acesso a ela é direito de todos. Nem todos os professores têm condições de habitar à beira-mar.

No Boletim de agosto/99 a atual Diretoria investe contra a Sede Sócio-Cultural, tendo como argumento central os elevados custos operacionais. Recorrem, assim, à cantilena neoliberal da relação custo/benefício, tão ao gosto dos seguidores da sanha privativista. A Sede Sócio-Cultural da ADUFPB-JP é patrimônio de todos, fruto de 20 anos de contribuição dos professores, e não deve ser vista como empresa que deve dar lucro.

Trágica introeção essa da lógica neoliberal pela Diretoria atual. Concebe uma Sede Sócio-Cultural de uma entidade sindical de professores universitários apenas em termos de custos.

O desdém da atual Diretoria já vem se manifestando em algumas ocorrências dignas de menção. Aliás essa é a prática bem típica do FHC. A privatização já está acontecendo. Senão vejamos:

A) As atividades de Bar Aula Extra, foram retornadas às Quintas-feiras, nos fundos da Sede do Sindicato no CAMPUS.

B) Promoção da festividade de posse do Conselho de Representantes, em 14/01/99, na Sede da ADUF no Campus.

C) Realização de festa junina/99 no Centro de Vivência no último mês de julho.

D) Publicação, na capa do boletim de 31/05/99, das despesas efetuadas com a pintura da Sede (a primeira após a aquisição), compra de equipamento de som e retelhamento (todas despesas eventuais). Logo em seguida, no Boletim de agosto/1999, chamam a atenção para a conta dos "custos de manutenção" "significativamente elevados".

E) O Boletim ADUF Informa nº 75, de agosto/99, publica nota de chamada com foto na capa nos seguintes termos: "SEDE SOCIAL - Um patrimônio, mil problemas... O destino da Sede será decidido em Assembléia Geral" e destaca na página 6 apenas "PONTOS NEGATIVOS".

E aí, de fato, a Sede Sócio-Cultural ainda existe? O processo de venda está em andamento?

Tudo isto leva a constatar que tratam da questão da Sede com "meias colocações" expressando o que querem dizer, sem dizê-lo e, além de tudo, sem apresentarem uma proposta clara e bem definida. Posição estranha para dirigentes sindicais... Não deveria expressar, como na pauta da Assembléia Geral de 19/08/1999 "Informes sobre a Sede Sócio-Cultural e outros", facilmente transformável em objeto de deliberação e votação.

Recorrem à tergiversação ou à má intenção quando, premeditadamente, confundem má gestão da Sede Sócio-Cultural com inviabilidade de empreendimento. Assim procedem os que buscam, obsessivamente, a liquidação do patrimônio público como ocorre no Brasil atual.

Basta de enganos e engodos!

Urge mais seriedade e honestidade nos procedimentos dos que pretendem educar e orientar a sociedade na busca de soluções alternativas à cloaca a que os dirigentes nacionais levaram este País.

A comunidade sindical demonstrará a sua capacidade de analisar e tomar decisões, fazer valer suas opiniões e participar com entusiasmo quando se sentirem, verdadeiramente, partes do sindicato.

A Sede Sócio-Cultural da ADUFPB-JP é patrimônio da categoria docente. Devemos exigir o seu pleno funcionamento à disposição de todos, administrada com competência e espírito público.

João Pessoa, 18 de agosto de 1999

Helena Uema

Professora do DFE/CE/Aposentada

DIA DO PROFESSOR

ADUFPB-JP comemora data com lançamento de livros, palestras e festa

A ADUFPB-JP promoveu, nos últimos dias 14 e 15 de outubro, palestras, debates, lançamento de livro e uma festa em comemoração ao Dia do Professor - 15 de Outubro. No dia 14, aconteceu uma palestra com o tema: "Globalização, Trabalho e Universidade", com o advogado Roberto Magellan, que conquistou recentemente o "Prêmio OAB Globalização e Direito". A palestra de Magellan aconteceu no Auditório 211 do CCSA.

No dia 15 aconteceram três atividades. A primeira foi o lançamento do livro "Imperialismo e Guerra na Jugoslávia" do professor da USP, Osvaldo Coggiola. Em seguida Coggiola proferiu palestra sobre o tema "Sindicalismo Universitário:

Panorama e Perspectivas".

As comemorações foram encerradas com o "Baile do Professor", que aconteceu na noite do Dia do Professor, na Sede Social da ADUF. O Baile do Professor foi animado pelo Grupo Tocaia, formado por professores e alunos do Campus de Cajazeiras. Para a diretora de política sindical da UFPB, Profª Maria Elisabete Barbosa Almeida, as atividades comemorativas ao Dia do Professor foram realizadas com o objetivo de "brindar à luta por soluções democráticas para os problemas que o povo brasileiro enfrenta na construção de uma sociedade fraterna e harmoniosa, que ofereça uma vida digna e feliz a todos os cidadãos".

Dia do PROFESSOR



BAILE DO PROFESSOR

Show com o Grupo TOCAIA

Dia 15/10/99, às 21 horas, na Sede Social da ADUF
Rua Gilvan Muritiba, 88 - Cabo Branco (ao lado do Jangada Clube)

Promoção: ADUFPB-JP/SSInd. Da Andes

ASSEMBLÉIA GERAL, DIA 20 DE OUTUBRO

Auditório da Reitoria, Às 9 Horas

Informes, Ações Judiciais, e Eleições da ADUFPB-JP, Autonomia Universitária, Dia Nacional de Paralisação (10/11) e Plenária dos SPF's.

Professor, participe!

ADUFPB INFORMA

Edição número 78, Outubro/99
é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufbjp.com.br>
E-mail:
adufbjp@openline.com.br

Diretoria - Gestão "Autonomia Começa Aqui"

Presidente:
Wojciech Andrzej Kulesza (Tek)
Vice-presidente:
Romberg Rodrigues Gondim
Secretária-Geral:
Maria Benardete da Nóbrega
Tesoureiro:
Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa
Diretora de Política Sindical:
Maria Elisabete B. de Almeida
Diretor de Política Educacional e Científica:

Alexandre Antônio Gili Nader
Diretora de Política Social:
Simone Helena dos S. Oliveira
Diretora Cultural:
Nadilza Martins de B. Moreira
Diretora de Imprensa e Divulgação:
Mariza de Oliveira Pinheiro
Suplente de Tesouraria:
Augusto Antonio Pinheiro Neto
Suplente de Secretaria:
Elisa Bezerra Mineiros

Criart

Associação de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-7183/9332-1573

Jornalista Responsável:
Gilson Renato - DRT/PB 821
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:
Ricardo Araújo - DRT/PB 631
(Meios - Com. Visual. 083/241-2695)
IMPRESSÃO: ARPOADOR GRÁFICA
(0xx83) 241-2282

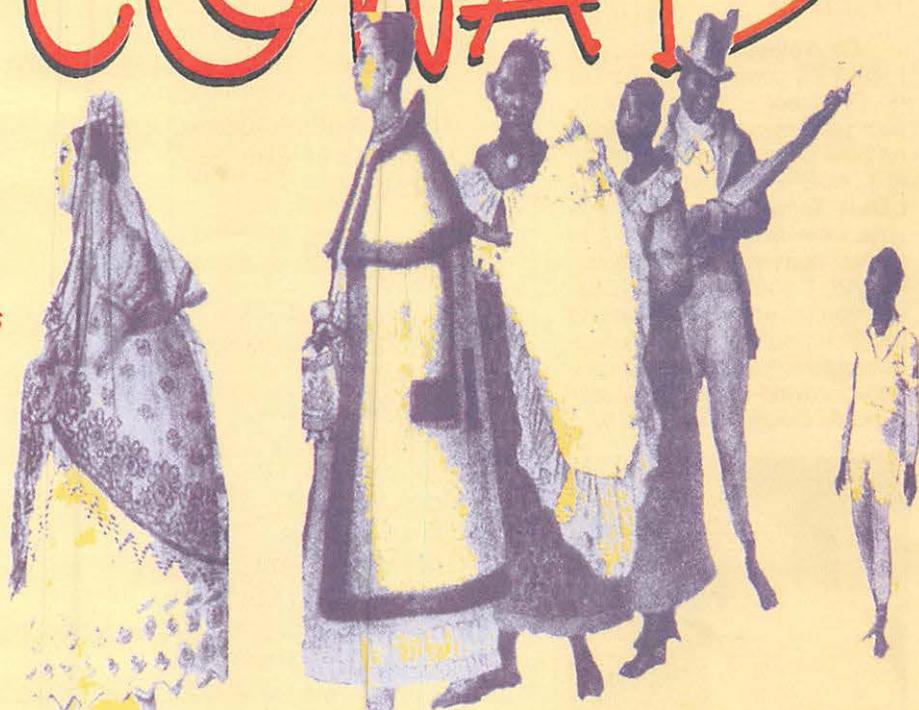
ADUF INFORMA

João Pessoa/PB - UFPB/Campus I
Novembro de 1999 - nº 79

Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da Andes - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Filiada à CUT

39º CONAD

O ANDES-SN promove em Curitiba PR, nos próximos dias 19, 20 e 21 de novembro, o **39º CONAD - Congresso Nacional das Associações de Docentes da ANDES-SN**. A anfitriã do evento será a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná APUFPR-SSind. Leia nas páginas 3,4 e 5 mais informações sobre o 39º CONAD e as contribuições da ADUFPB-JP para discussão durante o CONAD.



ASSEMBLEIA GERAL

DIA 17 DE NOVEMBRO

AuDiTóRiO 411 dO CCHLA, às 9 hOrAs

**Informes, Prestação de Contas 97/98, Previsão
Orçamentária 98/99, Autonomia e 39º CONAD**



Professor, participe!

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Acumulado de 01 de Janeiro a 30 de Setembro de 1999

1 - PATRIMONIO SOCIAL

RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS	466.140,48
RESERVAS DE REAV. DO ATIVO PERMANENTE	72.418,80
TOTAL	538.559,28

2 - RECEITAS

CONTRIBUIÇÃO DOS SOCIOS	511.934,14
RENDIMENTOS DE APLIC. FINANCEIRA	11.739,64
RECEITA MAQ. COPIADORA	6.223,78
RECEITA SEDE SÓCIO CULTURAL	2.635,75
RECEITAS DIVERSAS	776,30
TOTAL	533.309,61

3 - OBRIGAÇÃO

SOCIAIS	8.441,91
TRIBUTARIAS	84,59
CHEQUES A COMPENSAR	3.775,17
TOTAL	12.301,67

4 - DESPESAS

ADMINISTRATIVAS	125.722,65
COM PESSOAL	118.080,46
FINANCEIRAS	1.373,20
REPASSES ESTATUTARIOS	120.178,53
SEDE SOCIO CULTURAL	31.677,66
COM EVENTOS (PALESTRAS, SEMINÁRIOS)	48.332,71
DIVULGAÇÃO/IMPRESA	22.452,04
CAMPANHAS DE MOBILIZAÇÃO/DOAÇÕES	2.899,00
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	845,00
TOTAL	471.561,25

5 - PERMANENTE

INVESTIMENTOS (ACÕES TELEBRAS)	3.995,39
IMOBILIZADO	457.457,81
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	(44.654,54)
TOTAL	416.798,66

SALDO (1+2+3) - (4+5)**195.810,65****DETALHAMENTO DO SALDO****A - DISPONIBILIDADES**

EM CAIXA	772,66
EM BANCOS	8.135,18
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	173.515,46
SUB-TOTAL	182.423,30

B - CONTAS A RECEBER

EMPRESTIMOS INTER-SINDICAIS	
ADIANTAMENTO SALARIAL (13. SALARIO+SALARIO)	0,00
	5.028,80
VALORES A RECUPERAR	8.358,11
DEPOSITO VINCULADO (RALP)	0,44
SUB-TOTAL	13.387,35

TOTAL**195.810,65**

Fotos: Mazinho Coutinho

Festa do professor

Os professores do Campus I da UFPB comemoraram o Dia do Professor - 15 de outubro, com uma festa que aconteceu na noite do dia 15 na sede social da ADUFPB-JP, animada pela banda Tocaia. Para marcar a data, além da festa, a ADUF promoveu duas palestras: "Globalização, Trabalho e Universidade" com o advogado Roberto Magellan, no dia 14 e "Sindicalismo Universitário, Panorama e Perspectivas" com o professor Osvaldo Coggiola, no dia 15.

**Coggiola e Magellan na ADUF****Encontro de docentes**

Na página 7 veja material publicitário sobre o **II Encontro de Docentes de Educação Básica** que a ADUFPB-JP realiza nos dias 12 e 13 de novembro de 1999, na Central de Aulas do Campus I da UFPB. O evento tem o objetivo de dar continuidade às discussões iniciadas no I Encontro que aconteceu em junho passado na cidade de Bananeiras (Campus IV).

Paralisação nacional

A ADUFPB-JP participou, conforme deliberação da AG do dia 20 de outubro, do **Dia Nacional de Paralisação**, no último dia 10 de novembro. Membros da Diretoria da Entidade compuseram a equipe que organizou e fez acontecer a manifestação em João Pessoa.

39º CONAD

Autonomia e Movimento Docente estão na pauta de Curitiba

O ANDES-SN promove de 19 à 21 de novembro o 39º Conselho Nacional das Associações de Docentes que congrega. O 39º CONAD acontecerá em Curitiba – PR e terá como anfitriã a Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná – APUFPR. O evento acontece em um momento difícil para o Movimento Docente, notadamente pela confusão promovida pelo Governo Federal com o vai e vem de propostas de autonomia que, concretamente, só deixam clara a intenção do executivo em eximir-se de suas obrigações com a educação superior.

O 39º CONAD abordará os seguintes temas: 1- Autonomia Universitária; Democratização do Acesso à Riqueza; Integridade Nacional. 2- Movimento Docente; Desafio Científico e Tecnológico; Identidade Nacional e 3- Questões Organizativas e Financeiras.

A ADUFPB-JP contribuiu com 2 textos que estão inclusos no tema 2 do CONAD: "O Papel do ANDES SN na CNESF", da Diretoria Executiva da Entidade e "Reativação do GT de Ciência e Tecnologia do ANDES SN", do professor Rubens Freire, membro do GT C&T da ADUFPB-JP.

Leia a seguir uma síntese do texto da Diretoria da ADUFPB-JP, o texto do professor Rubens Freire e os respectivos textos de resolução.

TEXTO 12

Contribuição da Diretoria da ADUFPB-JP-SSIND.

O papel do ANDES-SN na CNESF

Uma ironia: a última Plenária dos SPF ocorreu no dia 26/09/99. Há cerca de dois anos atrás estávamos na Marcha dos 1000 Dias sem reajuste salarial carregando mil cruzeiros. Agora quantas cruzeiros são?

Quem esteve na Plenária não deixou de perceber o retrocesso geral dos SPF com relação às propostas de enfrentamento mais radical – indicativo de greve - que vinham sendo formuladas desde o início do ano. A deliberação de substituir o indicativo de greve a partir do dia 05/10/99 por paralisação aonde fosse possível foi fundada em um dado objetivo : **a desmobilização da categoria.**

Fato e resposta. Entretanto, isso não é suficiente para explicar todo o fenômeno. Assim tentaremos elaborar um pouco mais buscando construir uma avaliação mais profunda sobre a situação de desmobilização que estamos vivendo e apresentar propostas para superá-la.

Desde a greve de 96 que o movimento dos SPF vem apresentando um forte declínio na sua capacidade de mobilização. Esse fato pode ter várias causas em sua origem. Identificamos entre elas, sem qualificar, as seguintes.

1- As pressões exercidas pelo governo em uma campanha de dimensões nunca vistas antes.

Essa campanha articula elementos de propaganda e marketing com ações concretas através de formulações legais que buscam desobrigar o Estado para com os serviços públicos.

A propaganda se manifesta de maneira virulenta quando do discurso oficial sobre a ineficiência, ineficácia e incompetência do servidor público. Ainda no discurso oficial o servidor público é remunerado de forma exorbitante pela sociedade e é detentor de privilégios tais como a aposentadoria integral, benefício inatingível pelas demais categorias de trabalhadores e portanto inaceitável. Assim posto, há um estímulo ao conflito entre as categorias de trabalhadores que, curiosamente, chega a se manifestar no próprio seio da CUT.

As ações legais estão enfeixadas pelas reformas constitucionais, em particular as da Previdência e a Administrativa. Como um exemplo dessa situação temos a Lei que permite a demissão por excesso de quadro ou insuficiência no desempenho e a Lei sobre as chamadas carreiras exclusivas de Estado. A situação que se estabeleceu entre várias categorias de trabalhadores nos serviços públicos durante a tramitação dessa última merece alguma atenção.

Houve uma corrida de várias categorias em busca de sua inclusão como carreira exclusiva de Estado. Dentre as entidades integrantes da CNESF a UNAFISCO –Sindical sempre trabalhou com essa alternativa. Até entre nós, a partir da proposta da DN, defendida por Osmar Marchese, no último CONAD, apareceu tal tipo de atitude.

As derrotas que sofremos nas reformas constitucionais estão repercutindo agora. As ações cotidianas contidas nos PDV, ameaças de demissões e disponibilidade, entre outras, têm sido suficientemente fortes para inibir a mobilização dos SPF.

O desmonte dos serviços públicos tem sido concretizado, de maneira sistemática, na área da previdência e saúde. Começou, podemos assim dizer, no governo Collor com a desmobilização da Fundação Nacional de Saúde, órgão diretamente responsável pelo combate às endemias e tem continuado pela desativação de várias superintendências regionais do INSS. E não para por aí. A base da CONDSEF, maior entidade dos SPF, tem sido desmontada pelo desmonte das delegacias e superintendências dos ministérios nos Estados (conhecemos bem o caso da Paraíba). Os trabalhadores dessas repartições públicas têm sido transferidos para outros Estados ou outros órgãos no mesmo Estado gerando sobre os (as) companheiros(as) medo e apreensão inibindo-os(as) à participação. Assim, a repercussão dessas ações sobre os trabalhadores tem levado ao desânimo e a apatia inibindo-os de se integrar à luta geral dos trabalhadores e mesmo à luta pelas questões específicas.

39º CONAD CONTINUAÇÃO DO TEXTO DA PÁGINA 3

2 - A derrota da greve de 96.

Durante a greve de 96 ocorreu grande mobilização da categoria. Promovemos várias atividades que demarcaram todo o movimento paredista e a CNESF demonstrou, em todo momento, ter legitimidade e reconhecimento pelo conjunto dos trabalhadores. Legitimidade que permitiu a realização de ações bastante contundentes no transcorrer da greve. Entretanto sem a adesão efetiva de outras categorias de trabalhadores ao enfrentamento mais radical às políticas do governo FHC, naquele momento, fomos isolados e derrotados. A derrota que sofremos repercutiu de maneira diferenciada em cada entidade integrante da CNESF. Além de não termos logrado um reajuste salarial, fato suficiente para reforçar o desgaste que a categoria já vinha sofrendo, ainda tivemos que lidar com retaliações das administrações dos órgãos. Aparentemente, as entidades que mais sofreram com as perseguições foram a FENASPS e a CONDSEF que tiveram cortes dos dias parados e várias ações intimidatórias sobre as direções sindicais e sobre os funcionários em geral. Em menor intensidade cortes de pontos também ocorreram na base da FASUBRA.

3. A reconfiguração da CNESF entre 97 e 99.

A partir de 95 as entidades da CNESF que demonstraram maior capacidade de mobilização de suas bases e intervenção unitária na conjuntura foram as ligadas à educação - ANDES-SN, FASUBRA - Sindical e SINASEF - como ficou muito bem demonstrado com a greve de 98. A esse conjunto some-se a FENASPS. É importante observar que a CONDSEF tem tido, nesses anos, uma atuação fragmentada no que se refere a mobilização do conjunto de sua base. Tem sido emblemática a baixa participação nas manifestações de ruas, nos últimos anos, da chamada Esplanada dos Ministérios.

A reconfiguração política da CNESF começa a ocorrer quando do afastamento informal da ASSIBGE-SN que assumiu francamente tratar a sua pauta específica no conjunto das propostas que foram elaboradas pelo MCT para as carreiras de tecnólogos e pesquisadores. Em seguida temos o afastamento, também informal da FENAJUFE. Até aí eram entidades pequenas no que se refere à dimensão das bases.

Continua a tendência para um certo conformismo entre os dirigentes da CNESF que é, então, fortemente acentuada com as derrotas que os setores mais avançados sofreram nas disputas eleitorais pelas direções da UNAFISCO-Sindical, FENASPS e ANDES-SN.

E temos ainda a incorporação à CNESF da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade e Saúde - CNTSS. Essa entidade faz parte da estrutura vertical da CUT e não tem representação de base. Exatamente por isso, durante anos o ANDES-SN foi contra a sua integração à CNESF. Ela tem tido como representação única e constante o companheiro Vladimir Nepomuceno quadro profissional do PC do B. A bem da verdade, com a desagregação da FENASP por conta das mais variadas razões, vários sindicatos de base da previdência estão passando a integrar a CNTSS. Na Plenária de BH em 20 de abril, por exemplo, vários companheiros da Paraíba se apresentaram como delegados da CNTSS.

Essa situação da CNESF tem repercutido para o conjunto dos SPF da seguinte maneira: desprovida de construção de propostas concretas a partir da base a CNESF perde a sua capacidade de emular. Mantém uma interlocução com a cúpula do governo que não é reflexiva à base. Isto explica porque direções intermediárias descomprometidas têm vivido de momentos de euforia. Foi assim na Plenária de BH que antecedeu às manifestações de Ouro-Preto e na Plenária pós Marcha dos 100 Mil. Essas plenárias apontaram indicativo de greve que não foi tratado na base como constatamos em Brasília no dia 26 de setembro.

Nesse contexto, é sintomática a forma como esta sendo construída a pauta de reivindicações dos SPF para uma campanha que já deveria estar na rua a pelo menos um ano. O duplo V, o ir e vir constante das propostas entre as bases e as direções nacionais das entidades, mecanismo essencial para a garantia da democracia interna do movimento

esta sendo bastante enfraquecido frente à pressão em apresentar propostas ao governo. Pressa justificada pelo discurso sobre o conflito entre "o ritmo do mundo real" e o "ritmo do mundo sindical" que tem sido propalado por vários dirigentes sindicais defensores do ajuste do "nosso ritmo ao do mundo real".

Resultado concreto disso é que os procedimentos da CNESF têm contribuído para a desmobilização.

4. A falta de análise mais sistemática, por parte do movimento sindical dos SPF, das transformações no mundo do trabalho e suas repercussões no processo de produção do aparelho do Estado.

Esse aspecto se constitui em uma das nossas maiores fragilidades. A incompreensão sobre as transformações que o aparelho do Estado tem sofrido e as novas demandas e pressões da sociedade sobre os serviços públicos têm nos levado, em muitas circunstâncias, à avaliação equivocada da conjuntura e, por conseguinte, da correlação de forças no conflito que mantemos com o governo e, ainda, a reivindicações desprovidas de sustentação política. É exemplar a nossa reivindicação de recomposição das perdas salariais com base nos vários planos de estabilização econômica - Collor, Bresser, Verão, etc. - que não considera o ambiente sócio-econômico contemporâneo.

O QUE FAZER?

O quadro acima traçado não pretender ser exaustivo nem completo e é, certamente, merecedor de críticas e refutações. Assim mesmo ele explica em parte a inexistência de uma campanha salarial, dos SPF, digna desse nome, nos últimos três anos. Em 97 ainda tivemos as campanhas contra os PEC da Reforma da Previdência e da Reforma Administrativa - a campanha "estamos de olho em você". Em 98 pouco e muito foram feitos. O muito: a greve do setor da educação - ANDES-SN, FASUBRA - Sindical e SINASEF - foi, sem sombra de dúvidas, um marco dos trabalhadores no enfrentamento ao governo FHC. O pouco: os demais segmentos do setor público não conseguiram se mobilizar para a greve enfraquecendo quaisquer perspectivas de uma ação integrada dos SPF naquele momento. Em 99, até agora nada aconteceu do ponto de vista de uma campanha dos SPF. Claro que podemos argumentar que estamos em um processo de acúmulo de forças pelo qual as manifestações populares - 21 de Abril, Marcha dos 100 Mil, Marcha popular pelo Brasil, etc. - e o calendário de lutas aprovado na Plenária da CUT são algumas demonstrações disso. Entretanto essas ações, de grande importância para a luta geral dos trabalhadores, não tratam das nossas questões específicas, aquelas que são constitutivas da identidade dos SPF, como a nossa campanha salarial, por exemplo.

Nessas circunstâncias cabe ao ANDES-SN algumas iniciativas. Assim propomos:

TR - 12 TEXTO DE RESOLUÇÃO

1 - que o ANDES-SN encaminhe junto à CNESF uma proposta de campanha em defesa dos serviços públicos.

2 - que o ANDES-SN proponha junto à CNESF que a pauta de reivindicações dos SPF tenha como ponto central a reposição das perdas salariais dos SPF, desde janeiro de 95 até a presente data, calculadas pelo DIEESE.

3 - as ações anteriores devem apontar para uma greve geral dos SPF.

4 - que o ANDES-SN proponha junto a CNESF a rearticulação do Grupo de Trabalho sobre Reforma do Estado.

5 - que seja convocado, até quinze dias após o CONAD o GT de Política e Formação Sindical do ANDES-SN, tendo como pauta a organização do debate interno ao MD sobre as transformações no mundo do trabalho e suas repercussões nos serviços públicos.

Contribuição do Professor Rubens Freire Ribeiro, da UFPB, Campus I

Membro do GTC&T da ADUFPB-JP/SSInd

Reativação do GT C&T do Andes-SN

TEXTO DE APOIO

As descobertas científicas e tecnológicas da atualidade têm despertado a sociedade para "um mundo assombrado pelos cientistas". Para ficarmos em alguns exemplos, temos: a clonagem de animais superiores, as sementes transgênicas, o teletransporte de estados quânticos, as modificações genéticas em cérebros de animais superiores, o projeto Genoma, a comunicação à laser, as armas de destruição em massa, etc., etc., etc.. O fascínio diante do 'maravilhoso' que estes fatos são capazes de causar tem feito com que Ciência e Tecnologia - C&T - passem a integrar o elenco de temas correntes de discussão pela sociedade. Percebe-se uma preocupação crescente com as repercussões da C&T, nas dimensões sociais, políticas e econômicas onde são destacados aspectos tais como a responsabilidade ética e moral frente à descoberta e a atitude governamental frente a uma política pública de C&T.

No Brasil esse debate tem ocorrido longe do grande público, com uma participação incipiente dos chamados setores organizados da sociedade e, mesmo no mundo da universidade, a abordagem sistemática das questões inerentes à C&T tem sido feita por alguns poucos grupos de pesquisa.

Para o grande público o que assistimos é a popularização da C&T pela divulgação das descobertas pelos meios de comunicação de massa. Os jornais têm páginas e editores para assuntos de C&T; as empresas de comunicação têm revistas de divulgação científica e esses instrumentos têm como referência as fontes convencionais de divulgação científica. Tornou-se usual a citação de revistas como a Nature e a Science. Isso é positivo e importante. Entretanto essa divulgação tem se prendido mais aos aspectos sensacionais, maravilhosos ou, como para boa parte de todos nós, mágicos da C&T, do que dado uma maior atenção às questões de fundo atinentes à C&T. Por exemplo, é gritante a pouca atenção que a imprensa tem dado à atual questão dos alimentos transgênicos. Situação que repete a vivida, a cerca de quatro anos atrás, durante a elaboração da Lei de Patentes e da Lei dos Cultivares.

Entre as instituições da sociedade civil a SBPC, ao longo dos seus já cinquenta anos, tem cumprido papel destacado como fórum aberto de debate sobre o papel da C&T na sociedade brasileira, embora privilegiando a perspectiva acadêmica da questão.

Com a retomada do movimento sindical combativo, classista, à partir dos anos oitenta, o tema C&T foi, ainda que de forma tímida, reintroduzido no mundo do trabalho. Foi então, como constatação da necessidade da abordagem do tema sob a perspectiva do trabalhador, que o ANDES-SN criou e mantém, como um dos seus instrumentos de formulação e elaboração para o MD, um Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia - GT C&T. A pauta de trabalho do GT C&T tem sido, fundamentalmente, o debate sobre as políticas públicas de C&T e o engajamento nas mobilizações em favor de um desenvolvimento científico e tecnológico nacional, soberano e voltado para os interesses da maioria da sociedade. Merece menção, nesse ponto, a ativa participação do ANDES-SN, através das Seções Sindicais, na criação das fundações de amparo à pesquisa - FAPs - nos vários estados brasileiros, logo após 1988.

Ainda com o intuito de integrar o sindical e o acadêmico através do debate sobre C&T no Brasil o ANDES-SN promoveu em 95 e 97 o I e o II Seminário Nacional sobre C&T do ANDES-SN.

Mais recentemente entre 96 e meados de 98 o ANDES-SN participou, ativamente, na organização do Movimento em Defesa do Sistema Nacional de C&T e no apoio à Frente Parlamentar em Defesa da C&T. O Movimento tem sido um fórum aberto de debates sobre as políticas públicas de C&T e dele tem participado entidades científicas e acadêmicas como SBPC, ANPG e UNE; sindicais com o ANDES-SN, ANPq; e personalidades como os Profs. Crodovaldo Pavan e Roberto Romano. A Frente Parlamentar que foi coordenada pelos Depts. Ivan Valente, Valter Pinheiro e Agnelo Queiroz teve, durante a greve de 98, um papel destacado na mediação entre o movimento grevista e o governo.

Apesar de todo esse envolvimento que significa o debate sobre C&T para o movimento docente organizado no ANDES-SN, o tema, talvez, não exerça o mesmo fascínio que outros, como política educacional, política sindical, etc. sobre a militância e assim o GT C&T tem como uma das suas dificuldades a baixa participação. Reforçando essa tendência, a atual Direção Nacional do ANDES-SN tem se absterido de convocações sistemáticas do GT C&T. Aliás, até agora, na atual gestão, só houve uma reunião do GT C&T. Essa ocorreu durante a reunião anual da SBPC em julho de 1999 e, até o momento que elaboramos esse texto, o Sindicato não dispõe do relatório da referida reunião e portanto não sabe como dar provimento aos seus encaminhamentos.

Ironia ou curiosidade ou palavras mais duras. Na atual DN há vários integrantes que participavam com bastante assiduidade dos trabalhos do GT C&T. Portanto a DN dispõe de quadros para dar continuidade aos trabalhos anteriores mantendo um ritmo de reuniões e promoções de eventos que permitam a participação mais ampla do MD. Se não o faz é intencional.

Assim é importante que o Sindicato retome o espaço do GT C&T para a elaboração dos temas que envolvem a C&T para o conjunto do MD.

Para tal propomos:

TR - 13

Texto de Resolução:

- 1 - Que seja convocada uma reunião do GT C&T, até trinta dias após o encerramento do CONAD, tendo como pauta a organização do debate no Sindicato sobre a política pública de C&T.
- 2 - Que o GT C&T elabore uma proposta de organização do III Seminário Nacional de C&T do ANDES-SN.
- 3 - Que o GT C&T discuta uma possível participação do ANDES-SN na "Maratona SBPC 2000".
- 4 - Que o GT C&T discuta a situação do Programa Especial de Treinamento da CAPES - PET/CAPES.

SAIBA MAIS

A íntegra dos textos podem ser lidos na sede da ADUFPB-JP ou na página da ANDES SN na Internet, endereço: www.andes.org.br

O governo FHC e a ONU

lêdo Leite Fontes

Professor de Economia Política da UFPB

Não há razão para FHC questionar ou mesmo desclassificar o relatório das Nações Unidas referente ao índice de Desenvolvimento Humano (IDH) publicado recentemente no Brasil. Essa pesquisa com o uso de metodologia nova e o sistema de cálculo antigo utilizado universalmente para medir as condições humanas de vida em 186 países do globo, ainda assim, considera as condições sociais da população brasileira como razoável. É importante observar que em 1988, durante a sua campanha eleitoral pela reeleição, o candidato FHC não cansava de exaltar o desempenho do seu governo mostrando, inclusive, os indicadores divulgados em 1997, que colocava o Brasil em 62º lugar no ranking mundial dos países com evolução em suas políticas e programas sociais. No entanto, é bom lembrar que os dados de 1997 refletiam os indicadores sócio-econômicos de 1995.

Foi exatamente, a partir desse período que se intensificou no Brasil os ajustes econômico e estrutural que tiveram um forte impacto nas políticas públicas existentes. A introdução desse novo "modelo" de desenvolvimento econômico que fez prevalecer as "livres forças do mercado" limitou a histórica e longa participação do Estado brasileiro, no processo assistencialista à população mais pobre. Porém, nunca, com o objetivo político e sócio-econômico de reduzir a miséria consolidada e a cidadania do nosso povo.

No entanto, não se pode omitir, sob nenhum pretexto, os benefícios oriundos do plano de estabilidade monetária implantado no país a partir de 1994. Os resultados foram exitosos nos dois primeiros anos (de 1994 a 1996), favorecidos pelo controle da inflação que possibilitou para os setores mais pobres, com ganhos de um a dois salários, uma ligeira melhoria de distribuição de renda, ampliando a demanda por bens de consumo de primeira necessidade.

O fator negativo que acompanhou essa política foi a ausência de um crescimento econômico sustentado. Assim, a deterioração das condições de vida do povo ficaram duplamente afetadas: pelo lado da demanda e pelo lado da oferta de serviços e benefícios, em função de que a oferta foi restringida pelas medidas de ajuste, em razão do corte de gastos a partir de 1997.

Na realidade o que FHC não esperava era que essa mudança no sistema de

cálculo pudesse comprometer a imagem do Brasil no exterior, e, internamente, ser cobrado por imprimir e estimular mais pobreza e miséria no país. Por outro lado, o que desagradou a FHC foi o fato de o Brasil não constar no relatório das Nações Unidas no *ranking* das nações do primeiro mundo.

O governo de FHC sabe, por experiências acadêmicas acumuladas, que o crescimento econômico é uma condição indispensável para o desenvolvimento humano, porém, nem todo crescimento conduz ao desenvolvimento. Para isto, é fundamental definir estratégias adequadas para garantir uma distribuição racional das receitas em função de programas sociais de desenvolvimento, o que demanda intervenção estatal conseqüente.

A estratégia de assegurar um crescimento econômico a longo prazo foi abandonada pelo governo por causa do risco de que a inflação retornasse. Essa preocupação, também, estava relacionada com a insegurança de que o Congresso Brasileiro não aprovasse as reformas: tributária, fiscal, previdenciária e administrativa. Mas, para muitos analistas políticos, a preocupação de FHC era de fato garantir sua reeleição, e para tanto, era necessário manter a performance do primeiro mandato.

O Presidente sabia, desde 1997, que outro organismo das Nações Unidas, o PNLTD, um programa para Desenvolvimento, vinha informando que os 10% mais ricos da população estavam se apropriando de 52% do total do rendimento dos ocupados. E que 36 milhões de brasileiros (22% da população brasileira) estavam a baixo da linha de pobreza.

Em 1998, pioram os investimentos em Educação e Cultura, Habitação e

Urbanismo, Saúde e Saneamento, Previdência e Assistência Social. De 1997 a 1999 (primeiro trimestre), dados que só serão analisados pela ONU no final de 1999, já se observa uma forte queda no montante de recursos despendidos em cada setor que compõe gasto social do governo.

Entretanto, não se pode atribuir exclusivamente a FHC a culpa absoluta pela pobreza no Brasil. Mas, o agravamento das condições de vida da população é de sua inteira responsabilidade. O governo aceita as imposições do FMI, do Banco Mundial e do BIRD, sem nenhum questionamento.

A ausência de um desenvolvimento integral vem agravando ainda mais as disparidades regionais. Resta saber, se com a reforma ministerial, o governo de FHC vai introduzir mudanças na economia e na estrutura social com vistas a reduzir o desemprego e elevar as condições de vida do povo brasileiro.

Não basta continuar reclamando de metodologias e pondo em dúvida a inteligência dos técnicos do PNUD, da FAO, da UNICEF, ou de qualquer outra instituição internacional. Esses dados, se tiver humildade, ajudará a corrigir o mal desempenho e a ineficiência do Estado no setor público.

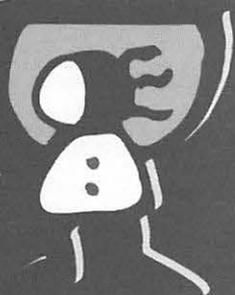
O que falta ao governo de FHC, é desenvolver em toda sua plenitude uma consciência crítica do exercício do poder, para não comprometer a governabilidade e a restrita "democracia" brasileira.

O "paradoxo neoliberal", de debilitar o Estado e estimular burocracias autônomas, só tem servido no Brasil, para enfraquecer as instituições e ameaçar permanentemente nossa soberania nacional.



Reprodução da revista Veja

II ENCONTRO DE DOCENTES DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL DA UFPB



CENTRAL DE AULAS

12 e 13 de Novembro de 1999

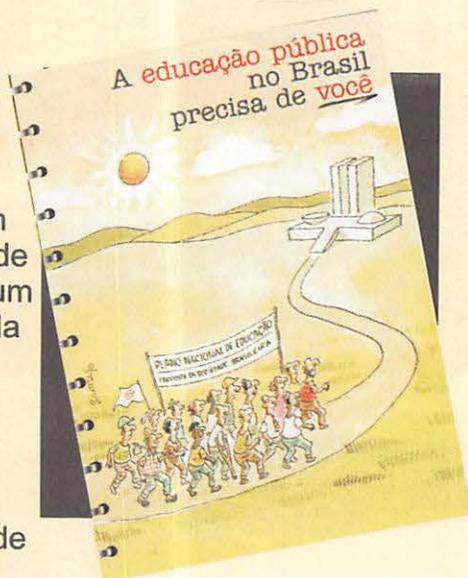
CAMPUS I DA UFPB - JOÃO PESSOA

PROMOÇÃO: ADUG/SSIND - ADUFPB-CG/SSIND - ADUFPB-JP/SSIND

INFORMA

A Educação precisa de VOCÊ

A ADUF encarta neste boletim a cartilha do PNE da Sociedade Brasileira, publicada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. A cartilha tem o objetivo de divulgar em todo o país as principais idéias tiradas nos dois congressos Nacionais de educação - CONEDs. O PNE da Sociedade Brasileira foi apresentado em Brasília no Dia 10 de fevereiro de 1998 e é um documento que marca forte oposição ao Plano Nacional de Educação do Governo Brasileiro.



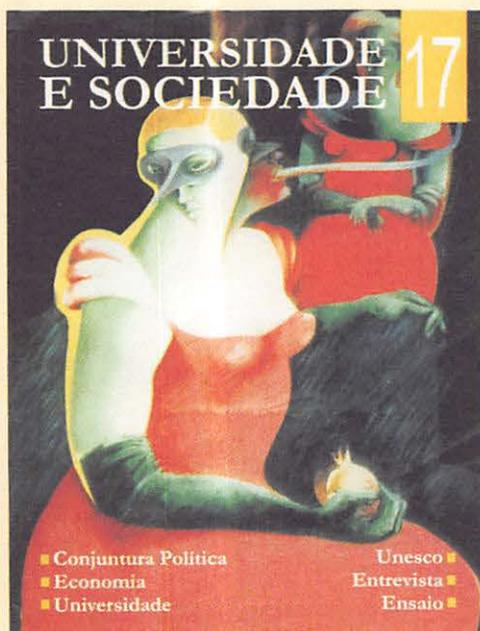
Universidade e Sociedade

O número 19 da Revista Universidade e Sociedade, editada há oito anos pelo ANDES, já pode ser adquirida pelo preço de R\$ 5 (cinco reais).

Neste número a Revista dedica-se a questões como, Autonomia Universitária; Previdência Social; Anistia; Arte e Cultura; Educação e Ensino Técnico; Sindicalismo e Políticas Públicas, entre outros temas atuais.

Para se tornar assinante, o interessado pode fazer o pedido através do endereço eletrônico andesnac@andes.org.br.

Para os sócios a assinatura anual da revista custa R\$ 21,00.



Reprodução da capa da edição nº 17, uma das últimas revistas do ANDES

ASSEMBLÉIA GERAL, DIA 17 DE NOVEMBRO

AUDITÓRIO

411, do CCHLA,
Às 9 HORAS

Informes,
Prestação de
Contas 97/98, Previsão
Orçamentária 98/99,
Autonomia
e 39º CONAD

Professor, participe!

INFORMA

Edição número 79, Novembro/99
é um veículo de divulgação da
ADUFJP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufpbjp.com.br>
E-mail:
adufpbjp@openline.com.br

Diretoria - Gestão "Autonomia Começa Aqui"

Presidente:
Wojciech Andrzej Kulesza (Tek)
Vice-presidente:
Romberg Rodrigues Gondim
Secretária-Geral:
Maria Benardete da Nóbrega
Tesoureiro:
Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa
Diretora de Política Sindical:
Maria Elisabete B. de Almeida
**Diretor de Política Educacional
e Científica:**

Alexandre Antônio Gili Náder
Diretora de Política Social:
Simone Helena dos S. Oliveira
Diretora Cultural:
Nadilza Martins de B. Moreira
**Diretora de Imprensa e
Divulgação:**
Mariza de Oliveira Pinheiro
Suplente de Tesouraria:
Augusto Antonio Pinheiro Neto
Suplente de Secretaria:
Elisa Bezerra Mineiros

Criart

Assessoria de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (83) 221-7183/9332-1573

Jornalista Responsável:
Gilson Renato - DRT/PB 821
**Projeto Gráfico e
Editoração Eletrônica:**
Ricardo Araújo - DRT/PB 631
(Meios - Com. Visual. 83/241-2695)
Impressão: Arpoador Gráfica (0xx83) 241-2282

ADUF INFORMA

João Pessoa/PB - UFPB/Campus I
Dezembro de 1999 - nº 80

Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da Andes - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Filiada à CUT

ELEIÇÃO ADUF 2000

Terça-feira, dia 14 de dezembro de 1999, é dia de eleição para a Diretoria da ADUFPB-JP - gestão 1999/2000 e do Conselho de Representantes.

Duas chapas concorrem

No pleito: "**Autonomia,**

Participação

e Ética" (Chapa 1)

e "**ADUF Paratodos**"

(Chapa 2), disputam

os votos de quase

2.000 sócios. Nesta edição

publicamos um encarte

com os programas e

os candidatos de cada

chapa. Escolha a melhor

E vote em uma das

doze urnas espalhadas

nos centros do *Campus I*.

NÃO ESQUEÇA!

As eleições acontecem no dia

14/12/99



CONAD

Carta de Curitiba aponta
campanha salarial como prioritária

Página 3

Artigo na página 2 analisa realização do 39º CONAD

CONAD, contudo...

Ainda bem que desta vez o CONAD (o 39º, realizado em Curitiba) não começou com nova promessa de que os 10% da GED, acertados entre ACM, o ministro Paulo Renato e a atual Diretoria da ANDES-SN ao final da greve do ano passado, seriam pagos ainda este ano. Como sugeria o título dado ao evento pelos organizadores, "Desafios da Universidade no país da história lenta", parece que se queria imprimir ao movimento docente um ritmo vagaroso. De passagem, no caso passagem de ida e volta, diga-se que a organização cometeu o absurdo de fracionar o evento em dois espaços distintos, ao sediar o evento num local distante 20 km do centro de Curitiba no qual se puderam alojar somente cerca de metade selecionada dos participantes. Na verdade, longe da mídia e da comunidade universitária, a intenção dos organizadores no Paraná era isolar o movimento para que ele se debruçasse sobre si mesmo e desenrolasse a questão das contas do Sindicato, pendurada desde o 38º CONAD realizado em junho passado.

Na terra governada por Jaime Lerner, campeão do trabalho infantil e da repressão a camponeses, delegados e observadores não se intimidaram. Aprovaram logo uma moção de repúdio ao Reitor da UFPR, que mandou seu vice para a cerimônia de abertura, por seus atos de repressão ao movimento estudantil com ajuda da Polícia Federal. Em seguida, transformaram o tema I do CONAD proposto pela Diretoria Nacional, "Autonomia Universitária; Democratização do Acesso à Riqueza; Integridade Nacional", que mais parecia um excerto retirado do programa de um partido político, em "Avaliação e Atualização do Plano de Lutas: Autonomia, Carreira, Previdência e Campanha Salarial". Nem uma palavra sobre a GED, exceto pela retomada da luta contra seu caráter discriminatório em relação aos professores aposentados e de 1º e 2º graus, que naquele momento infernizava o cotidiano das Universidades. Como se vê, frente ao imobilismo da direção nacional do Sindicato, o pessoal queria e quer ver o Sindicato retomar seu

caráter combativo.

Nas discussões, as teses levadas pela Diretoria Executiva da ADUFPB/JP sobre a relação do movimento docente com o restante dos servidores públicos foram aprovadas e aprofundadas, uma vez que se privilegiou a campanha salarial na atualização do plano de lutas. Cinco anos sem reajuste é demais. O próximo ponto priorizado, carreira docente, foi enriquecido pelas resoluções do II Encontro de Professores de Educação Básica e Profissional, realizado nos dias 12 e 13 em João Pessoa, levadas a tempo para o CONAD e reforçadas por Roberto Lehrer,



delegado da ADUFRJ, que esteve presente no nosso encontro. Ainda neste tema, cabe destacar a reafirmação da luta contra a privatização dos HU's, efetivada concretamente entre nós pela derrubada da possibilidade do estabelecimento de convênios com entidades privadas pelo HU de João Pessoa, durante a votação do seu regimento no Conselho Universitário da UFPR nos dias 29 e 30 de novembro, processo atentamente acompanhado pelos integrantes do GT/ Saúde e Seguridade Social da ADUFPB/JP. Estão de parabéns os estudantes que, pelo fato de terem assento naquele Conselho, lideraram esta luta pelo fortalecimento do sistema público de saúde na Paraíba.

No tema II, "Movimento Docente; Desafio Científico e Tecnológico; Identidade Nacional", as discussões realizadas durante o CONAD, que contaram com o importante subsídio das teses enviadas ao Caderno de Textos pelo

companheiro Rubens Freire, membro do GT/ Ciência e Tecnologia da ADUFPB/JP, repudiaram a ação da Diretoria Nacional acerca da política de ciência e tecnologia a ser empreendida pelo Sindicato. Como triste retrato desta conduta, após o CONAD, foi realizada uma reunião do GT/C&T em Curitiba, onde seu coordenador, Renato Dagnino, tentou convencer os poucos representantes de AD's presentes sobre a justiça de suas idéias, oferecendo um almoço por conta da Seção Sindical local! Haja racionalidade. Cumpre mencionar ainda neste tema, a moção elaborada de repúdio à recente decisão do Conselho Nacional de Educação (parecer nº 970/99) que desvirtua totalmente a formação de professores nas Universidades e que deve constituir uma das principais bandeiras de luta do III CONED a se realizar em Porto Alegre no início de dezembro.

Finalmente, no tema III, Questões Organizativas e Financeiras, discutiu-se a prestação de contas do ANDES-SN referente ao ano de 1998 que, estaturamente, deveria ter sido aprovada no CONAD do Rio de Janeiro. Uma questão técnica preliminar ajuda a esclarecer o problema: como a Diretoria atual assumiu no meio do ano passado, as contas de 1998 envolvem duas Diretorias. Depois de juras de ambos os lados sobre a absoluta confiança na honestidade e idoneidade de todos os diretores mas, levando em conta a absoluta incongruência da contabilidade apresentada, decidiu-se convocar um CONAD extraordinário, às vésperas do Congresso de Juiz de Fora, para dirimir a questão. E assim as contas aumentarão em 1999. Além da incompetência da atual Diretoria Nacional na gestão financeira do Sindicato, o debate evidenciou a importância que assume a questão financeira nestes tempos de receita fixa e despesa crescente devido à inflação. Como acentuamos durante a discussão sobre a sede sócio-cultural, precisamos redefinir politicamente as prioridades na utilização dos recursos do Sindicato.

Wojciech Andrzej Kulesza

Observador da ADUFPB/JP

no 39º CONAD

39º CONAD

Carta de Curitiba

O 39º CONAD acontece em Curitiba em um momento particularmente grave para o país e para as Instituições de Ensino Superior. A questão da autonomia pode ser considerada paradigmática desta conjuntura. O neoliberalismo tem avançado no sentido da desresponsabilização do Estado para com a Educação. Os projetos de autonomia do MEC e de governos estaduais, como o do Paraná, têm aparecido apenas para garantir a destruição das Instituições Públicas, restringindo os recursos para seu financiamento e incentivando a privatização tanto interna quanto externa. A Autonomia Universitária, bandeira histórica do Movimento Docente, é assegurada pelo artigo 207 da Constituição Federal. Não podemos perder tal conquista! Os ataques à Universidade têm aumentado e nossa luta tem que se colocar à altura dos desafios colocados diante de nós pela conjuntura.

O governo FHC vem perdendo sua popularidade devido às mazelas da política que tem imposto ao país. Ao seguir a cartilha neoliberal, tem levado ao aumento do desemprego, das desigualdades sociais e à destruição das conquistas dos trabalhadores e ao ataque às suas organizações.

A queda de popularidade do governo FHC, contudo, não está sendo acompanhada de uma crise da hegemonia do neoliberalismo em nosso país. As "reformas" continuam sendo votadas pelo Congresso e os movimentos sociais não foram capazes ainda de reverter o atual curso dos acontecimentos.

Neste quadro, o 39º CONAD desenvolveu discussões e deu encaminhamentos ao Movimento Docente no sentido de enfrentamento do projeto neoliberal. É importante ressaltar a pronta resposta que o CONAD deu à ação intimidatória por parte da Reitoria da UFPR, que chamou a Polícia Federal para dirimir o impasse com estudantes em relação aos restaurantes universitários, fazendo retornar a prática de encarar questões sociais como policiais, também no interior da Universidade.

O 39º CONAD priorizou cinco pontos como

centrais para atualização de nosso plano de lutas. O primeiro deles é a campanha salarial, que ganha premência frente a uma alta inflacionária, que incide especialmente sobre os bens e serviços que compõem o orçamento dos professores. Os docentes das instituições federais estão há quase cinco anos sem reajuste salarial. Não é possível esperar mais! O segundo ponto central é a Autonomia, que tem ocupado um papel de destaque nas discussões no interior das Universidades. O terceiro ponto é a questão de carreira e piso salarial unificados, que devem servir à unificação das lutas de todos os docentes do país. O quarto ponto é o enfrentamento das "reformas" da seguridade social que têm ocupado um lugar relevante na política neoliberal. Este ataque à seguridade social aniquila os direitos dos trabalhadores aposentados e elimina as expectativas dos trabalhadores da ativa quanto a uma aposentadoria digna. O último ponto é a política educacional. Nessa questão assume centralidade a luta pelo Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. O relator do PNE, Dep. Nelson Marchezan, está encaminhando todas as diretrizes propostas pelo governo em seu relatório. É preciso criar uma sólida mobilização para garantir a aprovação do PNE da Sociedade Brasileira no Congresso Nacional.

Apenas a nossa luta leva a conquistas. Isso ficou demonstrado pela vitória dos companheiros da Universidade Estadual da Paraíba, que derrotaram o governo neoliberal de José Maranhão após uma greve de quase dois meses.

A hora é de materializar nossa indignação em ações políticas pró-ativas que levem à construção de uma efetiva democracia e soberania nacional. É preciso fazer com que os docentes atuem de forma decisiva na superação de nossos dilemas históricos expressos com pertinência no tema escolhido para este CONAD: Desafios da Universidade no país da história lenta.

**39º CONAD - CONSELHO DA
ANDES-SINDICATO NACIONAL**

Curitiba, 22 de novembro de 1999.

ENCONTRO DE DOCENTES

Veja as propostas e encaminhamentos do evento

O II Encontro de Docentes de Educação Básica e Profissional da UFPB, que aconteceu nos dias 12 e 13 de novembro, reuniu no Campus I representantes do segmento de 1º e 2º graus de João Pessoa, Cajazeiras e Campina Grande. Os professores, no final do evento, remeteram algumas propostas ao 39º CONAD e também deliberaram por encaminhamentos locais. Conheça as propostas e encaminhamentos do Encontro.

Propostas remetidas ao 39º CONAD:

- Reativação do GT Carreira Nacional como espaço para liderar e aprofundar a discussão e mobilização sobre carreira única na ANDES-SN. Esta discussão deve ter como base os seguintes princípios:

O reconhecimento de todos os docentes de educação básica e profissional das IFES como docentes universitários, portanto comprometidos com o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão.

- A localização institucional dos docentes de educação básica e profissional deve refletir o princípio anterior e será definida nas próprias IFES, no exercício de sua autonomia.

b) Deflagração de uma Campanha de Mobilização pela Carreira Única dos docentes das IFES pelo seu caráter tático-estratégico de elemento vertebrador da luta pela Autonomia Universitária.

II Encaminhamentos locais:

Criação de espaços próprios para a

intensificação da discussão local sobre a carreira. No caso da ADUFPB-JP, este espaço será constituído pela incorporação deste tema na pauta do GTPE local;

- Intensificação da mobilização local sobre a questão da carreira;

- Solicitação de audiência conjunta das três ADs com o Reitor, no sentido de informá-lo das deliberações do II Encontro e de cobrar o seu compromisso com as mesmas;

Divulgação nas diversas instâncias institucionais, do relatório do II Encontro, cobrando dos dirigentes o seu apoio;

- Realização de um III Encontro de Docentes de Educação Básica e Profissional da UFPB no âmbito de um evento mais amplo que tenha como clientela o corpo docente global da UFPB (por delegação), abrangendo em sua pauta os temas Carreira Única dos Docentes das IFES e Unificação das Entidades Sindicais de Docentes da UFPB. Previsão de realização, final de abril/início de maio de 2000.

No texto da página 2 o Presidente da ADUFPB-JP informa sobre as repercussões no 39º CONAD das propostas enviadas pelo Encontro de 1º e 2º graus.

INFORMES

ACORDO DOS 28,86%

Os professores que fizeram o acordo com o governo sobre os 28,86%, terão descontados 10% do valor a ser recebido, conforme contrato firmado entre a ADUFPB-JP e o Escritório de Advocacia e referendado por Assembléia Geral da categoria. Destes 10%, 7,5% irão para os advogados e 2,5% para a ADUF que repassará para a Carta de Fundo de Greve. Nesta 2ª parcela (2/14) que será paga na contracheque de dezembro, o desconto será de 20% em razão de não ter sido feito o desconto na 1ª parcela (1/14).

DESCONTOS

No contracheque do mês de novembro está sendo feito, além do desconto do mês de novembro, o desconto de 1% referente ao 13º salário (que é tributado separadamente) em favor da ADUFPB-JP. Isto ocorre porque o desconto não foi efetuado sobre o adiantamento do 13º que os sócios receberam no meio do ano.

NOVO CIDADÃO

A ADUFPB-JP parabeniza o professor Florisval Lúcio Pereira pelo diploma de Cidadão Honorífico que recebeu da Câmara Municipal de João Pessoa no último dia 25 de novembro. O Novo cidadão de João Pessoa é professor aposentado da UFPB e sócio da ADUFPB-JP.

DEBATE

A ADUFPB-JP relizará no dia 09 de dezembro (quinta-feira), um debate com as duas chapas concorrentes às eleições para a Diretoria da Entidade. Até o final desta edição, o local para a realização do debate na UFPB ainda não tinha sido definido.

INFORMA

Edição número 80, Dezembro/99
é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufpbjp.com.br>
E-mail:
adufpbjp@openline.com.br

Diretoria - Gestão "Autonomia Começa Aqui"

Presidente:
Wojciech Andrzej Kulesza (Tek)
Vice-presidente:
Romberg Rodrigues Gondim
Secretária-Geral:
Maria Benardete da Nóbrega
Tesoureiro:
Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa
Diretora de Política Sindical:
Maria Elisabete B. de Almeida
Diretor de Política Educacional e Científica:

Alexandre Antônio Gili Náder
Diretora de Política Social:
Simone Helena dos S. Oliveira
Diretora Cultural:
Nadilza Martins de B. Moreira
Diretora de Imprensa e Divulgação:
Mariza de Oliveira Pinheiro
Suplente de Tesouraria:
Augusto Antonio Pinheiro Neto
Suplente de Secretaria:
Elisa Bezerra Mineiros

Criart

Assessoria de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-7183/9332-1573

Jornalista Responsável:
Gilson Renato - DRT/PB 821
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:
Ricardo Araújo - DRT/PB 631
(Meios - Com. Visual. 083/241-2695)
Impressão: Gráfica Arpadour (241-2282)

ADUF realiza eleições para Diretoria e Conselho de Representantes

Os sócios da ADUFPB-JP inscritos até o dia 30 de novembro de 1999, estão aptos a participar das eleições para a Diretoria Executiva e para complementação do Conselho de Representantes da Entidade. As eleições acontecem na terça-feira, dia 14 de dezembro de 1999, das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 21h00 nos centros que funcionam também no horário noturno. Nos centros que funcionam apenas durante o dia, as eleições acontecerão de 8h00 às 12h00 e de 14h00 às 18h00.

Fundada em 1978, a ADUFPB-JP passa este ano pela sua 21ª eleição. Veja abaixo os locais onde as urnas serão colocadas.

LOCALIZAÇÃO DAS URNAS

CCHLA 1

PRAÇA ALEGRIA (História, Psicologia, Serviço Social, Filosofia, Ciências Sociais, DLCV, DLEM, Música)

CCHLA 2

ARTES e COMUNICAÇÃO

CCS 1

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

(Medicina Interna; Cirurgia; Materno Infantil)

CCS 2

CANTINA (Fisiologia e Patologia, Odontologia Restauradora, Odontologia Social, ESCOLA DE Enfermagem DE Nível Médio, DEMCA, DESPP; Nutrição, Promoção da Saúde; Ciências Farmacêuticas, MORFOLOGIA, FISIOTERAPIA)

CCS 3

EDUCAÇÃO FÍSICA

CCSA

PRAÇA

(Administração, Economia, Biblioteconomia; Finanças e Contabilidade)

CCJ

CENTRO DA CIDADE (direito privado, direito público, prática forense)

CE

PRAÇA (DHP, DFE, DME, SUPLETIVO, BIBLIOTECA SETORIAL, COORD. CURSO, eDUCAÇÃO eSPECIAL)

CRECHE

CRECHE

CT

(DTCC, DTQA, ENG PRODUÇÃO, ARQUITETURA, DTM),

CCEN 1

(FÍSICA; MATEMÁTICA; INFORMÁTICA; ESTATÍSTICA, LTF)

CCEN 2

(BIOLOGIA MOLECULAR; GEOCIÊNCIAS: QUÍMICA; SISTEMÁTICA E ECOLOGIA)

ADUFPB-JP

CENTRO DE VIVÊNCIA (PRAC, REITORIA, BIBLIOTECA CENTRAL, SRH)

Decisão do Consuni proíbe privatização no HU

O CONSUNI analisou, nos dias 29 e 30/11/99, a proposta de Regimento Interno do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) e a ADUFPB-JP/SSind apresentou um documento no qual consta os principais encaminhamentos oriundos do Seminário "Situação atual e perspectivas dos Hospitais Universitários", promovido conjuntamente pela ADUFPB-JP, DCE e SINTESP; do 6º Encontro Nacional de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – Em defesa dos aposentados e dos HU's, promovido pela ANDES-SN e da sua participação na Audiência Pública da Comissão de Saúde do Poder Legislativo Estadual, propositura do Deputado Ricardo Coutinho.

Com base em tais encaminhamentos, a ADUFPB-JP/SSind propôs uma nova redação para o Artigo 3º, Inciso III do regimento, que versa sobre as fontes de receita do HULW e a inclusão da criação de um Conselho Gestor no atual regimento.

Felizmente, em relação as fontes de receita, a maioria dos conselheiros presentes à reunião tiveram o bom senso de votar contra o artigo que permitia a abertura de convênio com grupos privados de saúde, permitindo-se apenas o convênio com o SUS, artigo que se aprovado, reduziria, a curto e médio prazos, os leitos hospitalares públicos para um grande contingente da população paraibana, como se vê em outros hospitais que enveredaram por esse caminho e os resultados não foram negativos para a população carente.

A inclusão do Conselho Gestor do HU, proposto pela ADUFPB-JP, não foi aprovada. Os conselheiros consideraram que a proposta precisa ser mais discutida.

Diante do trabalho desenvolvido por esta Diretoria, juntamente com os membros do Grupo de Trabalho de Política Social, estamos, neste momento, felizes em comemorar esta vitória, que é não somente nossa, mas da população paraibana.

Simone Oliveira

Diretora de Política Social
Coordenadora do GT Seguridade Social

Na cena do crime

(Esses tempos de violência...)

Marcos Aurélio Montenegro Batista

Professor do quadro docente de 2º Grau da UFPB

Como descreveu Fernando Veríssimo naquela crônica, **ele**, o presidente, conversa com ele mesmo, de frente para o espelho:

- professor-presidente o que o senhor faria se vivesse com esse salário de servidor público?

"O presidente-professor daria um tiro no ouvido!"

Essa não é a primeira história de "promessa" de presidente: O presidente-general, aquele dos cavalos, respondeu isso a um repórter, quando indagado se sobreviveria com um salário mínimo.

Teve um outro que morreu no dia 21 de abril, mas não foi de TIRO, e o vice logo assumiu, de "fardão" e "Maribondo de fogo" debaixo do braço.

O Fernandinho I, prometeu matar a inflação com um tiro, quase mata foi o Brasil de tanta corrupção, desde aquele momento sabia-se da máfia no Brasil. PC que o diga, ou melhor, não disse, morreu antes.

Esse agora, o professor-presidente, Fernando (II ou III?) o efeagacê, aquele que conversa com ele mesmo no espelho, saiu sob encomenda do FMI, Banco Mundial, grande capital, conforme o figurino, sob medida pro capital.

Esses tempos de violência já vem de a tempos, seja aberta ou disfarçadamente dramatizada pelo poder. O nosso povo é a pior vítima dessa violência, mas alguns querem colocá-lo como réu. São tantas as histórias da violência: do homem desempregado, da moça sem perspectiva, do marginal do carandirú e do outro no sinal, no meio do trânsito. Da bolsa batida por um pivete na calçada. Ah! Mas tem também os grandes assaltos cinematográficos, dos grupos organizados do crime. E agora são os grandes, quem diria (não!?), com empresários, políticos, e até os trouxas também no meio disso! Tem os juizes, empreiteiras, policiais, advogados, tem até amigo do deputado, do ministro, do governador. Tem os caça-níqueis que estavam disfarçados de caça-fantasmas, nos bigodes da segurança pública. Tem a violência à mulher, violentada sem emprego, nem salário, com muitos filhos nos braços (poria todos nos do Estado) com fome, chorando, sendo filmada pela TV a cores e ao vivo. Tem aquele sem escola, analfabeto, tateando nas placas das ruas querendo chegar a lugar nenhum.

Mas tem também aquele - "pasmem" - do tiro final na cabeça, em pleno espaço do laboratório. Não era experimento, nenhuma nova experiência para ajudar a fome de alimentos do povo, agora sem a mísera cesta básica, tirada com violência da boca pequena de um menino que come agora luz, como diz aquela canção do Chico, o Buarque, não o César de Catolé do Rocha, vizinho de Brejo

do (da) Cruz. Não era nenhuma engenharia descobrindo com a pesquisa mais uma forma de ajudar, contribuir para o Brasil crescer tal como um menino no 1º mundo. Nem era o laboratório de Dexter e sua destruidora irmã. Era real a cena do crime!!! O real também está sendo uma dura realidade para milhões de brasileiros. O Brasil piorou para nós os pequenos, os de baixo, quase que sufocados debaixo do tapete do poder da administração burocrática, do Juiz da vara, do imperial executivo, do legislativo cooptado, todos cedo ou mais tarde, casuísticos e oportunistas de plantão.

E nos plantões quase todas as noites, delegacias são invadidas. Também nas noites, jovens das Febens queimam colchões das velhas "escolas" (re)formadoras de crimes presentes e futuros. E que futuro está reservado para os... - brasileiras e brasileiros!... (dizia aquele "presidente").

E foi numa linda manhã, lá no espaço da ciência, da pesquisa, do experimento; no espaço do alimento, às sete horas, o tempo parece que parou para o professor, para a comunidade acadêmica. Exatamente naquela hora, alguém, um colega de trabalho, abriu a porta. Tudo estava banhado de sangue, a cena era rubro-negra. O sofá era preto. O outro amigo, o Hermano se encarregou de ler a carta gelada, deixada por aquela pessoa, aquele corpo que agora estava estendido, ali numa fria e continuada solidão. A universidade estava ali parada "De frente pro crime" e logo no dia seguinte estava o rosto nos jornais, não era uma foto de um gol tantas vezes repetida na música de João Bosco.

Diriam hoje os Waldemares, os Chicicos, os Severinos, os joãos, os Xavieres, os Jesus, os Pedros, os fulanos e os sicranos: Tanto chão, tanto chão a nos separar, quanta distancia a percorrer. Só um fio, um computador, e papéis tentaram unir o que a realidade separou. Quanto foi preciso para juntar. E agora aquela espera, lá distante, preparada, e aqui parada na pedra a nos juntar novamente. A solidão, o silêncio, a imobilidade, a burocracia, o judiciário preparou-nos mais essa cilada!

A aquarela política do Brasil real não tem alisado ninguém, e como bem lembra o nome daquele grupo "não tem boquinha não", a cena desses crimes vêm mudando o cenário brasileiro, sem deixar pista, nem chão, nenhum rastro.

É como diz aquela canção: "tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome..." E tem tanta "gente"... Mas na Europa, (eles!) discutem a 3ª via... E tem gente embarcando nisso!

Ainda prefiro manter o sonho com S maiúsculo de solidariedade, de social, de socialismo. O sonho não acabou. Ele tem que ser ainda mais real, não aquele real, mas o do socialismo verdadeiramente real. Camaradas de todos os lugares, firmes!

BRASIL 500 ANOS: PAU-BRASIL!

Sandro Meira Wanderley

Professor aposentado

Luís de CAMÕES (século XVI) cantou em versos de leitura obrigatória até hoje para os vestibulandos nacionais, grandes descobertas portuguesas por "mares nunca dantes navegados".

Portugueses e espanhóis, primeiro como descobridores abriram as portas e depois como exploradores/colonizadores abriram as veias da hoje América Latina.

Descobrir, no caso do Brasil, comporta dois sentidos: o primeiro com o significado histórico/geográfico dos eventos anteriores e conseqüentes ao dia 22 de abril de 1500. O segundo é metafórico: retiraram a cobertura dos solos, começando pelo Pau-brasil.

Estas nobres tarefas de descobrimentos, em nome e honra de suas Majestades ibéricas, estão sendo comemorados neste imenso país até com a construção de grandes relógios em cidades importantes, que registram e mostram quanto tempo falta para os 500 anos.

Quanto ao segundo sentido do descobrimento, a obra não ficou somente a cargo dos valorosos portugueses: grandes empreendedores holandeses e franceses cuidaram de povoar as glebas com cana-de-açúcar onde havia florestas e matas.

Os ingleses, mais adiante, também dariam sua contribuição. Desinteressada e ecologicamente afastaram do caminho dos trens de ferro as matas, construíram as estradas com dormentes de madeira e consumiram a lenha necessária.

Tantos anos após, a colônia brasileira, não mais de Portugal, porém, do capital com fronteiras continua a ser descoberta.

O "Correio da Paraíba" de 20/10/99, traz à página 02 do caderno "CIDADE" a manchete: "IBAMA APREENDE CAMINHÃO COM PAU-BRASIL".

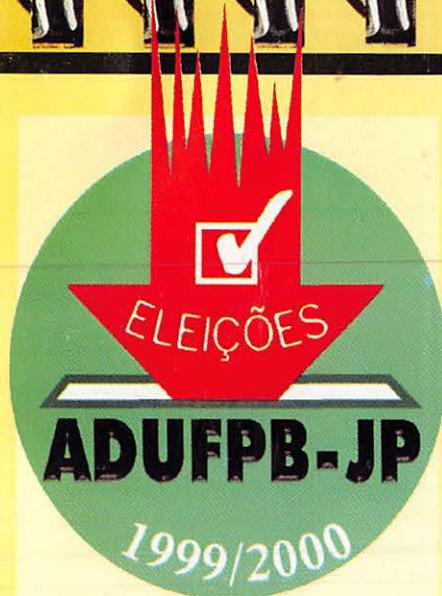
O carregamento provinha de Serrinha (RN), foi apreendido no Município de Bayeux e seria levado ao Espírito Santo, outro descoberto de suas riquezas florestais.

As elites brasileiras (incluídas as de origem lusa) não mudaram muito do descobrimento à Independência (formal). Nem desta até a República. Menos ainda, do final do século passado aos dias atuais, do Imperador eleito D. Fernando II e sua corte.

O jornalismo investigativo deixa a desejar por estas bandas, nestes tempos. A matéria de Ana Felipe, muito boa, como notícia policial, provoca o interesse dis eitores conscientes. Contudo, nas edições posteriores do CORREIO, não de fala mais do assunto.

O caso que não é isolado merece mais atenção da imprensa, dos poderes constituídos e da população.

Carta-Programa



**CHAPA
1**

**AUTONOMIA,
PARTICIPAÇÃO
E ÉTICA**

Autonomia, Participação e Ética

A ADUFPB-SSind nasceu no interior das lutas sociais de fins da década de 70, na perspectiva da construção de um sindicalismo combativo na defesa da categoria e de uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade. Dispondo-nos a participar da próxima gestão de nossa Seção Sindical, apresentamos à comunidade docente algumas questões com as quais a sociedade e a UFPB se defrontarão.

A inserção subalterna do país na globalização cria exclusão e ampliação das desigualdades sociais, forçando até os organismos multilaterais, responsáveis pela expansão do capital financeiro a preocuparem-se com políticas sociais em Saúde, Educação, Cultura e Ciência e Tecnologia. Às universidades, hospitais e centros de pesquisa é oferecida uma autonomia à moda neoliberal, que exige o Estado do financiamento desses órgãos e transforma sua produção e serviços em mercadoria, contrariando seu

caráter de bens públicos.

Os desdobramentos éticos e políticos destes fatos exigem do trabalhador universitário a coesão firme e solidária em defesa dos seus direitos e da universidade como instituição produtora, preservadora e transmissora de conhecimento

Nesse sentido, apresentamos a plataforma mínima de ação da chapa **AUTONOMIA, PARTICIPAÇÃO e ÉTICA** que concorrerá às próximas eleições para a diretoria da ADUFPB/JP-SSind, gestão 1999/2000:

- **COMBATER** o projeto de lei do Governo e as medidas que ameaçam e afetam a autonomia universitária, sem perder de vista o compromisso com as lutas sociais por emprego, terra e cidadania, e o apoio que devemos dar às reivindicações populares por melhores condições de vida;

- **REVIGORAR** o combate à Política Educacional do MEC, expressa na GED (que impõe a "produtividade" como base da

avaliação), no PL de autonomia, nos cortes de verbas e de bolsas nos programas institucionais de capacitação e pesquisa, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e em todo um conjunto de resoluções e normas privatistas e empobrecedoras do papel da universidade;

- **DEFENDER** a carreira única, construída pelo Movimento Docente com a plena integração acadêmica e administrativa dos professores da educação básica e profissional;

- **LUTAR** pela implantação do Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira; por concursos e contratações no Ensino Superior; pela incorporação da GAE aos salários; por reajuste salarial (índices do DIEESE) a fim de recompor perdas salariais e pela responsabilização do Estado com o financiamento da Educação e do Sistema Único de Saúde, incluindo os Hus;

- **ESTIMULAR** a participação dos nossos sindicalizados nos diversos Grupos de Trabalho de forma a

dinamizar o envolvimento da nossa categoria no Movimento Docente;

- **PROMOVER**, em conjunto com o Conselho de Representantes, um estudo do Regimento da ADUFPB/JP a fim de atualizá-lo face às sugestões e aspirações atuais da categoria docente;

- **DINAMIZAR** as atividades culturais da ADUFPB/JP, estimulando a sociabilidade, assegurando a continuidade dos eventos e atividades realizados na Sede Sócio-Cultural, como o Projeto Sede de Leitura, atividades esportivas, apresentações de artistas, exposições de vídeos e debates;

- **MANTER** o Fundo de Greve da ADUFPB/JP a partir da receita de nossa Seção Sindical, conforme deliberação em Assembléia Geral.

- **EMPENHAR** esforços para a democratização interna da UFPB e da própria sociedade nos processos eleitorais vindouros no intuito de construir uma sociedade justa e igualitária.

ELEIÇÕES ADUFPB-JP - 14 DE DEZEMBRO DE 1999, A PARTIR DAS 08 HORAS, NOS CENTROS DA UFPB

PERFIL DOS CANDIDATOS DA CHAPA 1

Saiba quem são os candidatos que vão disputar, pela Chapa 1 (**AUTONOMIA, PARTICIPAÇÃO E ÉTICA**), as eleições da **ADUFPB-JP** que acontecem no dia 14 de dezembro de 1999, nos Centros da UFPB

PRESIDENTE



Augusto Antonio Pinheiro Neto

Prof. Departamento de Informática - CCEN - Mestre em Informática (UFPE)

SECRETÁRIA GERAL



Jemina Marques da Silva

Professora do Depto. de Biblioteconomia (CCSA)

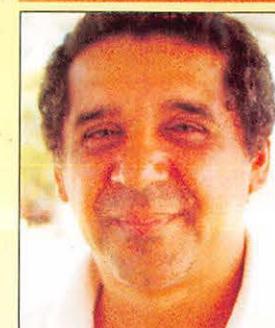
TESOUREIRO



Carlos Augusto Petroni Ceneviva

Prof. Depto. de Física (CCEN) - Doutor em Física Nuclear (Unicamp)

DIR. DE POL. EDUC. E CIENT.



Zaqueu Ernesto da Silva

Prof. Depto. de Engenharia Mecânica (CT) Doutor em Engenharia Mecânica Lion - (França)

VICE-PRESIDENTE



Carlos Augusto de Amorim Cardoso

Prof. Departamento de Metodologia da Educação - (CE) - Mestre em Geografia Humana - USP

DIR. DE POLÍTICA SINDICAL



Maria Elisabete Barbosa de Almeida (Bete)

Prof. Depto. de Química (CCEN) - Doutora em Eletroquímica Grenoble (França)

DIR. DE POLÍTICA SOCIAL



Geralda Jerônimo de Moura

Prof. Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas (CCHLA) (aposentada) - Mestre em Língua Portuguesa - UFPB

DIR. DE POLÍTICA CULTURAL



Sônia Trigueiro de Almeida

Professora Departamento de Administração CCSA - Doutora em Marketing Grenoble - França

DIR. DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO



Zacarias Dias Paredes Filho

Prof. Depto. De Letras Estrangeiras e Modernas (CCHLA)

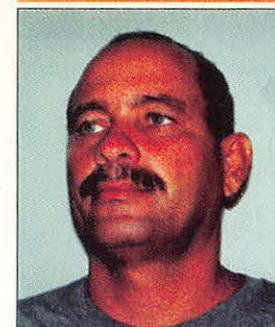
SUPLENTE DE SECRETARIA



Tereza Mitsunaga Kulesza

Prof. Depto. de Promoção da Saúde (CCS) - Mestre de Ciências Sociais - UFPB - Esp. Pediatria e Saúde Pública - FMUSP

SUPLENTE DE TESOUREARIA



Alcidézio Inácio da Silva

Prof. Escola de Enfermagem de nível médio (CCS) - Especialista em Desenvolvimento Infantil - UFPB

CHAPA 1

AUTONOMIA, PARTICIPAÇÃO E ÉTICA

Carta-Programa



ADUF PARATODOS

Principais propostas

■ **A Implementação da GED e a Degradação Salarial.** A Chapa ADUF PARATODOS não considera a GED proposta séria de avaliação das Universidades Federais. Portanto, envidará todos os esforços no sentido de desmascarar as iniciativas do MEC, da Comissão Nacional de Acompanhamento da GED ou de agentes intervenientes internos à UFPB, que desejem dar à GED status de mecanismo de avaliação institucional. Munidos dessas idéias, devemos participar de todos os fóruns institucionais da UFPB onde a GED esteja na agenda de debates.

■ **Relacionamento independente com Administração da UFPB, defesa dos interesses institucionais da Universidade e concepção da Universidade como uma instituição**

componente da esfera pública e democrática.

★ **Política de Integração dos aposentados na ADUFPB-JP na ADUFPB-JP.** A ADUF PARATODOS postula que devemos implementar uma política de incorporação permanente e sistemática de participação dos aposentados no Sindicato.

■ **Incorporação dos docentes de Educação Básica e Profissional na carreira do Magistério Superior.** A política educacional do MEC tem discriminado, seguidamente, os docentes de Educação Básica e Profissional. O interesse do MEC é desobrigar as IFES da importante missão de formação básica e profissional.

■ **Redirecionamento das Atividades Sócio culturais.** A sede Sociocultural foi uma importante conquista da ADUF PARATODOS. Trata-se de um importante patrimônio da ADUFPB-JP, que hoje se

encontra praticamente abandonada. A gestão ADUF PARATODOS propõe retomar o leque de atividades de cultura e lazer, como componentes relevantes para a melhoria das condições de trabalho intelectual.

■ **Publicação regular da REVISTA DA ADUF.** Nossa Revista, importante meio de divulgação e debate da produção científica, artística, política e sindical dos associados ao Sindicato, deixou de, inexplicavelmente, ser editada. Retomaremos mais esta atividade interrompida da ADUFPB-JP.

■ **Os meios de comunicação da ADUFPB-JP a serviço da comunidade universitária.** A atividade de comunicação da ADUFPB-JP precisa de um balanço e de um redesenho, para que melhor expresse os sentimentos da comunidade acadêmica. Deve traduzir, com fidelidade, o que pensar os

colegas professores. É necessário melhor uso dos meios de comunicação, para que sejam socializados não só o conhecimento mas também as inquietações docentes, sob diversos assuntos de interesse coletivo.

■ **Forum de Ciência e Tecnologia.** É de fundamental importância a participação de todos os professores da UFPB na discussão sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, voltado para o bem-estar social.

■ **Universidade pública e de qualidade.** Uma exigência indispensável é a manutenção da Universidade Federal com seu estatuto de instituição pública e gratuita, voltada para a criação e socialização do conhecimento, elementos essenciais a uma formação cidadã e ao desenvolvimento de uma nação com justiça e soberania nacional.

ELEIÇÕES ADUFPB-JP - 14 DE DEZEMBRO DE 1999, A PARTIR DAS 08 HORAS, NOS CENTROS DA UFPB

PERFIL DOS CANDIDATOS DA CHAPA 2

Saiba quem são os candidatos que vão disputar, pela Chapa 2 (**ADUF PARATODOS**), as eleições da **ADUFPB-JP** que acontecem no dia **14 de dezembro de 1999**, nos Centros da UFPB

PRESIDENTE



Tadeu Antonio de Azevedo Melo

Matemático, engenheiro mecânico, pós-doutorado em Ciências dos Materiais

SECRETÁRIA GERAL



Glaucia Guimarães da Silveira e Silva

Ms. Biblioteconomia /CCSA - Aposentada

TESOUREIRA



Simone Elizabeth Duarte Coutinho

Ms. DESPP/CCS

DIR. DE POL. EDUC. E CIENT.



Galdino Toscano de Brito

Esp. DHP/CEnon

DIR. DE POLÍTICA SINDICAL



Claudet Coelho Guedes

Ms. Economia. Aposentada, CCJ

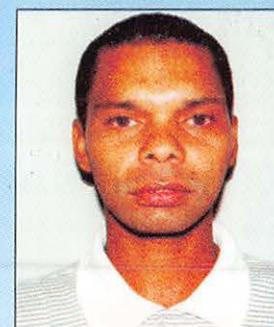
DIR. DE POLÍTICA SOCIAL



Severino Francisco de Oliveira

Doutor. Química/CCEN

DIR. DE POLÍTICA CULTURAL



José da Paz Oliveira Alvarenga

Ms. DEMCA/CCS

VICE-PRESIDENTE



Geraldez Tomaz

Médico DMI/CCS

DIR. DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO



Wellington Pereira

Doutor. DECOMTUR/ CCHLA

SUPLENTE DE SECRETARIA



Ivone de Lucena Figueiredo

Doutora. DLCV/CCHLA

SUPLENTE DE TESOUREIRA



Roberto Quirino do Nascimento

Doutor. Estatística/ CCEN

CHAPA 2
ADUF PARATODOS